

ALEXANDRE VARELA e VIVIANE VARELA

autores do best-seller


AS GRANDES MENTIRAS SOBRE A IGREJA CATÓLICA

AS
VERDADES
QUE NUNCA TE CONTARAM
SOBRE A IGREJA
CATOLICA

A REALIDADE POR TRÁS DAS CRUZADAS,
DA INQUISIÇÃO E MUITO MAIS

DOS CIDADÃOS DO BLOG

O Catequista

 Planeta

AS
VERDADES
QUE NUNCA TE CONTARAM
SOBRE
A IGREJA
CATOLICA

ALEXANDRE VARELA e VIVIANE VARELA

**AS
VERDADES
QUE NUNCA TE CONTARAM
SOBRE A IGREJA
CATOLICA**

*A REALIDADE POR TRÁS DAS CRUZADAS,
DA INQUISIÇÃO E MUITO MAIS*

 Planeta

Copyright © Alexandre Varela e Viviane Varela, 2018

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2018

Todos os direitos reservados.

Preparação: Elisa Nogueira

Diagramação: Futura

Revisão: Juliana de A. Rodrigues e Dan Duplat

Capa: Sérgio Campante

Imagem de capa: Stephen Mulcahey / Arcangel

Ilustrações de miolo: Ricardo Almeida

Adaptação para eBook: Hondana

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angélica Ilacqua CRB-8/7057

V419g

Varela, Alexandre

As verdades que nunca te contaram sobre a Igreja Católica / Alexandre Varela e Viviane Varela. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

272 p.

ISBN 978-85-422-1253-2

1. Igreja Católica - História 2. Catolicismo - História 3. Idade Média - História 4. História eclesiástica I. Título II. Varela, Viviane

18-0072

CDD 282.09

2018

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.

Rua Padre João Manuel, 100, 21^o andar

Edifício Horsa II – Cerqueira César

01411-000 – São Paulo – SP

www.planetadelivros.com.br

atendimento@editoraplaneta.com.br

Você precisa desaprender o que aprendeu.

— Mestre Yoda

Sumário

Introdução

Parte 1 Inquisições

Capítulo 1 O que não te contaram sobre o pedido de perdão de João Paulo II

Capítulo 2 A Igreja como refém do sistema feudal

O papado trevoso do século X

Papas e bispos filhos de servos, sapateiros e pastores

Reações de oposição ao clero decadente

As ordens mendicantes

Os hereges valdenses

A heresia cátara ou albigense

Capítulo 3 A Inquisição Medieval: se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come!

A fé católica: base e tecido da sociedade medieval

A posição da Igreja sobre a pena capital aos hereges

A Igreja é forçada a agir contra os cátaros
A criação do tribunal da Inquisição
Funcionamento da Inquisição Medieval
Punições impostas aos hereges
Tratamento dado aos prisioneiros
A tortura dos suspeitos de heresia
Caça às bruxas: o abandono da prudência católica
Perseguição aos gatos e a peste negra
A condenação de Joana d'Arc
A condenação dos templários
Número de pessoas queimadas na fogueira

Capítulo 4 Inquisição Espanhola: a filha rebelde da Igreja

Al-Andaluz: o terreno em que foi plantada a semente da Inquisição Espanhola
Judeus: aliados dos mouros na invasão da península Ibérica
A desculpa perfeita para os Reis Católicos
Razões que motivaram a oposição da Coroa aos mouriscos e aos judeus
O problema das falsas conversões
O funcionamento da Inquisição Espanhola
A tortura dos réus
Os cárceres da Inquisição Espanhola
Tomás de Torquemada: o homem por trás da lenda
Conspirações de mouriscos contra a Coroa
Repressão implacável ao protestantismo
Punição de crimes de imoralidade
Inquisidores céticos a respeito da bruxaria

Procedimentos questionáveis do processo inquisitorial

Corrupção e abusos

Os números de mortos na fogueira

Portugal imita o vizinho espanhol

O fim da Inquisição Espanhola e o início das violências anticlericais

Capítulo 5 A Inquisição Romana: detendo o avanço do protestantismo

Os papas da Renascença abrem caminho para o cisma protestante

A criação da Inquisição Romana

Primeira fase: tempo de moderação com um papa camarada

Segunda fase: tempo de severidade com um papa inquisidor

Terceira fase: retorno à brandura

Crise de consciência dos inquisidores diante da tortura

Números de pessoas queimadas na fogueira

Caça às bruxas na Inquisição moderna

Limpeza da honra dos absolvidos e punição das falsas testemunhas

A condenação de Galileu Galilei

A condenação de Giordano Bruno

Inquisição Romana: um saldo positivo

O fim da santa Inquisição Romana

Capítulo 6 O telhado de vidro dos difamadores das inquisições

Protestantes matando “hereges” protestantes e católicos

A hipocrisia de Voltaire

A incoerência dos admiradores da Revolução Francesa

Conclusão

Parte 2 Cruzadas

Capítulo 1 Convocação e triunfo da primeira cruzada

Jerusalém, o céu na terra

Definição e objetivos das cruzadas

Doutrina católica sobre a guerra justa

O sofrimento dos cristãos na Terra Santa

O avanço da jihad sobre o Oriente cristão

A convocação da primeira cruzada

O ideal da cavalaria: porque os brutos também amam

Muito mais do que soldados, eles eram penitentes

O exército fracassado de Pedro, o Eremita

Outros pregadores delirantes das cruzadas

As expedições lideradas pelos chefes de guerra

O reino cristão de Jerusalém e suas fraquezas

As relações amigáveis entre cristãos e muçulmanos na Palestina

Capítulo 2 Decadência e queda do reino de Jerusalém

A convocação da segunda cruzada

São Bernardo defende os judeus alemães

Os dois reis cruzados

Cristãos traindo cristãos no cerco a Damasco

O rei Amaury e seu desastroso plano de conquista do Egito

Saladino, o inimigo mais temido dos cristãos na Palestina

Jerusalém se rende a Saladino

Capítulo 3 Novas tentativas de retomar Jerusalém

A convocação da terceira cruzada

A atribulada expedição de Frederico Barbarossa

As vitórias cristãs em Tiro e São João de Acre

O fim da terceira cruzada

Os cruzados excomungados e o cerco de Constantinopla

O frágil império latino na Grécia

A cruzada das crianças: será que eram crianças mesmo?

A quinta cruzada arruinada pelo legado papal

Um rei excomungado à frente de uma falsa cruzada

A sexta cruzada e a nova queda do reino cristão de Jerusalém

As aventuras de um rei santo na sétima e na oitava cruzadas

Conclusão

Referências bibliográficas

I. Livros

II. Jornais e revistas

III. Sites

IV. Documentos do Vaticano

COMO MUITOS AUTORES ABORDAM A INQUISIÇÃO...



Introdução

Herói e semideus da mitologia grega, Aquiles era praticamente invulnerável. Tinha somente um ponto fraco em seu corpo: o calcanhar. E qual é o “calcanhar de aquiles” da Igreja Católica, aquele ponto que os inimigos buscam atacar com mais frequência? Sem dúvida, é a história das inquisições e das cruzadas.

O primeiro desafio deste livro é transportar a sua mente para outro tempo, um tempo com organização social, valores e cultura completamente diferentes dos atuais. Porque a **maioria das pessoas tem a pretensão de observar e julgar o passado com base sobretudo no modo de pensar contemporâneo**, sem considerar seriamente o contexto da época estudada.

Como católicos, nosso segundo desafio é evitar colocar o ímpeto de defender a Igreja acima do desejo de servir à verdade. Não queremos repetir o erro de alguns autores católicos que fazem uma seleção questionável dos dados históricos, trazendo à tona somente as informações favoráveis às inquisições e às cruzadas, deixando de lado as coisas negativas.

Não nos interessa combater um mito com outro mito. A “lenda negra” das inquisições não pode ser vencida pela defesa da “lenda branca” das inquisições. Queremos honrar São João Paulo II, que buscou, de forma corajosa e honesta, fazer a devida reflexão sobre os acontecimentos do passado da Igreja.

O terceiro desafio, no caso das inquisições, é sintetizar os acontecimentos relativos a um tema que abrange mais de setecentos anos de história, do século XII, com o início da Inquisição Medieval, ao século XIX, com o fim da Inquisição Espanhola.

Você deve ter notado que usamos o termo no plural: inquisições. Essa é a abordagem mais correta. Como explica o historiador Francisco Bethencourt, houve várias inquisições, com realidades, modos de atuação e objetivos

diversos.^[1] Para pintar esse quadro complexo, não podemos usar somente cores chapadas, pois há nuances.

Dividimos o tema em três partes: Inquisição Medieval, Inquisição Espanhola e Inquisição Romana, e tivemos a preocupação de apresentar o ambiente cultural e os fatores históricos que antecederam e impulsionaram cada uma dessas inquisições.

Lenda negra e lenda branca

“Lenda negra” é como os historiadores chamam a versão distorcida e exagerada a respeito das inquisições. “Lenda branca” é a distorção no sentido inverso, feita por pessoas que buscam vender uma imagem completamente positiva das inquisições, desculpando tudo com base no argumento do “contexto cultural”.

Para muitos, a Igreja Católica é a maior megera da história. A ideia consolidada no imaginário popular é a de que as inquisições foram uma das piores coisas que já aconteceram sobre a face da Terra e as cruzadas nada mais

foram do que guerras promovidas pela Igreja para impor a fé católica a outros povos na base da violência.

Como desdobramento, as pessoas se convencem de que uma instituição que foi capaz de agir de forma tão cruel e sanguinária não pode ser santa, respeitável ou confiável. Isso tem o efeito de afastar uma multidão de pessoas da fé católica, especialmente crianças e jovens, que ano após ano renegam o catolicismo, influenciados pela mídia e pelo que ouvem nas salas de aula.

A difusão de mitos sobre as inquisições e as cruzadas desconcerta os católicos e diminui a sua confiança nos ensinamentos da Igreja. A “lenda legra” é usada não somente por aqueles que querem justificar a sua hostilidade contra o catolicismo, mas também pelos fiéis católicos que desejam relativizar ou se opor à doutrina (é aquele tipo de gente que diz: “Ah, eu não sigo tudo o que a Igreja prega, afinal, a Igreja também erra! Vejam o caso da Inquisição e das cruzadas...”).

Por isso, é comum ver católicos falando mal da própria Igreja, achando-se esclarecidos e gabando-se de não fechar os olhos para “tudo de ruim que a Igreja fez no passado”. Nessa sanha de autculpabilidade infundada, acabam

reproduzindo desinformações e caluniando sua própria religião.

Na linguagem popular, o termo “inquisição” é usado para designar uma situação em que há um interrogatório malicioso, opressor e excessivamente rigoroso. De adolescentes que chegam tarde em casa e querem se desvencilhar de suas mães a maridos “intimados” por suas esposas a explicar uma mancha de batom estranha na camisa, todos recorrem à mesma pergunta: “Acaso isto aqui é um tribunal da Inquisição?”.

Agostino Borromeo, historiador especialista nas inquisições, disse que “hoje em dia, os historiadores já não utilizam o tema da Inquisição como instrumento para defender ou atacar a Igreja. Diferentemente do que antes sucedia, o debate se encaminhou para o ambiente histórico, com estatísticas sérias”. Quanto otimismo! Menos, professor Borromeo, menos!

Se, por um lado, uma grande parcela dos historiadores está realmente comprometida com um estudo mais embasado e livre de preconceitos sobre as inquisições, muitos, por outro lado, ainda estão engessados no vício de repetir clichês como se fossem papagaios. São cordeirinhos

fiéis dos intelectuais iluministas, que em nenhum momento questionam os seus ídolos.

Filmes de Hollywood, peças de teatro, romances e até conversas de botequim também contribuem para perpetuar a “lenda negra” das inquisições e das cruzadas. E, nas escolas e universidades, professores desatualizados sobre as últimas pesquisas históricas (ou simplesmente mal-intencionados) insistem em propagar velhos mitos.

Falar mal das inquisições e das cruzadas sempre pega bem e se encaixa em quase qualquer discurso. E, a cada nova citação, o monstro mais medonho da história da humanidade é pintado com mais um chifre, mais um rabo e mais um conjunto de garras afiadas.

O que queremos nesta obra, portanto, é:

- explicar de forma simples e descomplicada o que foram as inquisições e as cruzadas, fugindo das análises superficiais;
- proporcionar uma leitura divertida e agradável (quem não rir vai pra fogueira! Brincadeirinha...);
- ajudar os não católicos a lançarem um segundo olhar sobre as inquisições e as cruzadas, despindo-se de ideias

preconcebidas; e


- oferecer aos católicos um instrumento de defesa para a sua fé, ajudando-os também a reconhecer e refletir sobre os erros efetivamente cometidos pelos filhos da Igreja nas atividades das inquisições e das cruzadas.

Este não é um livro de catequese. Aqui, nós nos empenhamos sobretudo em expor os estudos mais recentes de historiadores renomados, que se dedicaram a uma honesta reconstrução científica.


Está pronto para uma viagem no tempo? Quer entender as inquisições e as cruzadas de forma rápida, sem rodeios? Vem com a gente!

PARTE 1


Inquisições



VÉI, NA BOA... VAMO
PEDIR PERDÃO, MAS SÓ
PELO QUE A GENTE FEZ,
E NÃO PELO QUE DIZEM
QUE A GENTE FEZ,
TÁ LIGADO?



MAS, SANTIDADE,
NÃO PODEMOS
PUBLICAR ISSO...



ENTÃO ESCREVE AÍ:
ANTES DE PEDIR PERDÃO,
É NECESSÁRIO TER UM
CONHECIMENTO EXATO
DOS ACONTECIMENTOS.

SÃO JOÃO PAULO II

CAPÍTULO 1

O que não te contaram sobre o pedido de perdão de João Paulo II

Dez em cada dez vezes em que nos propomos a expor as mentiras da “lenda negra” das inquisições, somos logo questionados: “Ora, o papa João Paulo II já pediu perdão pela Inquisição, então não faz sentido você tentar defendê-la!”.

As pessoas esperam que esse argumento sirva de caláboca, pois o tal “pedido de perdão do papa” tornaria ridícula e desqualificada qualquer tentativa de expor uma revisão histórica sobre as inquisições. Porém, entenda que **São João Paulo II jamais pediu perdão pelas inquisições, nem sequer sugeriu que essa instituição não deveria ter existido**. Sim, foi isso que você leu! Nunca houve pedido de perdão por parte da Igreja pela criação e pelo controle das inquisições.

“Mas saiu em todos os jornais, eu vi!” Pois é... Às vezes, fixamos na mente somente o que lemos nas manchetes ou em leituras apressadas, sem dar tanta atenção às ricas informações contidas nas pequenas letras do corpo da matéria. Resultado: tiramos conclusões superficiais e distorcidas dos fatos!

Imagine o caso de um fórum em que há um juiz corrupto. O Ministério Público receberá uma denúncia sobre o fato, apurará, verificará o crime e obterá o afastamento do juiz. Então, um representante do fórum, em uma coletiva de imprensa, irá a público e pedirá desculpas à sociedade pelas injustiças cometidas no fórum durante a atuação daquele juiz. Ora, ninguém vai concluir, a partir disso, que o fórum é uma instituição essencialmente má. Houve abusos por parte de um juiz sem ética, e isso é tudo.

Da mesma forma, **São João Paulo II pediu perdão somente pelos abusos cometidos nos processos dos tribunais das inquisições.** Atenção, pelos abusos! Em nenhum momento, ele sequer insinuou que a Inquisição foi uma instituição má. Porém, as manchetes pouco honestas e sensacionalistas consolidaram essa imagem junto às massas.

Veja o que o santo papa realmente disse:

Na opinião pública, a imagem da Inquisição representa o símbolo de tais antitestemunho e escândalo. Em que medida essa imagem é fiel à realidade? Antes de pedir perdão, é necessário ter um conhecimento exato dos acontecimentos e colocar as faltas cometidas contra as exigências evangélicas lá onde elas efetivamente se encontram. Este é o motivo pelo qual o Comitê pediu a consulta de historiadores, cuja competência científica é universalmente reconhecida.^[1]

Ele disse também:

O Magistério eclesial não pode, certamente, propor-se a realizar um ato de natureza ética, como é o pedido de perdão, sem antes ter se informado com exatidão acerca da situação daquele tempo. **Mas nem sequer pode apoiar-se nas imagens do passado veiculadas pela opinião pública, uma vez que estão com frequência sobrecarregadas de uma emotividade passional, que impede a diagnose serena e objetiva.** [...] Eis por que o primeiro passo consiste em interrogar os historiadores, aos quais não é pedido um juízo de natureza ética, que ultrapassaria o âmbito da sua competência, mas oferecer uma ajuda à reconstrução mais precisa possível dos eventos, dos usos, da mentalidade de outrora, à luz do contexto histórico da época.^[2]

Os tais historiadores citados pelo papa eram os membros de um comitê histórico-teológico convocado pelo Vaticano

para realizar um estudo rigoroso e científico sobre as inquisições. **O grupo era um timaço formado por 30 historiadores renomados**, e o trabalho foi liderado pelo professor Agostino Borromeo.

O critério para a formação desse grupo restrito de historiadores foi um só: que todos tivessem sua competência reconhecida internacionalmente sobre o tema em questão. Não importava o credo que professavam, a orientação ideológica ou a escola historiográfica a que pertenciam.

Os resultados desse estudo de peso foram reunidos em um livro de quase oitocentas páginas chamado *L'inquisizione: Atti del Simposio Internazionale*.^[3] Esse precioso “tijolão” é uma das principais fontes utilizadas ao longo deste livro.

Durante a coletiva de imprensa de apresentação de *L'inquisizione*, o cardeal Georges Cottier, teólogo da Casa Pontifícia, declarou que aquele era um trabalho de “purificação da memória, porque a memória histórica, isto é, a nossa noção do passado, não está isenta de deformações e preconceitos”. E pontuou que “**não se pede perdão por algumas imagens difundidas pela opinião pública, que têm a ver mais com o mito do que com a realidade**”.^[4]

Isso deixa bem clara a posição oficial da Igreja Católica a respeito das inquisições, que é de empenho na busca da verdade, e coragem e humildade no reconhecimento das culpas do passado, com o objetivo de refletir sobre as tentações do presente e rejeitar as acusações sem fundamento científico.

Quanto às “imagens difundidas pela opinião pública, que têm a ver mais com o mito do que com a realidade”, vamos citar agora um entre inumeráveis exemplos, que selecionamos por ser bastante curioso: a tortura por meio de uma caixa cheia de pontas perfurantes, chamada “dama de ferro”.

No filme *A lenda do cavaleiro sem cabeça*, de Tim Burton, há uma cena especialmente macabra relacionada à Inquisição. O detetive Ichabod Crane, interpretado por Johnny Depp, revê, em um pesadelo, o momento em que, quando criança, encontrou sua mãe em uma câmara de tortura da Inquisição. Ela, uma delicada e amável feiticeira, fora completamente dilacerada pelos espinhos de ferro desse instrumento de tortura.

Acontece que a assustadora dama de ferro, que também dá nome à banda de *heavy metal* Iron Maiden, não passa de

uma invenção de picaretas do século XVIII ou XIX. Jamais foi usada na Idade Média, nem pela justiça secular e muito menos por qualquer tribunal da Inquisição.

Nos tempos medievais, eram aplicados os mais horrendos meios de tortura, especialmente pelos governantes seculares. Isso é fato (atenção: as torturas realizadas pelos tribunais das inquisições foram relativamente brandas e não eram tão frequentes, como veremos mais adiante). Mas a dama de ferro é pura fantasia. Há alguns poucos registros de pessoas colocadas em caixas de madeira cravadas por ferros pontiagudos, mas isso não está em nada relacionado às inquisições, nem tampouco as caixas tinham forma de mulher.

É vergonhoso que curadores de alguns dos museus mais importantes do mundo tenham catalogado exemplares da dama de ferro como autênticos dispositivos medievais de tortura. Na verdade, essas peças foram forjadas por puro interesse comercial, para gerar sensacionalismo e atrair o público.

Um dos museus que possui uma dama de ferro em seu catálogo é o San Diego Museum of Man, na Califórnia. E esse mesmo museu publicou um artigo em seu site, em 2012,

reconhecendo que a peça foi uma invenção oportunista feita no século XIX, assim como as demais damas de ferro expostas em museus de todo o mundo.^[5] O mesmo artigo diz ainda que, apesar de não haver registros da existência e do uso da dama de ferro na Idade Média, esse tipo de tortura foi aplicado na contemporaneidade:

[...] em 19 de abril de 2003, a *TIME World News* informou que uma dama de ferro foi encontrada no complexo do Comitê Olímpico Nacional do Iraque, em Bagdá. Dedos foram apontados para Uday Saddam Hussein, chefe do comitê, que teria supervisionado a tortura de atletas iraquianos cujas performances não cumpriam as expectativas.

A jornalista alemã Katharina Baumann conta que, para ser fiel às mais recentes descobertas históricas, o Museu de Kyburg banuiu a dama de ferro de sua “câmara de torturas” em 1999, removendo-a para outro espaço de exibição. A peça faz parte do acervo desde 1876 e havia sido construída pouco tempo antes, na Caríntia austríaca, conforme revelou o diretor do museu, Ueli Stauffacher. Ou seja, ela está muito longe de ser um artigo medieval. Baumann também explica:

Wolfgang Schild, professor de história criminal da Universidade de Bielefeld, é especialista na dama de ferro. Esse instrumento mortífero nunca foi usado para fins de tortura. Todas as damas de ferro exibidas hoje em museus e castelos são reproduções de dois exemplares um pouco maiores: um estava no castelo Feistritz, na Áustria, e o outro, em Nuremberg. As investigações científicas mostraram que esses dois “originais” também são do século XIX.
[6]

Da mesma forma que aconteceu com a dama de ferro, muitos outros instrumentos de tortura foram falsamente relacionados às inquisições. Serrar uma pessoa ao meio, introduzir objetos na vagina ou no ânus, sentar o réu em uma cadeira cheia de pregos... Esses e outros tantos suplícios jamais ocorreram nos tribunais das inquisições, que, aliás, aplicavam a tortura muito raramente.

É o que veremos mais detalhadamente nos próximos capítulos.



CAPÍTULO 2

A Igreja como refém do sistema feudal

Por que falar de feudalismo? Porque é impossível compreender a Inquisição Medieval sem refletirmos sobre os acontecimentos que causaram o seu surgimento. Prepare-se, pois este capítulo é eletrizante, apesar de mostrar fatos chocantes e desagradáveis.

Em um primeiro momento, somos levados a pensar que a época feudal era altamente favorável para o catolicismo. É evidente que em nenhum outro tempo a Igreja teve tanto prestígio, tanta influência e tanta capacidade de animar os indivíduos e a coletividade, mas havia também enormes desvantagens.

A situação era delicada: **as igrejas e os mosteiros eram reféns do sistema feudal, já que não tinham outra opção a**

não ser pertencerem a um feudo. Isso dava aos senhores feudais a oportunidade de interferirem de forma abusiva nas questões da Igreja, chegando ao ponto de se apossarem de seus espaços e de colocarem a si mesmos como chefes de conventos e abadias.

Era comum que um nobre cavaleiro leigo fosse, ao mesmo tempo, um abade: ou seja, um leigo governando os monges! O mosteiro era considerado parte de sua propriedade. E havia um abuso ainda mais grave. Imagine se o prefeito da sua cidade ou o governador do seu estado se achassem no direito de eleger o bispo da sua diocese... Surreal, não? Pois isso era rotina no século X!

Por mais que os papas protestassem, os nobres roubavam esse poder sagrado da Igreja, fazendo uso de sua força militar. Ainda mais repugnante era a costumeira venda de cargos clericais.

“Para nomearem um bispo, um abade e até um modesto pároco, os senhores que exercem o controle local exigem dinheiro, e os padres que deram dinheiro para obter uma dignidade fazem-se pagar por uma vez pelo exercício do seu ministério”.^[1]

Bispo

Os bispos católicos são os sucessores dos apóstolos e os únicos sacerdotes com o poder de ordenar outros homens como sacerdotes ou bispos. O papa, como bispo de Roma, é o sucessor de São Pedro.

Assim proliferou a raça infernal de príncipes-bispos, bispos-condes e príncipes-abades, mais interessados em carreira, em terras e em riquezas do que na salvação das almas. Era comum que eles comandassem tropas e guerreassem contra outros feudos em casos de discórdia, agindo da mesma forma mundana que os demais senhores feudais.

O bispo italiano Guido, de Assis, por exemplo, “era proprietário de metade dos bens de raiz de Assis e passava a maior parte do tempo em demandas judiciais e pouco em cuidar de seu povo”.^[2]

O PAPADO TREVOSO DO SÉCULO X

Muitas vezes, bispos mundanos tornavam-se papas, manchando Roma com crimes, crueldades e escândalos de todos os tipos. Nesse século de trevas, também houve homens dignos no papado, porém foram depostos, mortos ou oprimidos por governantes tiranos e antipapas.

Na Idade Média, as mulheres tinham grande influência e papéis de protagonismo na política (falamos mais sobre isso no livro *As grandes mentiras sobre a Igreja Católica*). Isso também era realidade no governo da sede da Igreja – infelizmente, nesse caso específico, com consequências nefastas.

Durante boa parte do século X, o papado esteve nas mãos dos Teofilacto e, especialmente, nas mãos das mulheres dessa poderosa família, a tal ponto que o povo costumava dizer: “Temos mulheres por papas!”.^[3]

[...] Teodora e as suas filhas tinham intervindo incessantemente, por muitos anos, nos negócios romanos. Certos papas seriam criaturas suas, como foi o caso de Sérgio III, sobre quem pesava a grave acusação de ter sido amante de sua protetora [...]^[4]

Antes de continuar, tenha um remédio para o estômago à mão. A seguir, apresentamos uma breve biografia dos papas

desse triste século.

Sérgio III

Foi papa entre 904 e 911. Quando ainda era cardeal, Sérgio foi um dos participantes do macabro Sínodo do Cadáver. Nesse evento, ocorrido em 897, por motivos políticos escusos, o papa Estêvão VI mandou desenterrar o cadáver do papa Formoso e o submeteu a um julgamento formal. O cadáver, como era de esperar, não soube se defender dos crimes de que o acusavam... e acabou sendo condenado e atirado no rio Tibre!

Durante o julgamento de Formoso, um terremoto destruiu parcialmente a Basílica de Latrão (catedral de Roma), o que foi interpretado pelo povo como sinal da ira divina contra aquele ato infame.^[5] Naquele mesmo ano, o Sínodo do Cadáver foi declarado inválido pelo papa Teodoro II, mas Sérgio III, quando se tornou papa, declarou novamente a legitimidade do sínodo.

Seu caminho para o papado foi aberto com a morte de dois rivais. Antes de se tornar papa, Sérgio III matou o antipapa Cristóvão e o papa Leão, seu antecessor.^[6] Logo no

início de seu pontificado, numa canetada louca, Sérgio III anulou todas as ordenações de padres, bispos e cardeais feitas pelo falecido papa Formoso, de quem havia sido grande adversário. Ele exigiu que todos fossem reordenados, mas essa bagunça foi desfeita após sua morte.^[7]

Sérgio III realmente estava muito longe de ser um bom cristão, mas não devemos crer tão facilmente em todos os delitos que costumam pôr em sua conta. Quase tudo o que se diz sobre ele é muito duvidoso, porque quando Sérgio III foi exilado por Lamberto, duque de Spoleto, todos os documentos oficiais foram destruídos. A única documentação que sobrou a respeito de seu governo foi produzida por seus inimigos.

Um desses fatos duvidosos é o seu suposto caso amoroso com Marózia, membro dos Teofilacto, a mais poderosa família romana da época; dizem que dessa união teria nascido o futuro papa João XI. É possível, mas não há nenhum documento histórico confiável para fundamentar essa hipótese. A única fonte da época é de autoria do bispo de Cremona, Liutprando, que adorava inventar fofocas para difamar os adversários de seu patrão, o imperador alemão. Horace Mann afirma que Liutprando “é totalmente indigno

de credibilidade em relação a Sérgio III e a João XI”,^[8] e Daniel Rops chama Liutprando de “venenosa comadre”.^[9] Já Richard McBrien, especialista na história dos papas, afirma que Sérgio “supostamente, teve um filho com a filha de 15 anos da mulher de Teofilacto, Teodora”. Ou seja, isso está no campo das suposições e não é dado como certo.^[10] Infelizmente, não havia o teste de DNA naquela época...



Anastácio III

Foi papa entre 911 e 913. Os poucos dados históricos sobre Anastácio III não nos permitem concluir se era um homem mau ou não, mas certamente foi uma marionete na mão dos Teofilacto.

Lando

Foi papa entre 913 e 914, por breves seis meses. Quase nada se pode dizer sobre ele, pois há pouquíssimos registros de seu papado.

João X

Foi papa entre 914 e 928 e também subiu ao trono de São Pedro graças às maquinações dos Teofilacto. Sua ação mais esdrúxula foi eleger um garotinho de 5 anos como arcebispo de Reims, na França. Para aliviar um pouco a sua barra, podemos dizer que ele fez isso por um motivo nobre: obter a libertação do rei Carlos, o Simples. A eleição de seu pequeno filho foi a condição imposta pelo conde Heriberto da Aquitânia para libertar o rei.^[11]

João X teve o mérito de expulsar os invasores muçulmanos da península Itálica. Depois de um tempo,

começou a tomar algumas medidas que contrariavam os interesses políticos da família Corleone, ops!, Teofilacto, e isso viria a custar a sua vida.

O primeiro a ser assassinado pelo “bonde da Marózia” foi Pedro, prefeito de Roma e irmão do papa. Depois de ver seu irmão ser cortado em pedaços diante de seus próprios olhos, o papa João X foi jogado em um calabouço, onde morreu depois de certo tempo, talvez menos de um ano.^[12]

Leão VI

Foi papa em 928, por apenas sete meses. Pelo pouco que se sabe, foi um bom homem. É provável que tenha sido eleito por influência da senadora e patricia romana Marózia Teofilacto.

Estêvão VII

Foi papa entre 928 e 931. Seu pontificado passou como uma sombra e quase não há o que se dizer sobre ele.

João XI

Foi papa entre 931 e 936. Filho de Marózia Teofilacto, foi submisso a seu irmão Alberico II, que mandava e desmandava em Roma, interferindo inclusive em assuntos da Igreja.^[13]

Marózia havia se tornado esposa de Hugo, rei da Itália, ganhando ainda mais poder. Seu filho Alberico II não gostou e decidiu eliminar a concorrência, agitando uma revolta popular contra a própria mãe. Hugo fugiu da cidade e Marózia foi encarcerada e morreu na prisão.

Daí em diante, o papa João XI foi mantido em prisão domiciliar no Palácio de Latrão.

Leão VII

Foi papa entre 936 e 939. Alguns dizem que foi eleito papa graças ao tirano Alberico II, filho de Marózia.

Estêvão VIII

Foi papa entre 939 e 942. Cuidou apenas das questões espirituais da Igreja enquanto Alberico II continuava governando a esfera civil dos Estados Pontifícios.

Marino II

Foi papa entre 942 e 946. Era um bom homem e procurou melhorar a formação e a disciplina do clero. Ajudou muito os pobres e reformou basílicas. Também usou sua diplomacia e fez tudo o que estava ao seu alcance para promover a paz entre os príncipes cristãos.^[14]

Sendo mais um refém de Alberico II, não o contrariava em nada. Era um papa politicamente impotente, mas cheio de virtudes.

Agapito II

Foi papa entre 946 e 955. Finalmente, um homem de coragem, firmeza e dignidade assumiu o papado naqueles tempos de extrema humilhação do trono de Pedro.

Em 954, o príncipe Alberico II, o poderoso chefe de Roma, caiu doente e percebeu que estava com o pé na cova. Reuniu, então, todos os nobres romanos na basílica de São Pedro e os fez jurarem que seu filho Otaviano seria eleito papa depois da morte de Agapito II. Essa promessa realmente foi cumprida.^[15]

João XII

Foi papa entre 955 e 964. Era o tal filho de Alberico II, a quem o papado fora garantido antes mesmo de o papa anterior morrer. Tinha apenas 18 anos quando foi eleito sucessor de São Pedro.

Finalmente, o governo civil de Roma voltava para as mãos do sumo pontífice. Essa seria uma ótima notícia... se o novo papa não fosse uma pessoa de vida tão vergonhosa e esculhambada!

João XII amava a guerra, a bebedeira, a jogatina, a imoralidade e a corrupção. Certa vez, vestiu a armadura, tomou as armas e liderou pessoalmente uma expedição militar contra os príncipes de Benevento e Capua, tentando ampliar os territórios da Santa Sé.^[16]

Liutprando é uma das principais fontes da época a respeito do comportamento sexual do papa João XII, mas já falamos do quanto ele era parcial e pouco confiável em seus registros. Tendo isso em mente, vale citar aqui que, segundo esse cronista, o papa transformou o palácio de Latrão em um bordel.

A fama de João XII era tão ruim que as mulheres respeitáveis de nações estrangeiras tinham medo de ir a Roma em peregrinação e ser atacadas sexualmente por ele.

Até que ponto isso é verdade ou fofoca de “Liu Lobo”, só Deus sabe.^[17]

O papa precisava de apoio político para a defesa das terras da Santa Sé contra os ataques do rei da Itália e por isso se aliou ao rei Otto I da Alemanha. Em troca da proteção recebida, João XII coroou Otto imperador em uma cerimônia realizada na basílica de São Pedro, e assim foi criado o Sacro Império Romano-Germânico, em 962.

Mas essa parceria teria vida curta. No ano seguinte, o papa e o imperador começaram a se contrapor. Otto se aproveitava da péssima fama de João XII para censurá-lo e se apresentar como uma espécie de fiscal da moralidade do papado, mas não pensem que ele agia assim por seu grande zelo pela fé católica, pois tudo não passava de politicagem.

Otto colocou ainda mais as mangas de fora e estabeleceu que, dali em diante, nenhum papa seria eleito e consagrado sem o seu prévio consentimento. Isso significava colocar o papado em posição de submissão ao império alemão. João XII não gostou nada dessa manobra, fugiu de Roma e começou a conspirar contra Otto, unido a seu antigo inimigo, Berengário II, rei da Itália.

Em novembro de 963, o imperador Otto reuniu leigos ilustres de Roma e 50 bispos italianos e alemães para julgar o papa. Nessa assembleia, João XII foi acusado de cometer os mais graves e variados crimes e até mesmo de promover banquetes em que os convidados faziam brindes em honra a Satanás.^[18] Mais uma vez, é bom frisar que Liutprando é a fonte dos relatos sobre as orgias do papa João XII, o que nos deixa com um pé atrás.

Ao fim desse sínodo, uma carta foi enviada ao papa, pedindo que ele apresentasse a sua defesa. Em vez de se defender, João mandou uma resposta curta e grossa, dizendo que, se outro papa fosse colocado em seu lugar, ele excomungaria todos os traíras participantes da assembleia.^[19] Será que sua resposta foi mesmo essa? É possível, porém Mann observa que são suspeitas todas as informações dos documentos dessa época referentes à luta entre o papado e o Sacro Império Romano-Germânico.

O sínodo rebateu a resposta do papa com o argumento de que João XII já não tinha mais autoridade para excomungar ninguém – o que é falso, já que os seus muitos pecados, por mais graves e numerosos que fossem, não podiam anular a sua consagração papal. Como não conseguiram entregar essa

nova carta ao papa, pois ele estava escondido, decidiram tirá-lo de uma vez do trono de Pedro e colocar outro papa em seu lugar. Isso era totalmente ilegal, e Otto foi muito criticado na época, até mesmo na Alemanha.

O imperador escolheu um sobrinho de Marózia para ser o novo papa, sob o nome de Leão VIII. Como ele não era padre, recebeu todas as ordens sagradas, uma após outra, no mesmo dia, tornando-se padre e, em seguida, bispo, pois um leigo não poderia ser consagrado vigário de Cristo.

Antipapa

Pode-se dizer que é um papa “pirata”, falso. É eleito de forma ilegal, geralmente pela força de algum governante poderoso, e se faz passar por papa sem sê-lo.

Na verdade, Leão VIII não se tornou um papa verdadeiro, mas sim um antipapa, pois a deposição de João XII foi ilegal.

Assim que Otto deixou Roma, os romanos começaram a se rebelar contra o governo do antipapa. Foi intenso o quebra-pau nas ruas da Cidade Eterna. O antipapa Leão VIII

fugiu, e o papa João XII retomou o seu posto dois meses após a sua deposição.

Todos os que atuaram como juízes no sínodo convocado por Otto foram executados por João XII. Dentre eles, alguns foram selecionados para ser torturados com terríveis e graduais mutilações até a morte.^[20]

No ano seguinte, João XII morreu. Não há consenso entre os historiadores sobre a causa de sua morte.

Bento V e Leão VIII

Bento V foi eleito pela vontade do povo em 964, mas nunca pôde reinar como papa, pois lhe deram uma porretada na cabeça e colocaram outro em seu lugar, Leão VIII. Vamos contar tudo com calma...

O imperador Otto cercou Roma com suas tropas e ameaçou deixar toda a população morrer de fome, impedindo a entrada de mantimentos na cidade. Os romanos cederam e abriram os portões.

Na basílica de São Pedro, em uma humilhante cerimônia pública, as vestes e insígnias pontifícias de Bento V foram arrancadas. No fim, Leão VIII assumiu o posto de papa e

usou o báculo como porrete para golpear a cabeça de Bento V, que caiu desmaiado.

Leão VIII morreu no ano seguinte. Ele foi mesmo papa ou nunca passou de um mero antipapa? A confusão daqueles tempos é tão grande que essa questão ainda está em aberto.

João XIII

Foi papa entre 965 e 972, eleito por pressão do imperador Otto. Os romanos o odiavam, pois sabiam que ele era paumandado do imperador.

Menos de três meses após a coroação papal, uma revolta popular estourou em Roma. João XIII foi agredido e expulso da cidade. No ano seguinte, a galera se arrependeu, e o papa foi aceito de volta (pelo visto, os romanos tinham um humor muito instável!). João XIII queria perdoar e mostrar benevolência para com os líderes da revolta, mas Otto pensava diferente e puniu a todos sem misericórdia.^[21]

Bento VI e o antipapa Bonifácio VII

Bento VI foi papa entre 973 e 974. Suas primeiras ações indicam que ele estava comprometido a ser um papa bom e

digno, pois estimulou a reforma espiritual dos mosteiros e proibiu os bispos de cobrarem dinheiro para ordenar novos padres.^[22] Mandou bem!

Teriam chegado ao fim os tempos de baderna no trono de Pedro? A torcida era grande. Agora vai! Mas não foi...

Alguns meses após a eleição de Bento VI, Otto, seu protetor, morreu. Em lugar dos Teofilacto, a nova “família mafiosa” de Roma eram os Crescenzi. Eles armaram uma revolta contra o papa e o encarceraram. Em uma eleição ilegal, colocaram no trono de Pedro o cardeal Franco, que adotou o nome de Bonifácio VII.

Otto II, o novo imperador, enviou um representante a Roma, que chegou lá cobrando satisfações e exigindo a soltura do papa Bento VI. As tropas do legado imperial invadiram o castelo em que o papa estava preso, mas já era tarde: um padre havia estrangulado Bento VI até a morte, a mando do antipapa Bonifácio VII. Além de assassino, o antipapa era ladrão, e fugiu para Constantinopla levando boa parte dos tesouros de Roma.

Seis anos depois, Bonifácio VII retornaria a Roma para roubar o trono de outro papa, Bento VII.

Bento VII e o antipapa Bonifácio VII

Bento VII foi papa entre 974 e 983. Foi caridoso com os pobres, especialmente as viúvas e os órfãos, e incentivou as ordens monásticas. Uma de suas primeiras ações foi excomungar o antipapa Bonifácio VII. Porém, seis anos após sua eleição, teve que fugir da cidade quando uma revolta popular foi incitada pelo excomungado.

E o vaivém no trono de Pedro parecia que nunca terminaria! Menos de um ano depois, Bento VII retomaria o seu posto em Roma, graças às forças do imperador Otto II.

Assim como Bento VI, Bento VII proibiu os bispos de cobrarem taxas para ordenar sacerdotes.

João XIV e... o antipapa Bonifácio VII (ele de novo!)

João XIV foi papa entre 983 e 984. O imperador Otto II o escolheu para ser o novo pontífice e nem se preocupou em consultar as autoridades de Roma.

Para o azar do novo papa, Otto II, seu único aliado e protetor, morreu vítima de malária logo em seguida à sua eleição. Ao saber disso, quem voltou para azucrinar? Quem? Quem? O Boninho teimoso, o antipapa Bonifácio VII!

O sujeito podia ser canalha, mas temos que reconhecer que era perseverante. Dá até para imaginá-lo cantando “Lua de cristal”^[23] no chuveiro: “Tudo o que eu quiser o cara lá de cima vai me dar...”. Quando era criança, Boninho deve ter ouvido muito a sua mãe dizer: “Meu filho, nunca desista dos seus sonhos!”. Ele obedeceu à mamãe e levou essa convicção até as últimas consequências.

Das bandas do Oriente, lá veio Boninho para passar o rodo. Encontrou o papa completamente indefeso, surrou-o e prendeu-o no castelo de Sant’Angelo. Depois de quatro meses de agonia, João XIV morreu de fome.

A partir de então, o antipapa Bonifácio VII reinou por quase um ano até morrer de repente – e não se sabe a causa. Seu corpo foi capturado pelo povo no meio do funeral, arrastado pelas ruas de Roma, pisoteado e perfurado por lanças.

João XV

Foi papa entre 985 e 996, eleito com o apoio da família Crescenzi.

Um fato marcante de seu pontificado foi a realização da primeira canonização formal de um cristão, Santo Ulrico de Augsburgo. Esse ato deu início à regularização do processo de canonização, com uma investigação formal sobre a vida do candidato a santo e exigência da comprovação de milagres. Até o século IX, eram os bispos os responsáveis por determinar quem era digno de ser honrado como santo e, antes disso, os santos eram elevados aos altares pela aclamação popular.[24]

Gregório V

Foi papa entre 996 e 999. Primo do imperador Otto III, tinha apenas 24 anos quando herdou as chaves de São Pedro. Era conhecido por ser um homem bom e cheio de virtudes.[25]

Assim que Otto III se afastou de Roma, os Crescenzi expulsaram Gregório V da cidade e elegeram um antipapa, chamado João XVI, mas os bispos do Ocidente excomungaram o antipapa, e Gregório V logo retornou ao seu lugar de direito. O antipapa foi aprisionado em um mosteiro e o chefe da família Crescenzi foi decapitado.

Apesar de ter sido eleito pela influência de seu primo imperador, Gregório V buscou assumir uma postura independente, tomando decisões de acordo com o que pensava ser melhor para o bem da Igreja e das almas.



Em 999, Gregório V morreu após contrair malária, antes de completar 30 anos. Depois de décadas de extrema humilhação do trono de Pedro, o digno e corajoso papado de Gregório V encerrou o século X com um facho de esperança.

A Igreja começava a romper as correntes que a oprimiam, tomando o seu destino de novo em suas mãos!

A partir de então, tivemos uma série de bons pontificados, com exceção de um membro da família Teofilacto coroado como Bento IX. Por isso, daremos agora um salto na linha sucessória dos papas até 1042, para falarmos do último caso dessa série de papados dominados pelo poder secular.

Bento IX

Bento IX ocupou o trono em três períodos diferentes entre 1032 e 1048. Era membro da família Teofilacto e foi eleito por meio de suborno. Sua vida era tão imoral que o povo de Roma se revoltou contra ele e contra os desmandos de sua família. Bento IX fugiu da cidade para não ser linchado.

A família rival, os Crescenzi, não perdeu tempo, saiu da toca e colocou Silvestre III no trono de Pedro. Depois de 50 dias, Bento IX voltou à cena, excomungou Silvestre III e retomou o trono papal, mas isso não foi nada perto da situação que viria em seguida, que alcançou o grau máximo na escala Salvador Dalí de surrealismo. A fim de descolar

uma grana, Bento IX simplesmente **vendeu o título de papa** (sim, foi isso mesmo que você leu!) para o seu padrinho João Graziano, que passou a ser o papa Gregório VI.

A Igreja tinha diante de si três caras que se diziam papa ao mesmo tempo! Um sínodo realizado em Sutri, na Itália, bateu o martelo a favor da autoridade de Bento IX. Quatro dias depois, outro sínodo, em Roma, colocou Bento IX para escanteio e, em seguida, o imperador colocou em seu lugar o papa Clemente II.

Está tonto, caro leitor? Não desmaie ainda, porque a confusão não terminou! Depois da morte de Clemente II, Bento IX subiu ao trono de Pedro pela quarta e última vez, onde permaneceu por sete meses, até ser chutado de lá por ordem do imperador. Em 1049, um sínodo lateranense o excomungou pelo crime de simonia, ou seja, por ter vendido a função sagrada de papa.^[26]

Resumo da história: Bento IX botou e tirou a tiara papal quase tantas vezes quantas Jack Chan mandou o filho de Will Smith botar e tirar o casaco no filme *Karatê Kid*.

Infalibilidade é a incapacidade de ensinar o que é errado enquanto impecabilidade é a incapacidade de fazer o mal, como bem ensinou o bispo americano Fulton Sheen. No primeiro grupo de líderes cristãos, escolhidos a dedo por Jesus (os doze apóstolos), já havia um homem de péssimo caráter, Judas Iscariotes. Nada é em vão: esse fato já sinalizava que nem todos os chefes da Igreja seriam bons cristãos, mas isso não a impediria de cumprir a sua missão sagrada de comunicar a graça santificante e a mensagem do Evangelho de forma plena. Ter atravessado os séculos e mantido sua doutrina íntegra e intacta, a despeito dos pecados pessoais dos papas, é prova de que a Igreja Católica é governada pelo Espírito Santo. É bem verdade que a grande maioria dos papas merece o nosso louvor, mas mesmo os homens mais santos, como São Pedro, não seriam capazes de guardar a fé com perfeição se não tivessem recebido esse dom especial do Alto.

A respeito dos maus papas do século X, Daniel Rops diz que “no bulário desses medíocres pontífices, não podemos encontrar nada que tenha comprometido a pureza da fé ou a firmeza dos princípios”.

[27]

Como isso é possível? Simples: basta saber a diferença entre infalibilidade e impecabilidade. Os papas são infalíveis quando

ensinam questões de fé e moral válidas para os católicos de todo o mundo, mas não são impecáveis.

Ufa! Aqui se encerra este capítulo tenebroso da história do papado. Agora, devemos nos perguntar: a Igreja Católica, instituição divina, é culpada pelos escândalos e violências que mancharam Roma naquele período? Não! **A Igreja foi refém de tirânicos senhores leigos que forçaram a eleição de seus candidatos e usaram a violência para manipulá-los como marionetes a favor de suas ambições.** Roma estava sequestrada pelos poderosos do mundo.

Certamente alguém dirá que estamos exagerando em nossa defesa da Igreja. Bem, então como se explica que alguns homens bons e honestos tenham sido feitos papas naquele período (como Agapito II, Bento VI e Bento VII), mas mesmo eles tenham sido obrigados a se submeter aos poderosos e não tenham conseguido chutar os vampiros nobres para longe da Santa Sé? O papa João VIII, por exemplo, acabou assassinado a mando de Marózia Teofilacto, “que o considerava muito independente”.[28]

A anarquia feudal ameaçou destruir a independência e a liberdade de espírito do catolicismo, mas não prevaleceu. Ao fim do século X, a Igreja finalmente deixou de ser capacho dos poderosos, renovou-se e conseguiu se libertar da total submissão ao poder político a que por tanto tempo ficou submetida.

PAPAS E BISPOS FILHOS DE SERVOS, SAPATEIROS E PASTORES

Quando se fala em clero medieval, a imagem que vem à mente de muitos é a de um bando de padres vindos das classes dirigentes, que cavaram uma vaguinha de prestígio na Igreja por interesse, desejando aumentar seu poder e influência. Isso acontecia, mas essa é só uma parcela de um cenário bem mais amplo. Era comum que os cargos mais altos da Igreja fossem alcançados pelos mais humildes membros da sociedade.

O clero católico medieval era recrutado em todas as classes sociais, de modo bastante equilibrado. Alguns autores dizem que os mais pobres formavam o “baixo clero” (sacerdotes e diáconos) enquanto os ricos eram selecionados

para o “alto clero” (cardeais, patriarcas e bispos), mas isso não é verdade.

É claro que pessoas poderosas conseguiam, por influência, colocar filhos, primos, tios, gatos e papagaios em postos importantes da Igreja. Já apresentamos aqui os escândalos e danos espirituais provocados por esse tipo de máfia infeliz, especialmente durante o século X, mas essa não era a dinâmica predominante na seleção do alto clero. A organização monárquica da Igreja apresentava um recrutamento socialmente diversificado, em que os príncipes do clero eram escolhidos, acima de tudo, por sua inteligência, seus conhecimentos e suas virtudes.

Esse espírito se traduz nestas palavras de Aldaberão, arcebispo de Reims que ocupou o posto no século X:

“A lei divina não admite distinção alguma de natureza entre os membros da Igreja. Ela torna-os todos de igual condição, por mais desiguais que os tenham feito a posição social e o nascimento; aos seus olhos, o filho do artesão não é inferior ao herdeiro do monarca”.[29]

Entre os incontáveis casos de pessoas humildes que foram eleitas para postos da classe dirigente da Igreja medieval, podemos citar:

- Suger, abade de Saint-Denis, filho de um servo;
- Maurice de Sully, bispo de Paris (aquele que mandou construir a estupenda catedral de Notre-Dame), filho de um mendigo;
- o cardeal São Pedro Damião e o bispo de Liège Wason, que foram guardadores de porcos;
- o papa Gregório VII, filho de um carpinteiro;
- o papa Bento XII, filho de um açougueiro;
- o papa Urbano IV, filho de um sapateiro;
- o papa Bento XI, filho de um pastor de cabras.

Depois de falar do papado trevoso do século X e de um clero mergulhado nos interesses mundanos do feudalismo, consideramos importante contar esse outro lado da história, para evitar a falsa impressão de que só havia gente daquele perfil liderando os fiéis da Igreja.

REAÇÕES DE OPOSIÇÃO AO CLERO DECADENTE

Mesmo em meio à decadência espiritual no interior do clero, o Espírito Santo jamais deixou de animar o espírito de

muitos bons católicos, que mantinham viva a essência do cristianismo e ajudavam a Igreja a fazer sua devida autocrítica. No início do século X, os bispos reunidos no Concílio Regional de Trosly, na França, denunciaram: “Os maus padres que apodrecem na esterqueira da luxúria contaminam com a sua conduta todos aqueles que são castos, pois os fiéis sentem-se inclinados a dizer: ‘São assim os padres da Igreja!’”.[30]

Os maus exemplos de uma parcela do clero, formada por padres de vida muito mais mundana do que espiritual, provocaram na cristandade duas reações opostas: as heresias valdense e cátara e as ordens de religiosos mendicantes.

Foram os hereges cátaros, em especial, que motivaram a criação da Inquisição Medieval, mas vamos falar primeiro daqueles que buscaram reformar a Igreja e foram revolucionários enquanto se mantinham fiéis à fé católica e ao papa.

AS ORDENS MENDICANTES

Em contraste com os religiosos apegados a riquezas, os frades mendicantes eram completamente despossados de

bens materiais. Seus principais representantes eram os seguidores de São Francisco de Assis, os franciscanos, e os discípulos de São Domingos de Gusmão, os frades pregadores.

Essas ordens surgiram no século XIII. Seus membros eram itinerantes e não se fixavam em nenhum convento. Isso lhes conferia grande dinamismo e independência em relação aos poderosos das diversas cidades pelas quais passavam e também os deixava mais próximos da vida cotidiana do povo.

Certa vez, um homem rico ofereceu a São Francisco de Assis um bom pedaço de terra para que vivesse ali com seus irmãos; o santo aceitou a oferta, mas com a condição de que a terra não passasse a pertencer a eles na escritura. Ele rejeitava radicalmente a ideia de que seus irmãos e as irmãs clarissas possuíssem qualquer tipo de propriedade.

Francisco de Assis nunca foi ordenado padre ou bispo, mas o esplendor de sua santidade inspirava a veneração e o respeito de ricos e pobres, humildes e poderosos. Com essa autoridade, que brotava do testemunho de uma vida radicalmente evangélica, conseguiu a façanha de promover a paz e evitar uma guerra em Assis, na Itália.

Para variar, o bispo Guido estava às voltas com mais uma disputa de poder. Ele havia excomungado Oportulo, o *podestà* (prefeito) de Assis, como represália por ter realizado manobras que prejudicavam seus interesses políticos. Oportulo não deixou barato e publicou um decreto estabelecendo que qualquer comerciante que fizesse negócio com Guido seria posto no xilindró.

O caldeirão do ódio estava fervendo e a explosão de uma batalha sangrenta era iminente. São Francisco resolveu intervir e convocou uma reunião entre os rivais, que aconteceria no pátio do palácio do bispo. Estando gravemente enfermo, o santo chegou ao local carregado em uma maca.

Uma multidão silenciosa assistia o encontro. Com muito esforço, o pobrezinho de Assis ficou de pé. Como trovador que era, improvisou estes versos:

Sê louvado, Senhor, por aqueles que perdoam por Teu amor,
e suportam enfermidades e atribulações.

Abençoados os que suportam em paz,
pois por Ti, Altíssimo, serão coroados.

Essa súplica simples e comovente não foi em vão. Naquele dia, o bispo e o *podestà* pediram perdão um ao outro e assinaram um tratado de paz. As diferenças entre eles continuaram a existir, mas ao menos a possibilidade de um confronto armado foi afastada por um bom tempo.^[31]

Com o exemplo visceral e sincero de suas próprias vidas, os religiosos mendicantes combateram a cobiça que penetrou na Igreja durante o tempo da anarquia feudal. Assim, levaram milhares de outros homens e mulheres a seguirem os seus passos.

Mas eles não foram os únicos pregadores itinerantes a se apresentarem aos cristãos como modelo alternativo aos “padres feudais”. Enquanto as ordens mendicantes queriam reformar a Igreja em comunhão com ela, seitas heréticas se levantaram para denunciar os males da Igreja jogando pedras contra seus dogmas e contra a autoridade de seus ministros.

OS HEREGES VALDENSES

A partir de 1173, Pedro Valdo e seus seguidores, os valdenses, iniciaram um movimento herético que se alastrou pela

França. Assim como os frades mendicantes, que surgiriam no século seguinte, os valdenses pregavam a pobreza e tinham uma vida austera, mas, de modo bem diferente dos dominicanos e franciscanos, desviaram-se da doutrina tradicional e se rebelaram contra a autoridade do clero.

Pedro Valdo era um comerciante rico que decidira doar todos os seus bens aos pobres e dedicar-se inteiramente à difusão do Evangelho. O impulso original era bem-intencionado e cheio de generosidade, mas foi desviado pelo temperamento exaltado e orgulhoso.

A coisa fedeu ainda mais quando, além de pregar inúmeras heresias, os valdenses começaram a defender a anarquia. Segundo eles, uma nação não poderia fazer guerra nem mesmo para se defender e os governantes não tinham o direito de castigar os criminosos, pois somente Deus o tinha.

Docetismo

Doutrina herética que negava que Jesus Cristo realmente encarnou em um corpo material. Segundo essa doutrina, Jesus era puro espírito, e seu corpo era apenas aparente.

De modo geral, eram vistos pelos católicos como muito menos perversos e perigosos do que os hereges cátaros. Por isso, a Igreja procurou reconduzi-los ao bom caminho de forma pacífica e, em parte, obteve sucesso. A repressão violenta aos valdenses só foi aplicada em algumas localidades específicas, em que eles se mostraram agressivos e ameaçadores ao clero.

A HERESIA CÁTARA OU ALBIGENSE

Ingredientes: duas xícaras bem cheias de gnose, uma colher de sopa de hinduísmo e uma pitada de docetismo. Coloque tudo no liquidificador e bata. Eis a heresia cátara!

A heresia valdense, apesar de seus erros, refletia muitas verdades autenticamente cristãs; já a heresia cátara, em sua essência, estava mil anos-luz distante do cristianismo. Seus seguidores mantinham uma aparência de seita cristã, mas, na verdade, eram puramente gnósticos.

Os seguidores mais radicais da heresia cátara viviam em total castidade e pobreza e eram chamados de “puros” ou “perfeitos”. A condenação da matéria e de toda a alegria terrena era tão extrema que alguns “perfeitos” se

suicidavam para alcançar mais rapidamente a libertação do espírito em relação à carne má. Somente eles tinham a certeza da salvação.

Havia uma dualidade na seita: enquanto uma minoria dos perfeitos renunciava a tudo, os demais membros da seita, chamados “crentes”, podiam se entregar às suas paixões carnis numa boa. Nenhum sacrifício lhes era pedido e quase tudo era liberado. Os crentes eram aqueles que ainda não tinham a coragem ou a consciência necessária para se despojar dos prazeres da terra, então não havia motivo para se esforçarem muito mesmo. Talvez na próxima vida... Ah, os cátaros acreditavam na reencarnação.



Enquanto o catolicismo chama os cristãos a construírem o Reino de Deus neste mundo, os cátaros não viam possibilidade alguma de construir algo bom na sociedade. Eles tinham uma visão completamente negativa do mundo material e acreditavam que tudo o que era bom só poderia ser vivido no plano sobrenatural.

Se tivesse prevalecido na sociedade, esse grupo de pessoas que considerava todo o mundo terreno como mau só poderia levar ao completo caos. Paul Sabatier, um historiador protestante, pondera que “o Papado nem sempre esteve do lado da reação e do obscurantismo; quando esmagou os cátaros, a sua vitória foi a do bom senso e da razão”.^[32]

Gnose

Doutrina pagã que pregava que o mundo tinha dois criadores (e não um só como prega o cristianismo). Um deus bom teria criado as coisas espirituais, e um deus mau, chamado Demiurgo, teria criado as coisas materiais, inclusive o corpo humano. Portanto, tudo o que é relativo à matéria seria essencialmente maligno.

Na tentativa de mesclar essa doutrina com os ensinamentos cristãos, os gnósticos pregavam que Jesus viera ensinar a verdadeira gnose (um conhecimento secreto) para libertar a alma de sua prisão, o corpo.

No século XI, a heresia cátara se espalhou inicialmente na Itália e no sul da França, mas depois alcançou também a Alemanha, os Países Baixos e a Espanha. Conquistou adeptos principalmente entre as elites, incluindo a pequena nobreza das cidades, os juristas, os negociantes e os ricos em geral. Não era um fenômeno muito popular, mas sim uma seita minoritária.^[33] Ainda assim, o seu potencial para fazer estragos era enorme, justamente porque as elites feudais detinham grande poder.

DIZEM QUE A INQUISIÇÃO QUERIA ELIMINAR ISTO:



MAS, NA VERDADE, ELA QUERIA MESMO ERA ACABAR COM ISTO:



CAPÍTULO 3

A Inquisição Medieval: se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come!

Nos países do Ocidente, a diversidade de crenças e sistemas religiosos é bem aceita. Fora alguns conflitos e reações violentas pontuais, podemos dizer que há um alto nível de tolerância religiosa, especialmente se compararmos com a lamentável situação do Oriente Médio.

Na Idade Média, esse tipo de tolerância era impensável. Na forma como a sociedade medieval estava estruturada, era impossível conceber um pluralismo religioso, com os fiéis de diferentes crenças convivendo em uma atmosfera de respeito mútuo.

E por que não havia essa tolerância? Concluir que os medievais eram maus seria uma resposta muito enganosa e

superficial. Na verdade, eles tinham a necessidade de preservar a única coisa que mantinha a sociedade organizada, unida e politicamente estável: a fé católica.

A FÉ CATÓLICA: BASE E TECIDO DA SOCIEDADE MEDIEVAL

A intolerância medieval à pluralidade de crenças seria influência da fé cristã? Definitivamente, não. O mundo era assim sobretudo por razões políticas e econômicas.

No Japão feudal, dominado pelos xoguns xintoístas e pelos budistas, a fé cristã foi perseguida e reprimida de forma brutal e implacável. Para quem quiser saber mais sobre isso, é muito recomendável a leitura do livro *Silêncio*, de Shusaku Endo. Apesar de ser uma obra de ficção, oferece uma visão muito rica do que se passou com os missionários jesuítas e com a comunidade cristã japonesa no século XVII. O filme homônimo, dirigido por Martin Scorsese, também é muito interessante.

Antes da Idade Média, na Antiguidade, o que mantinha a ordem e freava o caos era o imperador romano e o seu exército. O povo podia praticar a religião que bem

entendesse, contanto que se mantivesse fiel ao imperador e não se recusasse a prestar culto aos deuses do Estado. Houve algumas exceções a essa liberdade de religião: antes de o imperador Constantino assumir o poder, no século IV, e retirar a proibição de se praticar a fé cristã, os cristãos sofreram duras e sangrentas perseguições por parte dos imperadores romanos.

Até o momento em que esse mundo foi estraçalhado pelas invasões de povos bárbaros, entre eles godos, francos, vândalos e normandos. Isso não aconteceu de uma só vez, mas ao longo de alguns séculos, do século V ao X. **O poder central do Estado foi para o espaço e a sociedade se esfacelou em pequenos reinos, os feudos.** O governo, antes concentrado na mão do imperador, dispersou-se nas mãos de milhares de senhores feudais.

Antes, a força política, militar e cultural do Império Romano garantia que os cidadãos das mais diversas nações do império se sentissem parte de uma sociedade comum; ou seja, em meio à diversidade de povos e culturas, havia considerável unidade. No mundo medieval fragmentado, porém, cada feudo tinha o seu modo particular de organização social. **Era uma anarquia feudal!**

Cada feudo era como uma ilha, isolado em seus próprios interesses e costumes. A única coisa que ligava uma ilha a outra era um barco chamado Igreja Católica. Esse elo era fundamental para cultivar e manter a colaboração mútua e a paz entre os feudos. Era natural que qualquer pessoa que atacasse a unidade dessa fé fosse vista como uma ameaça à ordem social e à frágil estabilidade dos reinos.

Muitos alimentam a ideia ingênua e romântica de que o herege medieval não era nada além de um livre-pensador que só queria viver em paz, “de boas”, seguindo as suas próprias ideias. Acreditam que era um cidadão inofensivo, injustamente perseguido pelos fanáticos que não toleravam pensamentos divergentes. Não era bem assim...

Quando um senhor feudal se convertia a uma seita herética, essa decisão não ficava restrita à sua vida pessoal, pois os bens da Igreja Católica existentes dentro de suas terras eram confiscados e todos os habitantes do feudo eram obrigados a seguir a nova crença, inclusive o clero católico. Aqueles que não aderiam à heresia eram maltratados, expulsos ou mortos. Foi exatamente o que aconteceu quando muitos senhores feudais começaram a aderir à heresia cátara, a partir do século XII.

Três elementos são necessários para ser herege:

- ser batizado;
- cometer heresia; e,
- mesmo depois de alertado, persistir de forma irredutível na heresia.

A Igreja considera o herege uma grave ameaça à salvação das almas, pois, ao propagar um erro, ele pode desviar muitas pessoas da verdade e do bem. Na Idade Média, porém, havia um perigo a mais, já que o herege podia desencadear revoltas violentas, com consequentes danos econômicos e derramamento de sangue.

Heresia

Deturpação da doutrina. Negação formal e insistente de uma ou mais verdades fundamentais da fé.

Muito mais do que um problema religioso, o herege era um subversivo que violava as regras do sistema social. Ele ameaçava romper a unidade da fé justamente num momento

em que a religião era o único laço fundamental e consistente entre os reinos do Ocidente.

A POSIÇÃO DA IGREJA SOBRE A PENA CAPITAL AOS HEREGES

“Matar um herege é introduzir na terra um crime inexpiable”, dizia São João Crisóstomo no século IV.^[1] E São Bernardo de Claraval, ao saber que alguns hereges de Colônia haviam sido queimados na fogueira, exclamou que “a fé é uma obra de persuasão, não se impõe!” e que era absurdo criar falsos mártires daquela maneira.^[2]

A Igreja sempre defendeu o uso de meios pacíficos para reprimir a heresia: a pregação, o debate e a excomunhão. Em alguns casos mais extremos, em que o herege atacava os filhos da Igreja ou incitava a violência contra eles, era somada a pena de banimento da cidade.

Em 385, os bispos Santo Ambrósio de Milão e São Martinho de Tours protestaram contra a pena de morte imposta ao herege Prisciliano de Ávila pelo imperador Máximo. Muitos foram os papas que protestaram contra as execuções de hereges feitas pelo poder civil, e, em diversos

concílios, a Igreja se posicionou contra a pena de morte para esses pecadores.[3]

Excomunhão

Penalidade espiritual imposta pela Igreja Católica que resulta na exclusão da pessoa do corpo da Igreja. Um excomungado não será mais considerado católico, a não ser que se arrependa, peça perdão e obtenha o levantamento de sua excomunhão.

O décimo primeiro Concílio de Toledo, em 675, proibiu os sacerdotes de tomarem parte em julgamentos que pudessem implicar em pena de morte. A mesma decisão foi declarada no Concílio de Westminster de 1175 e no Concílio de Canterbury de 1222.[4]

No início no século XII, o papa Alexandre III escreveu uma carta ao arcebispo de Narbona dizendo-lhe que as leis da Igreja e dos homens deveriam evitar o derramamento de sangue humano, ou seja, que era preciso evitar penas corporais na repressão aos hereges.[5]

A opção pela mansidão no trato com os hereges era muito coerente com o exemplo do Divino Mestre, que era pacífico, manso e humilde de coração, e prevaleceu por doze séculos, mas uma série de acontecimentos levou a Igreja a mudar sua conduta e defender atitudes mais severas em relação aos hereges a partir do século XII.

Com o agravamento dos conflitos gerados pelos movimentos heréticos, a massa popular e os governantes aumentaram a pressão sobre as lideranças da Igreja. Diante dessa situação de emergência, os príncipes defendiam que já não era possível abrir mão de um embate mais enérgico.

Muitas vezes, o povo reagia de forma violenta à heresia antes mesmo que as autoridades pudessem avaliar os acontecimentos, e os acusados eram assassinados sem nenhum julgamento. Em 1120, como o bispo de Soissons não tomava a decisão de queimar uns hereges, uma multidão impaciente tomou para si o serviço e arrastou-os e jogou-os na fogueira. Caso similar aconteceu em Colônia, “onde São Bernardo não pôde impedir que o povo arrancasse da prisão alguns cátaros e os chacinasse”.^[6]

O mais famoso dos hereges atacados pela fúria popular foi o padre Pedro de Bruys. Em 1124, ele recolheu um grande

número de crucifixos de madeira e usou-os para fazer uma fogueira no meio da rua e assar umas carnes. O povo se irou com o insulto, e ele acabou esquartejado e assado.

A semente da heresia não morreu com Pedro de Bruys. Ela foi herdada e cultivada pelo seu amigo e seguidor Henrique de Lausanne. Por cerca de vinte anos, ele saiu queimando igrejas e derrubando cruzes por onde passava, além de agredir fisicamente os padres. Acabou sendo preso e morreu no cárcere.[7]

REPRESSÃO À HERESIA NA IDADE MÉDIA: COMO DIZEM QUE ERA...



COMO REALMENTE ERA...



A oposição da Igreja a essas violências era forte e clara. Ao orientar o arcebispo de Reims sobre como tratar os hereges, o papa Alexandre III afirmou que “é menos danoso

absolver o culpado que deveria ser condenado do que condenar um inocente por excesso de severidade. Por isso é melhor que os homens do clero sejam indulgentes e não se excedam na correção dos vícios”.[8]

Muitos outros documentos da época também provam que a Igreja não teve qualquer influência na promoção do ódio e da hostilidade contra os hereges. Pelo contrário, **a população e os governantes mostravam-se impacientes diante da posição pacífica e conciliatória do papa e dos bispos diante do problema da heresia.**

Em 1162, o rei da França, Luís VII, estava às voltas com o caos gerado pelos hereges cátaros em Flandres. Fiéis católicos estavam sendo agredidos e mosteiros e igrejas estavam sendo devastados. Colocando o papa Alexandre III contra a parede, o rei disse que, se a Igreja não se dispusesse a combater os hereges com o necessário rigor, o povo se voltaria contra ela:

Que vossa sabedoria preste uma atenção especial a essa peste, afirma o rei, e que a suprima antes que possa se engrandecer. Suplico-lhe por honra da fé cristã. Concedo toda a liberdade neste assunto ao arcebispo (de Reims), ele destruirá os que se levantam contra Deus, sua justa severidade será aclamada

neste país por todos os que estão animados por uma verdadeira piedade. Se vós procederdes de outro modo, as murmurações não desaparecerão facilmente e lançareis contra a Igreja romana as reprovações violentas da opinião popular.[9]

Crime de lesa-majestade

Crime de traição contra o soberano ou contra o Estado.

Como resposta, no ano seguinte, em um concílio realizado em Tours, o papa Alexandre III recomenda procurar ativamente hereges. “Assim, em vez de nos limitarmos a agir simplesmente quando eles se revelam abertamente, saímos em busca deles”.[10]

O imperador do Sacro Império Romano-Germânico, Frederico II, decretou que a heresia era um crime de lesa-majestade e cobrou do papa mais firmeza para reprimir os hereges. Para o Estado, defender a ordem religiosa era sinônimo de defender a ordem civil. Era a paz no reino que estava em jogo.

São Leão Magno, um dos papas mais brilhantes de todos os tempos, ensinou que o derramamento de sangue repugnava a Igreja, e isso foi mais uma vez citado no cânone 27 do Concílio de Latrão, de 1179. Mas, diante da violência e da gravidade dos conflitos sociais gerados pelos cátaros, a Igreja admitiu, no mesmo cânone, a utilidade de contar com a ajuda do Estado para infligir penas corporais a esses hereges e também reconheceu o direito de o Estado submetê-los ao trabalho forçado. Não há nenhuma referência, ainda, à pena de morte.

A Igreja estava em uma daquelas situações em que “se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come”: se aceitasse atuar junto ao poder secular na repressão aos hereges, correria o risco de sujar sua ação pastoral com derramamento de sangue, mas, recusando-se a colaborar com o poder secular nessa repressão, poderia ser acusada de cruzar os braços diante dos julgamentos improvisados e linchamentos de hereges nas mãos da população furiosa, além dos morticínios gerados pelos inevitáveis conflitos entre fiéis católicos e hereges.

Secular

Algo que não pertence à esfera religiosa, e sim às coisas do mundo.

Em 1199, deu-se fim ao dilema. Todo esse processo desembocou no estabelecimento de procedimentos inquisitoriais pelo papa Inocêncio III, por meio da bula *Vergentis in senium*, que lançou as bases sobre as quais se fundaria o tribunal da Inquisição).

Esses procedimentos inquisitoriais eram conduzidos pelos bispos de cada localidade. Eles não buscavam a morte do herege; na verdade, todos os esforços eram voltados para seu arrependimento e reconciliação. Porém, se a Igreja concluísse que havia esgotado seus recursos e que não havia mais nada que pudesse fazer para convencer o herege a renegar o seu erro, ele era entregue ao Estado. E era esse temido *braço secular* que punia a heresia com a pena capital.

Não foi a Igreja que estabeleceu que heresias deveriam ser punidas com a morte. Essa foi uma iniciativa do Estado. **Tecnicamente, pode-se dizer que a Igreja não matava os hereges, apenas os julgava e os entregava ao braço secular,**

mas isso é só uma parte da verdade. Seria pouco honesto usar esse argumento com a intenção de isentar a Igreja de qualquer culpa pela morte dessas pessoas. Essa responsabilidade é relativa, mas não é inexistente.

Ainda que de modo distanciado, a Igreja topou colaborar na promoção de um processo judicial que, eventualmente, culminou em derramamento de sangue. É importante dizer que essa parceria com o Estado não se firmou senão após muita resistência da Igreja, que, diante da pressão popular e da violência crescente, não viu outra saída. Sobre isso, o historiador Jean-Louis Biget pondera:

[...] o processo de implementação do procedimento inquisitorial por Inocêncio III não é uma demonstração gratuita de intolerância, mas é parte da evolução política e social de todo o Ocidente naquele momento. Esse é um fenômeno histórico que pertence a uma época e a um contexto muito específicos, e estes parâmetros devem ser levados em conta se queremos entender bem os fatos.

[11]

A IGREJA É FORÇADA A AGIR CONTRA OS CÁTAROS

A heresia cátara se espalhou especialmente na Itália e no sul da França. Os hereges ricos e poderosos obrigavam seus subalternos a adotarem a mesma crença. Um abade do mosteiro de Alet, por exemplo, foi obrigado a se declarar cátaro pelo seu senhor feudal.^[12]

Mesmo não sendo convertida à heresia cátara, a grande maioria dos senhores feudais daquelas regiões estava ligada aos hereges da seita por laços de amizade ou parentesco, como o príncipe Raimundo VI de Toulouse, que se dizia católico, mas protegia os hereges em suas terras e eventualmente se unia aos cátaros para saquear igrejas e queimá-las, “às vezes, até mesmo com os fiéis lá dentro”.^[13]

Mesmo diante de todas essas graves violências, a Igreja teve uma admirável paciência com os cátaros: “Durante meio século, só utilizou contra eles as armas da caridade, da persuasão, da discussão pública”.^[14] Com essa postura, obteve algumas vitórias importantes, mas não foi o suficiente.

Ainda acreditando e investindo na diplomacia, o papa enviou dois sacerdotes de sua confiança à cidade de Saint-Gilles, com a missão de convencer o príncipe Raimundo VI

de Toulouse a deixar de proteger os hereges cátaros. No entanto, além de não dar ouvidos aos legados, Raimundo mandou matá-los.

Já não era possível abrir mão da força das armas, e o papado foi obrigado a reagir com dureza. Em 1208, o papa Inocência III convocou a cristandade a fazer uma cruzada contra os cátaros. Honras e bens espirituais foram prometidos aos cruzados, além da possibilidade de tomarem para si os bens dos hereges.

As instruções papais se resumiam a expulsar os cátaros das regiões que ocupavam e retomar aqueles territórios para a autoridade da Igreja, mas a busca por riqueza atraiu ao exército de cruzados um bando de criminosos, e a onda de violência se tornou feroz e excessiva. O que deveria ser uma expulsão se tornou um massacre. Na conquista do viscondado de Béziers, as tropas mataram todos de forma indiscriminada, inclusive mulheres, crianças e católicos fiéis.

Felizmente, essa desgraça não se repetiu na continuidade da cruzada. A tomada de Carcassonne não resultou em nenhum massacre. Os hereges da cidade cederam pacificamente após as negociações.^[15]

O fim do domínio dos senhores cátaros nessas duas regiões foi um golpe fatal para a seita. O restante do serviço de extinção da heresia seria completado pelo tribunal da Inquisição.

A CRIAÇÃO DO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO

O imperador Frederico II se arvorou em inimigo número um das heresias, publicando, em 1220, uma constituição duríssima para reprimir esse crime. O problema foi que ele começou a usar a defesa da ortodoxia da fé como pretexto para perseguir e abater seus inimigos pessoais, acusando-os de heresia.^[16] Esse expediente foi usado não somente pelo imperador, mas também por muitos senhores feudais.

O papa Gregório IX viu nisso uma intromissão indevida em uma questão de competência exclusiva da Igreja. Afinal, reis e senhores feudais não tinham o conhecimento doutrinário indispensável para identificar e julgar hereges. Assim, o papa impediu Frederico II e qualquer outra autoridade secular de continuar a organizar tribunais contra a heresia. A partir de então, essa seria uma tarefa exclusiva da Igreja.^[17]

Foi nesse momento que nasceu a Inquisição, regulada pela bula *Licet ad capiendos*, de 20 de abril de 1233. **Essa instituição foi criada para pôr freio à barbárie, oferecendo aos acusados de heresia um julgamento justo e a chance de se converterem.** Portanto, está realmente muito distante da verdade a ideia clichê de que o maior objetivo da Inquisição era eliminar da face da Terra todos aqueles que ousassem pensar de modo diferente do da Igreja.

Ortodoxia

Interpretação correta da doutrina, livre de heresias e distorções.

A intenção da Igreja era pôr fim às execuções arbitrárias de supostos hereges e aos linchamentos desencadeados pela fúria popular, e recolocar no caminho da salvação as almas desviadas dos hereges. Esses desmandos só tiveram fim quando a Igreja reclamou para si o direito exclusivo de julgar o crime de heresia, já que os padres eram os únicos que possuíam a formação teológica necessária para fazer a devida avaliação, descartando as falsas acusações.

A Inquisição não era conduzida por bispos. Gregório IX a confiou aos frades dominicanos, uma ordem mendicante. Eles tinham uma formação intelectual sólida, que lhes permitia identificar facilmente todas as distorções dos ensinamentos da Igreja. Esses religiosos eram os caras certos para a missão, também pelo fato de que não viviam reclusos em mosteiros nem isolados do mundo. Eram familiarizados com as comunidades e viviam de modo itinerante, o que lhes dava grande mobilidade e independência em relação às autoridades locais, deixando-os livres de eventuais pressões políticas por parte de bispos ou governantes.^[18]

Como já dissemos, a Inquisição foi criada especialmente com a finalidade de aniquilar a heresia cátara. E nisso obteve muito sucesso, pois a seita foi se enfraquecendo até desaparecer de vez depois de 1329. Quando os cátaros deixaram de ser sua maior preocupação, os inquisidores começaram a concentrar seus esforços na repressão das superstições populares e das práticas sexuais imorais.^[19] O campo de ação das investigações inquisitoriais, portanto, expandiu-se bastante.

FUNCIONAMENTO DA INQUISIÇÃO MEDIEVAL

O tempo de graça

Quando havia suspeita de cometimento de heresia em uma cidade ou um povoado, inquisidores eram enviados para lá. No momento da implantação do tribunal da Inquisição em uma localidade, anunciava-se o chamado “tempo de graça”. Nesse período, aqueles que se sentissem culpados de heresia deveriam se apresentar voluntariamente ao tribunal.

O tempo de graça poderia variar de cinco a quarenta dias. Os hereges que acusavam a si mesmos dentro desse período livravam-se das penas mais duras, como prisão e confisco de bens, e recebiam apenas castigos mais brandos.^[20]

A Inquisição só acatava denúncias contra pessoas batizadas. Afinal, se uma pessoa não é batizada, é impossível que seja herege.

O segredo do processo

Logo após o início das primeiras atividades da Inquisição Medieval no Languedoc, na França, alguns cidadãos, em especial aqueles pertencentes à elite, protestaram contra o

que viam como um desrespeito às formas jurídicas tradicionais, já que a Inquisição Medieval aboliu alguns direitos normalmente garantidos aos acusados de algum crime, como a assistência de um advogado.^[21] Sobre esse ponto específico, parece que a norma foi afrouxada. Diz Daniel Rops que “houve frequentes exceções a esta regra” e “não raras vezes o tribunal autorizou o acusado a ser assistido”.^[22]

Entre as ações mais questionáveis está também a ocultação do nome das testemunhas. Não se fazia uma audiência pública em que as testemunhas de acusação depusessem diante de todos. Em vez disso, o processo corria de forma secreta, e a identidade das testemunhas era mantida em sigilo, com a justificativa de impedir retaliações contra elas por parte dos acusados.

O empenho em obter a confissão do réu

A meta principal dos inquisidores era arrancar a confissão dos suspeitos. Para obter esse fim, a exposição ao sofrimento era vista com um meio de coação muito justo e útil. A detenção era o principal recurso, podendo durar breves

períodos ou longos anos, algumas vezes com ferros presos aos pés.

Se a detenção não fosse suficiente, recorria-se à tortura, que não era muito frequente e era bem mais branda do que a aplicada por todos os tribunais seculares da Europa medieval (falaremos sobre este assunto mais adiante).

O tribunal do júri

Não eram somente dois ou três monges inquisidores que proferiam a sentença contra o réu. O papa Inocêncio IV estabeleceu mais um instrumento para diminuir as chances de uma sentença injusta, na forma de um júri formado por cidadãos reconhecidos como bons católicos.^[23]

Essa foi uma inovação muito positiva trazida pela Inquisição Medieval. O número de componentes desse júri variava entre dois e vinte.

Anúncio das sentenças no auto de fé

Após a conclusão do processo inquisitorial, as sentenças eram anunciadas durante uma cerimônia pública, grande e

solene, chamada “auto de fé”. As autoridades religiosas e leigas se faziam presentes.

Indulgência

É a redução ou anulação das penas temporais devidas pelos pecados que uma pessoa cometeu até aquele momento. Penas temporais são passageiras, diferentes da pena do inferno, que é eterna. A ideia é que a pessoa faça o bem para compensar o mal que fez, e isso deve ser feito durante a vida, com atos de amor e caridade. Caso a pessoa morra antes de pagar toda a sua pena temporal, sua alma vai para o purgatório, e de lá segue para o céu, mas somente depois de ter purgado toda a pena. Não se deve confundir indulgência com o perdão dos pecados, que é obtido com o arrependimento e a confissão.

Muitas pessoas aprendem na escola e nos filmes que o objetivo desse evento era atemorizar a população por meio de um espetáculo de terror. Nada mais falso! O auto de fé, acima de tudo, dava visibilidade aos casos de arrependimento e reconciliação com a Igreja.

A queima dos hereges impenitentes ou relapsos não acontecia no auto de fé, mas sim em outra ocasião e em outro lugar. Isso era feito sem a presença do clero, que não podia participar de um ato que resultava em derramamento de sangue.^[24] O auto de fé era focado na misericórdia, não no castigo. Celebrava-se a reconstituição da unidade e da harmonia e ofereciam-se muitas graças:

- os hereges que haviam sido obrigados a usar as cruces penitenciais em seus trajes recebiam a permissão de se livrar delas;
- alguns presos eram libertados, trocando-se a pena de prisão por outra mais leve; e
- todos os fiéis que assistiam ao sermão recebiam indulgências.

Possibilidade de apelação ao papa

Os condenados tinham o direito de apelar ao papa, pedindo a revisão de sua sentença. Muitas vezes obtinham uma resposta positiva. Diversos réus tiveram seus processos revisados, suas condenações anuladas e seus bens restituídos.^[25]

PUNIÇÕES IMPOSTAS AOS HEREGES

Havia basicamente três tipos de hereges: **os arrependidos**, que confessavam seu crime e voltavam ao seio da Igreja; **os obstinados**, que não se arrependiam e persistiam em seu erro; e **os relapsos**, que eram reincidentes, ou seja, voltavam a ser condenados por heresia após terem sido, em outra ocasião, condenados pelo mesmo crime.

Diferentes tipos de hereges recebiam diferentes penalidades. As sentenças mais leves eram destinadas aos hereges arrependidos e reconciliados com a Igreja. Esses não eram castigos físicos, mas sim punições econômicas ou difamantes como pagar multas, usar grandes cruzes amarelas na frente e nas costas de suas roupas por determinado período, fazendo-o sempre que estivessem em locais públicos, e realizar peregrinações a lugares santos, como Santiago de Compostela, Jerusalém e Roma.

O uso das grandes cruzes no traje provocava certo isolamento social, já que fazia com que o penitente sofresse grande vexame e, eventualmente, atraía o escárnio público, mas os registros indicam que essa pena se estendia por um

breve período e que o penitente logo era facilmente reintegrado à comunidade.^[26]

As sentenças mais pesadas para os hereges arrependidos envolviam o confisco de bens (parcial ou total) e o encarceramento por determinado período. Os bens confiscados eram vendidos para custear o funcionamento dos tribunais e o sustento dos presos.

Havia dois tipos de prisão: uma branda, em que era permitido receber visitas e alimentos trazidos por amigos e parentes e passear ao ar livre, e outra bem mais precária, em que os prisioneiros às vezes tinham os pés atados a ferros e eram alimentados a pão e água. Esse tipo de encarceramento era reservado aos hereges que demoraram muito tempo para se arrepender ou àqueles cuja heresia havia sido divulgada de forma pública e provocado grandes danos. Em uma situação tão ruim que boa parte dos detentos logo morria.^[27]

A sentença mais extrema, a morte na fogueira, era destinada somente aos hereges obstinados e aos relapsos. Algumas vezes, em vez disso, os relapsos iam para a prisão.

Queimados em efígie

Muitas vezes, um herege obstinado não estava presente para receber o castigo da morte na fogueira, por ter fugido ou por ter morrido.

Nesse caso, queimava-se um boneco, chamado de efígie, que representava a sua figura.

Se morressem na prisão antes da conclusão do processo inquisitorial, a memória dos hereges impenitentes era manchada por uma condenação póstuma. Logo após a sentença, seus corpos eram desenterrados, levados em procissão pelas ruas e queimados. A sepultura lhes era negada, como símbolo de que jamais alcançariam o descanso eterno.^[28]

Isso atçou tumultos e movimentos de rebelião em diversas cidades. Além do trauma causado pelo desrespeito aos mortos, os parentes do falecido herege ficavam sem a herança, pois seus bens eram confiscados. Essa prática não demorou a ser substituída por outra em que, em vez do cadáver do herege, queimava-se a sua efígie.

Outra penalidade bastante dura era a demolição da casa do herege impenitente. Isso não foi uma novidade

introduzida pela Inquisição Medieval, uma vez que era uma pena prevista no direito romano.[29]

TRATAMENTO DADO AOS PRISIONEIRO

Nos dias de hoje, o ordenamento jurídico de muitos países prevê o relaxamento da pena em certos casos. Da mesma forma, os inquisidores tinham o poder de conceder relaxamentos de prisão e comutações. O inquisidor Bernard Gui, por exemplo, permitiu que um grande número de hereges trocasse a pena de encarceramento por peregrinações a lugares santos ou pelo uso das cruzes no traje.[30]

Muitos prisioneiros que ficavam doentes obtinham permissão para sair temporariamente do cárcere, retornando após o fim do tratamento. Também eram rotineiras as autorizações para os presos serem libertados por necessidade de cuidar de seus familiares em casa, com comutação da prisão para outro tipo de pena.

Dentre os numerosos exemplos que poderíamos citar, selecionamos o de Bernard Sabatier, condenado, em 1246, à prisão perpétua como herege relapso. Ao proferir a sentença,

o inquisidor Bernard de Caux observou que o condenado não iria imediatamente para a prisão, permitindo-lhe ficar junto ao pai, que era idoso e estava doente, para poder lhe prestar os devidos cuidados.^[31]

Esses registros indicam considerável sensibilidade ao sofrimento dos condenados e complicam a vida daqueles que querem pintar os inquisidores como um bando de psicopatas. Quando os inquisidores se mostravam desumanos, a população encaminhava suas queixas ao papa, que mostrava boa vontade para corrigir os abusos.

A partir de 1305, **o papa Clemente V tomou uma série de medidas para impor limites aos excessos dos tribunais da Inquisição e abrandar sua conduta.** Esse esforço incluiu o envio de dois homens de sua confiança (legados pontifícios) às cidades francesas de Albi e Carcassonne para visitarem as prisões, verificarem suas condições e providenciarem as melhorias necessárias. Os legados trocaram os carcereiros que eram cruéis com os presos e ordenaram que as algemas e os ferros fossem retirados dos prisioneiros e que os detidos em celas subterrâneas fossem transferidos para celas com melhores condições sanitárias.^[32]

A TORTURA DOS SUSPEITOS DE HERESIA

João Bernardino Gonzaga, professor de direito penal, convida-nos a imaginar um juiz da Idade Média, alguém que costumava ordenar e presenciar a tortura de um acusado. Como um homem supostamente culto era capaz dessa atrocidade? Considere a hipótese de que, na véspera daquele dia, o juiz tenha presenciado a amputação da perna da sua filha por um cirurgião-barbeiro sem qualquer anestesia.^[33] Ora, se uma criança inocente e os demais cidadãos de bem penavam frequentemente com sofrimentos físicos tão atrozes, por que alguém se compadeceria de um suposto criminoso?

O sofrimento físico intenso era comum na Idade Média.

A morte estava muito presente no cotidiano de todos, e a medicina ainda era rudimentar. As pessoas eram alegres e festeiras – havia mais períodos de descanso do que nos dias de hoje –, mas ainda assim a vida era muito dura.

Essa realidade deixou as pessoas “calejadas” e endureceu seus corações, que se tornaram um tanto indiferentes ao sofrimento físico alheio. A tortura de suspeitos de crimes era amplamente aceita como um recurso bom, válido e

necessário para que fosse feita a justiça. Nos nossos dias, a tortura de prisioneiros ainda acontece, muitas vezes nas sombras, de forma ilegal; naquele tempo, porém, tudo era feito às claras, até mesmo em praça pública, no caso da justiça secular.

A autorização para o uso da tortura na Inquisição Medieval

Inocêncio IV merece ganhar uma “estrelinha no caderno” por ter inserido a instituição do júri nos tribunais da Inquisição, mas perdeu muitos pontos com a publicação da bula *Ad extirpanda*. Nesse documento, de 1252, **o papa se conformou ao pensamento e às leis civis da época e autorizou o emprego da tortura em suspeitos de heresia.** Essa permissão infeliz foi confirmada por papas posteriores: Alexandre IV, em 1259, e Clemente IV, em 1265.

Os inquisidores eram juízes, não torturadores; eles ordenavam a tortura, e quem a executava era um funcionário (carrasco) do poder civil. Inicialmente, os inquisidores nem mesmo presenciavam as torturas, mas, em 1260, o papa Alexandre IV exigiu que eles estivessem presentes na ocasião dos suplícios.

Os católicos estavam inseridos em uma sociedade que aprovava a tortura. É preciso considerar a força dessa influência para fazermos um julgamento moral honesto. Mas será mesmo que não havia opção a não ser se sujeitar aos costumes vigentes? Será que as pessoas estão irremediavelmente amarradas aos costumes de sua época? Acreditamos que não.

Os medievais encaravam a tortura com absoluta naturalidade, é verdade, mas também havia muitas pessoas que se sensibilizavam, pois não tinham deixado os condicionamentos culturais se sobrepor em suas almas à verdade do Evangelho.

As pessoas podem, sim, ser capazes de transcender a cultura dominante e rejeitar os valores coletivos injustos. Veremos, no capítulo 5, que muitos inquisidores demonstravam ter crises de consciência ao ordenar e acompanhar a tortura de suspeitos de heresia.

O escritor inglês G. K. Chesterton disse que o catolicismo “é a única coisa que liberta o homem da degradante escravidão de ser um filho de seu tempo”.^[34] Com outras palavras, o padre Luigi Giussani explicou que “o homem possui dentro de si algo com o qual pode julgar o mundo em

que nasce”, e não está fatalmente fadado a ser escravo impassível dos valores de seu tempo.

Se o homem possuísse somente sua dimensão física e biológica, não teria outra saída senão se submeter ao poder que domina o mundo material, à concepção ideológica que predomina em determinado lugar e momento da história. Mas não é assim: o homem não é filho só de seus pais; ele é, antes de tudo, filho de Deus, portanto possui uma dimensão religiosa. E é essa relação direta com o Criador de todas as coisas que lhe confere capacidade para julgar a liberdade, e não ser escravo dela. “Aqui se fundamenta e se explica o direito fundamental à liberdade de consciência, à capacidade e, portanto, ao dever de julgar e de agir segundo um critério pessoal último de comparação com a verdade e o bem”, disse o padre Giussani.^[35]

São João Paulo II ponderou que, ainda que não o possamos desprezar, o contexto cultural e histórico não anula todas as culpas:

Múltiplos motivos convergiam frequentemente para criar premissas de intolerância, alimentando uma atmosfera passional, da qual apenas grandes espíritos, verdadeiramente livres e cheios de Deus, conseguiam de algum

modo subtrair-se. Mas a consideração das circunstâncias atenuantes não exonera a Igreja do dever de lastimar profundamente as fraquezas de tantos filhos seus, que lhe deturparam o rosto, impedindo-a de refletir plenamente a imagem do seu Senhor crucificado, testemunha insuperável de amor paciente e de humilde mansidão.[36]

O catolicismo se opôs à tortura por mais de doze séculos, contrariando corajosamente a mentalidade dominante na sociedade; afinal, na Antiguidade, assim como no medievo, a tortura era legalizada. Bernardino Gonzaga explica:

Conforme atestam inúmeros documentos, a antiga Igreja sempre foi radicalmente hostil à utilização de violências nas investigações criminais. Muito citada é a carta que o papa Nicolau I escreveu, no ano 866, a Bóris, príncipe da Bulgária: “Eu sei que, após haver capturado um ladrão, vós o exasperais com torturas, até que ele confesse, mas nenhuma lei divina ou humana poderia permiti-lo. A confissão deve ser espontânea, não arrancada”; e advertiu: “Se o paciente se confessa culpado sem o ser, sobre quem recairá o pecado?”.[37]

A tortura era tão aceita pela sociedade no século XIII quanto tinha sido no século IX. Entretanto, o papa Nicolau I soube ser muito mais do que “um homem do seu tempo”,

enquanto Inocêncio IV deixou a ação pastoral da Igreja se prender às algemas da cultura em vigor. Em 1816, finalmente, o papa Pio VII viria a proibir o emprego da tortura em todos os tribunais da Santa Sé.

Imposição de limites à tortura

Ao menos, há um atenuante considerável: **a Igreja impôs amplos limites à tortura** – porque, até então, ela poderia ser ilimitada. Os réus detidos pela justiça secular frequentemente tinham membros mutilados ou esmagados e o corpo perfurado. Nos tribunais da Inquisição, porém, era proibido comprometer a integridade física do réu, por isso não se podia quebrar seus ossos ou fazer qualquer coisa que lhe arrancasse sangue.

Além dos limites impostos por Inocêncio IV, o papa Clemente V tomou medidas ainda mais restritivas sobre a tortura, determinando que poderia ser realizada uma só vez e somente com a autorização do bispo local. Alguns inquisidores burlaram essa norma, especialmente durante a Inquisição Espanhola, mas a grande maioria parece ter agido corretamente.

Na Inquisição Medieval, a tortura não era nem frequente nem sistemática, ou seja, os inquisidores não saíam torturando todos os suspeitos a torto e a direito. A prisão era o principal meio para coagir os suspeitos a confessarem, não a tortura.^[38]

Os inquisidores só torturavam com o fim de confirmar o que eles já “sabiam” (ou pensavam saber), quando as evidências de culpa eram muito fortes. Já nos tribunais seculares, a tortura era aplicada não só para arrancar confissões como também para fazer o condenado penar o máximo possível, antes da execução final.

E, mesmo nos casos em que a culpabilidade do réu era tida como quase certa, muitos inquisidores não aplicavam a tortura. Em seu manual, o inquisidor Nicolas Eymerich classifica a tortura como enganosa: por um lado, leva os fracos a confessarem qualquer coisa, até o que não fizeram, só para se verem livres do tormento; por outro lado, é inútil em arrancar confissões dos hereges mais fortes e valentes.
[39]

A imagem que se disseminou em todo o mundo, entretanto, é a de que os inquisidores torturavam todos os réus sistematicamente e com requintes de crueldade. Sobre

isso, o professor Roman Konik relata um episódio bastante ilustrativo, contando que havia, no Museu Nacional de Budapeste, um quadro que apresentava uma cena de tortura em um tribunal. O título da obra era *Inquisição*. O problema é que a cena retratava um tribunal civil! Depois de muitos protestos de historiadores, o título da obra foi mudado para *Sala de torturas*.^[40]

Tipos de tortura aplicados

Um tipo de tormento que causava dor e aflição consideráveis, mas cumpria os limites impostos pela Igreja, era o *strappado* (pêndulo). O réu, com as mãos amarradas atrás das costas, era içado por uma corda até cerca de 2 metros de altura. Repentinamente, a corda era solta e a pessoa caía, mas sem encostar no chão. A parada brusca quase sempre resultava em um doloroso deslocamento dos ombros.

Outros suplícios que os réus da Inquisição Medieval poderiam sofrer eram a flagelação – que não poderia ser severa demais, para não arrancar sangue – e queimaduras por meio de carvões em brasa.

A pior tortura de todas era o cavalete, em que o réu ficava suspenso sobre um triângulo de madeira, com os braços e as mãos atados por cordas. Ao menor movimento, suas articulações eram deslocadas.

CAÇA ÀS BRUXAS: O ABANDONO DA PRUDÊNCIA CATÓLICA

Em 1080, o rei Haroldo III da Dinamarca levou um puxão de orelhas do papa Gregório VII. O pontífice ordenou que o soberano tomasse providências para combater o costume do seu povo de linchar e matar supostas bruxas sempre que acontecia uma tragédia ou uma catástrofe natural.

O historiador Gustav Henningsen garante que esse e muitos outros exemplos “nos revelam a surpreendente oposição mantida pela Igreja Católica contra a queima de bruxas”. A caça às bruxas era motivada por crendices populares originadas na Antiguidade pagã.^[41]

A doutrina da Igreja sempre admitiu a possibilidade da influência demoníaca no mundo e nunca negou a existência de pessoas que praticam rituais satânicos. **O que a Igreja combatia era a ideia supersticiosa que o povo alimentava**

sobre as bruxas, acreditando que eram mulheres (e também homens) com um poder imenso e inato de causar dano aos outros por meio de atos mágicos e que voavam pelos ares, faziam sexo com demônios e podiam se transformar em animais.

As investigações mais recentes estão jogando por terra as teses de historiadores que culpam a Inquisição pelo fenômeno da caça às bruxas na Europa medieval. Alguns desses historiadores não passavam de discípulos de Pinóquio, como o francês Étienne-Léon de Lamoignon, que, em seu relato, citou fontes medievais que jamais existiram.^[42]

Nos primeiros manuais da Inquisição, que serviam para padronizar e guiar a ação dos inquisidores, não se encontra quase nada sobre bruxaria. Isso mostra que a Inquisição dava pouca importância à questão.

O caso do inquisidor de Arras

Era raro, mas, às vezes, algum inquisidor com um parafuso a menos embarcava na paranoia da caça às bruxas. Em 1461, um inquisidor iniciou uma forte perseguição a bruxas e

magos em Arras, na França. O bispo local e o duque da Borgonha, Filipe, o Bom, consideraram essa perseguição absurda e lhe fizeram oposição.

O duque pediu um conselho aos teólogos da respeitada faculdade de Leuven; a resposta foi que todos os crimes que tanto preocupavam o tal inquisidor de Arras não existiam, pois não passavam de ilusão. Essa opinião equilibrada predominava em toda a França. O historiador Johan Huizinga explica que “não obstante, diz Jacques du Clercq, fora de Arras não havia uma pessoa em mil que acreditasse na verdade de tudo isso”.[43]

Tendo o suporte do parecer de Leuven, Filipe enviou seu arauto real de armas a Arras para acabar com a palhaçada. Dali por diante, ninguém mais foi queimado na fogueira. “Por fim, todos os processos contra bruxas em Arras são destruídos. E a cidade comemora o fato com uma festa alegre e jogos morais e edificantes”.[44]

A bula Summis Desiderantes Affectibus e o Malleus maleficarum

Desgraçadamente, a postura racional e prudente da Igreja diante da feitiçaria foi manchada no século XV por uma bula

papal delirante, recheada de histeria e de superstição. Sabe aquelas historinhas de feiticeiras capazes dos prodígios mais loucos, como fazer sexo com demônios e lançar pragas que acabavam com o gado e com plantações inteiras? Então... o papa Inocêncio VIII acreditou!

Tudo começou com uma onda de caça às bruxas iniciada no sul da Alemanha e promovida por dois monges dominicanos um tanto fanáticos: Jacob Sprenger e Heinrich Kraemer. A visão supersticiosa de ambos sobre a bruxaria e suas práticas despertou a oposição dos governantes e das principais autoridades da Igreja alemã.

Sprenger e Kraemer resolveram apelar ao papa, que embarcou na viagem deles. Em 1484, **Inocêncio VIII publicou a constrangedora bula *Summis Desiderantes Affectibus***, direcionada especialmente aos inquisidores e ao clero da Alemanha. Nela, o papa pedia rigor na identificação e punição de bruxas e citava uma série de feitos mágicos fantasiosos que elas seriam capazes de realizar.

Se a escritora J. K. Rowling vivesse naquela época, poderia facilmente convencer o papa Inocêncio VIII sobre a existência dos dementadores e de Voldem... Ops! Daquela que não se pode nomear.

Os dois monges malucos se sentiram mais confiantes do que nunca. Eles, que antes eram desprezados pelas autoridades civis e religiosas, agora tinham a seu favor uma bula papal que estava de acordo com suas ideias sobre demonologia.

Oportunista e malandro, Kraemer escreveu um manual sobre perseguição às bruxas, intitulado *Malleus maleficarum* (“Martelo das bruxas”), e anexou, ao final, a bula de Inocêncio VIII, “de modo que desse a impressão de que toda a obra estava aprovada pelo papa”.^[45]

Somada ao manual de Kraemer, a bula disparatada estimulou uma violenta caça às bruxas no início do século XVI, que se espalhou por Itália, França e Alemanha. Gustav Henningsen calcula que cerca de 220 bruxas foram queimadas após serem julgadas por tribunais da Inquisição em um período de vinte anos, entre 1505 e 1525.

Ao menos consola saber que no período seguinte, durante a atuação da Inquisição Romana, os inquisidores se distanciaram completamente do parecer de Inocêncio VIII, e assim contribuíram para salvar uma multidão de vidas inocentes. **As ideias paranoicas da tal bula (e também do *Malleus maleficarum*) foram desprezadas pela grande maioria**

dos inquisidores da Idade Moderna, mas infelizmente continuariam a influenciar a ação dos tribunais seculares e protestantes nos séculos seguintes.

Sobre a Inquisição Romana (da qual falaremos no capítulo 5), Henningsen conclui:

A Inquisição [...] mostrou-se inusitadamente branda em relação ao castigo de bruxaria e de outras formas de delitos mágicos.

A Inquisição poderia ter causado um holocausto de bruxas nos países católicos do Mediterrâneo, mas a história nos demonstra algo muito diferente: a Inquisição foi a salvação de milhares de pessoas acusadas de um crime impossível.

Não se deverá entender, com base nisso, que não haja motivos para pedir perdão. Desde o momento em que a Igreja mudou de postura, nunca deixou de contribuir com a expansão da “bruxomania”. [...] Católicos, luteranos, calvinistas, anglicanos, nenhum se livra da culpa de ter colocado lenha no fogo.^[46]

PERSEGUIÇÃO AOS GATOS E A PESTE NEGRA



A foice da morte ceifou um terço da população europeia em menos de seis anos (de 1347 a 1353). O continente foi assolado pela peste negra, doença causada por uma bactéria transmitida pelas pulgas de ratos.

Como costumam fazer com tudo de ruim que acontecia na Idade Média, muitos autores modernos colocaram a culpa na Inquisição! Segundo eles, os gatos começaram a ser hostilizados e exterminados graças à influência da Igreja, que acusava de bruxaria qualquer um que fosse visto na

companhia de um bichano. Sem seus predadores naturais, proliferaram os ratos e suas doenças.

A lorota não para por aí. Alguns autores tentam fundamentar seus argumentos numa bula publicada no início da década de 1230 pelo papa Gregório IX, chamada *Vox in Rama*, que teria classificado os gatos pretos como encarnações do demônio. Há sólidas evidências que mostram o quanto essa alegação é falsa.

Em primeiro lugar, a bula, que o papa teria enviado ao imperador alemão Frederico II e ao arcebispo de Mainz, pedia simplesmente providências para deter a heresia de adoração ao demônio na Alemanha. **A bula não demoniza os gatos em nenhum ponto de seu texto.** Seu alvo não eram os pobres gatos, mas sim as pessoas que praticavam determinado culto satânico que envolvia gatos, mais especificamente, a estátua de um gato preto (ou seja, nem havia a presença do animal).

É isso que atesta o medievalista Tim O'Neill:

Em nenhum momento a bula condena os gatos em geral ou os declara animais satânicos, nem diz que eles devem ser mortos. Não há provas de que essa bula – que foi emitida localmente na área de Mainz e provavelmente era

desconhecida em outros lugares – tenha causado algum massacre geral de gatos ou qualquer homicídio de gato. E, portanto, a ideia de que a peste negra, que ocorreu um século mais tarde, foi de alguma forma causada por esse massacre de gatos inexistente não faz sentido. Nós também sabemos que a peste negra devastou a Ásia Central e o Oriente Médio, bem como a Europa, então, a razão pela qual as pessoas que ultrapassam o alcance da Igreja Católica também estariam matando gatos é inexplicável. A praga não teve nada a ver com massacres de gatos.^[47]

A CONDENAÇÃO DE JOANA D'ARC

Nem sempre a Inquisição Medieval conseguiu manter seus tribunais livres e independentes de sombrios interesses políticos. Os exemplos mais tristes de manipulação da Inquisição pelo poder do Estado foram a condenação dos cavaleiros templários, em 1312, e a condenação de Santa Joana d'Arc.

No século XV, grande parte dos territórios franceses estava ocupada pelos ingleses e por seus aliados franceses da Borgonha, os borguinhões. Obedecendo às visões sobrenaturais que teve, Joana d'Arc lutou para libertar a

França desses invasores. Ela obteve vitórias em diversas batalhas até sofrer a primeira derrota e ser capturada.

Os ingleses quiseram desmoralizar Joana antes de matá-la, buscando convencer o povo francês de que ela não passava de uma bruxa. O bispo de Beauvais, Pierre Cauchon, vendeu-se aos ingleses e chefou o julgamento da santa.^[48] O tribunal foi composto por cerca de sessenta docentes da Universidade de Paris, também vendidos aos ingleses, pois quase todos recebiam dinheiro do governo britânico ou esperavam ser nomeados para algum cargo.

Após cinco longos meses de muito sofrimento na prisão, Joana d'Arc foi condenada por heresia, sendo enviada à fogueira em 30 de maio de 1431. **O tribunal que condenou Santa Joana não respeitou as leis da Igreja e, portanto, foi uma completa farsa.**^[49] Traidores haviam usado a Inquisição de forma ilegal para aniquilar uma inimiga política. Tanto que, cerca de 25 anos depois de sua condenação como bruxa, o processo inquisitorial foi revisto e a Igreja a declarou inocente.

O curioso é que Santa Joana era favorável ao uso da força para deter os hereges, ao menos nos casos em que eles estavam causando estragos e agindo com violência contra os

católicos. A história que vamos contar a seguir ilustra muito bem essa realidade.

No século XV, os hussitas, seguidores do padre Jan Hus, estavam tocando o rebu na Boêmia, que fica na atual República Tcheca. Eles pregavam a rebelião contra a hierarquia da Igreja e seus exércitos destruíam mosteiros e depredavam estátuas de santos (os protestantes fariam o mesmo no século seguinte).

Santa Joana d'Arc ficou sabendo da arruaça e enviou uma carta aos hereges em março de 1430, buscando fazê-los voltar à fé católica. Eis um trecho da carta:

Quanto a mim, vou ser bem sincera e lhes dizer a verdade: se eu não estivesse ocupada com as guerras inglesas, já teria ido há muito tempo lhes fazer uma visita. Mas, se eu souber que vocês não se emendaram, talvez deixe de lado os ingleses e me volte contra vocês, a fim de que, por meio da espada – se eu não puder fazê-lo de nenhuma outra forma –, eu remova a sua superstição abominável, exterminado a sua heresia ou a sua vida.^[50]

Essa carta não possui o estilo que caracteriza as demais cartas ditadas por Joana. Ela foi elaborada e escrita pelo seu confessor, frei Jean Pasquerel, porém diversos historiadores concordam em que Joana d'Arc aprovou o texto e o seu envio

aos hussitas. Dois motivos nos deixam seguros quanto a isso:

- frei Pasquerel era um homem de inteira confiança de Santa Joana, tendo-a acompanhado em quase todas as suas campanhas militares, até o momento em que ela foi presa;^[51]
- a historiadora Frances Gies relata que Joana já havia escrito cartas aos ingleses e ao duque de Borgonha buscando apoio militar para fazer uma cruzada contra os hereges,^[52] o que prova que seu pensamento estava em total harmonia com o conteúdo da carta aos hussitas.

Portanto, a carta ameaçadora é, sim, de Joana d’Arc, ainda que não tenha sido ditada ou escrita pessoalmente por ela.

JOANA D'ARC, MANDE UM RECADO AOS HUSSITAS!

PAREM DE VACILAÇÃO,
OU VOU PASSAR O
RODO EM VOCÊS!



MAS, SENHORA, NÃO PODEMOS
ESCREVER ISSO!

ESTÃO ESCREVE AÍ:
SE EU SOUBER QUE
VOCÊS NÃO SE
COMPORTARAM, VOU
ELIMINAR COM A MINHA
ESPADA SUA HERESIA
OU SUA VIDA.



A CONDENAÇÃO DOS TEMPLÁRIOS

Talvez um dos grupos mais fascinantes da Idade Média tenha sido os cavaleiros templários, membros de uma ordem religiosa e militar fundada em 1120, durante as cruzadas. Eles faziam votos de pobreza, castidade e obediência, além do voto especial de proteger os peregrinos que se dirigissem a Jerusalém.

Depois de alguma insistência, o fundador da ordem, Hugues de Payns, obteve de São Bernardo de Claraval a

colaboração na orientação espiritual e no estabelecimento das regras de vida que esses guerreiros religiosos deveriam seguir.

Diferentemente dos membros de outras ordens religiosas, **os cavaleiros templários não recebiam a ordenação sacerdotal**, ou seja, não se tornavam padres, pois aqueles que representam Jesus Cristo e administram os sacramentos não podem derramar sangue humano; isso sempre foi proibido pela lei da Igreja. A ordem tinha seus próprios capelães, “tratava-se, porém, de padres que entravam para fazer parte do Templo quando já houvessem recebido a consagração sacerdotal, sendo absolutamente proibidos de empenhar-se nos combates”.^[53]

Para nós pode parecer incompreensível a existência de frades habilitados para a guerra, e também naquele tempo vestir o hábito religioso e participar de uma guerra era visto como algo inconciliável, por isso a aprovação da Igreja à nova ordem não deixou de gerar perplexidade. Afinal, tanto pecadores arrependidos como grandes santos renunciaram às armas para seguir a via cristã de forma mais perfeita, como fez Santo Inácio de Loyola, que deixou suas armas e sua armadura de cavaleiro aos pés da imagem da Nossa

Senhora de Montserrat. Não vamos nos estender sobre esse assunto aqui, mas indicamos o livro *Os templários e o pergaminho de Chinon*, de Barbara Frale, que explica muito claramente o cenário em que essa realidade tomou forma.

Curiosidade

Assim como a carta de Joana aos hussitas, muitos documentos papais não foram elaborados pelos papas que os assinam, e sim redigidos por teólogos de sua confiança, com sua posterior revisão e colaboração. Nem por isso algum historiador faria a tolice de dizer que tais documentos não são de autoria deste ou daquele papa.

Bento XVI, inclusive, revelou que não escreveu pessoalmente nenhum dos documentos da Congregação da Doutrina da Fé durante o tempo em que foi o prefeito. Entretanto, esses documentos são dele, sim, porque os revisou, reorganizou-os criticamente e deu o aval para a sua publicação.^[54]

Jerusalém esteve sob o domínio dos cristãos desde o Império Bizantino até o século VII, quando os muçulmanos a invadiram e tomaram o território. Por duzentos anos, as

peregrinações de cristãos à Terra Santa ocorreram tranquilamente, graças ao tratado diplomático firmado entre Carlos Magno, imperador do território que séculos depois seria chamado de Sacro Império Romano-Germânico, e o califa Harun al-Rashid.

Essa paz foi por água abaixo quando o califado egípcio assumiu o poder na região. Barbara Frale explica que “no ano de 1009, as autoridades islâmicas da Síria decretaram o saque de Jerusalém e a destruição do Sepulcro, com a terrível recrudescência do fanatismo, que se abateu com grande violência sobre os locais de culto cristão”.^[55]

A profanação dos locais sagrados em que Jesus sofreu sua paixão e morte mexeu profundamente com os cristãos. Em vez de diminuir, o fluxo de peregrinos aumentou. Daí a importância da missão original assumida pelos templários e do seu empenho nas cruzadas para a libertação de Jerusalém.

As cruzadas, entretanto, não foram capazes de impedir que os muçulmanos tomassem de vez Jerusalém. Após o fim do reino cristão na Palestina, os templários já não eram úteis como suas sentinelas, então eles se adaptaram e assumiram uma nova função, dedicando-se especialmente à atividade mercantil-financeira.

Esses monges guerreiros eram muito amados pelo povo de toda a Europa. Os ricos eram beneficiados pelos serviços bancários criados pela ordem, uma novidade completa para a época, e pela segurança oferecida nas viagens, o que favorecia o transporte de produtos e o comércio. Os pobres, por sua vez, eram gratos pela isenção de cobrança de taxas para viver e trabalhar nas terras da ordem; além disso, os templários não cobravam pedágios nas estradas como faziam os senhores feudais.

As doações recebidas e os serviços bancários prestados pela ordem a deixaram rica, ainda que seus membros continuassem a viver de maneira pobre. Os templários tinham propriedades em toda a Europa, mas a maioria delas estava concentrada na França, e essa viria a ser a causa de sua desgraça...

Clemente V, o primeiro papa cativo de Avignon

Houve um tempo, entre 1309 e 1377, em que os papas não viviam em Roma. Uns dizem que o papa Clemente V foi praticamente obrigado pelo rei da França, Filipe IV, a residir na cidade francesa de Avignon. Outros afirmam que

Clemente V decidiu por si mesmo fugir de Roma, com medo de ser assassinado por seus inimigos políticos, tal como acontecera com os papas imediatamente anteriores, Bonifácio VIII e Bento XI.

Sediada em território francês, a Igreja poderia ser pressionada com mais facilidade pelo monarca, especialmente nas decisões de ordem política. Vale notar que Clemente V sentou-se no trono de Pedro graças à influência de Filipe IV, mas não sejamos apressados em presumir que isso o tornou um boneco apático e conivente com todas as armações reais.

Antes de se tornar papa, Clemente V, que se chamava Bertrand de Gouth, era o arcebispo de Bordeaux. Em troca do apoio para a eleição papal, o rei da França pediu que Bertrand absolvesse aqueles que haviam sido excomungados pelo ataque ao papa Bonifácio VIII, que permitisse que um imposto de renda anual de 10% fosse cobrado sobre o clero francês durante cinco anos, que restaurasse o poder da família Colonna e que condenasse Bonifácio VIII como herege.

O arcebispo francês abaixou a cabeça para todos esses pedidos sujos? Muitos são apressados ao dizer que sim, mas,

segundo Will Durant, filósofo e historiador norte-americano, “não sabemos até onde Bertrand concordou”.^[56] Vejamos os fatos: ainda que jamais tenha assumido uma postura de oposição aberta ao rei, o papa conseguiu que o falecido Bonifácio VIII fosse inocentado do crime de heresia e fez o que pôde para reabilitar e salvar os templários.

O golpe armado pelo rei da França

O rei Filipe IV gastou somas imensas na guerra contra a Inglaterra, levando a França praticamente à falência. A crise era tão grave que o povo queria linchá-lo. Ansioso para descolar uma grana que cobrisse esse rombo, havia muito tempo ele tramava um golpe para se apossar dos bens dos templários.

O momento de dar o bote chegou em 1307, quando Filipe IV acusou os membros da ordem de cometerem diversos crimes gravíssimos contra a moral e a fé católica; antes desse ataque, porém, ele tomou o cuidado de colocar a opinião pública a seu favor, difamando os templários junto às diversas cortes da Europa. O momento era favorável para

isso, pois as ordens militares tinham virado alvo da decepção dos europeus pelo fracasso militar das cruzadas.

O rei tomou a frente de um perverso processo inquisitorial. Cerca de 5 mil templários foram presos, e muitos deles foram torturados sem piedade alguma, o que os levou a confessar crimes fictícios, conforme os interesses do rei. Aqueles que não quiseram confessar acabaram mortos em decorrência dos suplícios.

Ao saber desses abusos, Clemente V escreveu uma carta de protesto ao rei, pedindo que ele devolvesse os templários aos cuidados da Igreja. Após meses de luta diplomática, o rei finalmente se viu obrigado a ceder ao papa o direito de interrogar e de julgar pessoalmente os templários e de tê-los sob sua custódia.

A firmeza diplomática de Clemente V, nesse ponto, desmente a acusação de muitos autores de que ele teria permitido passivamente que o rei arruinasse a Ordem do Templo. Barbara Frale cita que “durante todo o transcorrer da primavera de 1308, houve acirrada batalha política entre o pontífice, decidido a não conceder os poderes à Inquisição até o momento em que ele pudesse interrogar pessoalmente os Templários, e os juristas do rei da França...”.[57]

Um documento muito precioso revela exatamente como se desenrolou essa história. Por mais de setecentos anos, o *Processus contra templarius* ficou oculto no Arquivo Secreto do Vaticano, até ser disponibilizado ao público em 2007. Redigido após a investigação dos interrogatórios, o pergaminho de Chinon faz parte do *Processus*.

A verdade é que o papa jamais condenou os templários como hereges. Clemente V constatou que muitos deles eram culpados de atos de imoralidade e de maus hábitos – na cerimônia de iniciação dos novatos, em especial, havia alguns trotes estranhos e imorais, típicos de grupos militares mundanos. Nesse rito, o preceptor testava a disposição dos novatos a obedecer qualquer comando de seus superiores sem hesitar ou contestar e, para isso, expunha-os a atos humilhantes e indignos.

Eram abusos vergonhosos para uma ordem nascida de modo tão nobre, mas não havia prática de heresia nem nada que motivasse a Igreja a extinguir a ordem. A ideia do papa era promover uma reforma espiritual e disciplinar e unir os templários à Ordem Hospitalária de São João.

Diante do papa e da comissão de cardeais por ele presidida, os templários finalmente puderam ser

investigados de forma honesta e foram incentivados inclusive a apontar quais partes de seus depoimentos anteriores haviam sido declaradas sob tortura.[58]

Em 20 de agosto de 1308, os chefes dos templários foram absolvidos por Clemente V da acusação de heresia, conforme dita a bula *Fadens misericordiam*. Foram considerados culpados, porém, de outros pecados graves, pelo que pediram perdão e foram redimidos. Receberam uma imunidade judiciária especial, que impedia que fossem interrogados por qualquer pessoa que não o papa.

Hospitalários

Religiosos membros da Ordem Hospitalária de São João. A ordem nasceu a partir de um grupo de voluntários que havia aberto uma hospedaria para acolher e prestar cuidados médicos aos peregrinos de Jerusalém. Essa era a sua vocação original, porém a imensa necessidade de ajuda por parte das tropas de defesa dos territórios cristãos na Palestina os levou a se adaptarem ao combate militar.

A monarquia francesa reagiu contra a sentença papal. Os homens do conselho real até mesmo discutiram seriamente “a hipótese de se criar uma Igreja francesa autônoma e separada de Roma”.[59] Essa chantagem surtiu efeito, pois, sofrendo violentas hemorragias e estando gravemente doente, o papa não teve mais forças para levar em frente aquela batalha e entregou os pontos.

Em agosto de 1309, Clemente V decretou a suspensão não definitiva da Ordem do Templo, **sacrificando-a para salvar a unidade da Igreja**. Em sua consciência, ele acreditava estar optando pelo mal menor. Os bens dos templários foram confiscados; uma parte deles foi destinada à Ordem Hospitalária de São João, e outra parte foi abocanhada pelos príncipes franceses.

A partir daí, foi uma tragédia. Ignorando e violando a autoridade papal, os líderes reais atiraram dezenas de templários inocentes à fogueira. Outros tanto morreram na prisão em consequência das pesadas torturas. “Na ocasião, os teólogos da Sorbonne haviam se manifestado contra a decisão, declarando-a completamente ilegal, mas este parecer jamais foi levado em conta”.[60]

O sequestro e o assassinato de Jacques de Molay

Sem capacidade de cuidar pessoalmente da questão, o papa designou uma comissão de bispos para tomar a frente do julgamento dos líderes templários. A ordem estava perdida, e restava agora a missão de salvar a vida desses homens. A intenção foi boa, mas se mostrou inútil.

Antes que a comissão de bispos pudesse emitir um veredicto, Filipe IV mandou raptar o grão-mestre da ordem, Jacques de Molay, e o chefe dos templários na Normandia, Geoffroy de Charny. Depois, em 18 de março de 1314, condenou-os à morte na fogueira em uma pequena ilha no rio Sena.

De Molay foi inicialmente egoísta ao abandonar seus irmãos templários e negar-se a abrir a boca em defesa deles em troca da falsa promessa de uma sentença mais branda para si,^[61] mas se redimiou depois, em sua morte. A compostura demonstrada pelo grão-mestre em meio a seu intenso tormento nas chamas lhe valeu a reputação de santo mártir entre muitas pessoas, que recolheram e guardaram suas cinzas como relíquias.

A reverência popular a De Molay aumentou ainda mais quando dois fatos muito intrigantes se seguiram à sua execução. Apenas um mês após a morte do grão-mestre dos templários, o papa Clemente V faleceu, depois de muito padecer por causa de uma doença. Oito meses depois, foi a vez de o rei Filipe IV bater as botas: aos 46 anos, sofreu um acidente fatal durante uma caçada. Em toda a Europa, o povo dizia que esses fatos foram castigos impostos pela justiça divina pela culpa de ambos na ruína dos templários.^[62]

A Inquisição não teve envolvimento algum com o assassinato de De Molay. Os prisioneiros templários que estavam nas regiões livres da influência do rei da França foram tratados com muito mais respeito e legalidade, como é o caso dos julgados pelos tribunais da Inquisição em Chipre e na região ibérica.^[63]

A relação entre os templários e a maçonaria é pura lenda

Uma história muito popular é a de que a Ordem do Templo, após ser suprimida pela Igreja, teria sido continuada pelos maçons. A associação entre a maçonaria (sociedade secreta) e os templários se

deve especialmente ao mito de que esses monges teriam ritos secretos.

O historiador Jace Stuckey desmente essa ideia: os templários não cultivavam nenhum segredo, a não ser aqueles que envolviam informações militares.^[64] A morte dramática de Jacques De Molay teve tons de romantismo e mistério, além de ser uma mensagem contra o fanatismo religioso, e, assim, promover a sua conexão com a maçonaria pareceu muito interessante para os maçons.^[65]

Porém essa associação é historicamente impossível. A quem quiser saber mais sobre isso, recomendamos o livro *Seven Myths of the Crusades*, editado por Alfred J. Andrea e Andrew Holt.

De Molay não morreu excomungado, mas sim como cristão absolvido. Assim Barbara Frale resume essa triste história:

Clemente V jamais lançou sentenças de condenação contra os Templários; em vez disso, procurou reverter a excomunhão que havia sido lançada contra eles. Aquela absolvição jamais foi revogada, e a sentença de suspensão das atividades da Ordem, sancionada no Concílio de Viena, permanece ainda hoje

inalterada, mesmo após sete séculos, sob a forma de uma decisão não definitiva.^[66]

NÚMERO DE PESSOAS QUEIMADAS NA FOGUEIRA

O número de hereges entregues pela Igreja ao braço secular é realmente pequeno. Durante um ano inteiro de investigações em três cidades francesas, de 1241 a 1242, apesar de responsável por um grande número de condenações, o inquisidor Pierre Seila não abandonou nenhum herege sequer ao braço secular. Penitências foram impostas a 671 pessoas, quase todas consistindo em usar cruzes nos trajas e fazer peregrinações.^[67]

Também foi zero o número de hereges enviados à fogueira após a conclusão do trabalho dos inquisidores Jean de Saint-Pierre e Bernard de Caux, em 1246. Eles condenaram 207 hereges, dos quais 184 receberam penas mais leves e apenas 23 foram enviados à prisão.^[68]

Vejamos os números de Toulouse, entre 1308 e 1323, sob a liderança do inquisidor Bernard Gui:

- 633 pessoas condenadas por heresia;
- 307 pessoas condenadas a pena de prisão, sendo que 139 destas puderam trocar essa pena pelo uso das cruces no traje;
- 153 pessoas condenadas a penas mais brandas;
- 129 sentenças proferidas contra condenados já mortos ou ausentes (ou seja, pessoas que fugiram);
- 41 pessoas abandonadas ao braço secular.

Em resumo, quinze anos de rígida investigação resultaram em uma média de 42 condenações por ano, das quais somente 6,5% tiveram como resultado a morte do herege.^[69]

Esse número reduzido de condenados à pena máxima comprova que os inquisidores não se encaixam na caricatura de psicopatas com sede de sangue. Eles não desejavam que um herege fosse parar na fogueira: o que queriam era obter o arrependimento dos culpados e a salvação de suas almas.

Nesse sentido, as inquisições foram admiravelmente revolucionárias. Johan Huizinga diz que a Igreja Católica tentou, mas não conseguiu suavizar a crueldade do sistema judiciário secular. O clero insistia na mansidão, no

abrandamento das modalidades de punição e na clemência, mas não era ouvido pelo povo nem pelas autoridades, cujo sentimento de justiça “consistia em uma sede de vingança”. [70] Mas, no seu próprio tribunal, a Igreja finalmente conseguiu inaugurar uma nova forma de justiça, que mostrava misericórdia inédita para a época.

A ideia de que alguém podia se redimir de seus crimes tinha pouco lugar na Idade Média. Os culpados do crime de lesa-majestade então... não tinham a menor chance! Muitos deles tinham os intestinos arrancados em praça pública, estando ainda vivos. Na contramão dessa cultura, o tribunal da Inquisição privilegiou a concessão de penas brandas e permitiu que muitos hereges reconciliados fossem reintegrados à comunidade.

QUERIDO,
RECEBEMOS ESTA
CARTA DO PAPA.

ISABEL DE
CASTELA E
FERNANDO
DE ARAGÃO

DEIXE-ME VER,
MINHA RAINHA.

A Inquisição de
você tá
muito zoada.
Parem já
com isso.
Ass: Sixto IV

OPS...
ESBARREI A
CARTA
NA VELA!

CAPÍTULO 4

Inquisição Espanhola: a filha rebelde da Igreja

A Inquisição Espanhola é um capítulo à parte na história da Inquisição. Essa instituição tem má fama enorme, que, em grande parte, fez por merecer.

Os abusos cometidos pela Inquisição Espanhola foram inchados pelo fermento dos difamadores da Igreja, mas, afora as numerosas distorções e invenções espalhadas sobre o tema, os males cometidos foram realmente muito graves.

As atividades da Inquisição Espanhola foram muito bem documentadas, e isso permite aos bons historiadores realizar uma análise bastante precisa dos fatos. Segundo o britânico Henry Kamen, “o mecanismo administrativo e secretarial do

tribunal cuidava do registro, no papel, até mesmo das questões mais insignificantes”.^[1]

Antes de iniciarmos esta exposição, uma coisa deve ficar muito clara: a Igreja Católica não tinha quase nenhum poder de intervir sobre as atividades e decisões da Inquisição Espanhola. Na maioria das vezes em que o papa buscou intervir para coibir seus erros, foi ignorado e desobedecido. Explicaremos melhor mais adiante.

A Inquisição Espanhola foi criada basicamente para investigar e identificar cristãos judaizantes. Assim eram chamados aqueles que haviam recebido o batismo e se diziam católicos, mas secretamente continuavam cultivando as crenças do judaísmo.

Diversos fatores levaram o povo, a nobreza e a Coroa a nutrirem sentimentos de desconfiança contra os judeus. Um dos principais motivos foi o apoio que os judeus deram aos mouros durante a invasão da península Ibérica no século VIII. A partir de então, estabeleceu-se o reino de Al-Andaluz.

A seguir, vamos contar um pouco dessa história de um reino das arábias... mas não esperem nenhum conto de fadas!

AL-ANDALUZ: O TERRENO EM QUE FOI PLANTADA A SEMENTE DA INQUISIÇÃO ESPANHOLA

Muitos sequer imaginam, mas há uma relação entre a *jihad* islâmica e o surgimento da Inquisição Espanhola. A partir de 711, **avançando por meio de brutais massacres e torturas da população cristã, os muçulmanos iniciaram sua invasão dos reinos da península Ibérica**, tendo os judeus como aliados importantíssimos e estratégicos. Os cristãos levariam mais de sete séculos para retomar esses territórios.

Seriam os descendentes desses mesmos judeus que, convertidos ao cristianismo (cristãos-novos), se tornariam o fator desencadeador e o principal alvo da Inquisição Espanhola no século XV. Falaremos um pouco sobre essa realidade histórica.

O fato é que a *jihad* avançou continuamente e de forma implacável na península Ibérica. Com uma sede insaciável de expansão, os muçulmanos penetraram no reino franco, atual França, mas um caminhão chamado Carlos Martel passou por cima deles na Batalha de Poitiers. E nem deu tempo para

anotar a placa! Somente a partir desse evento, em 732, o islã parou de se expandir pela Europa Ocidental medieval.

Um reino islâmico iluminado e tolerante... Jura?

“O islã tem uma tradição orgulhosa de tolerância. Nós vemos isso na história de Andaluzia [...]”,^[2] disse Barack Obama, ex-presidente dos Estados Unidos, durante uma visita ao Cairo, em 2009.

Muitos acadêmicos e jornalistas têm se esforçado para propagandear a ideia de que o islã viveu uma era de ouro durante o tempo em que os mouros dominaram a península Ibérica. Esse teria sido um tempo de liberdade religiosa, intensa criatividade filosófica, grande progresso cultural e científico e muita prosperidade.

Jihad

Guerra santa travada pelos muçulmanos contra os povos não muçulmanos. A expansão inicial do islã se deu especialmente pela conquista de aldeias e cidades, ou seja, mediante guerra e submissão desses povos à lei muçulmana.

O historiador norte-americano

Thomas Madden explica:

Maomé travou a guerra primeiro contra outras cidades árabes e depois contra a própria Meca. Os muçulmanos chamaram cada uma dessas guerras de uma *jihad* ou “luta”. (...) A rápida expansão do islã foi verdadeiramente notável. Depois que Maomé morreu, em 632, uma série de califas (sucessores) promoveram *jihads* enérgicas contra os povos vizinhos. Dentro de um século, os muçulmanos árabes conquistaram a Pérsia, o Egito e a Síria.^[3]

Paul Crawford confirma essa informação: “O islã emergiu em um contexto violento e se expandiu com ainda mais violência”.^[4]

A *jihad* não se deteve ao Oriente Médio e continuou invadindo e tomando territórios cristãos, como o norte da África e a península Ibérica.

Eles defendem a tese de que, naquele reino, chamado Al-Andaluz, cristãos, judeus e muçulmanos viviam juntos em harmonia. Isso teria acontecido em plena Idade Média, tempo em que, em contraste, o mundo cristão estava mergulhado nas trevas da superstição e da intolerância. A Inquisição Espanhola teria sido o fator que causou a ruptura

e a destruição do clima de tolerância cultivado naquela “maravilhosa” sociedade islâmica.

María Rosa Menocal, especialista em literatura ibérica e professora na Universidade de Yale, nos Estados Unidos, defende que “o novo governo islâmico não só permitiu aos cristãos e aos judeus sobreviverem, mas também, seguindo o mandamento alcorânico, em grande medida os protegeu”.^[5] A trajetória dessa civilização iluminada teria sido interrompida pelos inconvenientes cristãos, que tiveram a ousadia de reconquistar o território que lhes fora roubado pelos muçulmanos. Cristãos abusados, não é mesmo?

Diante dessa descrição magnífica de Al-Andaluz, quase podemos ouvir o fundo musical da era de ouro do islã: “*Imagine all the people/ Living life in peace...*”.^[6] De arrepiar!

Oh, oh... Só existe um parafuso que não se encaixa nessa engrenagem: **Por que raios nenhum outro governo islâmico, em nenhum outro tempo, em nenhum outro lugar, jamais reproduziu algo similar ao esplendoroso reino de Al-Andaluz?** Por que em praticamente todos os países de maioria muçulmana não há liberdade religiosa para os não muçulmanos? Por que, na atualidade, os muçulmanos não se

destacam pela colaboração no desenvolvimento científico e tecnológico, na filosofia, nas artes ou na literatura?

O que aconteceu com essa “cultura que deixava a Europa no chinelo em matéria de ciência”? O que terá salgado a fértil terra dessa “superpotência científica” que floresceu entre os séculos VIII e XV?[7]

Terá sido o trauma que os muçulmanos sofreram com a drástica redução do número de escravas sexuais – mulheres cristãs – em seus haréns após a Reconquista cristã? Ou será que todo esse papo de que Al-Andaluz era o paraíso do conhecimento e da tolerância não passa de ficção?

Direitos humanos nos países muçulmanos

O.k., vamos fazer de conta que acreditamos piamente na era de ouro de Al-Andaluz. Quando comparamos todo o brilho dessa fabulosa civilização (literalmente, uma fábula!) à realidade atual das nações muçulmanas, a coisa fica meio confusa e... constrangedora.

Podemos considerar o prêmio Nobel como referência para uma simples comparação entre muçulmanos e judeus, o que nos dará uma noção bem clara daquilo de que estamos

falando. Segundo os números registrados até 2009, os muçulmanos, que correspondem a 25% da população mundial, ganharam apenas sete prêmios Nobel, e os judeus, que correspondem a somente 0,02% da população mundial, possuem 176 prêmios Nobel!

Em 2017, a organização não governamental Open Doors divulgou uma lista de países em que os cristãos mais sofrem perseguições. Entre os trinta países em que essa perseguição é classificada como “extrema” ou “muito alta”, nada menos do que 24 países são de população majoritariamente muçulmana.^[8]

A Anistia Internacional e a organização não governamental Human Rights Watch denunciaram, em 2016, que a Arábia Saudita, o segundo maior país árabe do mundo, havia cometido “violações flagrantes e sistemáticas dos direitos humanos” no exterior e no próprio país e usado sua posição no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para obstruir a justiça quanto ao julgamento de possíveis crimes de guerra. O governo da Arábia Saudita pune duramente qualquer cidadão que levante a voz para lhe fazer oposição.^[9]

Ambas as organizações pediram à Assembleia Geral das Nações Unidas que suspendesse a participação da Arábia Saudita no principal órgão mundial de defesa dos direitos humanos. É claro que a ONU ignorou o apelo, afinal, o país é o principal aliado dos Estados Unidos e dos países da Europa Ocidental no Oriente Médio, além de ser um dos principais compradores de armas do mundo.

E não podemos esquecer o imenso rio de dinheiro gerado pela exportação de petróleo, que possibilitou que Riad, capital da Arábia Saudita, se tornasse uma grande investidora em centros financeiros mundiais como Londres. [10] Todo esse poderio econômico é motivo mais que suficiente para comprar o vergonhoso silêncio do Ocidente a respeito das violações contra os direitos humanos cometidas na Arábia Saudita.

Em relação aos direitos das mulheres, os países de maioria muçulmana estacionaram no tempo da pedra. Nos países muçulmanos mais pobres, como a Somália, é comum a horrenda prática da mutilação genital feminina, fazendo a remoção do clitóris, mas vamos nos concentrar agora nos dados dos países mais ricos, como Arábia Saudita e Emirados Árabes.

Na Arábia Saudita, as mulheres estupradas são frequentemente punidas pelo mal que sofreram. Em 2007, uma corte do país condenou uma jovem de 19 anos, vítima de estupro coletivo, a receber duzentas chibatadas e cumprir seis meses de prisão.^[11]

Agora vejamos Dubai, cidade cosmopolita e rica dos Emirados Árabes. Lá, uma turista britânica foi presa, em 2016, após procurar a polícia para denunciar um estupro coletivo do qual teria sido vítima. Ela foi solta após pagar a fiança e teve seu passaporte confiscado.^[12] Também em Dubai, em 2013, uma norueguesa foi condenada a um ano e quatro meses de prisão após ser acusada de ter tido relações sexuais fora do casamento. Isso foi o que ela obteve após procurar as autoridades locais para denunciar um estupro que teria sofrido. Graças aos esforços diplomáticos da Noruega, a moça passou “apenas” alguns dias encarcerada.^[13]

Poderíamos continuar citando exemplos por muitas linhas, mas já deu para ter uma ideia do cenário cultural e político que predomina no universo islâmico em pleno século XXI. Aí chega alguém e tenta nos convencer de que, há muitos séculos, brotou desse mesmo islã uma civilização

que estava muito à frente de seu tempo em termos de cultura, tecnologia, ciência e tolerância para com as minorias religiosas. O declínio só teria vindo com chegada dos “cristãos opressores”, no processo da Reconquista ibérica.

É preciso uma boa dose de cinismo e de malabarismo acadêmico para convencer as pessoas a acreditarem nisso!

As mulheres em Al-Andaluz

Na Espanha islâmica, uma mulher muçulmana jamais se tornou emir ou califa e não há registro de que mulheres tenham exercido poderio político algum. Enquanto isso, **nos reinos católicos da Espanha medieval, as mulheres tinham acesso ao poder na esfera pública**, como as rainhas consortes, as *señoras de villa*, que eram aristocratas herdeiras do senhorio de uma cidade, as fazendeiras e as comerciantes, que podiam participar e votar nas assembleias-gerais comunitárias.

Diversas rainhas consortes governavam efetivamente, fosse com seus maridos fosse ausência deles. Alguns exemplos são Isabel, rainha de Castela e Leão (1451-1504);

Munia Maior de Castela, rainha de Pamplona (1010-1035); Petronila de Aragão, rainha de Aragão (1157-1164); Maria de Luna, rainha de Aragão (1193-1406) e Joana Enriques, rainha de Navarra e de Aragão (1458-1468).

É curioso que a prática da mutilação genital feminina quase nunca seja citada nos artigos entusiasmados e elogiosos sobre Al-Andaluz. Afinal, é provável que a maioria das mulheres nascidas na Espanha árabe tenha sofrido essa violência.^[14]

Outra prática comum em Al-Andaluz era o apedrejamento até a morte de mulheres condenadas por adultério. Também era comum o casamento com crianças. De acordo com a escola de direito islâmico maliquita, um homem adulto poderia se casar com uma menina de seis anos, como fez Maomé, desde que esperasse até os nove anos dela para consumir o casamento.^[15]

Se a vida das mulheres casadas era cercada de opressão, imagine como viviam os milhares de escravas sexuais na Espanha árabe, a maioria delas cristãs. Elas eram expostas nuas ou em trajes transparentes e vendidas da forma mais humilhante nas feiras. O califa Abd ar-Rahman III chegou a ter seiscentas escravas sexuais em seu harém.^[16]

As escravas sexuais nem sempre tinham a função de concubinas. Muitas eram usadas para o enriquecimento de seus donos, sendo exploradas como prostitutas.^[17]

Socando a cultura cristã e a cultura islâmica no mesmo balaio

No desespero para elaborar argumentos que minimizem a condição historicamente degradante das mulheres na grande maioria das nações islâmicas, certos autores buscam demonstrar que a situação não era muito diferente na sociedade cristã.

Dá desgosto ver que alguns livros didáticos de ensino médio utilizados no Brasil reproduzem textos como o do jornalista e historiador José Arbex Jr., que afirma que, na época de Maomé, “a Igreja Católica debatia se as mulheres tinham ou não alma”.^[18] Que afirmação mais tosca! A Igreja Católica jamais levantou dúvida alguma sobre as mulheres terem alma. A historiadora medievalista francesa Régine Pernoud classificou essa calúnia como uma tolice evidente.^[19]

A origem dessa mentira está na distorção do significado de um texto de São Gregório de Tours. O santo conta que, durante um sínodo (talvez o sínodo de Mâcon, em 585), um

dos bispos presentes defendeu a ideia de que o termo “homem” não deveria designar genericamente todos os indivíduos humanos, ou seja, não deveria ser usado para se referir às mulheres.^[20] Por exemplo, quando se diz que “o homem tem uma alma imortal”, usa-se o termo “homem” para designar a mulher também. O tal bispo não achava que isso estava certo. Portanto, a discussão girava em torno de uma questão linguística e nada tinha a ver com dizer que a mulher não era um ser humano.

Os demais bispos presentes à reunião rebateram essa tese com um texto do Antigo Testamento; o outro bispo se convenceu, não insistiu mais, e a discussão parou por aí. Na verdade, nem sabemos se esse debate realmente aconteceu, pois São Gregório não participou do tal concílio e só escreveu o que ouviu falar. Mas, se o debate aconteceu, não teve importância alguma. Deve ter sido um papo de corredor, pois não foi citado em nenhum dos documentos do concílio.

Os protestantes não perderam a oportunidade de utilizar esse episódio irrelevante para atacar o catolicismo. No final do século XVI, um luterano chamado Lucas Osiander, o Velho, comentando o fato narrado por São Gregório, zombou: “Eu teria colocado este bispo para cuidar de porcos,

porque, se a mãe dele não era um ser humano, ele provavelmente havia nascido de uma porca”.[21]

Décadas depois, a lenda ganhou novo ímpeto. Em 1676, o pastor protestante Johannes Leyser publicou o livro *Polygamia triumphatrix*, em que requeitava a mentira criada e divulgada por Osiander. Vinte anos depois, Pierre Bayle, um célebre estudioso calvinista, escreveu: “O que eu acho mais estranho é ver que em um concílio se tenha seriamente questionado se as mulheres eram de fato seres humanos e que isso se tenha decidido somente depois de um longo exame”.[22] Realmente, era mesmo muito estranho... porque era lorota!

Por séculos a fio, essa mentira foi reproduzida por outros escritores influentes, muitos deles mais comprometidos com determinadas ideologias do que com a verdade.

A cultura em Al-Andaluz

Querem nos convencer de que a Espanha islâmica era um paraíso de efervescência científica e cultural, mas como acreditar que pode ter havido um florescimento cultural tão

intenso em um lugar em que a música e o canto eram simplesmente proibidos?

Por muito tempo, a interpretação da lei islâmica que vigorou em Al-Andaluz foi a da escola maliquita, que é mais severa e repressiva. De acordo com essa corrente, instrumentos musicais e canto eram proibidos. Havia inclusive fiscais que tinham o poder de entrar nas casas, confiscar instrumentos musicais e destruí-los.^[23] Algumas vezes, certos instrumentos de percussão eram tolerados, como a pandeireta (*tambourine*). Se a *jihad* tivesse prevalecido sobre a Espanha e avançado pela Europa Ocidental, não haveria canto gregoriano, sinfonias ou óperas.

É muito repetida a ideia de que a civilização ocidental deve ao islamismo a preservação e a tradução dos textos clássicos gregos e, assim, grande parte de seu conhecimento sobre filosofia, medicina, matemática e astronomia. Porém, muitos historiadores, como o medievalista Sylvain Gouguenheim, garantem que, muito antes dos muçulmanos, os monges e estudiosos do Império Romano do Oriente (bizantinos) transmitiram várias vezes esses textos à Europa Ocidental e ao islã.

Em seu livro *Aristote au mont Saint-Michel: les racines grecques de l'Europe chrétienne* [Aristóteles no monte Saint-Michel: as raízes gregas da Europa cristã], Gouguenheim apresenta dados precisos que simplesmente arrasam a ideia de que a Europa deve boa parte de seu conhecimento aos muçulmanos medievais.

A cultura antiga da Grécia foi completamente acolhida pelo islamismo? Sylvain Gouguenheim enfatiza os fortes limites que a realidade histórica impõe a essa convicção que se tornou comum, pois não foram os muçulmanos que fizeram a maior parte do trabalho de tradução dos textos gregos para o árabe. É amplamente esquecido que, mesmo aqueles grandes admiradores dos gregos, como Al-Farabi, Avicena e Averróis, não leram uma palavra dos textos originais, mas apenas as traduções em árabe feitas pelos cristãos aramaicos!

Entre os chamados cristãos siríacos, que dominavam o grego e o árabe, Hunayn ibn Ishaq (809-873), conhecido como “príncipe dos tradutores”, compôs a essência do vocabulário médico e científico árabe ao transpor mais de duzentos trabalhos – especialmente de Galeno, Hipócrates e Platão. Árabe, ele não era muçulmano, como praticamente todos os primeiros tradutores do grego para árabe. Porque muitas vezes confundimos “árabes” e “muçulmanos”, uma visão distorcida da história nos faz apagar o papel

decisivo dos árabes cristãos na tradução das obras da antiguidade grega, primeiro para o siríaco e depois para a língua do Alcorão.^[24]

Portanto, foram os estudiosos cristãos que proporcionaram aos muçulmanos o acesso ao conhecimento dos antigos textos gregos, e não o contrário.^[25]

A “tolerância” com cristãos e judeus em Al-Andaluz

Certos estudiosos que mais parecem *cheerleaders* do islã garantem que em Al-Andaluz havia um considerável grau de tolerância para com as minorias religiosas, bem diferente da terrível intolerância praticada na Europa medieval. É verdade que havia tolerância em Al-Andaluz... mas não como eles pintam!

O conceito medieval de tolerância não tem nada a ver com a compreensão contemporânea. Tolerância, na Espanha moura, não ia muito além de ter a bondade de não cortar a cabeça dos não muçulmanos e de permitir sua existência naquela sociedade na condição de pessoas com dignidade bem inferior e com muito menos direitos em relação aos muçulmanos.

Quando ouvir falar sobre a tolerância praticada na Espanha moura, esqueça a ideia de coexistência feliz e pacífica entre os povos das diferentes religiões. O jurista maliquita Ibn Abdun deixou claro qual deveria ser o lugar de um cristão ou um judeu em Al-Andaluz: bem abaixo dos muçulmanos! Essa era a sua opinião sobre as minorias que viviam em Sevilha por volta de 1100:

Nenhum [...] judeu ou cristão pode receber permissão para usar as roupas dum aristocrata, nem dum jurista, nem dum pessoa rica; pelo contrário, eles têm que ser detestados e evitados. É proibido abordá-los com a saudação “que a paz esteja contigo”. De fato, “Satanás tomou posse deles e fez com que eles se esquecessem do aviso de Deus. Eles são os confederados do partido de Satanás; certamente que os confederados de Satanás serão os perdedores!” (Alcorão 58,19). Um sinal distintivo deve ser imposto a eles como forma de serem reconhecidos, e isto será para eles uma forma de desgraça.^[26]

Que meigo! Ibn Abdun não era a simpatia em forma de gente? Cá pra nós, o cenário social que podemos imaginar com base nesse escrito revelador está mil anos-luz distante da fantasia cultivada sobre as diferentes religiões convivendo respeitosamente.

Os cristãos e os judeus eram realmente *tolerados* em Al-Andaluz. Podiam viver ali, desde que fossem claramente discriminados como perdedores e aliados do capeta. Para que não fossem confundidos com muçulmanos, deveriam usar em suas vestes algum sinal que os distinguisse como infiéis. É disso que trata a tolerância islâmica na Espanha moura!

Os cristãos, judeus e membros de outras minorias que viviam na Espanha moura eram classificados como *dhimmis*, ou seja, indivíduos submetidos a um pacto chamado *dhimma*. Segundo Andrew G. Boston, autor especializado no assunto, esse pacto, previsto no Alcorão (9,29), impunha normas degradantes e discriminatórios, que tinham como princípios salientar a desigualdade de dignidade e de direitos entre muçulmanos e *dhimmis*, discriminar social e economicamente os *dhimmis* e humilhar e vulnerabilizar os *dhimmis*.^[27]

Os *dhimmis* eram obrigados a pagar um imposto chamado *jizyah*. Qualquer homem que ousasse se rebelar contra essa extorsão recebia a pena de morte, e sua mulher e seus filhos eram escravizados.

Nem todos os *dhimmis* tinham uma vida ruim em Al-Andaluz, pois havia uma pequena minoria de privilegiados e

notáveis. Porém, fora esses poucos sortudos, os demais eram humilhados, oprimidos e, muitos deles, escravizados. Os homens escravos eram usados como mão de obra nas mais diversas áreas. As meninas e mulheres jovens, por sua vez, abasteciam o mercado do sexo.

Grande parte das crianças e dos jovens do sexo masculino escravizados recebia treinamento para atuar nas guerras – o exército de Abd ar-Rahman III, o primeiro califa de Al-Andaluz, possuía 13.750 guerreiros escravos. Muitos meninos eram castrados para trabalharem como eunucos nos haréns, e outros ainda viravam brinquedos sexuais dos ricos.^[28]

Os cristãos eram considerados “impuros”, o que criava grandes obstáculos para a convivência com os muçulmanos. Por exemplo, um muçulmano era proibido de comer qualquer alimento em que um cristão tivesse tocado, como uma caça. Também devia evitar contato com tudo o mais que um cristão tivesse tocado ou usado.^[29] Tudo isso contraria o imaginário de amistosa convivência propagandeado por certos acadêmicos.

O fundador da dinastia Omíada, Abd ar-Rahman I, mandou demolir a antiga Basílica de São Vicente. Para

aumentar o insulto, usou parte do material da igreja demolida para construir a famosa mesquita de Córdoba. Nessa ocasião, todas as demais igrejas de Córdoba já haviam sido demolidas pelos muçulmanos, que usaram seus terrenos e seus materiais para construir mesquitas.^[30]

Alguns *dhimmis* tentavam escapar à opressão se convertendo ao islamismo, porém nem sempre isso trazia alívio aos seus sofrimentos. Durante o período em que o califado Almóada reinou na Espanha, muitos judeus se converteram ao islamismo (era isso ou o exílio), porém isso pouco lhes valeu: “Desconfiados da sinceridade dos convertidos judeus para o islã, os ‘inquisidores’ muçulmanos [...] removeram as crianças de tais famílias e colocaram-nas sob os cuidados de educadores muçulmanos”.^[31]

Considerado o maior dos pensadores judeus medievais, Maimônides sofreu na pele a perseguição do governo Almóada. Em 1148, ele teve que fugir de Córdoba com toda a sua família e foi parar no Egito. Esta é a descrição que ele fez do tratamento recebido pelos judeus em Al-Andaluz:

[...] os árabes perseguiram-nos [os judeus] de modo severo e aprovaram legislação prejudicial e discriminatória contra nós. Nunca houve nação que nos tenha afligido, degradado, rebaixado e odiado tanto como eles [os muçulmanos].^[32]

Em diversos períodos da Espanha islâmica, os cristãos foram deportados em massa para o norte da África: em 1106, de Málaga; em 1126, de Granada; e, em 1138 e em 1170, de diversas partes da península.^[33] Como a roda da história nunca para de girar, a situação se inverteu cinco séculos mais tarde, quando os mouriscos foram expulsos da Espanha pelos Reis Católicos.

Genocídios de minorias tampouco eram raros na Espanha dominada pelo islã. Que o digam os judeus de Granada, que foram massacrados em 1066, durante uma revolta da população muçulmana contra o vizir judeu Joseph ibn Naghrela.

JUDEUS: ALIADOS DOS MOUROS NA INVASÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA

Em Al-Andaluz foi semeada a Inquisição Espanhola. A Espanha da Reconquista estava traumatizada por séculos de subjugação e humilhação dos cristãos sob o governo dos “iluminados” califas. Após a expulsão dos mouros da península, os Reis Católicos concentraram-se em unificar a Espanha e impedir que o pesadelo mouro retornasse.

Mouriscos

Assim eram chamados os antigos muçulmanos espanhóis supostamente convertidos ao catolicismo.

No meio do caminho desse projeto de segurança política estavam os judeus e os cristãos-novos (judeus convertidos). Antes da invasão islâmica, os judeus que viviam nos reinos espanhóis eram duramente discriminados pelas leis do reino visigodo. A opressão sofrida gerou ressentimentos que motivaram os judeus a conspirar com os muçulmanos africanos contra os visigodos.

Os invasores muçulmanos não eram muitos, mas obtiveram sucesso graças ao apoio das comunidades

judaicas. Cada cidade invadida era protegida pelos judeus, e assim as forças muçulmanas ficavam livres para avançar e conquistar rapidamente outras cidades.[34] Isso foi confirmado por diversas enciclopédias judaicas.[35]

O que os judeus ganharam com isso? Inicialmente, alguns privilégios e cargos políticos de influência, mas essa alegria durou pouco, muito pouco. Logo, passaram a ser tratados como marginais, assim como as demais minorias de Al-Andaluz.

Portanto, a perseguição dos Reis Católicos aos judeus foi injusta e desmedida em muitos sentidos, mas não foi gratuita. Os judeus, na verdade, foram os grandes colaboradores dos muçulmanos na invasão à península Ibérica. Esse histórico de traição motivou a desconfiança dos cristãos, que temiam que a nefasta aliança mouro-judaica se repetisse.

A DESCULPA PERFEITA PARA OS REIS CATÓLICOS

No século XV, não existia a Espanha como a conhecemos hoje, ou seja, como um país unificado, mas sim como vários

reinos independentes. Com o casamento de Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão, dois desses reinos se uniram. O casal ficaria conhecido, a partir de então, como os Reis Católicos, título dado pelo papa Alexandre VI.

Seria a morte de um dos filhos de Fernando e Isabel que iria mudar o destino dos judeus na Espanha. Em 1497, João, príncipe das Astúrias, contraiu varíola e morreu, aos 19 anos. O médico da família real, porém, foi acusado de ter envenenado o príncipe.

Naquela época, quase todos os bons médicos que atendiam aos nobres eram judeus, e, com o crescimento da discriminação contra essa etnia, tornou-se cada vez mais frequente que os judeus fossem acusados pela morte de seus pacientes cristãos.^[36]

O episódio que envolveu o príncipe das Astúrias foi a desculpa perfeita para o início de uma grande perseguição aos judeus na Espanha, que resultou na sua expulsão dois anos após a morte do príncipe e na criação de um tribunal da Inquisição para identificar e punir judeus que fingiam ser cristãos somente para manterem seus privilégios.

DONA ISABEL DE CASTELA ESTRELANDO: ... E O VENTO LEVOU



RAZÕES QUE MOTIVARAM A OPOSIÇÃO DA COROA AOS MOURISCOS E AOS JUDEUS

Os Reis Católicos, refletindo os desejos da nobreza e das classes populares, queriam uma Espanha inteiramente cristã, e não só isso: era preciso ser um cristão de “sangue limpo”, ou seja, descendente de cristãos antigos, e não de judeus convertidos.

Qual era a razão para tanta intolerância contra os judeus? Racismo? Fanatismo religioso? Sim, também, mas não só isso. Havia fortes motivações políticas, em especial o interesse em promover a unidade dos reinos da península em torno de valores comuns e garantir a segurança nacional.

Quando Fernando e Isabel assumiram o trono de Castela e Aragão, cristãos, muçulmanos e judeus conviviam nesses reinos e alternavam-se períodos de boa convivência e conflitos violentos esporádicos. Basicamente, os cristãos se envolviam nas atividades de guerra, como defesa e expansão territorial, na agricultura e na pecuária, os muçulmanos trabalhavam com a construção de casas e os judeus atuavam na coleta de impostos, nas atividade bancária, no comércio e em outras profissões que exigiam alta habilidade técnica, como a medicina.^[37]

Os Reis Católicos viam as fortes presenças de muçulmanos e judeus como uma ameaça. Sua prioridade política era ampliar e consolidar a Reconquista, ou seja, a retomada cristã dos territórios da península Ibérica que, muitos séculos antes, haviam sido invadidos pelos muçulmanos.

A invasão muçulmana na península Ibérica durou quase oitocentos anos, de 711 a 1492 d.C. Com muitas lutas e sofrimentos, os cristãos conseguiram gradualmente retomar esses territórios. A Reconquista se completou em 1492, quando os Reis Católicos conquistaram o reino de Granada, último reduto muçulmano na península. O resultado foi a

unificação dos reinos espanhóis e a ascensão da Espanha a potência mundial dominante.

Foram conquistas alcançadas a duras penas, e era preciso assegurá-las. Tudo o que Fernando e Isabel mais queriam evitar era que os descendentes de mouros e judeus conspirassem contra a Coroa e favorecessem uma nova invasão muçulmana. O sangue derramado não poderia ter sido em vão!

Invasão turca e massacre em Otranto

O medo de uma nova invasão muçulmana facilitada pelos judeus não era injustificado. Em 1480, os turcos invadiram a cidade italiana de Otranto. Foi um massacre: entre estupros e saques, 12 mil pessoas foram mortas e outros milhares delas foram feitas escravas. O arcebispo foi partido ao meio dentro da catedral da cidade.

Hoje, quem visita a Catedral de Otranto pode ver sete grandes pilhas de ossos humanos ao redor do altar. Essas são as relíquias dos oitocentos mártires de Otranto. Após a conquista da cidade, restaram apenas oitocentos homens

vivos e foi-lhes dada a opção de renunciar à fé cristã e viver, mas eles se recusaram e foram decapitados.

A intenção dos turcos era continuar avançando para conquistar Roma e, então, toda a Itália. Os cidadãos de Roma entraram em pânico e fugiram da cidade. O temido sultão Mehmet II já havia tomado Constantinopla, que fora a maior cidade cristã do mundo, em 1453. Agora ele liderava o ataque a Otranto e havia prometido que não iria descansar até o dia em que seus cavalos usassem a Basílica de São Pedro como estábulo.[38]

O rei Fernando e a rainha Isabel enviaram uma frota para a Itália e ajudaram os napolitanos a recuperar Otranto, unidos a voluntários vindos de toda a cristandade.[39] Estava claro que os turcos poderiam fazer o mesmo a qualquer cidade costeira. O perigo era iminente.

Fatores que motivaram a expulsão dos judeus da Espanha

Na mesma época, uma série de medidas foram tomadas para buscar reforçar a unidade nacional espanhola. Em meio a esse processo, os judeus eram vistos com cada vez mais desconfiança. Além do fato de eles terem sido aliados dos

mouros no passado, outros motivos, que variavam do fanatismo à ganância, alimentavam a rixa. Os judeus emprestavam dinheiro a juros, e isso, apesar de ser útil a muitos, gerava ressentimentos e cobiça. Eles exerciam a função de cobradores de impostos da Coroa, o que aticava a antipatia geral, controlavam o capital e o comércio das cidades e detinham grande parte dos cargos administrativos do Estado.

Em uma população de cerca de 9 milhões de habitantes nos reinos de Castela e Aragão, a proporção de nobres não chegava a 2%.^[40] Essa poderosa minoria, porém, era dona de 97% do solo da península, e sua renda vinha, principalmente, da produção agrícola.

Muitos judeus se casavam com nobres, o que era visto como mais uma ameaça à fé católica; afinal, havia o medo de que essas famílias tradicionais fossem judaizadas em suas crenças e costumes.

O justo empenho com a manutenção da segurança nacional e com a defesa da religião católica se uniu ao ódio racial e à cobiça dos nobres espanhóis. Eles não queriam dividir o poder e pressionaram a Coroa a resolver o seu “problema”.

Em paralelo, a sociedade cristã espanhola passou a se distinguir basicamente em duas categorias: os **cristãos-velhos**, cujas famílias professavam a fé cristã havia muitas gerações, e os **cristãos-novos**, que eram descendentes de judeus convertidos ao cristianismo. A primeira grande medida tomada pelos cristãos-velhos para “cortar as asas” dos cristãos-novos foi excluí-los dos cargos públicos no reino de Toledo, o que fizeram em 1449. Roma imediatamente reagiu contra essa discriminação por meio da bula papal *Humani generis inimicus*, assinada pelo papa Nicolau V, que dizia: “Decretamos e declaramos que todos os católicos são um único corpo em Cristo, segundo os ensinamentos de nossa religião”.[41] Mas o partido dos antigos cristãos venceu, e a exclusão de cristãos-novos de cargos públicos foi mantida nos anos seguintes.

Até que os Reis Católicos decretaram a expulsão de todos os judeus da Espanha em 31 de março de 1492. Milhares de judeus partiram, tendo grande prejuízo material, pois foram proibidos de levar ouro ou prata.[42] Entretanto, muitos outros, talvez metade da comunidade, decidiram permanecer e aceitar o batismo.

A expulsão dos judeus, portanto, não atendeu à expectativa dos nobres feudais, já que os cristãos-novos continuaram a manter seu domínio sobre o comércio e sobre o capital. E cada vez mais cristãos-novos alcançavam altas posições no clero e, por meio de casamentos com membros de famílias cristãs antigas, na nobreza.

A aristocracia precisava tomar outra atitude para eliminar seus mais ricos concorrentes e manter sua supremacia. Assim, a Inquisição Espanhola foi usada como “uma arma de classes, usada para impor, em todas as comunidades da península, a ideologia de uma única classe”.^[43]

O PROBLEMA DAS FALSAS CONVERSÕES

Alguns dos principais especialistas em Inquisição Espanhola, como Henry Kamen, acreditam que a grande maioria dos judeus conversos não abraçou sinceramente o catolicismo, ou seja, diziam-se cristãos, mas no íntimo mantinham-se fiéis ao judaísmo. Essa hipótese faz muito sentido, já que se receberam batismos forçados e, por isso mesmo, inválidos, algo que sempre foi condenado pela Igreja.

Há a desconfiança de que a Igreja não tenha empreendido esforço suficiente para a catequese dos milhares de novos conversos que viviam na Espanha. Mal instruídos na fé e espiritualmente abandonados, era esperado que não se tornassem bons católicos.

Outro problema é que, por não terem escolhido o batismo livremente, muitos judeus que se diziam convertidos nem sequer se esforçavam para esconder o seu desprezo pelo catolicismo, e isso atraía ainda mais a antipatia do povo.^[44] Essa informação é confirmada pelo historiador judeu Cecil Roth, que diz “sua descrença dos dogmas da Igreja era notória, e nem sempre disfarçada”.^[45]

Em grande medida, essa situação foi forçada pelos próprios cristãos espanhóis. Durante anos, um pregador chamado Ferran Martínez havia inflamado o ódio antissemita. Ele tinha recebido ordens do rei, do arcebispo e até do papa para cessar seus discursos contra os judeus, mas desobedeceu a elas. Em resultado, uma grande onda de violência estourou contra os judeus em diversas cidades espanholas em março de 1391. Para escapar à morte, muitos judeus pediram para receber o batismo, mas depois continuaram cultivando as tradições religiosas judaicas.

Cem anos depois, houve um novo episódio de falsas conversões em massa. Com uma só canetada, assinando o édito de expulsão dos judeus, os Reis Católicos multiplicaram o número de falsos católicos. Para solucionar esse “inconveniente” que eles mesmos criaram, ampliaram e intensificaram as ações da Inquisição na Espanha.

Relutante, o papa autorizou a implementação da Inquisição Espanhola, em novembro de 1478, mas a instituição só começou a funcionar efetivamente dois anos depois. O objetivo era examinar se os cristãos convertidos (antigos judeus e muçulmanos) estavam sendo sinceros ou se continuavam a praticar suas antigas crenças de forma secreta.

Inicialmente, tratava-se de uma Inquisição papal, nos mesmos moldes da Inquisição Medieval, mas não demorou para que a Coroa espanhola assumisse quase completamente o controle do tribunal, impondo suas próprias normas e colocando o papa para escanteio.

O FUNCIONAMENTO DA INQUISIÇÃO ESPANHOLA

Na Inquisição Espanhola, de forma diferente das demais inquisições, era o rei quem nomeava o inquisidor-geral, e não o papa. Por sua vez, o inquisidor-geral nomeava bispos-inquisidores e outros funcionários para atuarem nos tribunais dos diversos distritos dos reinos e colônias espanhóis.

Ao chegar a uma cidade, o tribunal da Inquisição anunciava um “período de graça” de cerca de um mês, dando aos hereges a oportunidade de se entregarem, confessarem livremente suas heresias e denunciarem outros hereges. Se assim fizessem, seriam perdoados e ficariam livres de qualquer punição, inclusive do confisco de bens.

Ao receber uma denúncia, o tribunal da Inquisição não saía logo prendendo o acusado. As evidências eram analisadas por alguns teólogos, chamados *calificadores*, que tinham a função de qualificar a denúncia, confirmando se tinha fundamento ou não. Se os *calificadores* julgassem que havia provas suficientes de heresia, o acusado era encarcerado.

Essa era a norma para evitar prisões injustas. O problema era que, muitas vezes, esse exame não era feito, levando a um grande número de prisões realizadas por motivos tolos

ou por acusações infundadas. Ao menos, os culpados eram censurados sempre que esses abusos eram denunciados ao conselho superior da Inquisição, o *Suprema*.^[46]

A partir do momento em que os *calificadores* acatavam uma denúncia, presumia-se que o denunciado era culpado, até que ele provasse o contrário. Ele era preso e seus bens eram confiscados, até mesmo a casa onde morava sua família. A partir de então, todo o esforço era voltado para obter sua confissão de culpa.

Se, ao longo das investigações, era descoberto que o acusado era inocente, ele ganhava a liberdade imediatamente. Muitos acusados conseguiam ser inocentados e postos em liberdade apontando uma lista de inimigos pessoais, pois era comum que o tribunal declarasse inválidas as denúncias feitas por essas pessoas.^[47]

A maioria dos processos era muito longa, e os prisioneiros passavam anos no cárcere – em média, quatro anos.^[48] O réu tinha direito ao auxílio de um advogado, mas essa assistência era praticamente inútil, já que o advogado era sempre um funcionário da Inquisição e fazia os juramentos de jamais falar com seu cliente sem a presença

de um inquisidor e de jamais alegar em favor do cliente algo que não fosse “apropriado”.^[49]

Galés

Embarcações de guerra movidas por remos e velas. Eram necessários mais de duzentos remadores para movimentar uma galé.

Após uma série de audiências, com interrogatórios e depoimentos das partes de acusação e defesa, o caso era concluído. Era chegada a hora de anunciar a sentença. Se condenado, o prisioneiro deveria comparecer ao auto de fé, a cerimônia em que a Inquisição lhe comunicava as suas penas. Para os casos de heresias mais leves, eram realizados autos de fé reservados; para os casos graves, eram feitos autos de fé públicos.

Havia uma ampla variação de punições. Em praticamente todos os casos, os bens do penitente eram confiscados, deixando-o em estado de total pobreza. Se o réu tivesse se arrependido, confessado sua heresia e se reconciliado com a

Igreja, recebia uma penitência, que poderia ser prisão domiciliar, confinamento em convento, encarceramento por meses ou anos, trabalho forçado como remador nas galés por alguns anos, açoite em público, multa a ser paga em dinheiro ou exílio.

A pena mais extrema, morte na fogueira, era reservada somente aos condenados que se recusavam a declarar seu arrependimento e aos hereges reincidentes, aqueles que já haviam sido condenados e perdoados uma vez e voltaram a ser presos e condenados por heresia.

O auto de fé e a queima dos hereges

O principal objetivo do auto de fé era mostrar ao povo os bons resultados do trabalho do tribunal da Inquisição, ou seja, o maior número possível de hereges arrependidos. Isso vale não só para a Inquisição Espanhola, mas para todas as inquisições. Havia procissão, missa, sermão e uma cerimônia de reconciliação dos penitentes.

A queima de um herege era uma derrota para as inquisições, pois significava que o tribunal havia falhado gravemente na missão de conduzir aquela alma de volta para

Deus e para a comunhão da Igreja. Por isso, a queima dos hereges não era feita durante o auto de fé, no meio da praça, e sim em outra cerimônia, menos pomposa, fora dos portões da cidade.^[50]

Os hereges que seriam abandonados ao braço secular tinham conhecimento de sua pena três dias antes do auto de fé. Durante esse tempo, homens religiosos buscavam, dia e noite, fazê-los voltar ao arrependimento e garantir a salvação de suas almas. A essa altura já não era possível suspender a pena de morte, mas, se o herege se declarasse arrependido, o tipo de execução era modificado para causar uma morte mais rápida e menos dolorosa.^[51] Em vez da fogueira, o herege era morto por estrangulamento.

E aqui vai uma informação que, temos certeza, surpreenderá a grande maioria de nossos leitores: **a maior parte dos hereges abandonados ao poder secular não era queimada viva na fogueira; antes disso, era estrangulada** (não zombe: você pode não ver nenhuma vantagem, mas eles viam muitas!). Depois de estrangulados, seus cadáveres eram enviados para o fogo. Em Maiorca, de um total de quarenta condenados à fogueira em 1691, apenas três pessoas foram queimadas vivas.^[52]

Além de uma morte mais misericordiosa, o herege que se arrependia até o último minuto recebia um abraço dos que estavam por perto, e até o carrasco lhe pedia perdão por ser obrigado a cumprir o dever da sua execução. O povo ao redor lhe gritava frases de consolo e orava por sua alma.^[53]

Sambenito: *o traje penitencial*

Antes do auto de fé, o clero e os condenados desfilavam em uma procissão pública. Os hereges vestiam o traje penitencial, que, na Espanha, ganhou o nome de *sambenito* (saco bendito).

O traje penitencial medieval era muito mais simples do que o *sambenito*, composto apenas de uma longa túnica com uma grande cruz costurada na frente e nas costas. Já o *sambenito* era mais complexo, de modo que o povo podia reconhecer o tipo de pena infligida ao preso apenas observando o desenho em seu hábito:

[...] o amarelo como cor de fundo simboliza a traição dos hereges e é sobre ele que estão pintados a Cruz de Santo André para os reconciliados ou os grifos e as chamas do inferno para os excluídos. O vermelho da cruz simboliza o sangue vertido por Cristo e pelos santos mártires.^[54]

Também fazia parte do *sambenito* um chapéu pontudo de papelão, que imitava o chapéu usado pelos bispos, chamado mitra. A ideia era fazer escárnio da falsidade da doutrina proclamada pelo herege, mostrando-o como um pregador ridículo e impostor.

A TORTURA DOS RÉUS

Quem lê desavisadamente o *Livro dos mártires*, do puritano inglês John Foxe, que viveu no século XVI, acaba dando crédito à lenda de que a Inquisição Espanhola agia com suprema crueldade e intolerância.

No século XIX, um clérigo protestante chamado Ingram Cobbin publicou uma nova edição do *Livro dos mártires*, dessa vez acrescentando novas e ainda mais espantosas fantasias. “Ali encontraram os instrumentos de tortura, de toda espécie que o engenho do homem ou do diabo podia inventar”, escreveu ele.^[55]

Na continuidade do grotesco relato de Cobbin, segue-se uma descrição de instrumentos de tortura que quebravam todas as articulações do corpo e que arrancavam a pele das vítimas. O mais ridículo e imaginativo de todos os

instrumentos sugere uma boneca com a aparência de uma bela mulher, que, ao ter uma mola acionada, fechava os braços em torno da vítima, que era cortada em pedacinhos por numerosas facas.

Santa criatividade! Será que o roteirista da série clássica do Batman se inspirou nos estranhos dispositivos de tortura inventados por Cobbin? Não era nos tribunais da Inquisição, mas sim nas prisões da justiça civil europeia que os presos estavam sujeitos a sofrer os mais variados e inimagináveis tormentos.

Henry Kamen afirma que **“empregava-se a tortura somente como último recurso; somente numa minoria de casos”**.^[56] Cecil Roth, severo crítico da Inquisição Espanhola, admite que os inquisidores ordenavam a tortura somente quando, baseados em amplas evidências do crime, estavam convictos da culpa do réu.^[57]

Eram os carrascos, funcionários do poder público, que realizavam as torturas, sob a supervisão dos inquisidores e de um representante do bispo. Um escrivão anotava tudo o que acontecia, e isso permitiu que os historiadores de nosso tempo tivessem acesso a registros completos e minuciosos. Em geral, um médico também estava presente, para garantir

que os tormentos não causassem a morte do acusado ou danos graves a seus membros.

Tanto homens como mulheres eram despídos antes de ser torturados, mantendo o mínimo de roupa para cobrir os órgãos sexuais. Não havia muitas variações de suplícios aplicados. Os três tipos mais comuns eram:

- a garrucha, que era quase o mesmo que o *strappado*, com a diferença de que a pessoa era içada por uma roldana presa ao teto, e não a um poste, e pesos eram amarrados a seus pés. Quando estava lá em cima, soltavam-na subitamente e deixavam-na cair sem tocar o chão.
- a tortura da água, chamada “a toca”, em que abriam a boca do réu à força e introduziam pela garganta um pano de linho. Derramava-se lentamente água no pano. Quanto maior a quantidade de água, maior era o sofrimento do supliciado, que era atormentado pela sensação de sufocamento.
- o potro, em que cordas eram amarradas ao redor de todos os membros do réu e apertadas pelo carrasco. As extremidades do corpo eram retorcidas e as cordas se fincavam na carne.

A maioria dos estudiosos da Inquisição Espanhola cita apenas esses três tipos de tortura, mas, segundo Cecil Roth, a tortura do fogo também era aplicada. Nela, passava-se algum óleo combustível nos pés do réu e o aproximavam das chamas, causando-lhe muita dor.^[58]

Alguns autores dizem que a tortura jamais era repetida, sendo aplicada uma só vez, mas isso não é verdade. Há casos em que o réu sofreu até três torturas antes de confessar sua culpa, em dias diferentes, como aconteceu à senhora Elvira Del Campo.^[59] E chegou-se ao cúmulo de enviar ao potro senhoras idosas, com idades que variavam de 70 a 90 anos. Aos 80 anos, Isabela, esposa de Francisco Damos, foi torturada três vezes.^[60]

Numerosos registros demonstram que a maioria das pessoas parecia suportar bem as torturas, o que demonstra que o processo inquisitorial era relativamente brando. Ao menos ninguém saía das prisões da Inquisição Espanhola sem um olho, sem uma mão ou deformado, como era comum acontecer nos tribunais seculares. Henry Kamen conclui:

Isso, juntamente com o padrão relativamente elevado das condições das prisões, deixa claro que o tribunal, como um todo, não tinha interesse em praticar crueldades e sempre procurava temperar a justiça com um tratamento complacente.^[61]

OS CÁRCERES DA INQUISIÇÃO ESPANHOLA

De 1775 a 1790, o reformador social John Howard percorreu os presídios da Inglaterra e de diversos países da Europa. As informações reunidas foram publicadas em seu livro *State of Prisons*, em que ele faz uma descrição das horríveis condições que encontrou em toda parte. A falta de dignidade e de higiene era absoluta! No século XIX, esse relatório motivou o início da reforma prisional no continente europeu.

Veja que curioso: **mais de três séculos antes da reforma prisional impulsionada por Howard, a Inquisição Espanhola já oferecia condições relativamente boas a seus prisioneiros.** Sempre se tomava o cuidado de manter homens e mulheres em celas separadas, além da prática de direitos humanos que jamais seriam observados nas celas da justiça civil.

Esqueça as imagens de calabouços horrendos, com prisioneiros famintos e sujos. Os registros indicam que, fora poucas exceções, as prisões da Inquisição Espanhola eram mais humanas e menos cruéis do que as prisões do Estado. Há inclusive registros de prisioneiros comuns do século XVII que proferiam heresias na tentativa de ser transferidos para uma prisão da Inquisição.^[62]

Um episódio especialmente revelador aconteceu em 1820, quando autoridades da prisão de Córdoba denunciaram as péssimas condições do edifício e pediram que os prisioneiros fossem transferidos para as celas da Inquisição, que eram “seguras, limpas e espaçosas”.^[63]

Também havia tribunais da Inquisição nas colônias espanholas. Em Cartagena das Índias, na Colômbia, ao que parece, as condições das celas eram um tanto piores. Havia muitas queixas devido à umidade e às condições precárias. O calor intenso do clima caribenho tornava o encarceramento mais penoso. Nessas condições, alguns presos solicitaram sua transferência para celas comuns de parentes, e isso lhes foi concedido. Muitos doentes graves também tiveram permissão para receber tratamento no hospital da cidade.^[64]

TOMÁS DE TORQUEMADA: O HOMEM POR TRÁS DA LENDA



A Inquisição Espanhola é praticamente sinônimo de Tomás de Torquemada. É interessante que um frade que exerceu a função de inquisidor-mor por apenas treze anos, de 1483 a 1496, tenha marcado tão fortemente a história de uma instituição que existiu por quase quatrocentos anos.

Quem era o frade dominicano Torquemada? Um monstro? Um sádico? Um perverso amante da tortura? As evidências históricas apontam para um perfil bem distante disso:

“Poucos homens na história foram mais cruelmente caricaturados pela ignorância e malícia do que esse modesto homem de oração”, diz William Thomas Walsh. Ao que parece, era um homem gentil, com sincera disposição de em tudo imitar Jesus Cristo.^[65]

Curiosamente, frei Torquemada era descendente de cristãos-novos; o sangue judeu corria em suas veias.^[66] Suas numerosas cartas nos permitem distinguir a personalidade de um homem firme, mas sereno e justo.

Ele tinha 63 anos quando assumiu o cargo de inquisidormor. Antes disso, por vinte anos, foi um diretor exemplar do mosteiro de Valladolid. Era mais rigoroso consigo próprio do que com seus irmãos subordinados. Nunca comia carne e dormia sobre uma tábua.^[67]

Os Reis Católicos doaram grandes somas de dinheiro a Torquemada, mas ele era completamente desapegado e utilizou os recursos em obras de caridade e na construção e reforma de mosteiros. Além de ser incorruptível, procurava garantir que os inquisidores fossem íntegros: “Ele proibiu os inquisidores e outras pessoas ligadas ao Santo Ofício de receberem presentes, sob pena de excomunhão, demissão, restituição e multa em dobro”.^[68]

As boas condições das prisões da Inquisição Espanhola se deviam, em grande parte, à sua influência. Torquemada insistia em que as prisões fossem limpas e bem ventiladas e garantia os direitos legais dos acusados.

Como já dissemos, quando uma pessoa era queimada como herege, todos os seus bens eram confiscados, não restando absolutamente nenhuma herança para seus filhos. Essa medida de extrema dureza foi amenizada por ninguém mais ninguém menos do que o “terrível” Tomás de Torquemada. Ele estabeleceu que, caso os filhos do falecido fossem menores de idade, uma parte da propriedade seria destinada a eles, e deveria haver um cuidado especial para que sua educação fosse assumida por boas pessoas.^[69]

CONSPIRAÇÕES DE MOURISCOS CONTRA A COROA

Em 1580, as autoridades descobriram que mouriscos tramavam facilitar uma invasão muçulmana vinda do Marrocos. Em 1608, o mesmo episódio se repetiu, mas o pior foi evitado a tempo. Isso motivou, no ano seguinte, o início

das operações de expulsão dos mouriscos da Espanha, em que mais de 270 mil pessoas foram exiladas.^[70]

O resultado disso foi que metade da Espanha sofreu com o colapso da economia agrária, nicho em que os mouriscos atuavam de forma predominante. A expulsão desse povo foi a solução trágica encontrada pela nobreza, que nunca permitiu que esses novos cristãos fossem incorporados à comunidade como iguais e sempre os tratou como párias.

REPRESSÃO IMPLACÁVEL AO PROTESTANTISMO

Já dissemos que o Santo Ofício dava aos hereges a oportunidade de arrependimento e reconciliação com a Igreja – não só na Espanha, mas em todo o mundo. Só não havia misericórdia em relação aos hereges relapsos, aqueles que eram reincidentes. A Inquisição Espanhola, porém, adicionou mais uma exceção: os protestantes. Uma vez capturados, eles não tinham a chance de errar uma segunda vez, pois iam direto para a fogueira.^[71]

O rei Carlos I da Espanha havia tido uma longa experiência como imperador do Sacro Império Romano-

Germânico. Tendo visto de perto o surgimento do protestantismo e os seus efeitos nefastos e sangrentos na Alemanha, ele queria a todo custo evitar que o mesmo se repetisse na Espanha. E só viu um caminho: a repressão implacável à heresia protestante.

Quem regia a Espanha, naquela ocasião, era a filha de Carlos I, Juana. Informada sobre os temores de seu pai, ela não tardou em tomar fortes medidas preventivas, fazendo com que o protestantismo fosse completamente varrido da Espanha após uma série de autos de fé.

PUNIÇÃO DE CRIMES DE IMORALIDADE

A principal função da Inquisição era acabar com a heresia nos reinos espanhóis, mas seus tentáculos também se estenderam sobre os pecados contra a moral sexual, e os principais alvos da vigilância dos inquisidores foram os membros do clero.

Houve muitos casos de pessoas condenadas por bigamia e por prática de atos homossexuais. Especialmente em relação aos sacerdotes, a Inquisição preocupava-se em punir os culpados de “solicitação na confissão”, que acontece quando

o padre se aproveita do momento da confissão para assediar sexualmente o penitente.^[72] Sob certo ponto de vista, essa repressão era muito positiva, pois combatia o assédio sexual a mulheres e jovens em geral por parte dos padres.

INQUISIDORES CÉTICOS A RESPEITO DA BRUXARIA

A ideia de que os inquisidores espanhóis eram perseguidores implacáveis de bruxas está arraigada na mente de muitas pessoas, mas nada está mais distante dos fatos!

As práticas nefastas de feitiçaria realmente precisavam ser combatidas, em especial quando envolviam o sacrifício de crianças. Entretanto, muitas lendas espalhadas naquela época eram pura fantasia, como as crenças de que as bruxas faziam sexo com demônios e voavam em suas vassouras.

Nesse ponto, a Inquisição Espanhola agiu de forma muito ponderada e tem o mérito de ter reduzido o fanatismo da população e freado o banho de sangue contra supostas feiticeiras em meio à histeria que começava a tomar conta da Espanha.



Em 1530, o *Suprema* exigiu que todos os tribunais da Inquisição Espanhola tivessem cautela e pegassem mais leve na perseguição e na punição de pessoas acusadas de feitiçaria.^[73] Em toda a história dos tribunais de Nova Castela, por exemplo, nenhuma pessoa foi queimada por feitiçaria.^[74] Não é espantoso?

As feiticeiras que confessavam suas práticas e mostravam-se arrependidas recebiam penas leves e nem

mesmo tinham seus bens confiscados, ao contrário do que acontecia com os hereges arrependidos.[75]

Vale também citar a ação do inquisidor Valdeolitas, em Navarra, em 1538. Diante da população local, que, em pânico, exigia a prisão e a morte de supostas bruxas, esse inquisidor se empenhou em explicar a todos que a peste que se espalhara nas colheitas não havia sido obra de feitiçaria, e sim causada por mudanças climáticas.[76]

Também chama a atenção o trabalho do inquisidor Alonso de Salazar Frias, encarregado de visitar diversos distritos de Navarra em 1611. Após investigar uma multidão de réus ao longo de um ano, Salazar enviou ao *Suprema* um relatório afirmando que não havia encontrado nenhum caso real de feitiçaria. Nenhum!

Durante o período de graça, dentre as 2 mil pessoas que haviam se apresentado livremente para confessar seus erros Salazar não identificou uma única confissão que considerasse válida. Para ele, o medo de serem denunciadas por qualquer coisa havia levado essas pessoas a se acusarem, e não um envolvimento real com feitiçaria.[77]

Acaso Valdeolitas e Salazar se encaixam no perfil do inquisidor sádico e sanguinário que domina a imaginação

geral? Considerando os registros históricos, seria bem mais justo concluir que eram homens bastante serenos, céticos diante das superstições e preocupados em colocar a razão à frente do fanatismo.

Juan Antonio Llorente, historiador contemporâneo da Inquisição Espanhola e um dos seus mais duros críticos, disse que os inquisidores que atuaram na segunda metade do século XVIII eram homens muito prudentes e moderados:

Apesar do abuso que eu possa ter notado, não temo dizer que os inquisidores dos reinados de Carlos III e Carlos IV eram homens de extrema cautela e de moderação singular, quando comparados àqueles dos tempos de Filipe V e, sobretudo, de reinados anteriores.^[78]

PROCEDIMENTOS QUESTIONÁVEIS DO PROCESSO INQUISITORIAL

Os excessos cometidos pela Inquisição Espanhola não podem ser relevados com o argumento de que o tribunal agia conforme os padrões reinantes na época. Na verdade, certos procedimentos dessa instituição causavam indignação e perplexidade a muitos espanhóis.

As testemunhas de acusação ocultas

A identidade das testemunhas de acusação sempre permanecia em sigilo. A justificativa era que assim se evitaria que fossem assassinadas pelo acusado. Isso, porém, colocava os prisioneiros em grande desvantagem, pois impedia que fizessem uma defesa adequada. Os inquisidores pressionavam os prisioneiros a confessarem, mas estes frequentemente não faziam ideia do que deveriam confessar.

Também para preservar o anonimato do acusador, o prisioneiro não era informado com exatidão sobre a heresia de que estava sendo acusado. Tudo era dito em termos gerais, sem fornecer indícios de quem teria sido a testemunha da heresia. Muitas vezes, o acusado não sabia qual havia sido o motivo de sua prisão e tentava desesperadamente puxar pela memória o que teria feito para motivar a denúncia.^[79]

A eterna infâmia dos penitentes e de seus familiares

Na Inquisição Medieval, os hereges penitentes eram facilmente reintegrados à comunidade; diferentemente disso, os condenados pela Inquisição Espanhola (e pela

Inquisição Portuguesa) eram potencialmente transformados em párias. Os inquisidores se empenhavam em que eles fossem eternamente difamados, atingindo também a honra das famílias.

Portanto, o herege reconciliado se livrava da fogueira, mas não do estigma social, pois o vexame não terminava após deixar de usar o *sambenito*; após o uso, o traje era exposto na igreja que o herege frequentava, permanecendo lá até mesmo depois de sua morte. Havia uma legenda com seu nome e o tipo de crime cometido. Assim, a punição da família se perpetuava indefinidamente.^[80]

Além de tornar quase impossível que os condenados libertados retomassem dignamente suas vidas, a Inquisição Espanhola buscava arruinar filhos e netos de hereges, que eram proibidos de ocupar cargos públicos, ingressar no clero e atuar como médicos ou advogados.^[81]

Santo Inácio de Loyola foi uma das principais personalidades espanholas que se opuseram a essa política racista. Certa vez, ele disse que seria uma grande graça ser descendente de judeus, pois assim seria aparentado com Nosso Senhor Jesus Cristo e com a Virgem Maria. Além disso, não permitiu que candidatos a ingressar na

Companhia de Jesus fossem discriminados por ser descendentes de cristãos-novos. De fato, o sucessor imediato de Inácio à frente da ordem foi o cristão-novo Diego Laines.

O confisco de bens

Qualquer pessoa detida pelo tribunal tinha seus bens confiscados, quer se arrependesse de sua heresia quer não. Os bens dos acusados eram vendidos antes mesmo da conclusão do processo, com exceção dos bens daqueles que se acusavam durante o período de graça.

O salário dos inquisidores era pago com o dinheiro obtido nos confiscos. Os registros dos processos nos permitem crer que, na maioria das vezes, os inquisidores analisavam as acusações de forma honesta e criteriosa, sabendo discernir as denúncias falsas das verdadeiras.^[82] Porém seria imaginação demais supor que alguns desses funcionários aceitassem denúncias frágeis ou infundadas de heresia com o objetivo de garantir seu próprio ganha-pão?

A renda gerada pelos confiscos era usada também para pagar as custas judiciais e a manutenção dos prisioneiros

durante o tempo de encarceramento, que poderia durar semanas ou anos. Se o réu passasse muito tempo encarcerado, sua família perdia seus meios de sustento. Até mesmo crianças filhas de prisioneiros ricos se viram obrigadas a mendigar.

Essa crueldade só foi extinta em 1561, quando uma instrução permitiu que os dependentes do preso recorressem aos bens confiscados. Antes disso, essa política fora adotada somente no tempo de Torquemada.

As prisões secretas

Os prisioneiros não eram encarcerados em prisões públicas, e sim em celas secretas. Não podiam receber visitas, e seus parentes não faziam a menor ideia de se eles passavam bem ou mal.

Privados de todo o contato com o mundo exterior, sem poder conversar com outros presos, sem ter novidade ou distração alguma, os acusados eram afligidos por uma solidão intensa. Isso podia causar muito sofrimento, apesar das boas condições das celas e de os presos não serem

tratados com brutalidade. Muitos acabavam caindo em desespero, e as tentativas de suicídio eram frequentes.^[83]

A impossibilidade de apelar para Roma

Pelas regras oficiais do tribunal, os presos tinham o direito de apelar para Roma, mas na prática isso era impossível, pois, desde a fundação da Inquisição Espanhola, os Reis Católicos tinham bloqueado o acesso a esse recurso.

Quando o papa Inocêncio VIII enviou cartas em favor dos acusados apelantes da Espanha, o rei Fernando reagiu de forma intransigente. Em 15 de dezembro de 1484, decretou que quem tentasse usar cartas papais para se defender diante do tribunal da Inquisição teria seus bens confiscados e seria morto.^[84]

CORRUPÇÃO E ABUSOS

Nas primeiras décadas da implementação da Inquisição Espanhola, os casos de corrupção e abusos eram frequentes. Em Jaén, por exemplo, um tabelião trancou-se com uma jovem de 15 anos em um quarto, deixou-a nua e açoitou-a até que ela concordasse em depor contra a própria mãe.

Em 1499, o inquisidor de Córdoba foi transferido depois que se verificou o grande número de fraudes e extorsões cometidas por ele, mas o inquisidor que entrou em seu lugar, Diego Lucero, era ainda pior e buscava prender as pessoas mais ricas e ilustres, por motivos irrelevantes, só para confiscar seus bens e se apoderar deles.^[85]

Uma das vítimas de Lucero foi o arcebispo de Granada, Hernando de Talavera, que tinha fama de santo. Em 1506, o inquisidor prendeu o velho sacerdote, que já tinha 80 anos de idade, com toda a sua família. No ano seguinte, o papa absolveu Talavera de todas as acusações, mas já era tarde. Após ter sido obrigado a caminhar descalço pelas ruas de Granada em um dia frio, o penitente teve febre e morreu.

Após mais de oito anos de desmandos, Lucero foi finalmente afastado do cargo de inquisidor, e suas vítimas foram postas em liberdade.^[86] Sua permanência no poder por tanto tempo, apesar de sua longa lista de injustiças, deveu-se a ser amigo de um secretário do rei.

Um dos mais importantes protestos contra a Inquisição Espanhola foi um memorial lido para o rei Carlos I, em 1533, durante a assembleia de Monzón. Nele, havia dezessete artigos de protesto, inclusive um que denunciava que alguns

inquisidores haviam “encarcerado pessoas por ofensas particulares, as quais, de forma alguma, referiam-se ao Santo Ofício”. Contudo, esse e outros protestos receberam respostas negativas e foram arquivados.^[87]

Os diversos movimentos de oposição à Inquisição Espanhola foram sufocados graças ao amplo apoio que essa instituição recebia das classes populares e da nobreza. A verdade é que o modo de agir da Inquisição refletia a mentalidade da maioria dos espanhóis.

Protestos dos papas contra a Inquisição Espanhola

Se é verdade que a maior parte dos conversos continuava a praticar os ritos judaicos, também é verdade que muitos cristãos-novos e seus descendentes eram cristãos sinceros, como Hernando de Talavera. Tal sinceridade, porém, pouco lhes valia, pois sua condição étnica os tornava automaticamente suspeitos de heresia.

Em 18 de abril de 1482, o papa Sisto IV expediu uma bula protestando contra a maneira como os cristãos-novos eram tratados. Também ordenava que, dali em diante, o nome dos

acusadores deveria ser informado aos acusados, que teriam o direito de apelar a Roma:

[...] em Aragão, Valência, Maiorca e Catalunha, a Inquisição movimentara-se, durante algum tempo, não por zelo pela fé e pela salvação das almas, e sim pelo apetite de riqueza, e muitos cristãos fiéis e sinceros, por causa do depoimento de inimigos, de rivais, de escravos e de outros inferiores e ainda menos respeitáveis, foram, sem prova legítima alguma, atirados em prisões seculares, torturados e condenados como hereges relapsos, privados de seus bens e propriedades e entregues ao braço secular para serem executados, com perigo para as almas, estabelecendo-se um pernicioso exemplo e causando-se aflição a muita gente.^[88]

Seis meses depois, o papa se viu obrigado a cancelar essa bula. O rei Fernando, mostrando-se inflexível, deu uma de joão sem braço e escreveu ao papa uma carta dizendo que havia recebido uma “bula falsa”, com um conteúdo absurdo, e que iria desconsiderá-la. Simples assim!

No ano seguinte, Sisto IV novamente agiu em favor dos judeus, ordenando, por meio de uma bula, que o tribunal de Sevilha fosse mais benevolente com os cristãos-novos e que os casos de apelação fossem remetidos a Roma. E, mais uma

vez, o papa teve que voltar atrás, retirando a bula onze dias depois.^[89]

No século XVI, Roma fez novas tentativas de intervir contra os abusos da Inquisição Espanhola, “o que provocou diversas pequenas contendas entre a coroa e o papado”.^[90] A partir de 1510, muitos cidadãos ilustres de Aragão, inclusive cristãos antigos, pediram ao rei que realizasse uma série de reformas para frear os excessos da Inquisição. Infelizmente não foram atendidos. Em julho de 1519, o papa Leão X interveio a favor dos aragoneses por meio de três documentos, chamados “breves”, que reduziam os poderes da Inquisição e revogavam seus privilégios.^[91]

Carlos I, neto de Fernando, era o rei da Espanha nessa ocasião e recusou-se a permitir a publicação dos breves papais em seu território, enviando também um protesto a Roma. O papa suspendeu os breves, mas não os revogou. No fim das contas, toda a luta dos aragoneses acabou sendo inútil.^[92]

O que poderia explicar tanta falta de firmeza da parte de Roma? O que explicaria a postura dúbia dos papas diante da Inquisição Espanhola, frequentemente condenando sua

atuação e, ao mesmo tempo, mantendo a autorização para o seu funcionamento?

Roma se via dependente do amparo bélico da Espanha, que era uma das maiores potências da Europa naquela época. Roma era muito vulnerável a invasões e não possuía forças próprias para se defender. Sob a ameaça de perda da proteção militar da Espanha, os papas não viam outra saída senão reconhecer a Inquisição Espanhola e omitir-se de tomar atitudes mais drásticas contra seus abusos.

Era uma situação estranha e ambígua. A Inquisição Espanhola só tinha autoridade e legitimidade porque afirmava agir sob a autoridade do papa. No entanto, na prática, o papa não passava de uma espécie de rainha da Inglaterra. Ele tinha prestígio, mas não mandava nada na Inquisição Espanhola.

OS NÚMEROS DE MORTOS NA FOGUEIRA

Um aficionado pela história da Inquisição Espanhola que mergulhe no estudo das obras dos maiores especialistas no assunto acabará ficando confuso em relação ao número de

pessoas queimadas na fogueira, pois os autores apresentam estimativas muito diferentes.

Por que tanta dificuldade para determinar esse número? Talvez isso aconteça porque historiadores são da área de humanas, o que torna essa tarefa especialmente árdua... (Não fiquem bravos conosco, prezados historiadores! Este livro sequer existiria sem vocês!)

Primeiro, veio Juan Antonio Llorente, que propôs um total de 31.912 execuções, sem contar efígies e os condenados pelos tribunais fora da península Ibérica. Depois, Pío Bonifacio Gams OFM estimou cerca de 4 mil execuções. Henry Charles Lea disse que as estatísticas de Llorente eram exageradas e viajantes, mas não ofereceu nenhum novo número e ficou na torcida para que, no futuro, alguém tivesse a capacidade de apresentar uma contagem mais acertada.

O desejo de Lea se realizou em 1970, com a ótima pesquisa de Gustav Henningsen e Jaime Contreras, que constatou que, no período de 1540 a 1700, a Inquisição Espanhola julgou 44.674 pessoas e sentenciou 1.604 à morte; apenas 826 pessoas foram queimadas de fato, e as outras 778 foram queimadas em efígie.

Os católicos mais afobados, querendo defender a reputação da Igreja, empolgam-se demais com esses números de Henningsen e Contreras, mas deixam de observar que eles **não** apontam o total de vítimas da Inquisição Espanhola. A contagem não inclui os hereges que foram mortos antes de 1540 (provavelmente, 2.500 pessoas) e não apresenta estatísticas completas para o período de 1540 a 1700. Os próprios autores observaram várias lacunas na série de relações de causas.^[93]

Como resolver essa confusão? Tomasz Karlikowski mandou bem e fez um cálculo bastante razoável e detalhado, baseado nas pesquisas de Jaime Contreras e Gustav Henningsen e de Henry Kamen e John Tedeschi. Na conclusão de seu trabalho, ele chegou aos seguintes números, que abrangem todo o período da Inquisição Espanhola e todos os seus tribunais:

- 130 mil a 150 mil julgamentos formais entre 1481 e 1820;
- **6 mil a 8 mil execuções**, sem contar os queimados em efígie;
- 4% a 6% das pessoas julgadas foram executadas.

Após 1700, as atividades do tribunal foram drasticamente reduzidas. Durante o século XVIII, “nos 29 anos dos reinados de Carlos III e Carlos IV, somente quatro pessoas foram queimadas”.^[94]

Agora, vejamos os números de pessoas queimadas pela Inquisição Espanhola nas colônias, fora da península Ibérica, que já estão incluídos nas estimativas totais feitas por Karlikowski):

- em Cartagena das Índias, ao longo de quase cem anos de atuação do tribunal da Inquisição, apenas quatro réus foram condenados como hereges obstinados. Como todos estes morreram na prisão antes de sua execução, as autoridades só puderam enviar para a fogueira os bonecos que os representavam;^[95]
- em Lima, durante 180 anos de atuação do tribunal, entre 1570 e 1750, cerca de 1.700 réus foram condenados, o que dá uma média de doze condenações por ano. Destes, apenas cinquenta réus receberam a pena máxima, portanto menos de 3% dos condenados.

O curioso caso do condenado piadista

A Inquisição Espanhola foi a mais bem documentada, o que nos permite conhecer detalhes muito curiosos. Entre eles, vale contar o caso de um homem que não perdeu o bom humor nem na hora de sua execução. Baltasar Lopes declarou seu arrependimento quando estava diante da fogueira e, assim, ganhou o direito de morrer por estrangulamento. Quando ele se aproximava do carrasco, o padre que o atendera disse que ele deveria se alegrar, pois sua confissão havia aberto gratuitamente para ele as portas do paraíso. Baltasar respondeu: “Gratuitamente? Foi isso mesmo que o senhor disse, padre? O confisco de minha propriedade me custou 100 mil ducados!”.

Depois, Baltasar se pôs a observar o serviço de estrangulamento do carrasco, que se chamava Pedro Alcalá. E mandou esta: “Pedro, se você não for capaz de me estrangular de forma melhor do que estrangulou essas pobres almas, eu prefiro ser queimado vivo”.^[96]

Não é preciso ter nenhuma simpatia pela Inquisição Espanhola para reconhecer a verdade: simplesmente não faz sentido que um tribunal que condenou no máximo 6% dos

réus à pena capital seja rotulado como uma máquina sangrenta de terror e morte. Nem mesmo as estimativas mais inchadas dos bons historiadores chegam perto de “milhões de mortos”.

PORTUGAL IMITA O VIZINHO ESPANHOL

Durante o auge da perseguição aos judeus e aos cristãos-novos na Espanha, milhares deles migraram para Portugal em busca de refúgio. Décadas depois, inspirada no modelo da Inquisição Espanhola, a Coroa portuguesa também obteria de Roma a autorização para perseguir hereges, em especial os judaizantes.

Desde 1515, o poder régio português buscava a permissão pontifícia para estabelecer um tribunal do Santo Ofício. O papa havia negado esse pedido diversas vezes, até porque já bastavam os problemas que tinha com os abusos do tribunal espanhol. Mas, em 1536, Roma cedeu, e a Inquisição foi instituída em Portugal.

Na fase inicial, a Coroa portuguesa não conseguiu ter plenos poderes sobre o tribunal da Inquisição, sendo proibida, por Roma, de confiscar os bens dos condenados.

Três anos depois disso mudaria, pois o rei finalmente conseguiria ampliar seu poder naquela esfera.

“Certamente, podemos afirmar que o tribunal português, criado cinquenta anos depois do tribunal espanhol, beneficiou-se da experiência vizinha (...)”.[97] Assim como acontecia na Espanha, a Coroa portuguesa podia nomear o inquisidor-geral, e isso lhe dava não só maior independência e domínio sobre o funcionamento do tribunal como também maior capacidade de controlar o clero e as ordens religiosas.

Da mesma forma que a Inquisição Espanhola, a Inquisição Portuguesa teve uma relação tensa e conflituosa com Roma. De 1536 a 1767, a Inquisição Portuguesa abandonou 2.064 pessoas ao braço secular, considerando os tribunais de Lisboa, Coimbra, Évora e Goa.[98]

Um dos mais importantes escritores portugueses no Brasil, o padre jesuíta Antônio Vieira, foi um grande defensor dos cristãos-novos e pediu ao rei de Portugal, João IV, que abolisse os confiscos de bens e que acabasse com a diferenciação entre cristãos-velhos e cristãos-novos, mas não teve sucesso. Nessa luta, Vieira recebeu o apoio da Companhia de Jesus, que não se alinhava com a Inquisição Espanhola desde os tempos de Santo Inácio.[99]

O FIM DA INQUISIÇÃO ESPANHOLA E O INÍCIO DAS VIOLÊNCIAS ANTICLERICAIS

Em 1820, um decreto real aboliu definitivamente a Inquisição em todo o reino da Espanha. Diversas pessoas invadiram as prisões da Inquisição para soltar os encarcerados. Grande foi a decepção ao encontrarem somente uns gatos-pingados: sete presos nos cárceres dos tribunais da corte e três em Sevilha.^[100]

A Santa Sé reagiu publicando uma carta em que comunicava a sua satisfação com o fim da Inquisição Espanhola e só faltou soltar fogos de artifício e organizar um churrasco nos jardins do Vaticano. Resumindo em três palavras, a carta dizia “JÁ FOI TARDE!”.

A Sagrada Congregação reconhece que não há motivo para lamentações sobre a não existência da Inquisição na Espanha, porque havia se desviado profundamente da sua finalidade, servindo sobretudo a objetivos políticos e se mostrando sempre contrária à Santa Sé, cujo representante na Espanha era constantemente excluído de todo o conhecimento do que ocorria nesse tribunal.^[101]

Muitos tentam defender a Inquisição Espanhola com o argumento de que, enquanto em diversos outros países da Europa os conflitos entre católicos e protestantes e entre os próprios protestantes provocaram milhares de mortes, nenhuma guerra religiosa aconteceu na Espanha.

Se uma instituição deve ser julgada, como insistiu Maistre, não só pelos males causados, mas por aqueles que impediu, o veredicto da história deve ser que, no longo prazo, a Inquisição Espanhola provou ser um organismo que salvou vidas; temos a sensação de que evitou mais mortes do que causou. Não só a Espanha esteve livre das terríveis guerras religiosas que custaram centenas de milhares de vidas nos países onde o protestantismo obteve um ponto de apoio, mas escapou quase completamente dos terrores da bruxaria, que reivindicou 100 mil vítimas na Alemanha e 30 mil na Grã-Bretanha.^[102]

Isso é verdade, mas é preciso olhar o outro lado da moeda – e o outro lado não é tão bonito... O teólogo e historiador espanhol Antonio Montero Moreno diz que “no final do século XIX, a Espanha, que já fora o maior império colonial do mundo, era um país relegado à periferia da Europa”;^[103] nesse momento de crise, todos os males que afligiam o país foram colocados na conta da Inquisição, atraindo para si os sentimentos de ódio e medo de todo o Ocidente. Isso

inspirou o escritor espanhol Marcelino Menéndez Pelayo a fazer uma sátira:

Por que não havia indústria na Espanha? Por causa da Inquisição. Por que nós, espanhóis, somos preguiçosos? Por causa da Inquisição. Por que há touradas na Espanha? Por causa da Inquisição.^[104]

A Inquisição teve sua parcela de culpa na crise econômica espanhola, porque, ao perseguir e expulsar os mouriscos e os judeus, contribuiu para o despovoamento de muitas cidades, e isso prejudicou o comércio, entre outras áreas da economia. Mas “a culpa que ela carrega deve ser partilhada com outros setores da sociedade que inspiraram a sua política”.^[105]

Muito antes da Inquisição, os nobres espanhóis haviam imposto uma ideologia racista a todos os reinos ibéricos, com o objetivo de se tornarem a única classe com poder e influência na Espanha. A Inquisição apoiou essa política e, poucas décadas depois de seu fim, a sociedade pacífica que ela havia criado começou a desmoronar. Foi então que as minorias, antes reprimidas pela nobreza, deram início a uma violenta perseguição contra a Igreja Católica e seus membros.

As ideias revolucionárias e anticlericais da Revolução Francesa já não eram detidas pelas barreiras da Inquisição e, em pouco tempo, incendiaram as mentes na península Ibérica. Bastou um simples boato ser espalhado pelos inimigos da Igreja para fazer explodir a fúria popular e dar início a um massacre de católicos.

Anticlericalismo

Hostilidade aberta à influência do clero na sociedade, na cultura e na política.

Em 1834, uma epidemia de cólera estava dizimando a população espanhola. Em meio ao medo, espalhou-se a calúnia de que os frades estavam contaminando propositadamente as fontes públicas de água. Devido a esse boato, quase cem religiosos, entre jesuítas, dominicanos, franciscanos e mercedários, foram brutalmente assassinados em 17 de julho.^[106]

As autoridades civis não perseguiram os culpados, e as matanças de religiosos continuaram. No ano seguinte, um

grupo incendiou vários conventos em Zaragoza e degolou sete padres. Em Múrcia, o palácio episcopal foi saqueado e três religiosos foram mortos.^[107]

Quando assumiu a presidência do país, em 1835, Juan Álvarez Mendizábal emitiu uma série de leis que oprimiam a Igreja. Entre outros atos, confiscou uma grande quantidade de bens eclesiásticos, expulsou os jesuítas da Espanha, proibiu os bispos de ordenarem novos sacerdotes e obrigou muitos bispos a se afastarem de suas dioceses.^[108]


De um governante maçom não se poderia esperar outra coisa...

A situação dos trabalhadores do campo e das cidades era crítica, e suas demandas eram negligenciadas. A frustração da população acabou sendo manipulada pelos militantes comunistas de duas vertentes diversas, o anarquismo e o socialismo, e canalizada contra a Igreja. Em 1898, o italiano Giuseppe Fanelli, discípulo do anarquista russo Mikhail Bakunin, chegou à Espanha disposto a implantar suas estratégias radicais e tocar o terror; quatro anos depois, o socialismo chegava ao país pelas mãos de Paul Lafargue, que era genro de Karl Marx.^[109]

Em 26 de julho de 1909, durante o que ficou conhecido como Semana Trágica, subiram aos céus da cidade de Barcelona imensas colunas de fumaça, que partiam de cinquenta igrejas, mosteiros e colégios católicos incendiados pelos anarquistas. Nem mesmo os túmulos das freiras foram respeitados: seus corpos foram arrancados dos caixões e exibidos no meio da rua, virando alvo de chacota para os revoltosos. Os ataques continuaram por uma semana. Em tese, eram protestos contra o capitalismo e pelos direitos dos trabalhadores, mas estranhamente nenhum banco ou fábrica foi incendiado.

Maçonaria

Sociedade secreta fundada no século XVIII e fundamentada nas ideias do Iluminismo. De acordo com a doutrina da Igreja, é pecado gravíssimo que um católico seja maçom. Ainda que oficialmente defendam o respeito a todas as crenças, os membros da maçonaria estiveram envolvidos, em diversos momentos da história, em ações que visavam a tornar a sociedade hostil ao catolicismo. Isso é realizado por meio de repressão governamental violenta ou pelo uso de propaganda anticatólica nas escolas e na mídia.



Todos os católicos foram colocados no balaio da burguesia capitalista, e os justos foram punidos com os pecadores. Realmente, havia uma situação de injustiça social à qual muitos políticos católicos eram indiferentes, até mesmo a ponto de se oporem a leis relativas à proteção contra acidentes de trabalho e a outros direitos trabalhistas. Por isso, o escritor espanhol José María García Escudero lamenta:

Quando [...] se recorda a oposição sistemática que nos meios católicos se fez à jornada de oito horas, se compreende em que grau nosso problema social não era um problema de pobreza insolúvel do país, mas sim um problema que poderia resolver-se sem o egoísmo de uma burguesia que se denomina católica.^[110]

Também é verdade que milhares de católicos na Espanha eram fortemente engajados em causas sociais, em especial aqueles filiados aos Círculos Católicos de Operários de São Vicente de Paulo, que fomentaram a criação de sindicatos. Os sindicatos agrários, em especial, tinham “a preocupação de

lutar contra o latifúndio, promovendo a pequena propriedade e os arrendamentos coletivos [...]”.[111]

Mas esses sindicatos católicos eram muitas vezes ineficazes em buscar o melhor para os trabalhadores. A maioria dos dirigentes estava mais focada em conciliações entre a classe operária e os patrões do que em lutas pelas reivindicações operárias. Dessa forma, pouco ajudaram a arrefecer a onda de hostilidade que avançava contra a Igreja na Espanha.

Os republicanos viam a Igreja como a representação máxima da intolerância. Porém, após derrubar a monarquia e assumir o poder, a nova república assumiu amplamente sua postura de acusação ao catolicismo e multiplicou as ações de intolerância e cerceamento da liberdade de culto.

As instituições católicas foram proibidas de oferecer ensino; a partir de então, a educação seria pautada exclusivamente pelos valores do Estado. Comemorações religiosas públicas e até enterros católicos foram proibidos.

[112] Não faltaram motivos, portanto, para que muitos católicos fizessem oposição ao novo regime.

O ápice da escala de ódio anticlerical foram as violências cometidas durante a Guerra Civil Espanhola, de 1936 a 1939,

muito bem descritas pelo historiador Francisco Romero Salvadó (grifos nossos):

Desde o início, com exceção do País Basco, construções e símbolos religiosos se tornaram alvos da fúria da multidão. Igrejas, mosteiros e conventos foram pilhados, saqueados e queimados, ou transformados em lojas, hospitais, cantinas públicas e até salões de baile. Um total de **6.844 membros do clero (entre eles treze bispos) foram mortos**, mais de um terço deles na Catalunha.
[113]

A paz que a Coroa espanhola obteve por meio de suas ações inquisitoriais foi falsa e extremamente frágil, mantendo uma unidade religiosa forçada. Como bem observou o historiador Claudio Sánchez-Albornoz, “não tivemos guerras religiosas no século XVI, mas tivemo-las no século XX”. [114]

SERÁ VERDADE QUE ELES QUEIMARAM
MILHÕES NA FOGUEIRA?



INQUISIDORES

SÓ SE FORAM ESSES MILHÕES AQUI...



CAPÍTULO 5

A Inquisição Romana: detendo o avanço do protestantismo

No Evangelho de João, Cristo comunica o Seu desejo de que “todos sejam um” (Jo 17:21). Cerca de 1.500 anos depois, o protestantismo surgiu para contrariar esse plano divino, esfacelando a cristandade em milhares de seitas que nunca cessam de discordar entre si e de se dividir em novas denominações.

No plano espiritual, a divisão da cristandade e a multiplicação incessante de seitas cristãs pregando doutrinas divergentes lançaram as almas no erro e na confusão. No plano social, mergulharam os diversos reinos europeus em uma sangrenta guerra civil.

Ansiosos por confiscar os bens da Igreja e se livrar dos pesados impostos papais, os príncipes alemães se aliaram a Lutero e forneceram o apoio militar de que ele precisava para estabelecer o protestantismo na Alemanha.

Lutero nutria a doce ilusão de que seria uma espécie de papa da “fé reformada”. De início, pensava que sua interpretação da Bíblia seria uma luz a guiar todos os cristãos “reformados”. Com um misto de desespero e fúria, ele viu seu sonho desmoronar, pois não demoraram a surgir dissidências no seio do protestantismo. Essa realidade era coerente com o que o próprio Lutero havia defendido, ou seja, a ideia de que ninguém depende da autoridade do papa para interpretar as Escrituras, cada qual pode ser diretamente inspirado pelo Espírito Santo para realizar essa tarefa.

Se já não havia necessidade da mediação de uma autoridade suprema instituída por Deus, todos poderiam ser mestres de si mesmos. A Alemanha foi tomada por sangrentos conflitos religiosos, com protestantes matando protestantes. Lutero contemplou sua obra e lamentou: “Quantos mestres diferentes irá seguir o próximo século? A confusão atingirá o cúmulo”.[1]

Superando o luteranismo, o calvinismo se tornou a mais poderosa denominação protestante e se espalhou por boa parte da Europa, gerando caos e guerra civil. Na França, em especial, os massacres foram atrozes e numerosos: “Onde o huguenote [protestante francês] é senhor, destrói todas as imagens, viola as sepulturas e os túmulos, rouba todos os bens sagrados. Por sua vez, o católico mata, assassina, afoga todos os que conhece dessa seita”.^[2]

Temendo que a onda de heresia e as guerras religiosas varressem também a Itália, a Igreja fundou a Inquisição Romana. Mas, antes de falarmos sobre essa instituição, é importante apontar os acontecimentos que a antecederam.

OS PAPAS DA RENASCENÇA ABREM CAMINHO PARA O CISMA PROTESTANTE

A historiadora norte-americana Barbara Tuchman não hesita em apontar os papas da Renascença como culpados pela revolta protestante que dividiu a cristandade ocidental. Segundo ela, “em um período de sessenta anos, aproximadamente de 1470 a 1530, o espírito secular da época se expressou na sucessão de seus papas – cinco italianos e

um espanhol –, que o levaram a um excesso de vaidade, imoralidade, avareza e a uma política de poder que resultaria terrivelmente calamitosa”.[3]

Esses papas nem mesmo se esforçavam para parecer homens de Deus. Sempre ocupados com questões políticas e territoriais, eles não se diferenciavam em nada dos príncipes mundanos, e assim a Santa Sé caiu em descrédito junto a grande parte dos fiéis, que se viram desalentados e espiritualmente abandonados.

Era muito comum que os bispos vivessem longe da diocese (território) pela qual era seu dever sagrado zelar. Muitos deles raras vezes visitavam suas dioceses e só se preocupavam com o dinheiro que delas recebiam.

Esse mau exemplo, que vinha de cima, influenciava não somente o alto clero, mas também os mais simples padres de aldeia. Desde os seus primórdios, a Igreja exige que seus sacerdotes não vivam com mulheres, porém a formação e a disciplina andavam tão relaxadas que muitos padres nem mesmo escondiam que viviam em concubinato.

O celibato clerical só foi imposto no século XVI?

É comum lermos por aí que o celibato só foi imposto aos padres católicos no século XVI, após o Concílio de Trento. Nada disso! A Igreja sempre buscou selecionar para o sacerdócio homens de vida celibatária. Nos primeiros séculos, homens casados também eram ordenados, mas com a obrigação de deixar de viver maritalmente com suas esposas. O sustento dessas famílias era assumido pela Igreja.

O Cânon 33 do Sínodo de Elvira, realizado em 304, deixa bem claro que os padres que voltassem a fazer sexo com suas esposas deveriam ser afastados das funções clericais. E, em 385, na *Directa*, o papa reafirma a obrigação dos padres (mesmo os casados) de renunciar à vida sexual após a sua ordenação; nessa mesma carta, o papa afirma que essa lei teve origem na formação da Igreja, ou seja, não se trata de uma disciplina “inventada” posteriormente. As igrejas católicas do Oriente, porém, têm uma disciplina diferente. Muitas delas foram Igrejas ortodoxas no passado, e, ao voltarem a se unir a Roma, foram aceitas com sua liturgia e seus costumes próprios, o que inclui a ordenação de homens casados.

O povo se sentia traído, pois muitas vezes se via diante de sacerdotes indignos e ignorantes. Sem ter quem lhes

explicasse a doutrina católica satisfatoriamente, os fiéis eram seduzidos com facilidade por grupos de contestadores que pregavam contra o catolicismo.

Também havia muitos bons padres e leigos clamando por mudanças. Afinal, “ao lado dos canalhas e dos escândalos, existiam, como sempre, decência e piedade”.

[4] Nos concílios de Constança e Basileia, pregadores renomados denunciaram a corrupção e pediram medidas para reavivar a dignidade da Igreja.

Muitos movimentos de reforma católica foram promovidos, entre outras ações: numerosos mosteiros beneditinos e franciscanos foram reformados, buscando uma disciplina mais fiel ao Evangelho; Santa Colette, de apenas 25 anos, percorreu inúmeras províncias para realizar inspeções e promover uma vida mais santa e rigorosa em diversos mosteiros (masculinos e femininos); o livro *Imitação de Cristo*, uma pequena obra-prima sobre como ser um bom cristão, virou um best-seller; muitos grupos leigos se uniram em associações de socorro aos pobres.

Porém, apesar de sua importância, essas reformas eram localizadas e pontuais. Não tinham poder suficiente para arrastar toda a Igreja. Era preciso uma reforma que partisse de cima para baixo. Como Daniel Rops explica, “não se pode

realizar plenamente uma reforma na Igreja se o Papado não toma a iniciativa, formula as decisões e as faz aplicar”.[5]

Renascença

Período da história da Europa marcado pela redescoberta e valorização das referências culturais da Antiguidade clássica e pela transição do feudalismo para o capitalismo. Foi um tempo de grande florescimento das artes plásticas, em que brilharam os artistas que dariam nome às Tartarugas Ninja: Rafael Sanzio, Donatello, Michelangelo e Leonardo da Vinci.

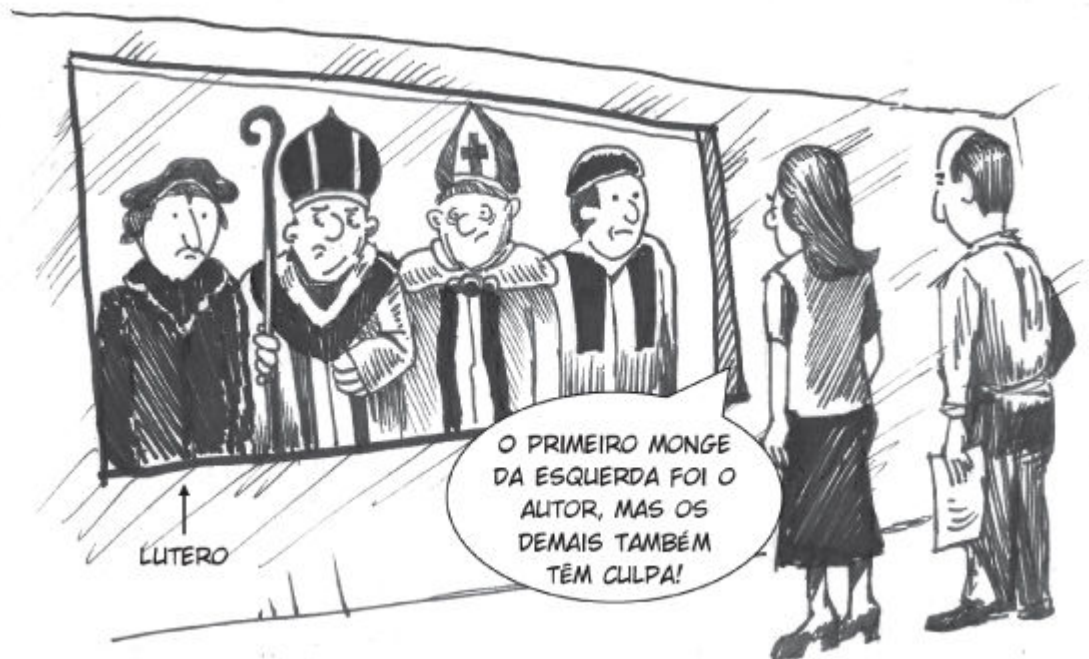
Em vez de concentrarem suas energias nessas mudanças, os papas da Renascença deixavam de lado sua missão espiritual e dedicavam a maior parte de seus esforços a questões mesquinhas e puramente materiais. Assim, davam um tiro no pé: cada vez mais, perdiam prestígio diante do povo e incitavam movimentos de contestação à sua autoridade espiritual.

É verdade que a situação da Itália era muito delicada na época, quando grandes potências promoviam repetidas

invasões dos Estados Pontifícios, o que forçava os papas a fazerem alianças com os governantes para poderem se defender. Mas isso não lhes tira a culpa por terem virado joguetes nas mãos dos príncipes e por terem sucumbido de forma vergonhosa ao pior que havia na sociedade da época.

Bem, ao menos esses papas foram grandes patronos das artes. Alguma coisa boa precisava acontecer em meio a tantos descalabros! Foi nesse período que Michelangelo pintou os afrescos da Capela Sistina e que tantos outros grandes artistas e arquitetos produziram obras de valor inestimável, que hoje são patrimônios da humanidade.

Apresentamos a seguir uma breve biografia dos cinco papas apontados por Barbara Tuchman como aqueles que pavimentaram o caminho para o surgimento e o avanço do protestantismo.



Sisto IV

Podem até falar muitas coisas contra Sisto IV, mas não que não era um bom parente. Durante o seu papado, de 1471 a 1484, buscou enriquecer todos os membros de sua família.

Logo que se tornou bispo de Roma, nomeou dois sobrinhos patifes como cardeais. Mais tarde, nomeou outros três sobrinhos e um sobrinho-neto como cardeais e elegeu outro sobrinho como bispo. Para os parentes que não eram religiosos obteve casamentos com famílias importantes da Itália e altos cargos no poder civil. Ô tiozão!

Para agradar soberanos seculares, deu aos filhos deles cargos importantes na Igreja, sem se preocupar com suas

qualificações. Assim, um menino de oito anos foi eleito arcebispo de Lisboa enquanto outro, de onze anos, tornou-se arcebispo de Milão. Os papas que o sucederam seguiram esse mau exemplo: durante um período de vinte anos, ao menos cinquenta sedes episcopais foram colocadas nas mãos de garotinhos.^[6]

Ávidos pelo dinheiro necessário para bancar a ostentação dos banquetes e outros gastos desenfreados da corte papal, os papas aumentavam os impostos cobrados dos diversos países. Essa extorsão fez aumentar o ressentimento contra o papado, especialmente na Alemanha.

Talvez os piores atos de Sisto IV tenham sido as intrigas políticas que culminaram em assassinatos, em especial a sua provável participação na conspiração contra os Médici, liderada pela família Pazzi, que era aliada do papa. Um dos irmãos Médici foi morto, mas o outro, Lourenço de Médici, sobreviveu e protagonizou uma violenta vingança.

Como resposta às reações de Lourenço, Sisto IV excomungou esse homem e toda a cidade de Florença. Eis um exemplo escandaloso e ilegítimo de uso do poder espiritual em nome de interesses políticos! A partir de então,

todos tiveram a certeza de que o dedo do papa estava envolvido na sangrenta conspiração dos Pazzi.

O valente arcebispo Zamonic, de Munique, chegando a Roma, ousou levantar a voz para denunciar todos os crimes e abusos de Sisto IV, mas o papa reagiu mandando prendê-lo. Zamonic morreu no cárcere anos depois, vítima de maus-tratos.

Em 1484, a Assembleia dos Estados Gerais, reunida em Tours, apresentou ao papa um programa de reforma muito bom, que sugeria acabar com os abusos na cobrança de impostos papais e com outros desvios. Sisto IV desprezou essa grande oportunidade e morreu sendo odiado pelos romanos.

Inocência VIII

Foi papa entre 1484 e 1492. Antes de ser padre, teve dois filhos fora do casamento – só um deles foi oficialmente reconhecido. Depois, entrou para a vida eclesiástica não por vocação, mas porque estava em busca de uma boa carreira.

Apesar de ser um homem gentil, era fraco e omissivo. Durante o seu papado, quem mandou mesmo em Roma foi o

cardeal Giuliano della Rovere, que futuramente também seria papa. Inocêncio se preocupava mais em mimar seu filho Franceschetto, gastando rios de dinheiro para sustentar seus luxos e chegando ao cúmulo de penhorar a tiara papal e os tesouros do Vaticano para pagar a festa de casamento de Franceschetto!

Enquanto isso, o cardeal Bórgia inventava os meios mais criativos para comercializar favores papais. Se alguém em Roma fosse condenado à morte por um crime grave, como assassinato, poderia obter o perdão papal, desde que pagasse. Parte do valor pago ia para o bolso de Bórgia (futuro papa Alexandre VI), outra parte ia para o papa e uma terceira parcela engordava os bolsos de Franceschetto.

Inocêncio VIII foi um papa muito ruim, e tinha consciência disso. Em seu leito de morte, pediu aos cardeais que elessem um sucessor melhor do que ele. Mas isso era pedir demais a um corpo de cardeais tão mundano...

Alexandre VI

Alexandre Bórgia era inteligente, culto, simpático e sorridente. Ao mesmo tempo, não hesitava em eliminar seus

inimigos, fosse por envenenamento fosse por encarceramento. Subiu ao trono de Pedro aos 62 anos, após comprar descaradamente seus dois principais rivais, fazendo-os desistir de concorrer ao cargo, e ocupou o posto entre 1492 e 1503.

Não era segredo para ninguém que o “papa Bórgia” tinha amantes e sete filhos. Entre os novos cardeais que nomeou estavam Alexandre Farnèse, rapaz de 15 anos, irmão de sua amante, e seu próprio filho César Bórgia. Mas o menino não tinha a menor disposição para a carreira eclesiástica e abandonou o cargo para se dedicar a guerras e emboscadas assassinas, que era o que ele realmente gostava de fazer.

O papa seguia sua vida, satisfeito e orgulhoso, até um duro golpe desencadear em sua alma uma crise de consciência. Isso aconteceu quando seu filho Juan foi encontrado boiando no rio Tibre, com o corpo marcado por diversas punhaladas. Nunca se descobriu o autor do crime. Alexandre VI interpretou essa desgraça como um sinal da ira divina contra os seus pecados e decidiu abandonar *la vida loca* e realizar a necessária reforma moral e disciplinar na Igreja.

Os cardeais mais respeitáveis foram convocados e formaram uma comissão. Ao final de seus estudos, eles estabeleceram um programa que previa uma série de medidas para difundir entre os cardeais a cultura de uma vida mais simples e santa, longe dos luxos e das diversões do mundo.

Tudo parecia correr às mil maravilhas, até que uma exigência em especial fez o programa de reformas desmoronar: para dar o exemplo, o papa teria que dar fim ao relacionamento que mantinha com suas amantes. Alexandre VI reagiu engavetando a bula e nunca mais falou disso. Seu remorso durou menos tempo que Usain Bolt levava para dar uma volta em uma pista de corrida.

No fim de 1501, Lucrecia, filha do papa, casou-se pela terceira vez. Para arcar com os enormes gastos com o casamento, Alexandre VI criou oitenta novos cargos na cúria e vendeu-os. Também nomeou nove cardeais, que lhe deram uma alta quantia pelo título.

Johannes Burchard, mestre de cerimônias do papa, deixou um diário em que registrou tudo o que presenciou ao longo daquele papado, que incluiu orgias com prostitutas no Vaticano, incêndios criminosos e saques e assassinatos em

igrejas, entre outros grandes males. É realmente incrível que um homem tão depravado e repugnante não tenha permitido algum desvio no ensino universal da Igreja. Na verdade, Alexandre VI se mostrava até mesmo zeloso em manter a pureza da doutrina católica.

Ao fundar Sua Igreja sobre Pedro, Cristo prometeu que as forças do inferno nunca a venceriam. Nem mesmo Alexandre VI foi capaz de manchar com sua corrupção o ensinamento eterno e sagrado da Igreja sobre fé e moral. O relato do jornalista Luiz Paulo Horta expressa muito bem essa misteriosa realidade:

Conversando, uma vez, com dom Eugênio Sales, ele me disse que, estudando documentos pontifícios referentes à fundação do Brasil, encontrou textos do terrível Papa Bórgia, Alexandre VI, pessoa sabidamente corrupta. Mas, disse dom Eugênio, quando tinha de falar como Papa, a voz (ou o texto) era de Papa.^[7]

Júlio II

Foi papa entre 1503 e 1513. Durante seu papado, abandonou a alma dos fiéis, ignorou a crise religiosa e dedicou-se integralmente à glória terrena da Igreja. Era determinado,

enérgico e violento. Ao menos tem o mérito de ter colocado ordem em Roma, que estava entregue à bandidagem desde o papado de Alexandre VI. Para proteger o Vaticano, contratou a Guarda Suíça.

Júlio II obteve grande sucesso na restauração da integridade política e territorial dos estados papais, promovendo campanhas de guerra contra aqueles que haviam invadido os territórios da Santa Sé. Chocou toda a Europa ao vestir a armadura e comandar pessoalmente seu exército em uma batalha em 1506. Padres e cardeais piedosos imploraram que o Vigário de Cristo não voltasse a se armar como guerreiro para derramar o sangue de cristãos, mas seus apelos ficaram no vácuo.

O papa também promoveu o embelezamento da sede da Igreja, não medindo esforços nem dinheiro para perpetuar sua memória por meio de deslumbrantes monumentos artísticos. Demoliu a antiga basílica de São Pedro e iniciou a construção de um novo edifício. A princípio, esse projeto era bom e necessário – o problema foi o modo destrambelhado como foi posto em prática.

Pense na Miley Cyrus tresloucada sobre a bola de demolição, derrubando tudo pela frente. Foi mais ou menos

o que o arquiteto Bramante fez com a antiga basílica! Por causa da impetuosidade e impaciência de Júlio II, a demolição foi feita com pressa e sem cuidado. Numerosas relíquias, objetos sacros e obras de arte de valor inestimável se perderam para sempre. Imperdoável!

O custo da construção superava em muito as receitas do Vaticano, então Júlio II teve a desonrosa ideia de vender indulgências. Esse sacrílego comércio foi intensificado durante o governo de seu sucessor.

A morte de Júlio II causou grande lamento entre o povo romano, que o amava por ter restabelecido a ordem pública, por ter libertado os Estados Papais dos invasores franceses e venezianos e por ter ampliado a magnificência dos edifícios de Roma. Mas o coração da cidade – a sua espiritualidade – ele deixou em frangalhos.

Leão X

Membro da rica e poderosa família Médici, Leão X era um pavão esbanjador e mais um que estava se lixando para as necessidades espirituais do povo de Deus e queria somente

curtir os prazeres e os privilégios que poderia obter como papa.

Na festa de sua coroação, a opulência foi tamanha que torrou a sétima parte das reservas financeiras da Santa Sé. Ao longo de seu governo, entre 1513 e 1521, a gastança desenfreada continuou, até o ponto de arruinar financeiramente o papado.

Culto e amante dos livros, Leão X fundou uma gráfica para imprimir cópias dos clássicos gregos. Tinha amor pela arte e era simpático, sorridente e divertido, mas, por trás dessa aparência agradável havia um homem sórdido. Diante do povo, sua máscara de “gente boa” caiu após a conspiração Petrucci.

Leão X acusou diversos cardeais, liderados por Alfonso Petrucci, de planejarem seu assassinato por envenenamento. Se a conspiração era real ou não, ninguém sabe ao certo; o fato é que Leão X prendeu, torturou barbaramente e mandou matar vários cardeais.

Horrorizado, o povo começou a crer que a conspiração Petrucci não havia sido nada mais do que uma invenção do monstruoso papa para obter dinheiro. A indignação popular não incomodava Leão X, que manteve seus hábitos

inconsequentes e campanhas de guerras sem sentido. Tudo isso custava muito caro, e, para arcar com as despesas, Leão X intensificou o comércio de bulas de indulgências inaugurado por Júlio II.

Alguns dos vendilhões de bulas de indulgências eram encarregados diretos do próprio Leão X, como frei Johann Tetzel, que atuou especialmente na Alemanha. Como era de esperar, os pobres se indignaram com essas pregações, pois era como se o paraíso só fosse acessível a quem pudesse pagar por ele.

Bulas de indulgências

As bulas de indulgências surgiram como uma prática justa e santa da Igreja. Quando uma pessoa se arrependia e confessava um pecado grave, era comum que seu confessor lhe impusesse uma pesada penitência. Era preciso fazer algum sacrifício para reparar o mal e abreviar uma possível estadia no purgatório. Em outras palavras, devia-se pagar o mal com o bem. Portanto, isso não tinha nada a ver com venda de perdão dos pecados ou da salvação.

Caso o penitente não tivesse condições de cumprir sua pena e apresentasse bons motivos para isso, ela poderia ser substituída

pelo pagamento da bula de indulgências. O valor era totalmente destinado ao sustento das obras de caridade da Igreja, que cuidava de hospitais, asilos e orfanatos e pagava o resgate de prisioneiros pobres que estavam nas mãos dos turcos.

Homens gananciosos acabaram transformando essa prática em uma fonte inescrupulosa de dinheiro. Contrariando a doutrina da Igreja (atenção para este ponto!), muitos religiosos convenceram pessoas crédulas de que, ao comprar uma indulgência, receberiam o perdão até mesmo de pecados futuros. Achando que tinha feito um ótimo negócio, o sujeito “espertão” comprava a bula e pecava tranquilo...

As pregações de Tetzl inflamaram a ira de um alemão, o monge agostiniano Martinho Lutero. Ele deu o pontapé inicial do despedaçamento da Europa cristã quando publicou suas 95 teses atacando a questão das indulgências, em 1517.

Lutero não parou na crítica aos abusos do papado e do clero. Em 1518, concentrou-se em atacar a autoridade divina do papa e dos sacerdotes. Em sua arrogância, ele não fez distinção entre os erros dos líderes da Igreja e a santidade dessa instituição. Por mais que a conduta dos papas

anteriores tivesse sido escabrosa, a doutrina católica continuava perfeita, santa e intacta.

A CRIAÇÃO DA INQUISIÇÃO ROMANA

A grande roda da história não para de girar, promovendo um movimento contínuo de ascensão e declínio. Assim, os elementos que estão no topo em dado período caem em terrível decadência quando a roda gira.

Como você já sabe, os frades dominicanos eram os principais agentes do combate à heresia durante a Idade Média, tanto por meio da pregação como pela atividade inquisitorial. No período da Renascença, porém, eles se tornaram um dos alvos da Inquisição, assim como os franciscanos e, sobretudo, os monges agostinianos.^[8]

Em 1542, o papa Paulo III criou a Inquisição Romana, também chamada de Congregação do Santo Ofício. Ao menos em sua fase inicial, **a meta era combater a heresia protestante na Itália.**

Dessa vez, as atividades não seriam coordenadas por frades mendicantes, mas sim por uma comissão de cardeais, sob o controle direto de Roma. Esses cardeais lideravam os

inquisidores dos diversos tribunais. Sobre o perfil dos inquisidores, é interessante notar que eram parte da nata do clero. Boa parte deles se tornou cardeal ou bispo e uma parcela significativa teve “um papel de primeira ordem na produção intelectual da época”.^[9]

Cardeal

Bispo que desempenha a função de conselheiro do papa.

O grande responsável por convencer o papa a reativar a máquina inquisitorial foi o cardeal Giovanni Pietro Carafa, que um dia viria a se tornar o papa Paulo IV. Essa decisão marcou a derrota dos cardeais que defendiam o uso da persuasão e do diálogo.

Quem estava com a razão? O severo Carafa ou os cardeais moderados? É difícil julgar, porém é impossível não nos comovermos com o fato de que São Francisco de Sales varreu o protestantismo de todo o povoado de Chablais somente com a força da pregação e da caridade, sem jamais empregar nenhuma meio de coação.^[10]

PRIMEIRA FASE: TEMPO DE MODERAÇÃO COM UM PAPA CAMARADA

Segundo a historiadora italiana Silvana Seidel Menchi, a violência foi contida e até mesmo evitada na fase inicial da Inquisição Romana.^[11] Especialmente durante o pontificado de Júlio III, o tribunal buscou se mostrar benevolente, apresentando forte tendência ao perdão e à conciliação.^[12]

Os inquisidores tratavam com muita moderação e boa vontade os acusados que obedeciam à convocação para depor, que eram humildes para pedir clemência e que se declaravam sinceramente arrependidos. De modo proporcionalmente oposto, mostravam-se severos com os hereges que não colaboravam com o processo inquisitório, em especial os acusados que fugiam ao serem convocados a depor em Roma.

Abjuração

Ato de renegar uma crença religiosa de maneira solene e pública.

A sentença dos hereges arrependidos poderia ser a abjuração solene na basílica de Santa Maria sobre Minerva, a proibição de exercer cargos públicos, o confisco de bens ou o encarceramento.

Essas penas frequentemente eram trocadas por outras mais brandas: o encarceramento podia ser em um convento, não em uma prisão, e a abjuração pública podia ser feita em uma cerimônia privada, o que diminuía muito a humilhação do penitente.^[13] Outra demonstração de humanidade era que raramente uma mulher recebesse a pena de encarceramento.^[14]

SEGUNDA FASE: TEMPO DE SEVERIDADE COM UM PAPA INQUISIDOR

Era 1555. Treze anos haviam se passado desde a fundação da Inquisição Romana. Até então, por volta de uma dúzia de protestantes havia sido abandonada ao braço secular,^[15] uma média de menos de um executado por ano.

Mas novos ventos começavam a soprar em Roma. O cardeal Carafa, que tinha sido inquisidor-geral, subiu ao trono de Pedro sob o nome de Paulo IV. A partir desse

momento, o tribunal romano tornou-se mais duro e intransigente. Além do crime de heresia, a Inquisição passou a reprimir diversos outros pecados, como a simonia e a sodomia.

Nos tempos do papa Júlio III, Roma buscava estender a mão aos hereges, mostrando a sua face amena a todos aqueles que se mostrassem dispostos a se corrigir. A intenção era converter pela misericórdia. Porém, Paulo IV passou a usar uma abordagem muito mais inflexível, buscando vencer pela ameaça.

Paulo IV foi bispo de Roma por apenas quatro anos, mas foi tempo suficiente para se fazer odiado pelo povo. Quando ele morreu, em 1559, os romanos deram vazão a toda a fúria que estava reprimida, invadindo a sede do Santo Ofício e destruindo uma grande quantidade de documentos.^[16]

Três séculos depois, Napoleão provocou um novo estrago nos arquivos da Inquisição ao levá-los para Paris sem o devido cuidado. Esses e outros episódios acabaram destruindo arquivos e impedindo que fossem feitos estudos mais precisos sobre as práticas das inquisições Medieval e Romana.

TERCEIRA FASE: RETORNO À BRANDURA

Pio IV, um homem gentil e justo, sucedeu Paulo IV. Uma das suas iniciativas mais positivas foi colocar seu sobrinho à frente do Santo Ofício, e esse homem era ninguém menos do que o jovem cardeal-arcebispo de Milão, São Carlos Borromeo.

Um dos maiores santos de seu tempo, São Carlos Borromeo ajudou o tio a eliminar os excessos do processo inquisitorial. Os suspeitos de heresia passaram a ser tratados com mais suavidade, e finalmente alguém teve o bom senso de restringir a ação do Santo Ofício à repressão de heresias. O julgamento de outros tipos de pecado, como blasfêmia, venda de bens espirituais (simonia), deslizes sexuais do clero e sodomia, não estaria mais na alçada dos inquisidores.
[17]

CRISE DE CONSCIÊNCIA DOS INQUISIDORES DIANTE DA TORTURA

Durante o pontificado de Paulo IV, uma grave questão teológica e moral veio à tona, quando muitos frades, bispos e cardeais que atuavam no Santo Ofício se viram perturbados

com o fato de que o seu julgamento poderia causar aos hereges a mutilação de um membro, o que, em muitos casos, gerava uma hemorragia que levava à morte.

Uma consulta teológica ao papa resultou na publicação de um documento especialmente vergonhoso e angustiante para os católicos atuais, em que Paulo IV tentou eliminar qualquer escrúpulo que os juízes da Inquisição pudessem ter a respeito dos sofrimentos impostos aos hereges pelos funcionários leigos do Estado.

Publicado em 1557, o *Pro votantibus* conferiu aos inquisidores o direito de emitir votos e julgamentos que levariam à tortura, à mutilação e ao derramamento de sangue (inclusive até a morte) sem estarem cometendo nenhuma irregularidade.^[18] É como se o papa dissesse: “Se os carrascos são cruéis, isso é problema deles. Não temos nada a ver com isso”. É impossível que um parecer tão frio e cínico refletisse a mensagem de Cristo.

O *Pro votantibus* é motivo de indignação e decepção para muitos católicos. Por outro lado, podemos vislumbrar uma luz brilhando ao fim desse túnel sujo e escuro, já que muitos inquisidores não se sentiam confortados pela justificativa de que, sendo as torturas impostas pelo braço secular, não pela

Igreja, estavam isentos de qualquer responsabilidade. Sua consciência permanecia viva e afligida.

NÚMEROS DE PESSOAS QUEIMADAS NA FOGUEIRA

Os tribunais da Inquisição Romana atuaram em 46 localidades, mas a grande quantidade de arquivos destruídos torna impossível dimensionar o número exato de pessoas queimadas na fogueira por todos esses tribunais. Porém os dados sobreviventes de alguns tribunais, cujos arquivos foram mais bem preservados, permitem aos historiadores comparar números e fazer uma estimativa do percentual global de executados.

No tribunal de Roma, cerca de 120 pessoas foram condenadas à pena máxima no século XVI,^[19] além de trinta pessoas no século XVII e duas no século XVIII.

Em Veneza, ao longo de toda a Inquisição Romana, 26 hereges foram queimados na fogueira. Muitos deles, antes de serem queimados, foram mortos por meios considerados menos dolorosos e mais rápidos, como estrangulamento ou decapitação.^[20]

Em Aquileia e Concordia, quinze pessoas foram abandonadas ao braço secular. Um dos réus condenados, porém, apelou ao tribunal de Veneza e teve sua pena anulada.^[21]

CAÇA ÀS BRUXAS NA INQUISIÇÃO MODERNA

Como vimos no capítulo 3, um surto de caça às bruxas tomou conta dos países católicos no final da Idade Média. Talvez sirva de consolo saber que isso não se repetiu na Idade Moderna. **Em todos os séculos de existência da Inquisição Romana, da Inquisição Espanhola e da Inquisição Portuguesa, o número de bruxas queimadas não chegou a cem vítimas, sendo quatro em Portugal, 36 na Itália e 59 na Espanha.**

Nesses países, a Inquisição andou na contramão dos apelos populares, que clamavam pelo extermínio das feiticeiras. Houve cerca de 20 mil denúncias de bruxaria, quase todas resultando em absolvição ou em penas leves após as investigações.^[22] É... Nem sempre a voz do povo é a voz de Deus.

A prova cabal de que a Inquisição Romana e a Inquisição Espanhola contribuíram para reduzir a histeria popular é que **as fogueiras destinadas a supostas bruxas não paravam de queimar nos territórios europeus onde não havia tribunais da Inquisição.**

Os governantes e juízes leigos, bem mais suscetíveis a pressões populares, mataram cerca de 50 mil “bruxas”. Um detalhe importante é que metade dessas vítimas – ou seja, 25 mil “bruxas” – foi queimada na Alemanha, um país dominado por líderes protestantes.^[23]

João Calvino, líder da Reforma Protestante da Suíça, dirigiu uma campanha de caça às bruxas em Genebra, que teve como resultado a queima de 31 pessoas por feitiçaria em 1545.^[24] Na segunda metade do século XVI, 3.400 pessoas foram queimadas como bruxas na Escócia, em movimentos liderados por governantes protestantes.

LIMPEZA DA HONRA DOS ABSOLVIDOS E PUNIÇÃO DAS FALSAS TESTEMUNHAS

Todas as inquisições tiveram o cuidado sincero de não acatar denúncias falsas. Como em qualquer tribunal, erros

aconteciam, e muitas vezes inocentes eram presos. Quando os inquisidores verificavam a inocência do réu, ele era imediatamente posto em liberdade e absolvido em uma cerimônia discreta realizada na sala do tribunal.

Em alguns casos, os réus inocentados faziam questão de participar do auto de fé e receber a sentença de absolvição de forma pública, reconstruindo sua boa reputação. Foi o caso do padre Francisco Bussaca, da aldeia de Ficarra, na Sicília, acusado de proferir blasfêmias e heresias. Em um auto de fé realizado em Palermo, em 1670, ele desfilou ao lado dos consultores do tribunal. Não vestia o traje penitencial, mas sim um manto, e, como os santos mártires, carregava uma palma. Antes da leitura de sua sentença, trombetas foram tocadas em sua homenagem como forma de reparação pelas injustiças sofridas.

Outro caso é o de Angela de la Vega y Torres. Com uma palma na mão, ela escutou a sentença que a inocentava. Enquanto isso, certas criaturas se preparavam para dormir com o couro quente: “Diante dela, as duas testemunhas falsas receberam seus respectivos castigos: duzentos açoites”.[25] A humilhação e o rigoroso castigo físico público

das falsas testemunhas obviamente desestimulavam outras pessoas a cometerem o mesmo erro.

A CONDENAÇÃO DE GALILEU GALILEI

Galileu ficou famoso por defender que a Terra girava em torno do seu próprio eixo e em torno do Sol, assim como faziam os demais planetas do sistema solar. Porém, a primeira pessoa a propor essa teoria não foi ele, mas o diácono Nicolau Copérnico.

Em 1533, Copérnico apresentou sua teoria do movimento da Terra ao papa Clemente VII e a alguns cardeais. Ninguém jogou Copérnico na fogueira por causa disso; na verdade, a reação foi bastante positiva! Membros do alto clero incentivaram o estudioso a divulgar seus estudos. Em 1536, o cardeal Nicholas Schönberg escreveu a Copérnico uma carta com este pedido: “Com a mais extrema sinceridade eu suplico, caro homem sábio, que comunique sua descoberta a mais estudiosos”.^[26]

Atendendo a esse pedido, Copérnico publicou o célebre *De revolutionibus orbium coelestium*, em 1543, e dedicou-o ao papa Paulo III. **Por mais de sessenta anos, a teoria**

heliocêntrica de Copérnico circulou livremente em toda a Europa, sem nenhuma restrição, e a Igreja Católica não demonstrava ter problema algum com isso.

Em 1610, Galileu entrou em cena. Seu grande mérito foi ter feito observações importantíssimas em seu telescópio, que pareciam confirmar as afirmações de Copérnico sobre o movimento da Terra. Suas descobertas no campo astronômico foram publicamente reconhecidas e celebradas pela Igreja. Em 1611, **Galileu foi recebido com uma festa no Colégio Romano dos padres jesuítas.**

Mas Galileu não ficou satisfeito. Sua meta era que suas conclusões fossem aceitas como verdades científicas, e não como meras hipóteses astronômicas. Ele tentou provar os padrões de movimento da Terra estudando as marés e mandou muito mal. Ao superestimar a sua “prova”, foi ridicularizado pela comunidade científica.

O fato é que Galileu não tinha elementos irrefutáveis que comprovassem sua tese. Por ansiedade ou arrogância, ele tomou as objeções à sua teoria como ofensas pessoais e, imprudentemente, **disse que a interpretação que os teólogos faziam da Bíblia estava errada.** Aí começaram os embates com a Igreja.

Talvez Galileu estivesse muito seguro de si, na sua condição de afilhado do papa e amigo de membros do alto clero, pois iniciou uma campanha que cobrava da Igreja uma interpretação não literal do trecho da Bíblia que parece sugerir que o Sol gira em torno da Terra: “O sol se levanta, o sol se põe; apressa-se a voltar a seu lugar; em seguida, se levanta de novo” (Ecl 1,5).

Galileu acertou ao dizer que as Escrituras não pretendem ser um tratado de ciências naturais, porém errou ao armar um barraco tão grande sem ter provas científicas nas quais se sustentar (e ele sabia que não tinha). O astrônomo já era um homem velho; talvez não suportasse a ideia de que não viveria para ver sua tese ser comprovada. De fato, o movimento de translação da Terra só seria provado no século XVIII, por meio dos estudos de James Bradley sobre a “aberração da luz”, e a prova definitiva da rotação da Terra só viria no século XIX, com o pêndulo de Foucault.

Se tivesse sido feita alguns séculos antes, a sugestão de interpretação não literal do citado trecho de Eclesiastes teria sido mais bem aceita pelo clero. Afinal, a mente dos teólogos medievais era bem mais aberta do que a dos teólogos do século XVII. Quem afirma isso é Annibale Fantoli, doutor em

matemática e física e mestre em filosofia e teologia, reconhecido como um dos maiores especialistas do mundo no caso Galileu.^[27] Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, os pensadores mais respeitados da Idade Média, diziam que evidências irrefutáveis que viessem a contrariar a interpretação usual das Escrituras deviam ser acatadas, admitindo-se uma nova interpretação das palavras sagradas.

Na época de Galileu, contudo, o protestantismo defendia que qualquer leigo poderia interpretar a Bíblia à sua maneira, sem precisar se submeter à autoridade da Igreja. Assim, podemos entender o zelo da Igreja diante de um leigo que queria impor a sua interpretação da Bíblia sem ao menos ter evidências científicas irrefutáveis.

A justa preocupação em combater a livre interpretação das Escrituras e o excessivo apego ao argumento da autoridade levaram o Santo Ofício a condenar Galileu, erro admitido por São João Paulo II em 1992. Essa condenação não compromete o dogma da infalibilidade papal, afinal não foi um ato de magistério infalível nem definitivo. A condenação deveu-se a uma tese de ordem científica relacionada à interpretação das Escrituras.

E que fique claro que **Galileu NÃO foi torturado nem morto pela Inquisição**. Ele foi condenado à prisão domiciliar e passou seus últimos dias em sua luxuosa residência. Ali, continuou a trabalhar e até mesmo publicou um livro. Também era livre para sair para trabalhar, se quisesse.

A CONDENAÇÃO DE GIORDANO BRUNO

Ao contrário do que se diz, **Giordano Bruno NÃO ERA CIENTISTA e tampouco foi condenado em função de qualquer tese científica**.

Bruno nunca fez ciência de verdade, nem ao menos chegou a ser um protocientista. Muitas biografias o apresentam como um matemático, o que é ridículo se pensarmos que, em seus estudos, ele jamais foi além dos conceitos esotéricos da “geometria sagrada”. Pior: **o grande “legado” que artigos furrecas de história creditam a Bruno é uma teoria que nem mesmo é dele** e que sugere que há um número incontável de outros mundos, cada um deles habitado. Essa teoria foi proposta pelo padre Nicolau de Cusa nada menos do que 109 anos antes de Bruno ter nascido, na obra *Da douta ignorância*, de 1440.

Alguns autores dão a Bruno o crédito pela tese de que a Terra não era o centro do universo e de que as esferas celestes não estavam imóveis, e sim em constante movimento. Errado! Tome aí mais uma dose de Nicolau de Cusa na veia: “A forma da Terra é nobre e esférica, e o seu movimento é circular, embora não seja perfeito”. Aliás, décadas antes dos estudos de Cusa, a hipótese de que a Terra girava já havia sido analisada pelo estudioso medieval Nicholas d’Oresme, bispo de Lisieux, e a Igreja jamais o censurou por isso.

Na verdade, dez anos após a publicação de seu livro *Da douta ignorância*, o padre Nicolau de Cusa foi eleito cardeal – sim, tornou-se membro da mais alta corte eclesiástica!

Giordano Bruno não morreu por causa de nenhuma tese científica. Após ser preso pela Inquisição em Veneza, foi condenado e morto em fevereiro de 1600. O tribunal da Inquisição acusou Bruno de:

- sustentar opiniões contrárias à Santa Fé e realizar discursos de oposição a ela e a seus ministros;
- sustentar opiniões erradas sobre a Trindade, a divindade de Cristo e a encarnação;

- sustentar opiniões erradas sobre Cristo;
- sustentar opiniões erradas sobre a transubstanciação e a santa missa;
- afirmar a existência de uma pluralidade de mundos e suas eternidades;
- acreditar em metempsicose (possibilidade de a alma humana migrar para animais, plantas ou minerais ao reencarnar);
- praticar magia e adivinhação; e
- não acreditar na virgindade de Maria.

Observe que as divergências são quase que puramente religiosas, com exceção da afirmação da “eternidade” dos mundos. Ao defender essa tese, que nada tinha de científica, Bruno contrariou a revelação do Gênesis, segundo a qual o mundo foi criado em determinado momento (dogma, aliás, que está em perfeita sintonia com a teoria do Big Bang). Uma em meio a um turbilhão de heresias, a questão da “eternidade dos mundos” está longe de ter sido o motivo que levou o herege à fogueira.

Veja se não é patético: os ateus militantes, que se consideram tão amigos da racionalidade, elegeram como um

de seus maiores ídolos um místico maluco, dado a visões e práticas de magia. Em seus livros *A ceia das cinzas* e *Causa, princípio e unidade*, ambos de 1584, Bruno apresenta sua crença de que todas as coisas, por exemplo, os astros e as pedras, são animadas e possuem uma alma racional.

A punição, apesar de estar em conformidade com o direito e a mentalidade da época, foi demasiadamente cruel e possibilitou que a vida de alguém que não produziu nada de útil fosse consagrada como uma lenda heroica.

INQUISIÇÃO ROMANA: UM SALDO POSITIVO

A Inquisição Romana não visava sufocar as crenças de pessoas não batizadas; preocupava-se apenas com a perversão da doutrina cristã. Tanto isso é verdade que **os judeus viviam melhor na Itália do que em qualquer outra parte da Europa**. É o que garante Werner Keller, jornalista conhecido por sua luta na resistência antinazista em Berlim durante a Segunda Guerra Mundial:

Durante a Idade Média, em nenhum país da Europa os judeus viveram mais felizes do que na Itália, pátria da hierarquia e do Direito Canônico. [...] Entre

todos os soberanos italianos não houve ninguém mais afeiçoado aos judeus do que os papas do Renascimento, sobretudo os papas da casa Médici, Leão X (1513-21) e Clemente VII (1523-33), o qual recebeu em audiência a um Reubeni e a um Molcho. Eram mais instruídos e mais tolerantes do que seus contemporâneos, considerando a sabedoria judaica como base importantíssima da vida intelectual que praticavam ativamente. Clemente VII permitiu inclusive a instalação de uma imprensa hebraica em Roma.^[28]

E aquele papo de que a Inquisição matou cientistas para impedir os avanços da ciência e para manter o povo ignorante? Três fatos que estraçalham essa bobagem. Em primeiro lugar, a Igreja Católica sempre foi uma grande incentivadora e patrocinadora da ciência, desde a Idade Média até os dias de hoje. Em segundo lugar, alguns dos mais importantes cientistas da história foram padres católicos. E, por fim, não há uma única pessoa que tenha sido condenada pelo Santo Ofício por suas teorias científicas. Sobre Giordano Bruno e Galileu Galilei, como já mostramos, as causas da condenação de ambos nada tiveram a ver com nenhuma tentativa de censura da Igreja às suas teses científicas.

Outro dado é especialmente revelador: o número de protestantes mortos por heresia foi muito – mas muito! – inferior nos países onde o Santo Ofício atuou.

Nos reinos em que a Igreja tomou para si a responsabilidade de investigar e julgar hereges foi dado um tratamento muito mais brando e justo aos réus. Nas nações em que o Santo Ofício não estava presente os suspeitos de heresia eram julgados com muito mais severidade pelos governantes seculares ou eram simplesmente executados sem julgamento prévio.

O mais terrível extermínio de protestantes foi planejado por Catarina de Médici e ordenado por seu filho Carlos IX, rei da França. Na Noite de São Bartolomeu, em agosto de 1572, centenas – talvez milhares – de protestantes foram assassinados em Paris e em outras cidades francesas. Catarina agiu motivada somente por suas ambições políticas, e não por razões religiosas.

Na Borgonha, no Dauphiné e na Auvergne, o massacre da Noite de São Bartolomeu foi impedido por governantes católicos.^[29] Nem o papado nem qualquer autoridade da Igreja teve responsabilidade alguma na carnificina. Ludibriado pelas mentiras de Catarina, o papa Gregório XIII

pensou que a França havia somente reagido a um ataque violento dos protestantes, e por isso mandou cunhar uma medalha comemorativa, “mas nenhum historiador sério, ainda que seja antipapal, jamais apontou Gregório XIII como responsável pelo massacre”.^[30]



Antes da Inquisição Romana, entre 1523 e 1542, cerca de 1.500 protestantes foram mortos por suas crenças religiosas. Isso em apenas dezenove anos! Nos seus primeiros treze anos de atuação, a Inquisição Romana não levou à fogueira mais do que uma dúzia de protestantes.^[31]

Vejamos os números gritantes dos Países Baixos, uma das regiões em que mais protestantes, de maioria anabatista, foram executados por heresia. Lá, de 1555 a 1562, 385

protestantes foram executados como hereges, quase três vezes mais vítimas do que a Espanha teve no mesmo período e vinte vezes mais do que a Itália. Já entre 1566 e 1572, 273 protestantes foram executados como hereges nos Países Baixos. É um número de vítimas quase sete vezes superior ao número espanhol no mesmo período e dezessete vezes superior ao número de mortos na Itália, países em que a Inquisição atuava.^[32]

Em poucos anos, um punhado de governantes católicos levou à execução por heresia um número de protestantes duas vezes maior do que fez a Inquisição Romana em um século!^[33] O historiador Alastair Duke explica:

Surpreendentemente, a perseguição a protestantes era mais severa naqueles países em que uma inquisição eclesiástica nunca foi estabelecida [...]. Mais protestantes foram executados na Inglaterra entre 1555 e 1558 do que na Espanha e na Itália, os países por excelência do Santo Ofício, e em toda a primeira metade do século XVI.^[34]

Como isso se explica? Segundo William Monter, a razão é que os governantes seculares e a Igreja tinham prioridades diferentes. A Igreja reprimia a heresia para, em primeiro lugar, buscar a salvação da alma do pecador, e só em

segundo lugar vinha o interesse pela defesa da ordem pública. Para os governantes seculares interessava justamente o contrário: eles queriam, antes de tudo, eliminar o mais rápido possível os indivíduos que representavam ameaças à paz no reino.^[35]

O FIM DA SANTA INQUISIÇÃO ROMANA

Os tribunais da Inquisição Romana começaram a ser extintos, um após o outro, a partir de 1746, até que desapareceram de vez no final do século XVIII.

A Inquisição continuou a existir na cúria romana, mas de forma mais adequada aos novos tempos. Não havia mais prisões, torturas ou abandono de hereges impenitentes ao braço secular. Como havia acontecido nos primórdios da Igreja, as punições voltaram a ser apenas disciplinares e espirituais, como a imposição do silêncio obsequioso e a excomunhão.

O nome Sagrada Congregação da Inquisição foi mudado para Sagrada Congregação do Santo Ofício em 1908 e, depois, para Congregação para a Doutrina da Fé, em 1965, como é chamada até hoje.

Silêncio obsequioso

Exigência, por parte da Igreja, de que um religioso que defende doutrinas erradas se abstenha de falar, pregar, dar aulas, fazer declarações ou publicar textos sobre temas relacionados à fé católica durante determinado período. Se descumprir essa determinação, o herege corre o risco de ser excomungado.

PROTESTANTES TACANDO PEDRA NA IGREJA CATÓLICA:



LIÇÃO DE HOJE: "NÃO JOGUE PEDRAS NO TELHADO ALHEIO QUANDO O SEU TELHADO FOR DE VIDRO"

OS PROTESTANTES MATARAM MUITOS MAIS PROTESTANTES COMO HEREGES DO QUE A INQUISIÇÃO!



CAPÍTULO 6

O telhado de vidro dos difamadores das inquisições

Você deve conhecer o conto “A roupa nova do rei”, de Hans Christian Andersen. Nele, enganado por um farsante, que o faz pensar que está trajado com vestes belas e ricas, o rei se exhibe sem roupas diante de seus súditos. Uma criança desencadeia a gargalhada geral quando diz: “O rei está nu!”. É isso que acontece com todas as pessoas que exibem um conhecimento que não têm ou que é completamente deturpado sobre as inquisições, fazendo-o com o objetivo de depreciar o catolicismo. A grande diferença é que, em vez de serem ridicularizados, os “reis” que malham a história das inquisições são aplaudidos pelo público, que também está ludibriado e não nota a nudez de seus mestres.

Já está mais do que na hora de avisar a essas pessoas que elas estão nuas, ou seja, estão completamente iludidas e despidas de verdadeiro conhecimento histórico. Além disso, muitas delas não possuem o mínimo de integridade moral para tecer crítica alguma às inquisições: o telhado delas é de vidro, como mostraremos a seguir.

PROTESTANTES MATANDO “HEREGES” PROTESTANTES E CATÓLICOS

A campanha difamatória contra a Igreja Católica é parte essencial da cultura protestante. Isso inclui não apenas os protestantes tradicionais, chamados “reformados”, mas também aqueles que se autodenominam “evangélicos”. É claro que há protestantes que não possuem esse perfil anticatólico, mas eles são exceção à regra.

A “lenda negra” das inquisições, por exemplo, foi integralmente criada por autores protestantes. Os iluministas, os romancistas e os roteiristas de Hollywood vieram depois e somente repetiram as mentiras que os protestantes inventaram.

A verdade é que os erros das inquisições são ínfimos se comparados ao genocídio praticado pelos protestantes na época da “Reforma”, quando aplicaram torturas sem limites e massacraram milhares de católicos, bem como protestantes considerados hereges.

As nações protestantes começaram a executar seus fiéis acusados de heresia mais de quinze anos antes do início da Inquisição Romana. O teólogo e historiador protestante Philip Schaff reconhece isso:

Os governos protestantes na Alemanha e na Suíça excluíram, dentro dos limites de sua jurisdição, os católicos romanos de todos os direitos religiosos e civis e tomaram a posse exclusiva de suas igrejas, conventos e outros bens. Eles baniram, prenderam, afogaram, decapitaram, enforcaram e queimaram anabatistas, antitrinitarianos, Schwenkfeldians e outros dissidentes. Na Saxônia, na Suécia, na Noruega e na Dinamarca, nenhuma religião e culto público eram permitidos, a não ser o luterano.^[1]

Já prevemos que muitos “evangélicos” vão se esquivar neste ponto, dizendo que a denominação à qual pertencem não é a mesma que praticou tais atrocidades e não possui nenhuma relação histórica com aqueles acontecimentos. De fato, há milhares de denominações cristãs, pois funda-se

uma nova “igreja” protestante quase todos os dias, na mesma velocidade em que são inauguradas lanchonetes. Por isso, a grande maioria dos protestantes não é membro das igrejas “reformadas” históricas. Mas, estudando as bases da doutrina de todas as comunidades evangélicas, não se pode negar que elas têm como pais Lutero e Calvino.

Lutero contra os anabatistas

Martinho Lutero apoiou o derramamento de sangue dos protestantes anabatistas na Alemanha. Liderados pelo pastor radical Thomas Müntzer, milhares de camponeses se rebelaram contra os senhores feudais. Diante disso, o pai da “Reforma” pediu que os príncipes e nobres alemães esmagassem toda aquela gente.

Alguns autores estimam que cerca de 100 mil anabatistas foram mortos. Em um texto de 1525, Lutero incentivou e justificou a violência:

Portanto, deixe todos os que podem ferir, matar e esfaquear [os anabatistas], secretamente ou abertamente. Lembre-se de que nada pode ser mais venenoso, danoso ou diabólico do que um rebelde. É exatamente como matar um cão louco: se você não o abater, ele irá te atacar.^[2]

Muitas pessoas admiram o pai do protestantismo como um ícone da liberdade de pensamento, mas bastaria que se debruçassem um pouco sobre os seus escritos para perceber como isso está distante da realidade. Inicialmente, ele fazia discursos cativantes a favor da liberdade de crença e de consciência, mas logo **Lutero passou a defender o uso da força na repressão aos hereges e a coação para obrigar os crentes a cumprirem os preceitos de sua igreja:**

Se tivermos poder para isso, é preciso que não toleremos no mesmo Estado doutrinas contrárias, e, para evitar maiores males, aqueles que não creem devem ser constrangidos a ir à pregação, a ouvir comentar o Decálogo e a obedecer, pelo menos exteriormente.^[3]

Lutero também mudou de opinião em relação ao tratamento dispensado aos judeus. Em 1523, ele protestou contra a cruel perseguição sofrida por esse povo, mas vinte anos depois clamou pela expulsão dos judeus de todos os territórios cristãos e pela queima de seus livros e sinagogas. [4] Lulu era ou não era “uma metamorfose ambulante”?

Calvino, o fiscal de decotes e penteados

Quem viveu sob a tirania de Calvino provavelmente considerava Lutero uma flor de pessoa, o supprassumo da tolerância. O líder da “Reforma” na Suíça não só se empenhou em reprimir violentamente as heresias como também se achava no direito de se intrometer nos hábitos mais banais dos cidadãos.

O consistório criado por Calvino era equivalente ao tribunal da Inquisição católico, porém muito mais severo, capaz de considerar crime as coisas mais ridículas, como uma mulher usar um estilo de penteado proibido pela igreja. Em dezembro de 1582, as filhas do dr. Pierre de Lansard e do sr. Recolin foram repreendidas por seu penteado alto e extravagante.^[5]

Em janeiro do ano seguinte, um grande grupo de mulheres teve que comparecer ao consistório para prestar satisfações formais sobre seus penteados e vestimentas, sendo obrigadas a mudar sua aparência. A sra. De Seynes foi especialmente advertida por seu decote.^[6]

AMY WINEHOUSE ANTES E DEPOIS DO CONSISTÓRIO



O consistório também perseguia quem participasse de danças ou frequentasse tavernas.^[7] Muitas pessoas, inclusive a esposa de um capitão-geral, foram presas por dançar. Três homens que riram durante um sermão tiveram que amargar três dias na cadeia. Três crianças que saíram da igreja durante o sermão para comer bolo (quem nunca?) receberam castigos físicos. Mas nada foi mais estúpido e cruel do que decapitar uma criança que bateu em seus pais.^[8]

Quem não comparecesse ao sermão nos domingos era punido com multa, e todos os cidadãos eram obrigados a estar em casa às nove horas da noite.^[9] Boêmia e *rolê na madrugada* nunca mais! As prostitutas que ousassem prestar

seus serviços em Genebra eram sumariamente afogadas no rio Ródano.^[10]

Criou-se uma cultura de vigilância permanente na comunidade, de tal forma que as menores faltas dos cidadãos eram denunciadas aos ministros calvinistas. Não havia nenhum espaço para manifestações de oposição à teologia e ao regime de controle religioso e social. O teólogo francês Sébastien Castellion foi expulso de Genebra por Calvino após pregar que não havia encontrado nas Escrituras uma só frase que justificasse a pena de morte para os hereges.^[11]

Um homem em especial, Jacques Gruet, ousou enfrentar essa implacável disciplina e se recusou a aceitar o regime de supressão das liberdades individuais. Um dos seus diversos crimes foi usar calças com dobras na altura dos joelhos. Gruet foi preso em 1547 e sofreu as torturas mais atrozes por um mês inteiro, dia e noite. Jamais um réu das inquisições chegou perto de receber semelhante tratamento. O infeliz implorou para que lhe tirassem a vida e finalmente foi decapitado, tornando-se a primeira vítima fatal do consistório.^[12]

Servet: libertado pelos católicos, queimado pelos calvinistas

A vítima mais célebre de Calvino foi Miguel Servet, primeiro médico a descrever precisamente a circulação pulmonar. Ele se tornou protestante, e depois gnóstico, e publicou um livro em que buscava refutar a doutrina pregada por Calvino. Suas heresias o levaram a ser denunciado e preso pelas autoridades católicas de Lyon, sendo entregue à Inquisição em 1553.

Além de ser o médico do arcebispo de Viena, Servet era muito querido e admirado por todos e reconhecido por sua caridade. Ninguém desejava queimar um homem de tamanho valor, por isso acabaram deixando-o fugir no meio da noite – depois, todo mundo se fez de desentendido, tipo “nossa, ele escapou, que coisa, né...”. Fizeram um boneco e realizaram a queima em efígie.^[13]

Servet obteve misericórdia quando esteve sob o poder da Inquisição Romana, mas não teve a mesma sorte diante das autoridades calvinistas. Meses depois de sua fuga, ele seguiu para Genebra, justamente a cidade que estava sob a mão de ferro de Calvino. O “reformador” o denunciou ao consistório

por heresia e blasfêmia. Servet foi preso, condenado e morto na fogueira.

A caça às bruxas promovida pelos calvinistas

Depois de tudo o que narramos aqui, cremos que ninguém ficará surpreso ao saber que Calvino entrou de cabeça na onda da caça às bruxas. Como mostramos no capítulo 5, o consistório enviou para a fogueira 31 pessoas condenadas por feitiçaria somente em 1545 – ou seja, em um único ano superou o total de vítimas do tribunal da Inquisição Romana no século XVII inteiro!

Ao migrarem da Inglaterra para os Estados Unidos, fugindo da perseguição religiosa anglicana, os puritanos calvinistas levaram a paranoia na bagagem e promoveram várias campanhas de perseguição e matança de “bruxas” na nova terra. O episódio mais famoso aconteceu em Salem, Massachusetts, onde 21 pessoas foram condenadas por bruxaria por um júri e executadas em 1692.

A HIPOCRISIA DE VOLTAIRE

Voltaire, o mais famoso intelectual iluminista, tornou-se célebre por defender ardentemente os direitos humanos em seus escritos. Ele foi um dos críticos mais ferrenhos das inquisições e um dos principais responsáveis pela difusão da “lenda negra” criada pelos protestantes.

Em seu *Tratado sobre a tolerância*, Voltaire diz: “Vejam agora se Jesus Cristo estabeleceu leis sanguinárias, se ordenou a intolerância, se mandou construir os calabouços da Inquisição e se nomeou os carrascos dos autos de fé”.^[14] Argumentos como esse parecem ter lógica e convencem facilmente. O problema está na distorção dos fatos, induzindo o leitor a uma conclusão equivocada da realidade histórica.

Voltaire era um loroteiro tão talentoso que conseguiu contar cinco mentiras em uma só frase! Vejam quais foram:

- não foi a Inquisição que exigiu que os hereges fossem punidos com a pena de morte, e sim os governantes seculares;
- não foi a Inquisição, tampouco a Igreja, que gerou o contexto de intolerância à diversidade religiosa, e sim a

conjuntura política e econômica;

- quanto aos “calabouços da Inquisição”, suas condições eram muitas vezes mais humanas do que aquelas encontradas nos cárceres seculares;
- não era a Inquisição que nomeava os carrascos que torturavam e queimavam os hereges; e
- os autos de fé não tinham carrascos, pois não eram cerimônias dedicadas à queima de hereges.

Agora, vamos falar do respeito à dignidade humana. Voltaire escreveu o texto de uma peça intitulada *Alzira*, em que um escravo peruano convoca o povo a lutar por sua libertação. Tudo muito lindo, mas dito da boca para fora – algum sábio zoeiro deveria ter colado um papel em suas costas com o dizer “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”.

Voltaire também financiava o tráfico de escravos e lucrava com ele. Sabe-se que comprou uma ação no valor de 5 mil francos de um navio negreiro que sairia de Nantes para capturar negros da África. Como se não bastasse a falta de escrúpulos em enriquecer com o comércio de seres humanos, o “Doutor Tolerância” ainda teve a cara de pau de

dizer que estava fazendo uma grande caridade! É o que ele sugere em uma carta ao traficante Michoud:

Congratulo-me convosco pelo feliz êxito do navio – o *Congo* – chegado oportunamente à Costa d’África para livrar da morte tantos negros infelizes. Sei que vão embarcados em vossos navios e são tratados com muita doçura e humanidade, e por isto me felicito de ter feito um bom negócio praticando, ao mesmo tempo, uma bela ação.^[15]

Voltaire adorava condenar a escravidão nas Américas, mas ficava caladinho sobre a escravidão promovida por seu próprio país!^[16] Certamente não desejava contrariar a elite francesa, que o incensava e o ajudava a ser um homem rico.

Alguns de seus defensores tentam alegar que a carta escrita a Michoud seria falsa, mas ela está em total harmonia com outros escritos de Voltaire que zombam das pessoas negras e as depreciam:

É uma ótima pergunta [sobre os negros] se eles vieram dos macacos ou se os macacos vieram deles. Nossos sábios disseram que o homem é a imagem de Deus. E aqui está uma agradável imagem do Ser eterno: um nariz chato e negro, com pouca ou nenhuma inteligência!^[17]

Outra “pérola” do grande humanista:

Nós compramos escravos domésticos apenas de outros comerciantes negros, e somos repreendidos com este comércio. Um povo que trafica seus filhos é ainda mais reprovável do que o comprador. Este comércio demonstra nossa superioridade: aquele que se deu um mestre nasceu para ter um.^[18]

A INCOERÊNCIA DOS ADMIRADORES DA REVOLUÇÃO FRANCESA

É muito útil fazermos uma análise comparativa da forma como, em geral, são abordados os acontecimentos das inquisições e da Revolução Francesa. Os revolucionários franceses foram responsáveis por atos de intolerância, violência e crueldade de intensidade muito superior aos de todas as inquisições reunidas, e em um período de tempo muito menor. Entretanto, aqueles que pintam as inquisições como máquinas implacáveis de morte e sadismo frequentemente são os mesmos que incensam a Revolução Francesa como um evento glorioso.

A classe burguesa e os intelectuais iluministas foram muito hábeis em usar a fome e o desespero do povo francês para manipulá-lo e desencadear a Revolução Francesa. Embora retratada pela maioria da classe acadêmica como

uma das coisas mais maravilhosas já acontecidas na história, **essa revolução se estabeleceu e se consolidou por meios absurdamente sujos, cruéis e sangrentos**, e não somente no chamado Período do Terror.

Segundo o historiador Jean Sévillia, “levada a cabo em nome do povo, a Revolução realizou-se sem o consentimento do povo e, muitas vezes, mesmo contra o povo”.^[19] Os ricos burgueses sabiam que a grande maioria dos franceses respeitava a Igreja e a monarquia. Perceberam que era preciso fazer algo para desmoralizar o clero e a Coroa, pois somente assim seria criado o clima ideal para que as ideias da revolução encontrassem maior aceitação.

Um dos meios usados para alcançar esse objetivo foi o financiamento da produção e distribuição de sátiras eróticas que pintavam a monarquia, os nobres e os religiosos como corruptos e sexualmente depravados. O impacto desses livros foi enorme, muito maior do que aquele causado pelos escritos filosóficos de iluministas como Jean-Jacques Rousseau, destruindo no imaginário popular a aura de sacralidade da monarquia na França pré-revolucionária.^[20]

Sadismo e canibalismo

Já o primeiro ato da Revolução, a queda da Bastilha, foi acompanhado de um episódio especialmente simbólico a respeito do caráter desse movimento: depois de assassinarem o marquês de Launay, que governava a Bastilha, diversos membros da turba beberam seu sangue. De nada adiantou Launay ter se rendido pacificamente. O historiador Jean Tulard afirma que esse “ritual” vampiresco não foi pontual nem raro durante a revolução, repetindo-se diversas vezes, especialmente quando a vítima era alguém de renome.[21]

Durante a invasão dos revolucionários ao Palácio das Tulherias, em 1789, os 450 guardas suíços que resistiram e defenderam o palácio após a fuga do rei foram torturados de forma atroz. Muitos foram capados, outros empalados, outros tiveram as tripas arrancadas ainda vivos. Alguns suíços foram cozinhados vivos nas caldeiras das cozinhas reais, e o porta-bandeira George-François de Montmollin teve o coração devorado.[22]

Intolerância religiosa e ódio ao catolicismo

Um aspecto essencial da Revolução Francesa foi sua intolerância religiosa. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão havia proclamado solenemente a liberdade religiosa, mas, na prática, isso era letra morta.

Em novembro de 1789, os bens da Igreja foram confiscados pelo governo revolucionário, com a desculpa de que seriam destinados a pagar as dívidas do Estado. Nem mesmo os objetos sagrados dos templos foram respeitados, pois dezenove dos vinte sinos de bronze da catedral de Notre-Dame foram roubados pelo governo e derretidos para a fabricação de canhões. A mesma infâmia foi realizada com os sinos de muitas outras igrejas.

Para evitar tamanha injustiça e desrespeito à propriedade privada, o arcebispo de Aix, Jean de Dieu Raymond de Boisgelin, fez uma proposta generosa e honesta, oferecendo uma hipoteca de 400 milhões de libras francesas sobre os bens da Igreja. “O clero nunca se negou a ajudar a coisa pública em tempos difíceis”, declarou ele.^[23]

Na verdade, muito mais do que a cobiça pelos bens da Igreja, a motivação dos revolucionários era enfraquecer a religião e pôr fim à sua influência sobre a sociedade. Por isso, a vantajosa proposta de Boisgelin foi em vão, e o Estado

seguiu implacável em sua decisão de humilhar e espoliar a Igreja de forma abusiva e tirânica.

Em fevereiro de 1790, o Estado proibiu a existência de todas as ordens religiosas. No mesmo ano, a Constituição Civil do Clero criou uma nova igreja, separada de Roma e subordinada ao Estado. Bispos foram obrigados a romper com o papa – quem desobedecia à ordem era demitido de sua função e tinha que deixar a França.^[24]

Metade dos sacerdotes seculares, aqueles que não pertenciam a ordens religiosas, cedeu à pressão e fez o juramento ao Estado, renegando Roma. Milhares de padres foram forçados a abandonar o sacerdócio e se casar, sob ameaça de prisão ou morte na guilhotina.^[25]

Por outro lado, a grande maioria das freiras e dos padres religiosos, fossem monges ou frades, recusou-se a fazer o juramento ao Estado. Em consequência, foram postos na rua, forçados a abandonar seus conventos. Muitas freiras formaram conventos clandestinos; quando eram descobertas em suas atividades, eram presas e condenadas à morte.

Em 7 de outubro de 1792, numerosas igrejas foram pilhadas e vandalizadas em Reims.^[26] E a perseguição religiosa não parou por aí: **ao todo, a revolução matou 8 mil**

padres, religiosos e religiosas, além de milhares de leigos católicos.^[27] Uma humilde camponesa, Marie Coste, morreu guilhotinada em maio de 1794, acusada de ter cometido o “terrível crime” de oferecer alimento a um padre fiel a Roma.^[28]

Crianças tratadas de forma desumana

Os revolucionários não faziam distinção entre adultos e crianças. No episódio da invasão do Palácio das Tulherias, um menino de 9 anos, que chorava agarrado ao cadáver de seu pai, um soldado, não contou com nenhuma piedade por parte dos amotinados e foi perfurado pelas baionetas.^[29]

Talvez um dos aspectos mais torpes da Revolução Francesa tenha sido o tratamento dado ao infante da França, Luís XVII. Seu pai, o rei Luís XVI, morrera decapitado na guilhotina em 1793. Pouco depois, com apenas 8 anos, Luís XVII foi arrancado dos braços de sua mãe, a rainha Maria Antonieta, e detido como refém. A partir de então, os maus-tratos foram frequentes. O carcereiro Simon embriagou o menino até deixá-lo fora de si e o fez assinar uma acusação de incesto contra sua mãe.^[30]

Simon constantemente ameaçava o pequeno Luís XVII, insultava-o e agredia-o com bofetadas e pontapés.^[31] Certa noite, tendo visto a criança de joelhos, rezando, Simon despejou sobre ela uma bacia de água gelada, e assim Luís XVII teve que passar toda a noite vestindo roupas encharcadas.^[32]

Quando Simon deixou de ser seu carcereiro, Robespierre aprisionou Luís XVII em seu quarto, emparedando o cômodo e deixando apenas uma pequena portinhola para a passagem de alimentos. Meses depois, após a queda de Robespierre, Luís XVII finalmente foi alvo de alguma empatia. Um novo agente do governo foi encarregado de sua guarda e, ao entrar no aposento, encontrou uma cena desoladora: o mau cheiro era insuportável, o chão estava coberto de excrementos e restos de comida, havia ratos, formigas, vermes e aranhas por toda parte, o menino estava deitado no chão, sobre uma esteira de palha, e seu cabelo havia se tornado um novelo cheio de parasitas.^[33]

Inicialmente, Luís XVII recebeu algum cuidado, tendo os cabelos cortados e a permissão para tomar banho, mas pouco foi alterado em sua terrível rotina, pois continuou sendo mal alimentado e vivendo a maior parte do tempo

sozinho e trancado no quarto. Somente recebeu tratamento médico e foi transferido para um local mais limpo e arejado quando já estava no fim da vida, vindo a morrer de tuberculose em junho de 1795.^[34]

Outro episódio terrível ocorreu durante a Guerra Civil da Vendeia, quando 110 crianças, todas menores de 7 anos, foram assassinadas no povoado de Lucs-sur-Boulogne pela coluna do general Jean-François Cordellier.^[35] Milhares de outras crianças foram mortas nessa guerra, assim como no genocídio que se seguiu.

O genocídio da população da Vendeia

Em março de 1793, os habitantes da Vendeia se rebelaram contra a revolução e pegaram em armas para resistir. Foi um movimento espontâneo e, sobretudo, popular.

A Guerra Civil da Vendeia durou de março a dezembro de 1793, tendo fim com a derrota dos vendeianos em Savenay. Para termos uma ideia bastante clara das atrocidades praticadas pelo exército republicano, basta ler esse trecho do relatório do general François-Joseph Westermann:

Já não há Vendeia, cidadãos republicanos, foi morta sob os golpes do nosso sabre livre, com suas mulheres e filhos. [...] Seguindo as ordens que me tínheis dado, esmaguei as crianças sob os pés dos cavalos e esmaguei as mulheres que, pelo menos essas, não gerarão mais bandidos. [...] Fuzila-se sem parar em Savenay porque a cada instante chegam bandidos que pretendem entregar-se como prisioneiros. [...] Não fazemos prisioneiros. Seria necessário dar-lhes o pão da liberdade, e a piedade não é revolucionária. [36]

Note a grande diferença entre o tratamento dado pelas inquisições aos hereges arrependidos e o tratamento recebido pelos rebelados rendidos na Vendeia. Então, vale fazer uma pergunta: quem se destacou em fanatismo, violência e intolerância?

E o pior ainda estava por vir, pois ao fim da guerra teve início o mais covarde e horrendo genocídio. A hipótese de oferecer clemência e anistia aos vendeianos foi descartada pela República, cujos chefes estavam determinados a exterminar toda aquela população.

A extensão das maldades realizadas durante essa missão terrorista foi tamanha que chocou e indignou até mesmo alguns republicanos. O prefeito de Fontenay-le-Comte, Mariteau, escreveu:

[...] o horror do cenário aumenta, o general Amey parte com sua coluna e incendeia todas as granjas desde La Rochelle até Herbiers. Numa distância de três léguas, nada foi poupado. Os homens, as mulheres, mesmo as crianças de peito, as mulheres grávidas, todos pereceram às mãos da sua coluna.^[37]

Além dos fuzilamentos, muitos outros meios de extermínio foram utilizados no genocídio. Um dos mais repugnantes era o afogamento em pares: “trata-se de unir nus [...], em posições obscenas, um homem e uma mulher, de preferência o pai e a mãe, o irmão e a irmã, um padre e uma freira etc., antes de os lançar à água”.^[38] Tudo isso divertia imensamente os republicanos, que acompanhavam o choro das vítimas com cantos e risos. Nos afogamentos em conjunto, os revolucionários reuniam dezenas de pessoas em um barco, inclusive mães com seus bebês de colo, e afundavam-no.

A meta era aniquilar 815 mil vendeianos, mas os custos da missão se mostraram muito altos e acabou-se por exterminar “somente” 117 mil pessoas.

A França transformada em um grande matadouro

Em apenas cinco dias, entre 2 e 7 de setembro de 1792, os revolucionários assassinaram cerca de 1.300 pessoas.^[39] Em 4 de setembro, o hospício-prisão de Salpêtrière foi invadido, e todas as mulheres presas ali foram estupradas, até mesmo as pequenas órfãs. Muitos argumentam que os homens que praticaram tais crimes não tinham recebido ordens do governo republicano, porém os líderes jacobinos se recusaram a condenar esse ato e até mesmo o aprovaram.

Em um discurso muito aplaudido, Collot d'Herbois, que foi deputado de Paris durante a Convenção Nacional, disse que os massacres de setembro foram bem-sucedidos:

Eu deploro tudo o que há de infelicidade neste acontecimento, mas devemos atribuí-lo na sua totalidade ao interesse público. [...] que ele dê à humanidade as lamentações que ela exige, mas que dê a este grande acontecimento a estima que este grande sucesso merece e que diga que, sem o Dois de Setembro, não haveria liberdade, não haveria Convenção Nacional.^[40]

Os defensores do mito revolucionário alegam que a carnificina realizada pela revolução foi legítima e necessária para o progresso social, porém essas pessoas não admitem que a mesma lógica seja aplicada às inquisições. Vale ressaltar que a violência das inquisições jamais chegou perto

das perversidades cometidas pelos revolucionários franceses. Ainda assim, os fanáticos, intolerantes e sádicos são os inquisidores, não os revolucionários. Coerência, minha filha... cadê você?

Conclusão

Thomas Noffke, um pastor cristão valdense que vive em Roma, teve acesso aos resultados dos estudos do Simpósio Internacional sobre as Inquisições, promovido pelo Vaticano em 1998. Certamente o pastor se surpreendeu ao saber que somente uma pequena parcela dos réus das inquisições foi punida com a pena de morte e que a prática de tortura não era muito frequente nem dura, sendo, em geral, branda para os padrões da época.

Em vez de reconhecer que havia alimentado ideias completamente distorcidas sobre as inquisições (e que talvez também tivesse ajudado a propagar a “lenda negra” junto aos membros de sua igreja), Noffke pareceu desprezar os frutos do brilhante trabalho realizado por aqueles renomados pesquisadores.

Sem se mostrar grato – ou ao menos surpreso – por finalmente ter acesso à verdade, apresentada de forma séria e científica, o tal pastor resmungou: “Não importa se há muitos ou poucos casos. O que importa é que você não pode dizer: ‘Estou certo, você está errado, e eu vou te queimar’”.

[1]

Como é que é, pastor Noffke? Os católicos passaram séculos ouvindo que as inquisições aniquilaram MILHÕES de vidas inocentes até um grupo de historiadores renomados provar que o número de vítimas era muitíssimo inferior ao que costumava ser divulgado, que os réus recebiam tratamento muito mais humano do que o praticado nos tribunais civis e que muitos dos condenados estavam longe de ser pacíficos e inofensivos... E aí o pastor vem e diz que isso não importa? O que está por trás de uma declaração dessa? Parece que alguém tinha uma poderosa “arma” para rebaixar os católicos e não quer abrir mão dela de jeito nenhum...

A técnica é simples e funciona muito bem: associe seus adversários a algo repugnante, e a partir de então eles se sentirão acuados e humilhados. Sufocados por um forte complexo de inferioridade, eles serão incapazes de levantar a

voz para se defender, e, se o fizerem, será de forma tímida e despida de vigor. É o que fazem com os cristãos, e mais particularmente com os católicos, jogando continuamente em suas faces os alegados abusos praticados pelas inquisições e esperando que eles se calem e voltem para a sacristia.

Só que não estamos mais no tempo das catacumbas romanas, e os cristãos não são obrigados a se esconder nas sombras... Ao menos não ainda! Devemos ser humildes e reconhecer por nossos erros e oferecer a penitência por eles, mas não somos cidadãos de segunda classe e não temos motivo para sentir vergonha do que somos.

O conhecimento sobre a realidade histórica das inquisições, livre de distorções ideológicas, católicas ou anticatólicas, é uma das chaves para a libertação dos católicos da jaula de “genocidas históricos” em que foram injustamente enfiados. Basicamente, é importante entender que:

- **a Inquisição Medieval** demonstrou uma brandura inédita para a época e salvou um número incontável de acusados de heresia, que certamente teriam recebido um

juízo muito mais duro em um tribunal secular, isso se não fossem linchados pela população;

- **a Inquisição Espanhola** foi autorizada a contragosto pela Santa Sé e funcionou sobretudo como um instrumento político da Coroa, garantindo à nobreza a posição de única classe dominante, sem a concorrência de judeus e cristãos-novos. Ainda assim, merece o crédito de ter contribuído para deter a histeria popular contra as bruxas;
- **a Inquisição Romana** teve o mesmo efeito positivo da Inquisição Medieval, amortecendo a violência dos monarcas católicos contra os acusados de heresia. Nos países católicos em que seus tribunais não foram implantados, o número de protestantes mortos por heresia foi muitíssimo superior.

Já faz quase vinte anos que as atas do Simpósio Internacional sobre as Inquisições foram divulgadas, mas seu impacto só foi relevante em alguns grupos restritos. Na grande mídia e na mentalidade geral, tudo continua sendo como sempre foi.

Por que isso acontece? Porque para grande parte da elite acadêmica e para aqueles que governam a grande mídia só

interessa dar publicidade a informações que desabonem o cristianismo, sejam verdadeiras ou falsas. Todos eles aprenderam isso na escola e agora se mostram bons aprendizes de seus mestres anticristãos.

A mesma liberdade de crítica dada a todos em relação ao cristianismo (se é que uma ação incansável de difamação pode ser chamada de “crítica”) não é oferecida àqueles que ousam questionar outras crenças. Em 2008, um evento com a presença do cientista ateu Richard Dawkins foi cancelado pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, por causa de críticas feitas por ele ao islamismo radical em sua página no Twitter. Dawkins contestou a decisão. “Eu sou conhecido como crítico frequente do cristianismo e nunca foi desconvidado por causa disso. Por que dar um passe livre para o islã? Por que é aceitável criticar o cristianismo mas não o islamismo?”, disse ele.^[2]

Longe de desanimar os católicos, esse cenário hostil nos estimula a buscar novos meios e linguagens para comunicar a verdade e pulverizar as mentiras que são exaustivamente repetidas na abordagem de fatos históricos relacionados ao catolicismo.

PARTE 2

Cruzadas



CAPÍTULO 1

Convocação e triunfo da primeira cruzada

JERUSALÉM, O CÉU NA TERRA

Até mesmo para os cristãos atuais é muito difícil entender o que a simples menção do nome da cidade de Jerusalém despertava no espírito dos cristãos medievais. Eles viam a cidade santa como a pátria de todos os cristãos, um lugar que era praticamente o céu na terra.

Nos tempos de Jesus Cristo, Jerusalém era dominada pelo Império Romano. No século IV, o imperador Constantino deu liberdade de culto aos cristãos. O próprio imperador continuou praticando o paganismo, mas sua mãe, Santa Helena, era uma católica muito devota e empenhou-se em

um grande trabalho de arqueologia, encontrando preciosas relíquias e lugares marcados pela passagem de Cristo.

Santa Helena mandou erguer igrejas naqueles lugares santos, e isso causou um imenso aumento no fluxo de peregrinos. Na cidade santa, onde Jesus Cristo derramou Seu precioso sangue pela salvação dos homens, os cristãos esperavam obter graças especiais que não poderiam ser obtidas em nenhum outro lugar, ao menos assim eles acreditavam.

Os santos e bispos da Igreja manifestavam forte oposição a esse pensamento, que era exagerado e um tanto supersticioso. Afinal, muitos peregrinos não faziam esforços para abandonar seus pecados, achando que uma peregrinação a Jerusalém seria o suficiente para que Deus os abençoasse e os visse com bons olhos.

Quando desprovido de verdadeira mudança de coração, um ato exterior não vale nada, por mais sacrificado que seja. Entre os que levantaram a voz para dar esse alerta estavam Santo Agostinho e São Jerônimo. São Gregório de Niceia escreveu:

Vós que temeis o Senhor, dizia o santo prelado, louvai-o em qualquer lugar onde estiverdes; Deus vos virá encontrar, se Lhe preparardes um tabernáculo digno Dele. Mas se tiverdes o coração cheio de pensamentos maus, estivésseis mesmo sobre o Gólgota, no monte das Oliveiras ou em frente do santo sepulcro, estaríeis ainda tão longe do Cristo como aqueles que nunca professaram a fé evangélica.^[1]

Esses conselhos não tiveram muito impacto no imaginário popular da época, que continuou a ver a peregrinação a Jerusalém como um ato absolutamente poderoso, como uma prova de fé distinta e especial. Era como se todo e qualquer pecado pudesse ser apagado da alma que rezasse junto ao túmulo onde um dia repousou o corpo de Jesus Cristo.

No século VII, Jerusalém já fazia parte dos domínios do Império Bizantino, o império cristão do Oriente. Entretanto, o imperador Heráclio não foi capaz de proteger seus territórios na Síria, na Judeia e no Egito contra as invasões islâmicas, e assim Jerusalém passou para o domínio dos muçulmanos.

Os cristãos só tentariam – e conseguiriam – retomar Jerusalém mais de três séculos depois, durante a primeira

cruzada.

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS DAS CRUZADAS

Antes de prosseguir, é preciso que tenhamos clareza de que **as cruzadas foram expedições militares convocadas formalmente pelo papa para retomar a posse de lugares sagrados na Palestina.** Houve exceções, com o envio de guerreiros para o combate a hereges em diversas localidades da Europa, como foi o caso da cruzada contra os cátaros, que antecedeu a fundação da Inquisição Medieval.

Em 1223, quando estava em curso a primeira cruzada, os bispos do I Concílio de Latrão decidiram que aqueles que fossem à península Ibérica para combater os mouros receberiam os mesmos benefícios e garantias dadas aos cruzados se dirigiam à Palestina,^[2] mas aqui vamos nos deter somente nas cruzadas “clássicas”, que visavam à libertação da Terra Santa.

As principais motivações do papado para promover as cruzadas foram:

- religiosas, buscando deter a destruição e a profanação dos lugares sagrados e trazer a Igreja do Oriente (Igreja Ortodoxa) de volta à união com Roma;
- humanitárias, para pôr fim às grandes violências e humilhações sofridas pela minoria cristã na Palestina, bem como aos constantes ataques a peregrinos que partiam da Europa rumo a Jerusalém;
- sociais, com o intuito de pacificar a Europa, inspirando os nobres com inclinação para a guerra a colocarem suas armas a serviço de Deus, em vez de matarem uns aos outros em conflitos particulares; e
- econômicas e políticas, tentando ampliar a esfera de influência do papado no Oriente e favorecer o comércio no Ocidente, criando uma ponte mais ampla e sólida para trocas comerciais.

“Ei... Vocês não citaram o objetivo de converter os muçulmanos ao catolicismo!” Não citamos porque isso simplesmente não tem cabimento. É bem verdade que a carta papal que dava autorização à partida da expedição dos cruzados alemães, intitulada *Divina dispensatione*, falava em subjugar os pagãos à fé cristã, mas, na prática, **não se forçou**

a conversão da população muçulmana dos reinos cristãos estabelecidos na Palestina.

De forma bem diversa agiam os muçulmanos, que deixavam aos cristãos capturados ou subjugados somente três opções: a morte, a escravidão ou a conversão ao islamismo. O historiador francês Joseph-François Michaud afirma categoricamente que “durante as guerras santas houve mais cristãos que se fizeram muçulmanos do que muçulmanos que se fizeram cristãos”.^[3] Não sabemos até que ponto essa afirmação é verdadeira, pois não há números que nos permitam fazer uma análise mais precisa, porém os relatos de cruzados que renegaram a fé cristã e passaram para as fileiras de Maomé são muito frequentes na história das cruzadas.

Outra questão importante é se as cruzadas foram um modelo inicial de colonialismo europeu. Muitos livros e artigos insistem nessa ideia. Há duas respostas possíveis:

- sim, se entendemos por colonização simplesmente a migração de pessoas com a intenção de habitarem uma nova região que não pertencia antes aos domínios de seu país ou reino de origem;

- não, se colonização for entendida como uma imposição tirânica de uma soberania estrangeira a determinada região, visando a explorar a colônia em favor do enriquecimento da metrópole, ou seja, do país ou reino explorador.

Os territórios tomados e ocupados pelos cruzados no Oriente jamais serviram como fontes de produção de riquezas para o Ocidente. Nunca existiu a relação de uma metrópole (Europa) sugando avidamente os recursos das colônias (territórios cristãos na Palestina). Muito pelo contrário! As cruzadas tiveram um alto custo para a Europa.
[4]

DOCTRINA CATÓLICA SOBRE A GUERRA JUSTA

Muita gente considera absurdo que um papa tenha convocado uma série de guerras religiosas. Entretanto, as cruzadas estavam de acordo com a doutrina católica sobre o conceito de guerra justa.

O Catecismo da Igreja Católica (1992, pontos 2307-2309) diz que toda e qualquer guerra acarreta males e injustiças, por isso cidadãos e governos devem evitá-las ao máximo.

Porém há condições específicas que tornam uma guerra legítima: quando uma nação ou uma comunidade está sendo agredida de modo grave e constante e quando é impossível resolver a questão por meios pacíficos e diplomáticos. Nesse caso, **não se pode negar aos povos e governos o direito à legítima defesa.**

Os papas entenderam que as situações dos cristãos gregos no Oriente, ameaçados de invasão, e da minoria cristã oprimida na Palestina se encaixavam nos critérios que legitimavam a guerra justa.

Entre as condições estritas para uma guerra justa, o Catecismo exige ainda que “o emprego das armas não acarrete males e desordens mais graves do que o mal a eliminar”. As cruzadas realmente respeitaram essa condição? A narração dos fatos a seguir poderá nos ajudar a chegar a uma resposta.

O SOFRIMENTO DOS CRISTÃOS NA TERRA SANTA

Em 637, após um cerco que durou quatro meses, os muçulmanos tomaram Jerusalém, tirando-a do Império

Bizantino. O califa Omar ibn al-Khattab dava aos cristãos certa liberdade religiosa, embora não pudessem exibir crucifixos em público nem realizar cerimônias de grande pompa.

Infelizmente, logo após a morte de Omar, o ódio e a violência contra os cristãos explodiram. Muitos foram expulsos de suas casas e o valor das taxas que eles deveriam pagar aos governantes da Palestina foi aumentado.^[5]

Os muçulmanos não formavam um povo unido, mas sim dividido em diferentes dinastias, que guerreavam entre si. A situação dos cristãos em Jerusalém melhorava ou piorava conforme a alternância dos poderes à frente da cidade.

Durante o reinado de Harun al-Rashid, da dinastia abássida, os cristãos voltaram a viver tempos de tranquilidade; afinal, o califa mantinha ótimas relações com o grande imperador Carlos Magno, do Sacro Império Romano-Germânico. Depois, os filhos de Harun também foram brandos com os cristãos.

Contudo, o sossego dos cristãos na Palestina foi para o ralo quando o império dos abássidas desmoronou. Aproveitando a divisão no mundo islâmico, o imperador bizantino Nicéforo Focas invadiu e retomou Antioquia dos

muçulmanos em 969. Essa vitória trouxe grande sofrimento para os cristãos da cidade santa, onde várias igrejas foram incendiadas.^[6]

O maior sacrilégio foi a destruição da Igreja do Santo Sepulcro, em 1009, já durante a dinastia fatímida. A tradição ensina que Cristo foi sepultado naquele local. Do templo construído pelo imperador Constantino só sobraram os alicerces. A notícia dessa barbárie se espalhou pela Europa e chocou toda a cristandade. Esse foi um dos fatores que viriam a impulsionar a convocação da primeira cruzada.

Os cristãos, que eram cerca de 40% ou 50% da população da Terra Santa, estavam traumatizados pelas violências sofridas.^[7] Enquanto isso, em vez de diminuir, o fluxo de peregrinos cristãos a Jerusalém só aumentava.

Muitos muçulmanos demonstravam grande respeito pelos peregrinos cristãos e recebiam os seguidores de Jesus e de Maomé com igual bondade, mas isso teve fim sob o reinado dos califas de Bagdá e do Cairo:

Quando os peregrinos da Igreja latina, depois de terem atravessado regiões inimigas e corrido mil perigos, chegavam à Palestina, as portas da Cidade Santa só se abriam para os que podiam pagar uma moeda de ouro, e, como a

maior parte era pobre e havia já sido roubada durante a viagem, eles vagavam miseravelmente em redor daquela Jerusalém pela qual tudo haviam deixado. O maior número deles morria de sede, de fome, de nudez, ou pela espada dos bárbaros. Os que conseguiam entrar na cidade não estavam a salvo dos maiores perigos; as ameaças e os ultrajes sangrentos dos muçulmanos perseguiram-nos até o Calvário, o monte Sião e todos os lugares que eles iam visitar.^[8]

Os peregrinos que conseguiam retornar ao Ocidente contavam a todos essas humilhações. Os relatos verdadeiros, e também os contos exagerados, aumentavam o espanto, a indignação e a aflição dos devotos de Cristo.

O primeiro movimento efetivo em prol da convocação de uma cruzada para conquistar Jerusalém não partiu do papado, e sim de um homem do povo, um homem com fama de santidade, conhecido como Pedro, o Eremita. Ele viveu retirado na solidão, junto aos monges cenobitas, até o dia em que resolveu peregrinar a Jerusalém. Na Terra Santa, chorou e se indignou com a profanação dos lugares santos e com as desgraças sofridas pela minoria cristã.

Pedro alimentou junto ao líder católico de Jerusalém, que tinha o título de patriarca, a esperança de que, um dia,

guerreiros do Ocidente viessem libertar a cidade. Além de esperar e orar, o patriarca resolveu agir e escreveu cartas implorando socorro militar ao papa e aos príncipes da Europa. Por sua vez, Pedro, o Eremita assumiu a tarefa de voltar ao Ocidente para animar e convocar os cristãos para a guerra.

O primeiro passo de Pedro foi se prostrar diante do papa Urbano II, que o recebeu como um profeta. Enviado oficialmente pelo papa, Pedro percorreu boa parte da Europa, montado sobre uma mula e em vestes pobres. De cidade em cidade, ele comovia as multidões ao pregar com ardor a necessidade de iniciar uma guerra para libertar a Terra Santa.

O AVANÇO DA JIHAD SOBRE O ORIENTE CRISTÃO

Antes mesmo de Pedro, o Eremita, outro homem havia despertado em Roma a ideia da necessidade de uma guerra santa. Trata-se do *basileus* Aleixo Comneno, imperador bizantino, que pediu que cavaleiros do Ocidente reforçassem

seu exército, detendo o avanço dos turcos sobre o Império Bizantino.

Baliseus

O imperador grego era chamado de *basileus* e a imperatriz, de *basilissa*.

O papa respondeu positivamente ao *basileus*, na esperança de dar fim à separação entre as igrejas do Ocidente e do Oriente. Mais adiante, veremos que as relações entre católicos latinos e gregos durante as cruzadas serviram mais para ampliar a distância entre eles do que para uni-los.

A absurda comparação entre a jihad e as cruzadas

São bastante frequentes as tentativas de equiparar a *jihad* às cruzadas, mas isso é completamente descabido! Não há nenhuma comparação possível, tanto do ponto de vista moral como do político.

O escritor norte-americano Bill Warner, estudioso do islã, é muito firme ao rejeitar essa equiparação.^[9] Eis alguns

motivos apontador por ele:

<i>Jihad</i>	Cruzadas
É parte essencial do islamismo desde a sua fase inicial.	Foram iniciadas após doze séculos de cristianismo.
Busca tomar e submeter territórios não muçulmanos à lei islâmica.	Buscavam recuperar os territórios cristãos ocupados pelo islã e libertar os cristãos oprimidos.
Gerou um enorme tráfico de escravos cristãos, que eram capturados e trazidos para os territórios muçulmanos.	Ninguém nunca viu um cruzado vendendo escravos muçulmanos na Europa.
Numerosos clérigos muçulmanos continuam pregando a necessidade de promover a <i>jihad</i> nos dias atuais.	Desde o século XVII, nenhum papa convocou uma guerra santa.

Alguns autores, como Thomas Madden, defendem ainda que as cruzadas foram guerras puramente defensivas. Nós contestamos essa afirmação, pois seria mais correto dizer que foram **guerras de contra-ataque**, termo usado por Paul Crawford,^[10] provocadas por séculos de avanço constante do islã sobre os territórios cristãos no Oriente.

A CONVOCAÇÃO DA PRIMEIRA CRUZADA

Depois da intensa campanha de pregação de Pedro, o Eremita, o papa convocou clérigos, religiosos, governantes e nobres para o Concílio de Clermont-Ferrand, que aconteceu em novembro de 1095. O Eremita foi um dos primeiros a

falar, diante de milhares de pessoas. Emocionado, ele narrou os horrores suportados pelos cristãos na cidade santa.

Em seguida, o papa tomou a palavra e falou da destruição das igrejas, dos suplícios monstruosos sofridos por cristãos inocentes e do estupro de mulheres. Dirigindo-se a todas as nações cristãs, fez o convite à sagrada missão:

Guerreiros que me escutais [...] vós que procurais sem cessar vãos pretextos de guerra, alegrai-vos, pois eis aqui uma guerra legítima: chegou o momento de mostrar se estais animados por uma verdadeira coragem; chegou o momento de expiar tantas violências cometidas no seio da paz, tantas vitórias manchadas pela injustiça. Vós que fostes tantas vezes o terror de vossos concidadãos e que vendíeis por um vil salário vossos braços ao furor de outrem, armados pela espada dos Macabeus, ide defender a casa de Israel, que é a vinha do Senhor dos exércitos. Não se trata mais de vingar as injúrias dos homens, mas as da Divindade; não se trata mais do ataque de uma cidade ou de um castelo, mas da conquista dos santos lugares. Se triunfardes, as bênçãos do céu e os reinos da Ásia serão vosso prêmio; se sucumbirdes, tereis a glória de morrer nos mesmos lugares onde Jesus Cristo morreu e Deus não se esquecerá de que vos viu em Sua santa milícia.^[11]

O papa Urbano II conhecia bem o seu rebanho. Mencionar a possibilidade de conquista de terras no Oriente era a sua

isca para pescar os mais ambiciosos. Entre benefícios espirituais e materiais, o papa ofereceu aos cruzados:

- indulgência plenária, ou seja, a anulação de todas as penas que o pecador deveria pagar no purgatório;
- isenção de impostos durante o tempo passado nas cruzadas;
- suspensão ou mesmo o perdão das dívidas monetárias;
- garantia de que terras e imóveis ficariam sob a proteção da Igreja até o retorno dos guerreiros; e
- posse das terras tomadas dos agressores muçulmanos no Oriente, direito exclusivo dos comandantes de tropas.

O IDEAL DA CAVALARIA: PORQUE OS BRUTOS TAMBÉM AMAM

Nos séculos IX e X, o Ocidente era como uma terra de Marlboro, onde a violência era desenfreada. Mesmo filhos de nobres se dedicavam à bandidagem, pois era comum que os não primogênitos recebessem uma parcela muito menor da herança paterna. Buscando outros meios de obter riquezas, eles vendiam seus serviços militares como

mercenários e se envolviam em conflitos familiares, matanças e pilhagens.

Para financiar suas guerras privadas costumavam extorquir aldeões, servos e monges. Quem não podia pagar acabava sendo vítima das mais cruéis selvagerias.

As disputas e os massacres entre senhores feudais não aconteciam somente em conflitos entre diferentes famílias, mas também entre parentes. Até mesmo pais e filhos lutavam um contra o outro, especialmente pela posse de terras. Além desse fator, uma série de outros motivos mais mesquinhos dava início a violências e processos judiciais.

Edviges de Andechs, uma das santas mais populares da Igreja, sofreu na pele algo parecido quando seu filho Conrado invadiu uma missa e aprisionou o próprio pai, Henrique, com o objetivo de se apossar de suas terras. Santa Edviges viajou por horas para se colocar diante de seu filho e convencê-lo a libertar o pai. Seus apelos foram atendidos, e pai e filho estabeleceram um acordo de paz.^[12]

Em um contexto mais amplo, a única instituição que tinha força para lutar contra essas injustiças era a Igreja. Um dos meios de repressão que empregou com maior eficácia foi o juramento do cavaleiro, instituído em 1016, cujo

descumprimento levava à excomunhão. Sobre as relíquias de algum santo ou sobre o Evangelho, o guerreiro jurava^[13] não atacar membros do clero, não roubar seu gado, não matar camponeses, não atacar viajantes, não roubar e não cometer violências.

Em uma sociedade em que conflitos armados eram rotina e a violência estava enraizada, **a Igreja sabiamente adotou a estratégia de direcionar o ímpeto de guerra para uma causa justa.** O catolicismo não condenava o uso de armas, mas sim a guerra injusta.

A Igreja não se entrega a sonhos inúteis e inatingíveis. Ela caminha com os pés no chão, agindo conforme a realidade à sua volta lhe permite. Convencer todos os homens do Ocidente a jogarem fora suas armas, abraçarem-se e cantarem “Imagine” era realmente impossível. A solução era cristianizar a vocação guerreira, incutindo nos corações onde só havia cobiça e rancor o amor pela pureza, pela justiça e pela honra.

Por isso, em seu discurso em Clermont-Ferrand, Urbano II incitou os guerreiros a deixar de lado os combates pelo poder, que só causavam dor e destruição, e colocar sua espada a serviço dos pobres peregrinos, dos irmãos

sofredores de Jerusalém e da defesa dos lugares santos. Sim, as cruzadas seriam uma válvula de escape para a ferocidade de boa parte do rebanho católico, transformando malfeitores em servos de Deus e protetores dos injustiçados.

Assim, a partir do século XI, procurou-se difundir o ideal da cavalaria. Após se tornar um cavaleiro, um soldado, além de demonstrar força física e habilidade para a luta, deveria ser um exemplo de bondade. Quando ele levantava a espada para ferir, deveria ter a consciência de que estava sob o olhar de Deus.

Muitos cruzados eram cavaleiros, ou seja tinham sido solenemente consagrados. “O poeta espanhol Juan Manuel fala da sagração como se fosse um tipo de sacramento, comparável ao batismo e ao casamento”, explica o historiador Johan Huizinga.^[14] Um cavaleiro também deveria cultivar sentimentos elevados, de acordo com a fé cristã. Seu desejo era conquistar honra e fama por meio de grandes feitos; seu orgulho era estar envolvido em lutas muito perigosas, sempre demonstrando virtude, em oposição à violência bárbara, tornada cega pelo pecado.^[15]

MUITO MAIS DO QUE SOLDADOS, ELES ERAM PENITENTES

Alguns autores afirmam que a principal motivação dos cruzados era a obtenção de lucro, mas é preciso dizer que os estudos mais recentes contradizem essa hipótese. O historiador Jonathan Riley-Smith explica: “As cruzadas eram, sobretudo, guerras religiosas, e ainda que em certa medida se possa generalizar sobre isso, a melhor explicação sobre o recrutamento de cruzados é a de que eles eram movidos por ideias”.^[16]

O historiador inglês Steven Runciman foi o principal responsável pela difusão da imagem negativa e estereotipada dos cruzados que impera no imaginário comum atualmente. Para ele, as alegadas motivações religiosas para a guerra santa seriam apenas máscaras para a ganância dos guerreiros, que não passariam de homens simplórios, ignorantes e fanáticos, enquanto os muçulmanos seriam homens de cultura sofisticada.^[17]

Essa ideia é amplamente expressa no filme *Robin Hood: o príncipe dos ladrões*, de 1991. Em diversas cenas, um mouro, interpretado por Morgan Freeman, zomba da estupidez e do

atraso tecnológico do antigo cruzado Robin de Locksley, interpretado por Kevin Costner.

Quem eram os guerreiros que abraçaram aquela primeira cruzada? “Cerca de 150 mil pessoas atravessaram a Europa para responder à convocação de Urbano II, portando a cruz de peregrino. A vasta maioria deles eram pobres”, afirma Thomas Madden.^[18] Após o clamor do papa Urbano II, pobres e ricos, bons e maus, uniram-se numa só voz, gritando com entusiasmo “*Deus vult! Deus vult!* ” (“Deus o quer!”). A cristandade estava convicta de que uma guerra pela libertação da Terra Santa era o desejo do Altíssimo. Será que era mesmo? *Deus scit!* (Deus o sabe!).

Panos vermelhos foram cortados em forma de cruzes, que eram costuradas sobre o ombro direito dos guerreiros, pois **“tomar a cruz” sobre as vestes era o sinal do voto sagrado que solenemente proferiram**, o sinal dos peregrinos que partiriam para lutar pela libertação de Jerusalém. Era tanta gente que o suprimento de tecido vermelho se esgotou. Muitos resolveram, então, gravar a cruz no ombro com uma tatuagem... feita com ferro em brasa!

O *basileus* Aleixo Comneno deve ter tomado um susto quando soube que um enorme exército de cristãos latinos

marchava rumo a Constantinopla. Não era isso que ele queria quando pediu ajuda ao papa; na verdade, esperava somente o envio de algumas centenas de cavaleiros mercenários. Um enorme exército de voluntários poderia sair do controle muito mais facilmente e colocar o seu reino em risco. Era assim que Aleixo pensava, e ele tinha certa razão...

Uma grande quantidade de pessoas de bom caráter seguiu para o Oriente, porém, ao se recrutar uma multidão, é impossível evitar que se juntem a ela também os piores crápulas. Mesmo entre os maus houve aqueles que, ao se tornarem peregrinos, manifestaram o desejo de se tornar bons cristãos – ainda que tenham desistido desse propósito com muita rapidez ao longo da marcha.

Centenas de ricos e remediados abnegados assumiram aquela dura missão, ignorando os riscos e os prejuízos por sincera compaixão ao sofrimento de seus irmãos na Terra Santa. Muitos vendiam seus bens para financiar a viagem e deixaram para trás castelos, oficinas e campos. No fim, **“a grande maioria retornou à Europa sem riquezas nem terra”**.

[19]

Alguns autores dizem que os nobres incentivavam seus filhos mais novos a irem às cruzadas só para reduzir o número de descendentes que brigariam futuramente pela posse das terras da família. Dessa forma, os caçulas arrumariam suas próprias terras no Oriente e ficariam na boa. Mas isso é um mito: “Na realidade, bem longe de ser uma válvula de escape econômica, as cruzadas tinham um alto custo para as famílias de voluntários, em termos financeiros”, explica Riley-Smith.^[20]

Outro dado que desmente essa hipótese do “despacho” de filhos mais novos é que quase nenhum cavaleiro tinha a esperança de se apossar de alguma terra no Oriente. Em caso de sucesso da expedição, somente os nobres comandantes tinham direito a se tornar senhores do território conquistado, e eles eram, no máximo, meia dúzia.^[21]

Além disso, filhos mais velhos de família ricas, que seriam privilegiados na divisão da herança, participavam das cruzadas tanto quanto os filhos mais novos:

O que é mais claro no registro documental é que a grande maioria dos cavaleiros cruzados não eram filhos mais novos, mas sim os senhores dos

seus estados. Não foram aqueles com o mínimo a perder que assumiram a cruz, mas sim os que mais tinham a perder.^[22]

Havia também aqueles que eram movidos acima de tudo pelo espírito de aventura ou pelo desejo de encontrar riquezas no Oriente, mas esses eram a minoria. **Para a esmagadora maioria dos envolvidos, as cruzadas eram um ato de devoção religiosa.**

O apelo à luta tinha um forte caráter penitencial. **Os cruzados não eram somente guerreiros, mas também homens chamados pela Igreja a serem peregrinos e penitentes**, ou seja, pessoas que se arrependem sinceramente dos seus crimes e pecados diante de Deus e se dispõem a fazer sacrifícios para expiar suas culpas.

Os grandes perigos e obstáculos encontrados no trajeto até o Oriente, além dos sofrimentos da guerra em si, faziam daquela aventura uma grande oportunidade de pagar por todos os pecados e escapar ao fogo do purgatório – ou do inferno! Em outras palavras, a cruzada era uma autopunição voluntariamente aceita pelos cristãos em troca da remoção das manchas do pecado de suas almas.

Para Riley-Smith, não é nenhum exagero dizer que os guerreiros viam a cruzada, acima de tudo, como um meio de obter benefícios espirituais individuais, como a santificação e a salvação. Só em segundo lugar vinha a importância de prestar um serviço em benefício da Igreja e do cristianismo.
[23]

Os pregadores da cruzada também ensinavam que aqueles que morressem em combate seriam verdadeiros mártires, com a condição se estarem realmente arrependidos de seus pecados e purificados pela confissão, e assim entrariam no paraíso imediatamente após a morte.[24]

A noção predominante de que a cruzada era uma peregrinação penitencial atraiu muitos idosos, doentes e até mulheres grávidas. A coragem dessas pessoas era realmente impressionante... O problema era que elas não seriam capazes de matar nem uma mosca bêbada e anêmica, muito menos poderiam se defender em meio às batalhas. Os bispos e pregadores tentavam convencê-las a desistir de tomar a cruz e fazer o voto, mas era difícil fazê-las mudar de ideia.
[25] Isso contribuiu para aumentar o sofrimento durante a marcha da primeira cruzada. Nela, os cruzados sofreram ataques pelo caminho e padeceram a falta de alimentos e

água. A presença de pessoas mais frágeis tornava tudo mais dramático e penoso.

Companheiros da morte

A oferta de remissão das penas do purgatório nem de longe produz no católico contemporâneo a mesma comoção que produzia no fiel medieval. Nas mentes de hoje, a ideia da morte é muito vaga e distante, enquanto que, naquele tempo, era uma noção muito próxima e concreta.

Vamos dar um exemplo bem gritante. Há uma data especial, a Quarta-Feira de Cinzas, em que a Igreja convida os fiéis a meditarem sobre o seu fim inevitável. Durante a missa desse dia santo, todos recebem na testa ou sobre a cabeça um punhado de cinzas enquanto o padre diz: “Tu és pó e ao pó voltarás”. O sujeito recebe de um homem de Deus a sentença macabra de que seu corpo vai se decompor... E o que ele faz? Sente um intenso calafrio? Passa o dia recluso, introspectivo, considerando a futilidade das vaidades da vida? Põe-se a pensar no que fará, objetivamente, para escapar ao inferno? Não. Ele tira uma *selfie*, todo pimpão e sorridente, para exibir nas redes sociais a testa marcada com

a cruz de cinzas! Alguém que faz isso está considerando seriamente o momento em que seu corpo vai virar almoço para os vermes?

Os medievais refletiam de forma muito profunda e sentida sobre essas coisas. Eles expressavam com intensidade dois extremos: o grande desejo de viver e de desfrutar os prazeres terrenos, a exaltação da beleza feminina, e o medo de que tudo isso se perdesse de um momento para outro. Afinal, em um tempo em que a medicina ainda não era muito avançada, qualquer dor de barriga poderia levar uma pessoa a dar seu último suspiro.

Os dois principais meios de comunicação de massa do medievo, que eram o sermão e a gravura, reproduziam a ideia da morte “de forma nítida e violenta”.^[26] Huizinga diz que “nenhuma outra época impôs a toda a população a ideia da morte continuamente e com tanta ênfase quanto o século XV”.^[27]

Esse período é referente ao fim da Idade Média, mas podemos aplicar essa mesma sentença a todo o período das cruzadas.

Se hoje muitas pessoas evitam levar crianças a velórios e enterros, na Idade Média elas brincavam entre os túmulos

dos cemitérios anexos às igrejas. Também faziam parte do público que assistia às torturas e às execuções públicas de condenados pela justiça. Era comum que as pessoas agonizassem e morressem em casa, e também isso tornava a morte familiar aos pequenos. Hoje, porém, é mais comum que a morte ocorra em hospitais, longe dos olhos infantis.

Todos esses fatores faziam do homem medieval um companheiro da morte, realidade que o horrorizava até o fundo da alma e que ele sentia que o rondava dia e noite. Isso o levava a se atirar nos prazeres e nas penitências de forma igualmente intensa, com impulsividade e vigor.

Por isso, a indulgência plenária soava para os cruzados como a promessa de um cesto cheio de ouro e diamantes. Era um prêmio valioso, que poderia ser desfrutado em breve. Muitos homens, por seu caráter violento, viviam atormentados por seus pecados e não viam possibilidade de salvação; as cruzadas foram a grande chance que tiveram de garantir uma vida feliz após a morte, e eles a agarraram com unhas e dentes.

O financiamento das cruzadas

As expedições dos cruzados eram muito, muito caras! Isso era um grande problema. A enorme distância entre a Europa e a Palestina exigia altos custos com a alimentação das tropas durante o trajeto, além de eventuais aluguéis de navios.

A maior parte do dinheiro que financiava a guerra santa saía dos cofres papais. Outra parte vinha dos governantes seculares, que para isso impunham taxas extras sobre a população. Os cruzados mais ricos custeavam grande parte de sua própria viagem. Outra grande parcela do dinheiro vinha das igrejas e dos mosteiros. Na sétima cruzada, “uma parte substancial das despesas de Luís IX foi paga pelo clero francês”.^[28]

Quem fazia o voto de se tornar cruzado e não o cumpria corria o sério risco de ser excomungado. Assim, outra forma que os papas utilizaram para obter recursos para as cruzadas foi permitir que certos penitentes que haviam tomado a cruz fossem dispensados de seu juramento pagando certa quantia em dinheiro, que em geral correspondia ao que eles gastariam durante a viagem.^[29]



Quem eram os cruzados que queriam se ver livres de seu sagrado voto? Os perfis eram basicamente dois:

- os pecadores que, após a confissão a um padre, recebiam como penitência a obrigação de se alistar nas cruzadas (e você aí reclamando quando recebe a penitência de rezar vinte ave-marias!), mas se viam impedidos de cumprir o voto por falta de saúde ou por outro motivo; e
- os católicos que, no momento da convocação da cruzada, haviam tomado voluntariamente a cruz sobre suas vestes, mas depois mudaram de ideia. Era comum que passassem alguns anos entre o dia da convocação da cruzada e o

momento em que a expedição partia rumo ao Oriente, devido aos preparativos. Com o tempo, as condições de vida desses penitentes mudavam ou eles simplesmente perdiam o entusiasmo inicial. Este último caso é o famoso “fogo de palha”!

O EXÉRCITO FRACASSADO DE PEDRO, O EREMITA

Não havia dúvidas de que Pedro, o Eremita era um homem profundamente devoto e levava uma vida austera, mas seria mesmo um profeta, tal como era considerado por muitos?

Sua imprudência e sua ingenuidade nos levam a desconfiar que ele jamais recebeu ordem alguma de Deus para convocar uma guerra santa. Pelo visto, Pedro era um somente um sujeito que se empolgou demais, cuja confiança em Deus se confundia com um espírito de presunção (daquele tipo de gente que se convence de que seus planos pessoais são um projeto elaborado pelo próprio Deus).

Uma multidão de cruzados pediu que Pedro a guiasse até a Ásia. Um homem que não tinha nenhuma experiência nem conhecimento sobre expedições militares chefiando tropas

desorganizadas e indisciplinadas? Isso era furada na certa! Mas Pedro aceitou a tarefa, crente em que apenas o entusiasmo do povo e a proteção de Deus, que ele supunha estar do lado dele, seriam suficientes para o sucesso da missão.

Porém, boa parte daquela gente nem sequer chegaria perto de Jerusalém. Ao atravessar a Hungria, Pedro indignou-se ao ver os despojos de dezesseis cruzados suspensos na entrada da cidade de Semlin. Em vez de acalmar os ânimos, acendeu a fúria dos cruzados contra a população local e deu ordem de ataque, permitindo que seus homens massacrassem covardemente a população desprevenida e desarmada. Cerca de 4 mil habitantes de Semlin foram mortos.^[30]

A vingança dos húngaros não demorou a chegar, na forma do enfurecido rei Colomano acompanhado de milhares de súditos. Os cruzados foram atacados em Nissa. Milhares deles morreram, e o restante da tropa chegou à Trácia aos farrapos, faminta e muito abatida.

O *basileus* Aleixo Comneno não estava esperando que os cruzados chegassem tão cedo a Constantinopla, por isso ainda não tinha preparado os alimentos necessários para as

tropas. Sem essa provisão, boa parte dos cruzados se pôs a roubar e a saquear casas, palácios e até igrejas dos cristãos ortodoxos em Constantinopla. Pedro já não tinha autoridade quase nenhuma sobre os homens e não conseguia controlar ninguém. Para se livrar desses maus hóspedes, o imperador providenciou que eles fossem transportados de navio até o Bósforo.

Perto de Niceia, os infelizes soldados foram esmagados pelo exército do sultão local. Depois, os muçulmanos vitoriosos se dirigiram ao acampamento dos cruzados, onde mataram monges, velhos e doentes. Os guerreiros jovens foram poupados e levados como escravos.^[31]

Depois de tão gigantesco fiasco, pouco sobrou do imenso prestígio de que Pedro, o Eremita havia gozado no passado. Antes venerado como um verdadeiro santo, ele foi responsável por conduzir pessoalmente milhares de cristãos a um fim trágico e lamentável.

OUTROS PREGADORES DELIRANTES DAS CRUZADAS

Pedro, o Eremita era até um cara muito equilibrado, ao menos se comparado a outros homens que se diziam agraciados com visões sobrenaturais e que se faziam pregadores da guerra santa. Um padre alemão conhecido apenas como Gotschalk conquistou quase tanto prestígio quanto Pedro e também arrastou atrás de si uma multidão rumo a Jerusalém.

Tal como o exército de Pedro, essa tropa não tinha nenhuma disciplina. Chegando à Hungria, os homens abusaram da hospitalidade da população local, cometendo roubos e outros malfeitos. Atraíram sobre si o ódio e o massacre, e milhares de cruzados indignos morreram sob o ataque do general do rei Colomano, de novo!

Também na Alemanha despontaram as lideranças do padre Volkmar e do conde Emicon. Para conquistar a confiança do povo, eles diziam ter visões milagrosas. Assim, convenceram os candidatos à cruzada de que, antes de combater os muçulmanos, deveriam fazer guerra aos judeus, que haviam crucificado Jesus Cristo. O povo, que invejava as posses dos judeus, deixou-se inflamar pelo ódio e massacrrou os judeus das regiões do Reno e do Mosela, saqueando seus bens. Tiveram melhor sorte os judeus que conseguiram

encontrar abrigo nas residências dos bispos de Worms, de Treves, de Mainz e de Spira, que impediram a ação dos assassinos.[32]

Avançando rumo à Hungria, os bandoleiros que se diziam soldados de Cristo receberam seu castigo nas muralhas de Moseburgo. Já prevenidos pela péssima experiência que tiveram com as expedições anteriores de cruzados, os cidadãos da cidade não deram permissão para que a tropa atravessasse suas terras.

Furiosos, os cruzados atacaram a cidade e tentaram escalar suas muralhas, mas foram arrasados pela dura resistência dos cidadãos locais. Dezenas de milhares de cruzados morreram, e os que sobreviveram fugiram em desordem.

AS EXPEDIÇÕES LIDERADAS PELOS CHEFES DE GUERRA

Após essa série infeliz de expedições desorganizadas e fracassadas, a primeira cruzada teve episódios de verdadeiro heroísmo. Autênticos chefes militares, homens que haviam provado seu valor em outras batalhas, tomaram a frente de

quatro grandes tropas, que partiram de diversos pontos da Europa e se uniriam na Ásia.

A primeira vitória dessa expedição foi a tomada da cidade de Niceia, em junho de 1097. Um mês depois, viria um combate ainda mais sangrento, quando os cristãos foram atacados pelo sultão de Niceia no vale do Gorgoni. Os cruzados saíram vitoriosos, mas ao custo de intensos sofrimentos, com a morte de centenas de combatentes cristãos.

Os turcos que conseguiram fugir saquearam e incendiaram todas as vilas e as cidades que viram pelo caminho. À sua frente, os cruzados encontravam somente terra devastada, com quase nenhuma comida ou água, sob o mais abrasante calor. Foram quatro meses de suplício! Muitos se desesperaram por causa da sede, desde mulheres que não conseguiam mais amamentar até os mais bravos guerreiros.

A vitória seguinte só viria depois de um longo e penoso cerco. Tendo suportado as tempestades e aflições de um rigoroso inverno, os cristãos conquistaram Antioquia, conhecida como “Rainha do Oriente”, em junho de 1098. Os

muçulmanos haviam tomado essa cidade dos gregos catorze anos antes.

Durante o cerco a Antioquia, muitos homens demonstraram incrível bravura em meio à calamidade. Eram 40 mil pessoas ali, e havia pouca comida para mantê-los. A miséria era tão extrema que os cruzados começaram a comer cães e gatos, e havia até quem colhesse sementes de grãos em meio ao estrume dos cavalos.^[33]

Porém, aquele que deveria ter sido o primeiro a dar o exemplo de resistência se mostrou o mais covarde de todos. Pedro, o Eremita, que havia convencido dezenas de milhares de homens a partirem para a cruzada, fugiu secretamente do acampamento. Ele acabou sendo capturado e ameaçado de morte:

Sua deserção causou grande escândalo entre os cruzados, e não os encheu mais de admiração, diz o abade Guiberto, “do que se as estrelas tivessem caído do firmamento”. Perseguido e alcançado por Tancredo, foi trazido vergonhosamente com Guilherme, o Carpinteiro. O exército censurou-lhe o covarde abandono e fê-lo jurar sobre o Evangelho não mais desertar de uma causa que ele mesmo havia pregado.^[34]

A alegria pela conquista da cidade duraria muito pouco, pois logo as muralhas de Antioquia seriam cercadas pelo exército de Kerbogá, o príncipe de Mossul. Sem meios de receber suprimentos, os cruzados foram novamente castigados pela fome, mas saíram vitoriosos no dia da batalha, confiantes e animados pela crença de terem encontrado em Antioquia a sagrada lança que feriu o lado de Jesus Cristo.

Seguindo adiante em sua marcha, os cristãos tomaram a cidade de Marrah. Em vez de continuarem avançando rumo a Jerusalém, os líderes dos cruzados se deixaram tomar pela ambição, desinteressaram-se da Terra Santa e puseram-se a debater sobre a divisão do território das cidades recém-dominadas.

Vendo príncipes e barões perderem meses discutindo tais questões, os soldados se indignaram, pois não haviam sofrido tantas provações para satisfazer a ganância dos poderosos. Ameaçaram, então, rebelar-se contra aqueles maus comandantes e eleger, entre eles mesmos, chefes que pudessem guiá-los o quanto antes à Terra Santa.

Depois de ser ameaçado pelo clero com o castigo da ira divina, o conde Raimundo de Saint-Gilles mandou incendiar

a cidade de Marrah. Com isso, os líderes dos cruzados não tinham mais bens pelos quais brigar, pois só restaram ruínas! Aquele dia foi *loko*...

Descalço e em lágrimas, diante do clero e do povo, Raimundo “abjurou à sua ambição e renovou o juramento, feito tantas vezes e tantas vezes esquecido, de libertar Jerusalém e o túmulo de Jesus Cristo”.^[35]

Havia pouco tempo que os muçulmanos do Egito haviam tomado a cidade santa, tirando-a dos turcos. Eles também envenenaram todos os poços ao redor das muralhas, fazendo os cruzados sofrerem os tormentos da sede em meio ao calor do verão.

Em 15 de julho de 1099, Jerusalém finalmente foi tomada pelos soldados da cruz, após sete dias de cerco. Essa vitória foi seguida por um massacre da população muçulmana que estava na cidade. Alguns autores exageraram a dimensão dessa violência, na tentativa de pintar os cruzados como soldados especialmente cruéis:

Um grande número de habitantes, muçulmanos e judeus, foram mortos na batalha inicial. As melhores estimativas modernas colocam o número de mortos entre três e cinco mil pessoas. No entanto, muitos outros foram

autorizados a comprar sua liberdade ou simplesmente foram expulsos da cidade. Nunca se esperou que se levasse a sério as histórias posteriores das ruas de Jerusalém sendo percorridas por rios de sangue que chegavam à altura dos joelhos.^[36]

Ao menos junto aos cristãos da Terra Santa, Pedro, o Eremita recuperou sua aura de venerável, pois suas promessas de libertação haviam sido cumpridas.

O REINO CRISTÃO DE JERUSALÉM E SUAS FRAQUEZAS

O sonho de conquistar a Terra Santa havia sido concretizado; agora era preciso organizar o governo. Godofredo de Bulhões foi eleito pelos barões soberano do novo reino, com o título de “defensor do Santo Sepulcro”. Foi organizado um eficiente sistema jurídico, e as cidades ganharam chefes e jurados.

No plano religioso, a Igreja Católica, soberana de Jerusalém, demonstrou tolerância e suavidade. O cristianismo estava dividido em várias seitas: monofisitas, jacobitas, nestorianos, entre outros. Com grande espírito de

desprendimento e fraternidade, a Igreja Católica “atribuiu a cada uma das seitas cristãs reconhecidas uma parte do edifício da Igreja do Santo Sepulcro: a esta uma capela, àquela um altar...”.[37]

E quanto aos muçulmanos, qual tratamento receberam dos cristãos na cidade santa? Seus costumes foram respeitados, inclusive suas práticas religiosas. Não era permitido que assumissem altos cargos administrativos, mas os líderes muçulmanos locais continuaram a exercer sua autoridade. Os historiadores Alfred J. Andrea e Andrew Holt afirmam que “na verdade, um muçulmano de Al-Andaluz que passou pelo Reino Latino de Jerusalém em 1184 observou que os camponeses muçulmanos eram mais bem tratados pelos senhores franceses do que pelos senhores muçulmanos”.[38]

As fragilidades do reino de Jerusalém

A boa convivência entre as diferentes denominações cristãs era notável, mas infelizmente tudo o mais em Jerusalém parecia sinalizar que aquele reino estava destinado a ruir em pouco tempo. Havia muitos e graves problemas...

A primeira grande fragilidade do novo reino era que os cristãos continuavam sendo numericamente muito inferiores aos islâmicos. Era necessário atrair mais cristãos, dessa vez não para guerrear, e sim para povoar a Terra Santa. O problema é que todas as “cruzadas de povoamento” falharam e não chegaram a Jerusalém. A maior delas, em 1101, foi exterminada nos planaltos anatolianos sob as espadas dos turcos. As mulheres e crianças que sobreviveram foram escravizadas.

Assim, os cristãos estavam concentrados apenas nas cidades, enquanto os muçulmanos continuavam a dominar os desertos, realizando contínuos ataques aos camponeses e ameaçando invadir as cidades.

A segunda grande fragilidade era a falta de um exército regular. Jerusalém estava em ruínas; seu soberano, Godofredo, era pobre e não podia remunerar muitos soldados. Pouco tempo após chegar à Palestina, a maior parte dos cruzados dava a sua missão por cumprida e voltava para a Europa. Em parte, esse problema foi amenizado pelo surgimento das ordens militares, como os templários e os hospitalários, mas isso não foi suficiente.

A terceira grande fragilidade era que os barões insistiam em promover na Terra Santa a anarquia feudal, sistema em que o rei pouco manda e os senhores feudais fazem o que bem entendem. Não havia um sentimento de unidade nacional nem o reconhecimento da autoridade superior de um poder central monárquico. Desse modo, ganhavam força as intrigas e se inflamavam rivalidades. A falta de unidade enfraquecia os cristãos em sua resistência ao islamismo.

A última fraqueza que podemos citar foi **a completa incapacidade de cristãos latinos e cristãos gregos (católicos e ortodoxos) se unirem para fazer frente aos muçulmanos.** Décadas antes da convocação da primeira cruzada, as igrejas do Oriente haviam se separado da de Roma, renegando a autoridade papal. Esse foi o Grande Cisma do Oriente, ocorrido em 1054, dando origem às igrejas ortodoxas. Desde então, tanto católicos como ortodoxos haviam tomado iniciativas de diálogo, na tentativa de pôr fim àquela grave ruptura. As cruzadas poderiam ter sido uma grande oportunidade de recuperar a antiga unidade, mas a realidade passou bem longe disso.

Os católicos tiveram sua parcela de culpa, afinal descumpriram diversas vezes os acordos firmados. Por sua

vez, os imperadores gregos nunca foram íntegros em suas relações com os cruzados, não enviaram homens para lutar pela reconquista da Terra Santa e fingiam prestar auxílio às tropas cruzadas quando, na verdade, apenas farejavam ocasiões para se aproveitar de suas conquistas, obtidas com o sangue de milhares de católicos.

Se os cristãos “ortodoxos” gregos tivessem se engajado sinceramente com os católicos na conquista de Jerusalém, é bem possível que o fim da história tivesse sido diferente. A basílica de Santa Sofia, que foi o ponto central da Igreja do Oriente por quase mil anos, talvez não tivesse virado mesquita.

AS RELAÇÕES AMIGÁVEIS ENTRE CRISTÃOS E MUÇULMANOS NA PALESTINA

Depois da narrativa de tantos conflitos e derramamento de sangue, não devemos pensar que a história das cruzadas em Jerusalém se resume a cristãos malvados de um lado e islâmicos injustiçados de outro ou cristãos bonzinhos lutando contra islâmicos perversos. A realidade era bem mais complexa e interessante!

No meio das relações que se costumam estabelecer necessariamente entre adversários, os turcos não demoraram a mostrar-se aos cruzados como realmente eram: homens corajosos e cavaleirescos. Nasceu então uma estima recíproca.^[39]

Havia profundas diferenças e rivalidades entre as diversas facções islâmicas. Entre os grupos com os quais os cristãos conseguiram criar laços de amizade, a convivência permitiu ricos intercâmbios culturais, ainda que as barreiras religiosas continuassem a existir.^[40]

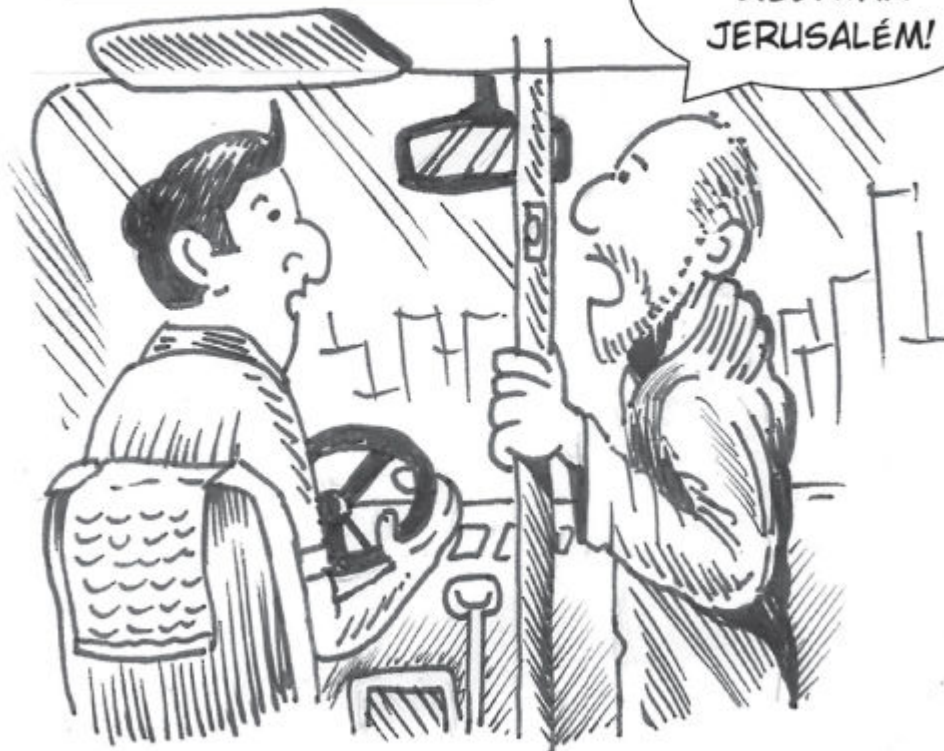
O próprio rei de Jerusalém, Balduíno I, teve sua vida salva por um emir ao se ver cercado em Ramla, quando não tinha nada mais a fazer além de esperar a morte certa nas mãos dos emires do califa do Egito. Foi nessa situação que recebeu o inesperado auxílio de um emir muçulmano, que se sentia em dívida sagrada com o rei. Tempos antes, Balduíno I realizara um belo gesto de cavalaria ao ajudar uma mulher muçulmana que dava à luz perto de um rio. Após o parto, providenciou que uma serva levasse a mulher de volta a seu marido. O tal marido era justamente esse emir, que agora lhe estendia a mão. No meio da noite, o rei conseguiu escapar da cidade em segurança, guiado pelo seu mais novo amigo.^[41]

Os templários também mantinham boas relações com alguns emires muçulmanos, com os quais partilhavam interesses políticos e econômicos. Essa interação resultou em diversas vantagens para ambos os lados, como a ocasião em que a Ordem do Templo autorizou o emir Usamah ibn Munqidh a entrar em Jerusalém para rezar sobre uma rocha que é sagrada para o islã e que ficava no quartel-general de Jerusalém.^[42]

Mais adiante, no capítulo 3 desta parte, veremos que o imperador Frederico II travou amplas relações diplomáticas com o sultão Al-Kamil, o que resultou na entrega pacífica de Jerusalém aos cristãos. Depois, diante do avanço dos turcos karismianos na Palestina, os templários e os hospitalários se uniram para combatê-los com a ajuda dos exércitos dos príncipes muçulmanos de Emesa, de Damasco e de Carac.

FALE AO MOTORISTA
SOMENTE O
INDISPENSÁVEL.

É PRECISO
LIBERTAR
JERUSALÉM!



SE SÃO BERNARDO VIVESSE NO SÉCULO XXI...

CAPÍTULO 2

Decadência e queda do reino de Jerusalém

A CONVOCAÇÃO DA SEGUNDA CRUZADA

Cerca de quatro décadas se passaram até que o reino cristão na Palestina sofresse sua primeira grande derrota para os muçulmanos. Em dezembro de 1143, a cidade de Edessa foi tomada, e quase toda a população cristã foi massacrada. Edessa era uma das fortalezas mais poderosas da Ásia, e por isso sua perda representou uma grande ameaça para a manutenção do controle de Jerusalém.

Dois anos mais tarde, o conde Josselin de Courtenay teve a bravura de tentar reconquistar a cidade. Ele conseguiu entrar sorrateiramente em Edessa com um grupo de soldados, e após esse sucesso “mandou mensageiros a todos

os príncipes cristãos da Síria, pedindo-lhes que viessem em seu auxílio para poder conservar uma cidade cristã”.^[1] Mas nenhum deles atendeu a seu apelo. Sem o socorro externo que tanto esperava, a maior parte dos guerreiros cristãos morreu. Esse foi somente mais um episódio em que, pela total falta de unidade política entre os poderosos, os cristãos amargaram a perda de terrenos na Palestina.

Alarmado, o papa Eugênio III convocou a segunda cruzada. **São Bernardo de Claraval foi o seu grande pregador**, comovendo a muitos com o seu chamado. Eis um pequeno trecho de seu avassalador discurso em uma assembleia em Vézelay, na Borgonha:

[...] a família de Jesus Cristo, que é a vossa, foi dispersada pela espada dos pagãos; bárbaros destruíram a morada de Deus e dividiram a Sua herança. Que esperais para reparar tantos males e para vingar tantos ultrajes? Deixareis que os infiéis contemplem em paz as destruições e os saques que fizeram na casa do povo cristão? Pensai que seu triunfo será um motivo de dor inconsolável para todos os séculos e de eterno opróbrio para a geração que o sofreu. Sim, o Deus vivo me encarregou de vos anunciar que castigará a todos os que não o defenderem contra seus inimigos. Todos, pois, às armas!

Que a santa cólera vos anime ao combate e que no mundo inteiro ressoem estas palavras do profeta: *Infeliz daquele que não ensanguentar sua espada!*^[2]

Daí em diante, vocês já sabem o que aconteceu: foi *Deus vult* pra lá, *Deus vult* pra cá, *Deus vult* em todo lugar.

O povo enxergava em São Bernardo um novo Moisés e insistia em que ele o comandasse e conduzisse até a Terra Santa. Repetir os erros de Pedro, o Eremita? O abade de Claraval pulou fora! O papa o ajudou a repelir a delirante pressão popular, dizendo que a missão de Bernardo era somente anunciar a vontade de Deus aos homens. Ufa!

São Bernardo viajou pelos vilarejos da França, mobilizando as populações para aquela causa. Muitos de seus irmãos, os monges cistercienses, ajudaram-no na tarefa. Engana-se quem pensa que o santo abade era insensível aos males da guerra. O despovoamento dos campos e das cidades o deixou abatido. Muito triste, Bernardo escreveu ao papa Eugênio III: “As aldeias e os castelos estão desertos, só vemos viúvas e órfãos cujos pais e maridos estão vivos”.^[3]

SÃO BERNARDO DEFENDE OS JUDEUS ALEMÃES

Enquanto isso, um monge maluco chamado Rodolfo se fazia de profeta na Alemanha (sim... de novo na Alemanha!), dizendo que os judeus eram aliados dos muçulmanos e incitando o povo a atacá-los. Rodolfo era eloquente e havia conquistado uma multidão. Ao tomar conhecimento dessa atrocidade, o abade de Claraval correu à Alemanha.

São Bernardo tinha imensa fama de santidade em toda a Europa e conseguiu convencer a multidão de que Deus não queria que nenhum judeu fosse perseguido. Ele ensinou:

Pergunte a qualquer um que conheça as Sagradas Escrituras o que o Salmo diz sobre os judeus. “Não é pela destruição deles que eu rezo”, diz. Os judeus são para nós as palavras vivas das Escrituras, pois nos lembram sempre o que Nosso Senhor sofreu. Eles estão dispersos em todo o mundo para que, ao expiar seu crime, possam estar em toda parte as testemunhas vivas de nossa redenção. [...] Sob os príncipes cristãos eles sofrem um forte cativo, mas “eles só esperam o tempo de sua libertação”.^[4]

Dessa vez, o povo de Israel não sofreu nenhuma violência. O cronista que registrou esse episódio era judeu e deixou em

seu relato um sinal de gratidão a São Bernardo: “Louvor àquele que nos socorreu”.^[5]

OS DOIS REIS CRUZADOS

As mais notáveis adesões à segunda cruzada foram as de dois poderosos monarcas, o rei Conrado III da Germânia e o rei Luís VII da França. E a grande aventura já começou com o pé esquerdo...

Em vez de se unirem e se organizarem para empreender tão perigosa jornada, agindo como um só corpo, os reis partiram separadamente para Jerusalém. Mais uma vez, os cristãos pagariam um preço altíssimo pela falta de estratégia e de união.

A ruína do exército de Conrado

Muito a contragosto, o *basileus* Manuel I Comneno se viu obrigado a aceitar que as tropas de Conrado usassem Constantinopla como caminho para a Terra Santa. Segundo Joseph François Michaud, Manuel tramou deliberadamente a ruína do exército de Conrado, fingindo lhe dar apoio e fornecendo mantimentos enquanto se aliava com os turcos.

Manuel I Comneno era mesmo um aliado vil e dissimulado? Os historiadores divergem sobre esse ponto; alguns dizem que não se pode ter certeza, enquanto outros estão convencidos de suas más intenções.

Gregos ortodoxos e católicos alemães desconfiavam uns dos outros, e as provocações e violências vinham de ambas as partes. Acampadas diante dos muros de Constantinopla, as tropas alemãs devastavam os campos gregos e causavam desordens na cidade, desrespeitando o império que lhes tinha oferecido sua fria hospitalidade.

Por sua vez, retribuindo tão mau comportamento, os soldados de Manuel I Comneno degolavam os cruzados sempre que conseguiam flagrá-los longe das tropas. E muitos comerciantes gregos ludibriavam os alemães em suas compras, além de contaminarem com cal a farinha a eles fornecida, ao menos é o que nos conta Nicetas Coniates, um historiador grego.

Tudo isso não podia acabar bem. Marchando adiante, as tropas de Conrado foram aniquiladas pelos turcos em Dorileia, e ali mesmo teve fim a sua jornada. Espalhou-se o rumor de que o *basileus* Manuel I Comneno encarregara os guias de enganarem os alemães, conduzindo-os pelos

caminhos mais áridos. Isso os levou à agonia da sede e da fome. Quando eles já estavam exaustos, foram abandonados pelos guias e, em seguida, atacados pelos soldados do sultão de Konyeh.

Conrado sobreviveu e conseguiu chegar a Niceia com um pequeno número de guerreiros. O rei era um combatente de valentia e habilidades excepcionais, mas seu orgulho o fizera pensar que poderia enfrentar os turcos sem a ajuda dos cruzados franceses.

As tribulações do exército de Luís VII

Naquela ocasião, o exército franco de Luís VII já estava em Constantinopla. Os membros do conselho do rei receberam como um insulto a proposta de Manuel I Comneno de que os barões entregassem ao seu comando as cidades gregas que os cruzados viessem a tomar dos muçulmanos. Os gregos se negavam a enviar homens para a guerra santa, mas não tinham pudor em solicitar para si o domínio das terras conquistadas!

Convencidos de que os gregos eram traidores e lhes preparavam uma emboscada, os francos começaram a

alimentar a ideia de tomar a cidade. Essa possibilidade foi defendida vivamente pelo bispo de Langres, mas foi rejeitada pelos cavaleiros e barões. A maioria dos peregrinos estava impaciente para chegar a Jerusalém e não queria se desviar de sua meta para atacar os gregos.

O *basileus* Manuel I Comneno soube daquelas conversações e ficou alarmado com a possibilidade de sua capital ser tomada. Assim, tratou logo de inventar uma mentira para levar os francos a partirem, dizendo que havia recebido a notícia de que os alemães tinham obtido importantes vitórias (já sabemos que algo bem diferente acontecia). Essa “notícia” incentivou os francos a irem ao encontro de Conrado.

Porém, em vez de partilharem a suposta alegria dos alemães, os francos enfrentaram em seu caminho terras devastadas pelos seus inimigos, deixando-os sem água e sem alimentos. A fome obrigou os franceses a matarem os cavalos mais fracos para comer sua carne.

Enfim, os cruzados chegaram a Atália. Temendo que sua cidade fosse atacada pelos cruzados famintos, o governador local ofereceu navios para os levar rumo à Síria. O problema é que as embarcações não eram suficientes para levar nem

metade do exército. Sem ver melhor alternativa, Luís VII embarcou e derramou lágrimas ao ver a multidão de peregrinos que se despedia dele na beira do mar. Ao chegar a Antioquia, Luís VII possuía apenas um quarto do seu exército.

Aqueles pobres homens que haviam ficado às portas de Atália jamais voltariam a se unir ao seu rei, pois foram atacados pelos turcos no dia seguinte à partida do rei francês; os gregos se mostraram impiedosos e lhes recusaram abrigo dentro dos muros da cidade.^[6] Naquele dia, o desespero levou 3 mil cristãos a abraçarem a religião de Maomé para escapar à morte.

O príncipe de Antioquia, Raimundo de Poitiers, recebeu e cercou Luís VII e os cruzados de confortos e bajulações. Seu objetivo era fazê-los desistir de seguir rumo a Jerusalém, convencendo-os a permanecer junto a ele e prestar-lhe auxílio em sua luta contra seu mais temível inimigo, o emir Nur ad-Din.

Entretanto, Luís VII estava totalmente focado em cumprir seu voto de chegar ao Santo Sepulcro. Somente após a realização dessa meta ele poderia atender ao convite de Raimundo. Nem mesmo os caprichos da rainha Leonor da

Aquitânia, que queria permanecer em Antioquia, impediram a marcha do devoto rei da França.

CRISTÃOS TRAINDO CRISTÃOS NO CERCO A DAMASCO

Depois de atravessar a Síria e a Fenícia, as tropas francas chegaram a Jerusalém. Sem demora, os líderes dos cruzados se reuniram com o rei Balduíno III e decidiram atacar a rica Damasco. Eles invadiram a cidade com relativa facilidade. As famílias muçulmanas já haviam se dado conta de que seriam derrotadas e se preparavam para fugir. Tudo parecia estar seguramente na mão dos cristãos. Aí veio a grande trapalhada...

Antes mesmo de consolidar seu domínio, os cristãos deixaram de lado as atividades de ocupação de Damasco e se puseram a discutir quem iria governar o novo domínio. É impossível determinar o tamanho da idiotice dos barões que, antes mesmo de completar o cerco, começaram a brigar pelo seu poderio!

O rei de Jerusalém bateu o martelo pelo francês Thierry da Alsácia, conde de Flandres, que seria o chefe de Damasco.

Foram levados em consideração os fatos de que ele havia abandonado a sua família e todas as suas propriedades na Europa e de que já tinha ido duas vezes à Terra Santa.

Os barões cristãos da Síria se roeram de inveja ao terem suas ambições frustradas. Nesse momento, “lutar pela glória dos cristãos” e “defender a Terra Santa” eram como ideais vazios. Cada um parecia só querer garantir os seus interesses particulares.

Muitos desses barões se venderam para líderes muçulmanos que lhes ofereceram presentes e fizeram sedutoras promessas. Traíndo da forma mais abjeta seus irmãos de fé, já que tinham vindo da França para ajudá-los, os barões da Síria se aliaram secretamente aos chefes muçulmanos de Damasco e armaram uma cilada contra os cruzados francos.^[7]

Sim, foi isso mesmo, você não entendeu errado! **Os chefes cristãos da Síria, subornados pelos muçulmanos, tramaram contra os cruzados francos!** Ao menos essa é a versão contada pela maior parte dos autores árabes e dos cronistas latinos.

Os barões sírios convenceram os demais cruzados a mudarem o ponto de ataque, prosseguindo com o cerco por

um lado da cidade que lhes parecia mais seguro e mais fácil. Na verdade, os barões sabiam que aquele lado era praticamente impenetrável. Toda a dificuldade que encontraram deu aos muçulmanos de Damasco tempo suficiente para receberem o socorro de um exército de 20 mil curdos e turcomanos.

No acampamento dos cristãos imperava a discórdia, e todos perderam a esperança de tomar a cidade, decidindo desistir do cerco e fugir. Esse fato escandaloso se encaixa perfeitamente no que Jesus disse: “Pois, se um reino estiver dividido contra si mesmo, não pode durar” (Mc 3:24). Como Jerusalém poderia permanecer nas mãos dos cristãos por muito tempo, tendo homens assim como seus chefes?

Desde essa época, diz Guilherme de Tiro, os Estados cristãos na Ásia caminharam para uma rápida decadência. Os muçulmanos aprenderam a não mais temer os príncipes do Ocidente e aqueles mesmos que ousavam apenas defender-se contra os francos não hesitaram em lhes declarar guerra.^[8]

A notícia dessas desgraças não demorou a se espalhar no Ocidente, e o anterior entusiasmo com as cruzadas deu lugar ao desânimo. Com a redução do número de voluntários que se dispunham a tomar a cruz vermelha, as tropas de que

Jerusalém dispunha para a sua defesa eram cada vez menores.

O REI AMAURY E SEU DESASTROSO PLANO DE CONQUISTA DO EGITO

O Egito era um reino de muitas riquezas, cuja posse poderia ser decisiva para o futuro de Jerusalém. O rei de Jerusalém, Amaury I, e o seu grande inimigo, o emir Nur ad-Din, estavam de olho naquelas terras. Quem seria o vencedor?

Em 1167, Nur ad-Din saiu na frente nessa corrida. Seu general Shirkuh estava em marcha contra o Cairo. O vizir do Cairo, Shawar, pediu socorro a Amaury I, que topou dar uma força, mas somente em troca de 400 mil dinares de ouro.

O tratado foi assinado, e os cristãos iniciaram a jornada rumo à terra das pirâmides de Gizé. O general Shirkuh já havia tomado Alexandria, então as tropas de Amaury I cercaram a cidade. Em pouco tempo, obtiveram a vitória e entregaram a cidade ao domínio do califado fatímida. Em troca, receberam o direito de estabelecer postos militares no Egito.

A situação era ótima, mas Amaury I queria mais. Não bastava ter o Egito sob controle: ele queria ser o soberano daquela nação. Para isso, tramou contra seus aliados fatímidas, com a ajuda do *basileus* Manuel I Comneno.

Os cavaleiros da Ordem Hospitalária de São João apoiaram o plano de traição, enquanto os cavaleiros da Ordem do Templo se colocaram contra. Os templários argumentavam que era um grande erro atacar um aliado, transformando assim um amigo em um inimigo; Amaury I ignorou essa opinião, e então os templários se recusaram a participar da guerra.^[9]

Ao notar que havia tomado uma facada nas costas, o vizir Shawar se empenhou em obter a amizade de Nur ad-Din, que até então era o seu mais temível inimigo, prometendo-lhe uma terça parte do Egito, além de outras ricas recompensas.

Em 1168, os cristãos tomaram a cidade de Bilbéis, que ficava em uma das margens do Nilo. Eles perderam muito tempo esperando a chegada da prometida frota grega para poderem navegar rumo ao Cairo. Antes que esse auxílio chegasse, foram sitiados pelo poderoso exército de Nur ad-

Din, que cortou todos os meios de abastecimento das tropas cristãs.

Quando percebeu que não tinha a menor chance de tomar o Egito, Amaury I se retirou com seu exército. Ele quis dar uma de esperto, mas tudo o que conseguiu com suas tramoias foi entregar o Egito de bandeja nas mãos de seu pior inimigo, Nur ad-Din.

O assassinato de Shawar e a ascensão de Saladino

Primeiro traído pelo rei Amaury I, depois traído por Nur ad-Din. É... Parece que Shawar tinha dedo podre para escolher amigos!

O vizir do Cairo não demorou a ser morto pelo general do exército de Nur ad-Din, Shirkuh, que assumiu o posto de vizir. Shirkuh, porém, morreu dois meses depois, e essa morte repentina seria decisiva para a queda do reino cristão na Terra Santa.

Se a situação já estava ruim para o lado dos cristãos, agora ficaria muito pior. Nur ad-Din colocou no lugar de Shirkuh ninguém mais, ninguém menos do que o jovem emir Saladino.

SALADINO, O INIMIGO MAIS TEMIDO DOS CRISTÃOS NA PALESTINA

Uma única coisa faltava aos seguidores de Maomé para que pudessem retomar o domínio da cidade santa: senso de unidade. Isso deixou de faltar quando um homem especial se levantou entre eles. Saladino uniu sunitas e xiitas, que passaram a agir como uma só nação. Tal unificação muitas vezes foi forçada, e isso deixou vários grupos descontentes, mas funcionou relativamente bem por um tempo, ao menos enquanto Saladino viveu.

Nur ad-Din morreu em 1174. Seu filho ainda era muito novo e não podia governar. Saladino aproveitou o momento para passar a perna no herdeiro do falecido e ser proclamado sultão de Damasco e do Cairo.

Enquanto viveu, o rei Balduíno IV inspirou, com sua força e bondade, algum espírito de união em Jerusalém. Mesmo corroído pela lepra, ele marchava a cavalo à frente de suas tropas, e quando não pôde mais montar pediu para ser levado para o meio do combate em uma liteira.

Um dos seus maiores feitos foi a vitória sobre Saladino em Ascalom, em 1177. O temido sultão havia reunido um

grande exército para derrubar o reino cristão. Dando a vitória como certa, Saladino foi imprudente e deixou que suas tropas se dispersassem. Ele havia permitido que seus homens “se divertissem” um pouco, devastando, pilhando e cometendo todo tipo de crueldades naquela região. Balduíno IV se aproveitou da dispersão e, com menos de quinhentos soldados, arrasou completamente o exército de Saladino, que teve que fugir.

Balduíno IV morreu aos 24 anos, deixando a regência sob a responsabilidade do conde de Trípoli. A rivalidade tomou conta dos poderosos de Jerusalém, que disputavam a coroa. Saladino soube explorar essa fraqueza: “Os Estados cruzados prosperaram devido à sua relativa unidade diante do caos muçulmano. Agora, a situação é inversa”.^[10]

A infeliz Batalha de Hattin

Por volta de 1180, o reino de Jerusalém estabeleceu uma trégua de dois anos com Saladino. Na Síria, o povo era afligido pela fome, pois não chovia e uma intensa seca impedia a produção de alimentos.

Saladino era um homem sinceramente dedicado à religião e estava ansioso por tomar Jerusalém. Ele esperava que os cristãos lhe dessem qualquer motivo para romper a trégua, e Renaud de Châtillon lhe deu o que ele tanto queria!

Renaud era casado com a herdeira do senhorio da Transjordânia. Ele deveria ser vassalo do rei de Jerusalém, mas era rebelde e se declarava independente. Por isso, não teve escrúpulos em quebrar o acordo de paz e saquear uma caravana muçulmana que passava perto de Carac em 1187.

Furioso, Saladino jurou vingar a violação da trégua, que ameaçava a sua rota comercial e o principal meio de comunicação entre os seus dois reinos, Egito e Damasco. O sultão aproveitou o episódio para unir ainda mais os muçulmanos: “Mandou uma circular aos seus emires e aos aliados; todos os muçulmanos em condições de pegar em armas no Egito, na Síria, na Mesopotâmia, foram chamados para a guerra santa”.^[11]

O rei de Jerusalém, Guy de Lusignan, ordenou a devolução das mercadorias roubadas, mas Renaud não obedeceu. Foi como cutucar um imenso vespeiro! Saladino deixou Damasco como uma fera à caça de Renaud de Châtillon.

O exército dos cruzados tinha cerca de 20 mil homens, enquanto Saladino contava com 30 mil homens. Para provocar os cristãos a atacar, o sultão tomou Tiberíades. Era uma armadilha: “Entre o campo dos cruzados e Tibéria havia uma grande extensão de terra árida e sem água. No sol do verão, o exército precisaria de uma grande quantidade de água para fazer a travessia”.[12]

Os cristãos decidiram marchar rumo a Tiberíades mesmo assim. Após fritar por vários dias no deserto, chegaram esgotados e sedentos ao planalto de Hattin. Na escuridão da noite, os muçulmanos cercaram seu acampamento; não podiam atacá-los, mas acenderam grandes fogueiras para fazer os cristãos sofrerem com o calor e a fumaça.

Depois dessa noite infernal, os cruzados estavam um bagaço. O fim da batalha não foi nenhuma surpresa: quase todos os cristãos foram mortos e os sobreviventes foram feitos prisioneiros, sendo depois vendidos como escravos. Saladino espinafrou Renaud de Châtillon e deu-lhe somente duas alternativas: converter-se à fé de Maomé ou morrer. Como Renaud não cedeu, o sultão o matou com seu sabre.

Depois, **Saladino ordenou que os chefes muçulmanos cortassem a cabeça de todos os prisioneiros hospitalários e**

templários. O rei Guy de Lusignan também havia sido capturado, mas foi muito bem tratado por Saladino, que o libertaria um ano depois.^[13]

A derrota em Hattin foi a pior em toda a história das cruzadas, um desastre que tirou de Jerusalém quase toda a possibilidade de defesa. Só restou a opção de se render ao poderoso senhor do Egito e de Damasco.

JERUSALÉM SE RENDE A SALADINO

Em 2 de outubro de 1187, o domínio dos cristãos sobre Jerusalém chegou ao fim. A cidade foi obrigada a abrir seus portões a Saladino. Antes, porém, houve negociações de rendição. Saladino assinou um acordo que garantia que todos os cristãos poderiam deixar pacificamente a cidade, desde que comprassem sua liberdade com certa quantidade de ouro. Quem não pudesse pagar seria feito escravo.

Entre lágrimas e gritos de desespero, os cristãos visitavam e se despediam dos lugares santos, que se viam obrigados a abandonar. Diante da única porta da cidade mantida aberta – a porta de Davi – Saladino acompanhou, sentado em seu trono, a deprimente procissão dos cristãos

derrotados. Milhares deles não tiveram condições de pagar o resgate e viraram escravos.

Vergonhosamente, os templários e os hospitalários se recusaram a entregar seu ouro em troca da libertação de prisioneiros cristãos.^[14] Talvez devamos considerar que os templários não se sentiam no direito de usar um dinheiro que provavelmente não era seu – afinal, eles prestavam serviços bancários e eram guardiões de grandes somas de dinheiro de pessoas de toda a Europa. Fica a dúvida se isso serve de justificativa, uma vez que, chegando à Europa, eles poderiam usar os bens da ordem para cobrir os gastos com os resgates.

Um outro ponto de vista sobre a “misericórdia” de Saladino

Os intelectuais dedicados a detonar as cruzadas gostam de apresentar Saladino como um modelo perfeito de cavalaria, um líder que demonstrou grande misericórdia ao poupar a população cristã de um massacre. Os cruzados, por sua vez, não passariam de brutos sanguinários que mataram milhares de muçulmanos já rendidos quando tomaram

Jerusalém na primeira cruzada. Mas essa versão é pura falácia.

Madden nos revela o que de fato aconteceu:

Saladino planejava massacrar os habitantes cristãos na Cidade Santa. Ele abandonou a ideia, no entanto, quando o comandante da guarnição de Jerusalém, Balian de Ibelin, ameaçou destruir os santuários muçulmanos e matar os habitantes muçulmanos de Jerusalém antes que Saladino pudesse capturá-la. Em vez disso, o sultão concordou em não molestar os cristãos de Jerusalém, dando-lhes uma passagem segura para a costa após terem comprado sua liberdade. Muitos não podiam pagar o custo.^[15]

O lamento de São Bernardo

Toda a Europa chorava, em especial a França. São Bernardo virou alvo das murmurações do povo, que, esquecendo seus milagres e ações extraordinárias, culpava-o pelo seu luto. Em uma carta ao papa, o santo desabafou sobre o desastrosos fim da guerra por ele pregada:

Que vergonha para nós que fomos anunciar a paz e a felicidade! Procedemos acaso temerariamente? Nossas incursões foram talvez feitas por pura

fantasia? Não seguimos as ordens do chefe da Igreja e as de Deus? Por que Deus não olhou para os nossos jejuns?^[16]

O santo abade acabou concluindo que o fracasso da guerra santa foi resultado dos numerosos e graves crimes cometidos pelos cruzados. Talvez, na melhor das intenções, o santo tenha favorecido a desordem nas expedições da segunda cruzada ao permitir que criminosos se tornassem cruzados, atraídos pela vantagem de eliminar suas penas de morte ou de prisão.

O coração de São Bernardo ardia pela conversão e salvação dos pecadores. Assim, ele acreditava que, alistando ladrões e outros malfeitores para a guerra santa, estava contribuindo para que esses homens se emendassem e abandonassem a vida de perdição. Mas os propósitos de mudança de vida de muitos desses penitentes sumiam depressa, e eles se punham a praticar seus antigos pecados, atormentando os povos que abriam passagem aos cruzados e influenciando o comportamento de seus companheiros de exército.

NA FANTÁSTICA FÁBRICA DE CHOCOLATE...

CHARLIE, TUDO
ISSO AGORA
É SEU!



LEGAL... MAS
QUANDO VAMOS
LIBERTAR
JERUSALÉM?

CAPÍTULO 3

Novas tentativas de retomar Jerusalém

A CONVOCAÇÃO DA TERCEIRA CRUZADA

Será que os católicos atuais conseguem ter uma ideia ao menos aproximada da dor sofrida por todos os cristãos com a perda de Jerusalém? A terrível notícia deixou o papa Urbano III tão profundamente arrasado que ele morreu dois dias depois.

O novo papa seria Gregório VIII. Em dezembro, ele convocou a terceira cruzada, cuja primeira expedição partiria em 1189. Nessa ocasião, três grandes reis se puseram em marcha para libertar a Terra Santa: Frederico I do Sacro Império Romano-Germânico, também conhecido como Frederico Barbarossa, Filipe Augusto da França e Henrique II

da Inglaterra, que pouco depois foi sucedido por seu filho Ricardo Coração de Leão.

A falta de dinheiro continuava sendo um problema, então ficou decidido que todos os que não se fizessem peregrinos pagariam um imposto de 10% sobre o valor de seus rendimentos e propriedades, inclusive os membros do clero. Ainda assim, não se arrecadou dinheiro suficiente. Então os judeus da França foram obrigados pelo rei a colaborar com 5 mil marcos de prata.

O arcebispo de Cantuária pregou com muito fervor a nova cruzada, e um grande número de homens do País de Gales abraçou a causa. As mulheres, com medo, escondiam as roupas de seus maridos, e por isso muitos estavam quase nus quando tomaram a cruz vermelha junto ao arcebispo. Um episódio hilário em meio à tensão dos preparativos de guerra!^[1]

Assim como havia ocorrido na primeira cruzada, o ardor religioso perverteu-se em cobiça e ódio antissemita, levando ao massacre de judeus em Londres e em York. O objetivo dos assassinos era tomar seu dinheiro para custear a “santa” expedição.

A ATRIBULADA EXPEDIÇÃO DE FREDERICO BARBAROSSA

A essa altura, o *basileus* Isaac II, sucessor de Manuel I Comneno, havia estabelecido uma aliança secreta com Saladino, pelo qual os gregos fariam de tudo para dificultar a marcha dos católicos.^[2] Em troca, Isaac II recebeu uma vaga promessa de posse dos lugares santos.

Isaac II havia garantido sua amizade aos cruzados, oferecendo-lhes livre passagem e boa hospitalidade nas cidades do Império Bizantino, mas no fundo ele temia que o grande exército cruzado causasse danos ao seu reino, e por isso queria vê-lo bem longe. Após descobrir a trama, Frederico Barbarossa capturou a capital da Trácia. Só então Isaac II concordou em colaborar com os cruzados, fornecendo alimentos e transporte em troca da devolução da cidade.

Na marcha de Laodiceia até Icônio, os cruzados alemães tiveram que enfrentar numerosos ataques de tribos bárbaras, além da fome e da sede. Em seu sofrimento, muitos se viram obrigados a beber sua urina, o sangue dos cavalos e as águas fétidas dos pântanos.

Porém a maior dor sofrida pelas tropas foi causada pela morte repentina do rei Frederico, que se afogou ao atravessar o rio Selef, em junho de 1190. A partir de então, o exército se dividiu em vários corpos, e cada qual decidiu avançar por um caminho diferente até a Terra Santa. Alguns voltaram para o Ocidente, e quase todos os que seguiram por Alepo foram capturados pelos muçulmanos e viraram seus escravos.

Agora restavam os jovens reis Filipe e Ricardo, que, apesar de serem aliados naquela campanha, eram inimigos políticos.

AS VITÓRIAS CRISTÃS EM TIRO E SÃO JOÃO DE ACRE

Saladino havia se apossado de todas as cidades cristãs, exceto Tiro, Antioquia e Trípoli. Tiro só havia resistido ao poderoso sultão graças à bravura e à sabedoria de Conrado.

O pai de Conrado, marquês de Montefalco, era prisioneiro de Saladino. Diante das muralhas de Tiro, o sultão prometeu a Conrado lhe entregar seu pai e lhe dar a posse de ricos terrenos na Síria; para isso, bastaria que lhe fossem abertos

os portões de Tiro. Se sua “generosa” proposta fosse recusada, o marquês seria morto. Conrado não se abalou e respondeu que desprezava aqueles tesouros e que a causa dos cristãos era mais importante do que a vida de seu pai. Vendo que seu esforço era inútil, Saladino desistiu do cerco a Tiro e seguiu em direção a Trípoli, onde se frustrou mais uma vez, não tendo sucesso em invadi-la.

O exército de Ricardo Coração de Leão prendeu o *basileus* Isaac II e tomou dos gregos a ilha de Chipre, com o apoio de Guy Lusignan, rei de Jerusalém. Em seguida, seguiu para a Terra Santa, onde se uniu ao exército do rei Filipe.

Durante o longo cerco a São João de Acre, os monarcas da França e da Inglaterra se entregaram a mil desavenças e disputas por poder. Essas discussões deram tempo para que os muçulmanos fortificassem ainda mais a cidade. Mas, em certo momento, Filipe e Ricardo deixaram de lado as divergências e uniram-se para combater o inimigo em comum.

Foi um cerco muito penoso para ambos os lados, pois durou mais de dois anos! **Durante esse período, ocorreram tréguas para a comemoração de festividades comuns a muçulmanos e cristãos.** Na planície, diante das muralhas da

cidade, realizavam-se torneios de cavaleiros em que os perdedores eram feitos prisioneiros de guerra. Cristãos dançavam ao ouvir os instrumentos árabes e os muçulmanos apreciavam a arte dos cantores (menestréis) cristãos.^[3]

Os muçulmanos sitiados sentiam falta de alimentos, e sua munição de guerra já estava chegando ao fim. Vendo que não poderiam mais proteger a cidade contra o ataque dos cruzados, renderam-se.

Após a tomada de São João de Acre, o rei Filipe deu sua missão por cumprida e retornou à França, deixando milhares de soldados franceses na Palestina.

O FIM DA TERCEIRA CRUZADA

Após a gloriosa conquista de São João de Acre, os cruzados marcharam para atacar a cidade de Joje, atual Jafa. No caminho, em Arsur, foram atacados pelos guerreiros comandados por Saladino. Mesmo em grande desvantagem numérica, os cristãos saíram vitoriosos, graças ao brilhante comando militar de Ricardo Coração de Leão.

Já prevendo que não poderia impedir a tomada de Joje, Saladino ordenou que a cidade fosse abandonada pela

população e destruiu suas muralhas e torres. O mesmo foi feito nas cidades de Ascalom, Ramla, Latrun e Gaza. Isso atrasou muito o avanço dos cruzados rumo a Jerusalém, pois eles tiveram que gastar um bom tempo consertando os estragos.

Ascalom, especialmente, estava quase toda em ruínas. Até mesmo as mesquitas tinham sido arrasadas por Saladino, para que os cristãos não pudessem usá-las como fortes de defesa. Ricardo Coração de Leão determinou que, antes de atacar Jerusalém, era preciso reconstruir Ascalom, especialmente suas fortificações.

Essa decisão trouxe grande insatisfação ao seu exército, que ansiava por tomar a Terra Santa o mais breve possível. Um nobre começou a reclamar, dizendo que não era carpinteiro nem pedreiro, e abandonou o exército; muitos cruzados franceses fizeram o mesmo.

Perto do início da primavera, mensageiros ingleses alertaram Ricardo de que seu reino estava sofrendo uma grave crise política, pois seu irmão João sem terra tentava dar o golpe e tomar o poder (você já deve ter visto essa história em filmes sobre Robin Hood). O rei precisava retornar ao Ocidente, deixando na Palestina seus trezentos

cavaleiros e 2 mil soldados de infantaria de elite. Porém, seguindo o conselho de um sacerdote, decidiu não abandonar imediatamente a causa dos cristãos na Terra Santa e adiou sua partida por mais alguns meses. Isso animou todos os cruzados, pois a fama de Ricardo espalhava o terror entre os seguidores de Maomé.

Uma trégua de três anos e meio foi selada entre Ricardo e Saladino. O acordo também previa que todos os devotos cristãos poderiam visitar os lugares santos em Jerusalém sem serem importunados. Os franceses criticaram esse acordo entre o monarca inglês e o sultão; como vingança por seus resumungos, Saladino os proibiu de entrar na cidade santa.

Por fim, Ricardo Coração de Leão retornou ao Ocidente, marcando o fim melancólico da terceira cruzada. Ele, que em meio a incríveis perigos jamais caíra nas mãos dos seguidores de Maomé, acabou sendo preso e humilhado por nobres cristãos. Que golpe do destino!

A caminho da Inglaterra, passando incógnito pela Áustria, Ricardo foi descoberto e feito prisioneiro. Depois de passar treze meses cativo, foi entregue pelo duque da

Áustria ao imperador da Alemanha, que também era seu inimigo e lançou-o em uma masmorra.

O papa excomungou o duque da Áustria e o imperador da Alemanha, filho de Frederico Barbarossa, mas eles não cederam. Ricardo só foi libertado após um ano, sob a condição de pagar uma enorme quantia como resgate. Financeiramente arruinada devido aos gastos com a terceira cruzada, a Inglaterra ficou ainda mais pobre.

Mesmo tendo sido mais bem organizada militarmente do que as anteriores, a terceira cruzada falhou em sua meta de tomar Jerusalém. Os cruzados tiveram como obstáculo a competência de Saladino, mas, acima de tudo, a inveja e as intrigas plantadas em seu próprio meio.

Não só os reis e os barões pecaram gravemente nesse aspecto, mas também os cavaleiros das ordens do Templo e Hospitalária de São João:

As duas ordens, rivalizando em poder e glória, ocupavam-se menos em defender os santos lugares do que em aumentar a sua fama e suas riquezas; cada uma das suas imensas possessões, cada uma das suas prerrogativas, a celebridade dos cavaleiros, o prestígio dos chefes, tudo, até os troféus de valor, era para eles motivo de rivalidade.^[4]

OS CRUZADOS EXCOMUNGADOS E O CERCO DE CONSTANTINOPLA

Ricardo Coração de Leão tinha obtido importantes vitórias na terceira cruzada, mas Jerusalém ainda não estava livre do domínio muçulmano. Alguns anos após a morte de Saladino, o papa Inocêncio III se empolgou e tomou uma decisão: “‘Bora partir para a quarta cruzada!’”.

O chamado do pontífice não contagiou os grandes soberanos da Europa, que estavam muito ocupados com graves crises e rivalidades com outros reinos. Apenas um punhado de barões e guerreiros se animou.

A necessidade de grandes quantias para custear a guerra, outra vez, fez os olhares de cobiça se voltarem para os bens dos judeus. Antecipando-se a possíveis injustiças, o papa colocou os judeus sob a proteção especial da Santa Sé, ameaçando excomungar todos os que cometessem violências contra eles.^[5]

O acordo com Veneza e a invasão de Zara

Na quarta cruzada, os barões italianos foram liderados pelo marquês de Monferrat. Eles precisavam de navios para

chegar à Síria e de provisões para alimentar seu exército de 11 mil homens durante nove meses.

Os venezianos ofereceram seus serviços, mas o dinheiro de que os cruzados dispunham não era suficiente. O doge de Veneza (o chefão) já havia providenciado uma quantidade enorme de provisões, conforme a encomenda dos barões, e não aceitou ficar no prejuízo. Então, exigiu a conquista da cidade de Zara, sua concorrente no comércio. Julgando que não tinham outra opção, os cruzados toparam. Nem mesmo o aviso de excomunhão, dado pelo legado papal Pedro de Cápuia, levou-os a desistir do ataque.

Aqueles que haviam jurado lutar por Cristo derramaram o sangue de seus próprios irmãos católicos, agindo como mercenários a serviço de vis interesses econômicos. Furioso, o papa Inocêncio III excomungou todos os líderes cruzados envolvidos naquela barbaridade.^[6]

Após tomarem a cidade, os excomungados francos enviaram mensageiros a Roma para implorar o perdão do papa. Eles foram perdoados, mas os venezianos continuaram sob excomunhão, pois não haviam enviado representante nenhum. A intenção malandra de Enrico Dandolo, doge de Veneza, era destruir Zara e pedir perdão depois.^[7]

Confusões e reviravoltas em Bizâncio

Os cruzados seguiram rumo a Bizâncio, e lá sua ambição ensandecida os levou a se desviarem do objetivo da guerra santa mais uma vez. O Império Bizantino estava nas mãos do *basileus* Aleixo III, que havia chegado ao trono por meio de um golpe de Estado. Ele havia mandado furar os olhos do legítimo *basileus*, Isaac II, e o jogara na cadeia juntamente com seu filho, o jovem Aleixo.

O jovem Aleixo conseguiu fugir da cadeia e enviou seus embaixadores aos cruzados, pedindo ajuda para invadir Constantinopla e derrubar o *basileus* Aleixo III. Em troca desse apoio, o jovem Aleixo prometia se envolver pessoalmente na cruzada (finalmente!) e dar fim ao cisma entre a Igreja grega e a Igreja de Roma. Ah, e também lhes prometeu uma grande recompensa em dinheiro!

A par desse projeto, o papa fez tudo o que estava a seu alcance para fazê-los desistir dele, até os ameaçou com uma maldição:

Quem de vós, dizia ele, não se vangloria de que seja permitido invadir ou saquear a terra dos gregos, com o pretexto de que ela não está submetida e que o imperador de Constantinopla usurpou o trono de seu irmão, seja qual

for o crime que ele tenha cometido, não vos toca julgar; não tomastes a cruz para vingar a injúria dos príncipes, mas a de Deus.^[8]

Considerando as tentadoras ofertas do jovem Aleixo, os cruzados resolveram ignorar o papa – pela segunda vez! E assim eles invadiram Constantinopla, em julho de 1203. Apenas uma minoria de cruzados temeu por sua alma e resolveu obedecer ao papa abandonando aquela expedição.

Ao menos uma bela cena se apresentou em meio a tantas desgraças, quando o jovem Aleixo abriu as portas da prisão onde estava seu pai, Isaac, e abraçou-o com ternura. Cego e maltratado, o velho *basileus* estava encarcerado havia oito anos. Alguns dias depois, o jovem Aleixo foi colocado no trono ao lado de seu pai.

Estando agora com a coroa sobre a cabeça, o jovem *basileus* Aleixo cumpriria as promessas feitas aos cruzados? Era uma pergunta difícil... Para isso, ele precisaria aumentar os impostos, com o objetivo de arrecadar valor suficiente para pagar os latinos, e obrigar os gregos a serem obedientes à Igreja de Roma. Isso poderia gerar revoltas populares! Por outro lado, se faltasse à palavra dada, seria derrubado do trono pelos católicos.

Pressionado pelos chefes do exército latino, o patriarca ortodoxo aceitou reconhecer publicamente o papa Inocêncio III como sucessor de São Pedro, vigário de Cristo e chefe supremo de todos os cristãos. A maioria dos gregos ficou escandalizada e desprezou essa atitude. Esses e outros motivos se somaram, levando os gregos a rejeitarem cada vez mais seu soberano.

Quanto à dívida em dinheiro, Aleixo decidiu enrolar os católicos, entregando a eles pequenas quantias até que pudesse arrumar um jeito de se livrar deles. Em determinado momento, até mesmo os pagamentos simbólicos cessaram, e a situação ficou realmente muito tensa. Os cruzados incendiaram alguns edifícios em agosto de 1203. Era para ser um pequeno incêndio, só para dar um susto no *basileus* e pressioná-lo, mas os latinos esqueceram de combinar isso com o vento! Com sua força, o vento levou as grandes chamas a lamberem uma grande parte da cidade.[9]

A catástrofe do cerco de Constantinopla

O previsível aconteceu: chegou o dia em que as hostilidades entre gregos e latinos se transformaram numa guerra

aberta. Tudo começou quando os gregos incendiaram os navios da frota veneziana na calada da noite.

Atiçada por um falso boato de que o jovem Aleixo entregaria o comando da capital aos latinos, uma multidão irada tomou a decisão de eleger outro *basileus* na igreja de Santa Sofia. Um tal de Kanabos foi coroado, mas essa coroação de um sujeito qualquer não seria levada a sério. Outro logo seria posto em seu lugar, o traiçoeiro tenente Murtzoughlos.

Fingindo-se fiel conselheiro de Aleixo, Murtzoughlos subornou a guarda real e jogou o *basileus* em uma masmorra. Depois, apresentou-se ao povo como seu grande libertador, aquele que o livrou de um tirano que era aliado dos latinos. O povo, em delírio, aclamou-o e conduziu-o até a igreja de Santa Sofia, onde o coroou como *basileus*. Estando já muito velho, Isaac morreu de desgosto.

Murtzoughlos mandou estrangular Aleixo na masmorra. Nesse momento, os latinos tiveram a certeza de que as promessas feitas a eles jamais seriam cumpridas: a Igreja Ortodoxa grega não se uniria a Roma e tampouco veriam a cor do dinheiro que tanto esperavam. Enfurecidos, resolveram invadir Constantinopla.



Em abril de 1204, foi realizado o segundo cerco a Constantinopla. Os cruzados e chefes venezianos saquearam a cidade e aterrorizaram seus habitantes ao longo de três dias. A grande maioria dos soldados respeitou o voto que havia feito sobre respeitar as mulheres, mas houve casos de estupro. Os campos do Bósforo também foram saqueados.

O clero católico e o marquês Bonifácio de Montferrato procuraram levar os cruzados a agir com moderação, mas a

sede de riquezas falava mais alto e inflamava sua fúria. O número de mortos foi consideravelmente pequeno, porém os estragos na capital foram gigantescos.

Monumentos de valor artístico inestimável foram destruídos, em especial os de bronze. Agindo como bárbaros que não viam valor algum na arte, os cruzados derreteram as peças de bronze para transformá-las em moedas. Algumas poucas obras de arte de grande valor foram preservadas e enviadas ao Ocidente.^[10]

Boa parte de Constantinopla foi incendiada, e casas, palácios e bibliotecas pereceram nas chamas. Os cruzados não respeitaram nem mesmo os lugares sagrados, profanando-os. Ícones foram destruídos para obter metais e pedras preciosas. Esses relatos chagaram ao conhecimento do papa, que nada pôde fazer a não ser se horrorizar e protestar. Inocêncio III escreveu ao seu legado:

Aqueles que deveriam servir a Cristo em vez de a si mesmos, que deveriam ter usado suas espadas contra o infiel, banharam aquelas espadas no sangue dos cristãos. Eles não pouparam religião, nem idade, nem sexo, e cometeram adultério e fornicção em público, expondo matronas e até mesmo freiras à imundície de suas tropas.^[11]

A desgraça estava consumada, e não havia como voltar atrás. O papa deu o perdão aos cruzados e nutriu a esperança de fazer algo de bom nascer das ruínas de Constantinopla, mas em breve todos veriam que aquilo era somente ilusão.

O FRÁGIL IMPÉRIO LATINO NA GRÉCIA

O imperador Aleixo V (o traidor Murtzouphlos) foi deposto; em seu lugar, elegeram um imperador católico, mas o reinado latino no Império Bizantino estava destinado ao fracasso desde o início. Pouco mais de cinquenta anos bastariam para a sua queda.

Ao tomarem o poder, os senhores latinos só se preocuparam em dividir entre si as terras do império e tiveram a péssima ideia de tentar implementar no Oriente o sistema feudal, em que os senhores de terra eram praticamente independentes de um poder central. Sem uma monarquia forte, o império não pôde resistir à força de seus inimigos externos.

Os barões católicos usaram a força para fazer valer sua autoridade sobre os gregos. Desprezaram seus costumes e

tiraram deles tanta riqueza quanto puderam, reduzindo muitos à miséria.

No plano religioso, a situação não era melhor. Os padres latinos não se entendiam com os padres orientais, e a esperança de reunir as duas igrejas estava cada vez mais longe. Foi realmente uma grande tolice crer que o fim do cisma poderia se dar sob a força de ameaças.

Em 1261, os cidadãos ortodoxos viraram as costas ao rei Balduíno II e abriram as portas de Constantinopla ao exército do general grego Miguel Paleólogo.

A CRUZADA DAS CRIANÇAS: SERÁ QUE ERAM CRIANÇAS MESMO?

Se hoje os adolescentes correm atrás de *youtubers* e astros da música pop e da televisão, na Idade Média eles formavam multidões em volta de Estêvão de Cloyes, um pastor francês de apenas 12 anos que dizia ter visto Jesus.

Era 1212. Estêvão garantia que Jesus lhe havia dado a ordem de libertar o Santo Sepulcro. Milhares de adolescentes se uniram à expedição liderada por ele, na crença de que a

simplicidade da infância seria muito mais poderosa do que a força dos guerreiros.

O rei da França proibiu aquela loucura, mas isso não fez diferença. Os cruzados *teens* embarcaram rumo à Terra Santa, mas nem mesmo chegariam perto de seu destino. Duas de suas embarcações naufragaram e outras duas foram parar na Argélia, onde os adolescentes foram capturados e vendidos como escravos.^[12]

Como se as desgraças causadas pelos delírios de um único “aborrescente” cruzado não fossem suficientes, apareceu mais um. Na Alemanha, o jovem Nicolau convocou outra cruzada de crianças. Depois de atravessar os Alpes, os pequenos alemães se viram completamente famintos e esgotados e se dispersaram pela Itália. Fim!

Apesar de ter sido um movimento essencialmente agitado por jovens no início da adolescência, um grande número de adultos integrou as expedições da cruzada das crianças. Este episódio foi muito usado pelos iluministas para afirmar que a Igreja inspirava o fanatismo e levava a população a tomar atitudes irracionais e absurdas.

Desconstruindo a narrativa popular da cruzada das crianças

Apresentamos aqui a versão mais conhecida daquele que talvez tenha sido o evento mais estranho das cruzadas. Muitos historiadores respeitados sustentam esses acontecimentos, mas alguns historiadores modernos, também renomados, começaram a olhar essa história por um novo ponto de vista.

Em 1970, **Peter Raedts negou que os participantes daquela cruzada tenham sido crianças ou adolescentes.** Na verdade, seriam simplesmente pobres camponeses sem terra. O erro de interpretação teria sido gerado por um mau entendimento do termo *pueri*, que naquele caso não indicava idade, e sim condição social.

Será que Peter Raedts tem razão? Isso é algo incerto. O fato é que muitos especialistas na história das cruzadas, como Jonathan Riley-Smith, não entram em detalhes ao falar desse assunto, evitando bater o martelo e afirmar que os participantes eram mesmo adolescentes ou que não eram. Riley-Smith apenas nega que a cruzada das crianças tenha sido uma verdadeira cruzada, pois não foi realizada com a permissão do papa.^[13]

A QUINTA CRUZADA ARRUINADA PELO LEGADO PAPAL

O papa Honório III foi o convocador da quinta cruzada. Esse empreendimento tinha tudo para dar certo, não fosse a interferência do legado papal Pelágio Galvani.

João I de Brienne era, então, o rei dos cristãos na Palestina. O plano era tomar a cidade de Damietta e transformá-la em um posto avançado para a conquista do Cairo. O controle do Egito colocaria Jerusalém numa condição de segurança ideal.

Tudo parecia correr muito bem. No cerco a Damietta, os cristãos conseguiram cortar o fornecimento de alimentos e mercadorias à cidade. Cerca de um ano depois, o sultão Al-Kamil decidiu propor um acordo em que entregaria todo o reino de Jerusalém se os cruzados levantassem o cerco e fossem embora do Egito. Ele também prometia uma trégua de 30 anos.^[14] Jerusalém estava no papo, finalmente!

Legado papal

Representante do papa enviado pelo próprio pontífice para cuidar dos interesses da Santa Sé. Quando o papa não pode ir pessoalmente a determinado lugar, ele envia um legado.

Mas Pelágio Galvani se impôs, investido da autoridade que o papa lhe havia conferido, e afirmou que os cristãos não podiam de modo algum abrir mão de Damietta! Ele dizia que era possível conquistar Damietta e Jerusalém. Os templários e hospitalários apoiaram Pelágio, argumentando que as promessas de trégua eram muito facilmente quebradas.

O rei de Jerusalém insistia em aceitar a oferta de Al-Kamil; afinal, o propósito da cruzada não era recuperar Jerusalém? Mas as negociações não foram adiante, e, em 1219, os cristãos ainda acampavam em torno da cidade.

A chegada de São Francisco de Assis

Em agosto daquele ano, chegou ao acampamento cruzado o inigualável São Francisco de Assis. Ele alimentava a forte esperança de que o objetivo de libertar Jerusalém “poderia ser alcançado rapidamente se o sultão simplesmente fosse convertido ao cristianismo. Francisco sabia que isso era

improvável, mas estava disposto a aceitar o martírio para tentar”.^[15]

Ao verem São Francisco se aproximar com seu companheiro Illuminatus, os guardas muçulmanos o conduziram à tenda de Al-Kamil. Eles tiveram uma conversa muito educada, mas o sultão não estava interessado em se converter. Um líder cristão à frente de um povo muçulmano era algo realmente inviável!

Os conselheiros de Al-Kamil pediram que ele cumprisse a norma e decapitasse os franciscanos, já que essa era a punição dada a todo cristão que tentasse converter um seguidor de Maomé, mas Al-Kamil se recusou a fazer isso, pois teve imediata simpatia pelo santo. Os pobres frades foram hóspedes do sultão por uma semana e depois retornaram ao acampamento cruzado.

A tomada de Damietta pelos cristãos

Em outubro, os cristãos finalmente tomaram Damietta, mas, ao entrarem na cidade, não puderam habitar nela e voltaram ao seu acampamento. O cheiro dos cadáveres em decomposição era insuportável! Os moradores tinham sido

dizimados pela peste ou pela fome: “Dos originais 60 mil habitantes, apenas cerca de 10 mil permaneceram vivos”.^[16] A cena mais desoladora foi a de bebês e crianças famintos ao lado dos corpos de seus pais. O bispo de Tolemaida se apiedou delas e tomou-as aos seus cuidados, mas a maioria estava tão debilitada que logo morreu.^[17]

Na primavera de 1221, o sultão renovou a oferta de entregar Jerusalém aos cristãos; mais uma vez, eles rejeitaram, dizendo que só aceitariam se a Transjordânia também lhes fosse entregue.

Os cristãos esperavam receber o valioso reforço das tropas do imperador alemão Frederico II, mas o cardeal Pelágio não quis esperar e ordenou a partida imediata das forças cristãs rumo à conquista do Cairo. O rei João I de Brienne discordou da decisão e teve como resposta uma ameaça de excomunhão pelo legado papal.

Pelágio tinha grande sede de feitos e glória, e essa vaidade o levava a ser arrogante e imprudente. João I de Brienne não viu outra opção senão ceder.

Os cristãos atolados e a perda de Damietta

Ao chegar a Mansura, Pelágio cometeu a maior de suas burradas ao ordenar que as tropas acampassem em uma terra que, na época de cheia, era tomada pelo rio Nilo. O rei de Jerusalém tentou alertá-lo, mas foi ignorado.

Enquanto isso, o sultão Al-Kamil ampliou suas forças com o reforço do exército de seu irmão, Al-Ashraf. Os cristãos foram completamente cercados em Mansura e impedidos de receber ajuda ou alimento vindos de Damietta.

Al-Kamil também aproveitou que as águas do Nilo estavam começando a subir e abriu as comportas. Com a inundação, os cristãos ficaram atolados. Eles esperavam que Al-Kamil enviasse seus soldados para atacá-los... mas para que o sultão arriscaria a vida de seus homens, se o Nilo estava fazendo muito bem o trabalho de acabar com os cruzados?

A única saída era pedir arrego. Ao chegar à tenda do sultão, os cristãos não foram humilhados, mas sim tratados com grande gentileza.^[18] Al-Kamil ordenou que as tropas cruzadas fossem socorridas, enviou pães e mandou fechar as comportas, secando a planície. Ele ofereceu oito anos de trégua, exigindo apenas que os cristãos entregassem

Damieta e fossem embora do Egito. O pacto foi firmado, e Damieta foi evacuada pelos cristãos.

Quem precisa de muçulmanos como inimigos quando tem Pelágio como chefe militar? Outro que foi apontado como culpado por aquele desastre foi o imperador Frederico II, que havia tomado a cruz sobre suas vestes anos antes, mas pegar o rumo do Oriente que é bom.... nada! Suas tropas teriam feito toda a diferença na expedição dos cruzados no Egito.

Após mais de três anos de sacrifícios no Egito, esse foi o fim da quinta cruzada. Jerusalém escapou por entre os dedos de João I de Brienne como grãos de areia fina.

UM REI EXCOMUNGADO À FRENTE DE UMA FALSA CRUZADA

Mais uma vez, a absurda situação de ter um rei excomungado como líder da guerra santa se repetiria. Frederico II, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, seria o grande protagonista daquela aventura.

O soberano alemão não era um bom católico e não tinha o menor interesse em libertar Jerusalém. Já que a fé em Cristo não o movia, os barões providenciaram outro motivo para

convencê-lo: caso chefiasse aquela cruzada, ele poderia tomar a mão da herdeira do trono de Jerusalém, a filha do rei João I de Brienne, que estava já idoso. Frederico II nem mesmo esperou a morte do sogro para tomar o poder, dando um golpe e fazendo-se reconhecer como rei de Jerusalém.

Enquanto isso, os príncipes muçulmanos haviam deixado para trás o espírito de união que os fizera triunfar em Damietta e começado a disputar a posse dos territórios que seus exércitos tinham protegido contra a invasão dos cruzados. O sultão do Egito, Al-Kamil, temia as maquinações de seu próprio irmão, o príncipe de Damasco.

Al-Kamil ficou ainda mais alarmado quando seu irmão obteve o apoio do soberano do império de Karisma. Agora ele também precisaria de um forte aliado, com urgência! Al-Kamil já tinha problemas demais, e a última coisa que queria era ver as tropas do imperador do Sacro Império Romano-Germânico marchando contra ele. Fez de tudo, então, para entrar em acordo com Frederico II e conseguir um aliado contra Damasco.

Em 1226, o sultão do Cairo enviou presentes a Frederico II por meio de seus embaixadores e ainda mandou dizer que o

soberano alemão estava convidado a ir ao Oriente para receber a posse da cidade de Jerusalém!

No ano seguinte, a paciência do papa chegou ao fim, e ele deu um ultimato a Frederico II: ou o imperador cumpria imediatamente o seu voto de lutar para libertar a Terra Santa ou seria excomungado. Frederico II finalmente partiu para a cruzada, mas ficou muito doente pouco depois que seu navio partiu. Então, escreveu ao papa explicando que tinha bons motivos para atrasar sua partida por mais um ano, mas Gregório IX achou que essa era só mais uma desculpa esfarrapada e lançou a excomunhão sobre ele.

Depois de recuperado, Frederico II decidiu-se, em julho de 1228, a tomar o caminho para a Terra Santa. Antes de sua partida, **o papa enviou mensageiros para comunicar que o imperador estava proibido de chefiar uma cruzada, por ser um excomungado,**^[19] mas o imperador nem ligou. Estava confiante em que o papa lhe daria o perdão assim que soubesse que ele havia recuperado a posse de Jerusalém, e assim tudo ficaria numa boa.

O desprezível acordo para a retomada de Jerusalém

Aquela que deveria ter sido a sexta cruzada nem mesmo pôde ser chamada assim, pois não recebeu o apoio papal. Foi uma falsa cruzada. Frederico II chegou à Palestina em setembro de 1228, com dez anos de atraso. Era o Rubinho Barrichello das cruzadas!

O imperador alemão foi tratado com frieza por muitos cristãos, que haviam sido avisados que ele era um inimigo da fé, mas ao menos recebeu o apoio dos cruzados que eram vassalos de seu império, como a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, mais uma ordem de militares cruzados.

Frederico II deu continuidade às negociações com Al-Kamil. As condições haviam mudado, já que o irmão que ele tanto temia havia morrido, e agora o sultão não precisava mais de ajuda para detê-lo, mas outros interesses o levaram a assinar um tratado com imperador alemão em fevereiro de 1229. Estes eram os termos:

- **o sultão entregaria aos cristãos toda a cidade de Jerusalém**, conservando sob o controle dos muçulmanos somente a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha;
- Belém, Nazaré e diversas outras aldeias que ficavam entre Jerusalém e Jafa também seriam dadas aos cristãos;

- os muçulmanos das cidades entregues aos cristãos não seriam expulsos, podendo manter suas casas e seus bens;
- os muçulmanos teriam direito a seu próprio sistema de justiça, independente do reino de Jerusalém; e
- cristãos e muçulmanos estabeleceriam uma trégua de dez anos em que não poderiam atacar uns aos outros. Antioquia e Trípoli, porém, ficariam fora das regiões de trégua.^[20]

Havia mais um termo no acordo, talvez o mais bizarro, dizendo que, se algum cristão quebrasse a trégua, Frederico II se comprometia a virar as costas para seus irmãos de fé e se aliar às forças muçulmanas.

Os cristãos estavam na maior euforia, e um imenso coral de vozes emocionadas ecoou um clássico de Roberto Carlos: “Eu voltei, agora pra ficar/ Porque aqui, aqui é o meu lugar/ Eu voltei, pras coisas que eu deixei...”.^[21] Tudo estava muito lindo, até as informações sobre os termos do acordo firmado por Frederico II, excomungado, espalharem-se.

Aquilo era inaceitável! O desprezo pelo acordo foi geral, até mesmo os templários e os hospitalários o abominaram.

Os cristãos se viam prejudicados dos pontos de vista político, econômico, militar e religioso.

Sem poder exigir que os muçulmanos evacuassem a cidade, os cristãos só poderiam ocupar as ruínas. E o pior é que os muçulmanos nem mesmo seriam submetidos ao governo do Estado cristão, pois seriam uma entidade autônoma dentro da cidade, seguindo somente suas próprias leis.

Se alguém ainda tem dúvidas de que os cristãos tinham razão em estar profundamente desapontados, veja o que o sultão Al-Kamil disse aos seus súditos:

Só lhes concedemos [aos cristãos] algumas igrejas e casas arruinadas. Os recintos sagrados, a rocha venerada e todos os outros santuários aos quais fazemos a nossa peregrinação permanecem conosco; os ritos muçulmanos continuam a florescer como antes, e os muçulmanos têm seu próprio governador das províncias e distritos rurais.^[22]

A trégua também impedia que os cruzados ampliassem os postos estratégicos para garantir a defesa da cidade santa. Al-Kamil fez isso de propósito, pois estava decidido a atacar Jerusalém e retomá-la assim que a trégua terminasse.

Frederico II organizou sua partida para a Europa, onde precisava resolver problemas políticos de seu reino, e abandonou Jerusalém vulnerável e sem fortificações. Enquanto deixava a Palestina, o povo o cercou e o acompanhou em seu caminho até o navio, gritando maldições e jogando lixo e coisas podres sobre ele.

Uma guerra civil tomou conta da Europa, especialmente da Itália, quando os aliados do papa e os aliados do imperador alemão iniciaram sangrentos conflitos. Muitos cardeais foram capturados e encarcerados por Frederico II.

A SEXTA CRUZADA E A NOVA QUEDA DO REINO CRISTÃO DE JERUSALÉM

Não há muitos episódios dignos de serem narrados sobre essa infeliz cruzada. Ainda que fossem homens de coragem, capazes de grandes prodígios em meio à batalha, seus líderes cometeram as maiores trapalhadas. A audácia é admirável, mas nem sempre favorece a reflexão estratégica...

O resultado foi que, em abril de 1244, **Jerusalém caiu mais uma vez nas mãos dos turcos**. Quinze anos haviam passado desde que o imperador alemão obtivera o domínio

de Jerusalém. Os habitantes cristãos da cidade foram massacrados ou feitos escravos. Além da cidade santa, os turcos karismianos tomaram Tiberíades e Ascalom.

Os templários e os hospitalários imploraram socorro aos príncipes muçulmanos de Emesa, de Damasco e de Carac, que também temiam o avanço dos selvagens turcos karismianos, aliados do sultão do Egito.^[23]

Os muçulmanos consideravam mais prudente aguardar o ataque dos karismianos em São João de Acre, cidade também conhecida como Tolemaida, protegidos pelas suas muralhas, mas os cristãos, sedentos de vingança, decidiram ir ao encontro dos turcos e atacá-los em Gaza. O resultado foi a ruína dos cristãos: além da batalha, perderam milhares de soldados, mortos ou escravizados, e apenas menos de uma centena deles voltaram a São João de Acre.

AS AVENTURAS DE UM REI SANTO NA SÉTIMA E NA OITAVA CRUZADAS

Finalmente, um verdadeiro santo assumiria a liderança de uma cruzada, mas isso não faria diferença no resultado final,

pois a luta para libertar Jerusalém terminaria mais uma vez em fracasso militar.

Em 1245, no Concílio de Lyon, o papa Inocêncio IV chamou os filhos da Igreja a se empenharem em mais uma cruzada. São Luís IX, rei da França, alistou-se e convocou seus súditos. Todas as famílias francesas ilustres enviaram ao menos um representante de sua casa.

São Luís e a “pegadinha” da vigília de Natal

São Luís estava tão convencido de que a causa das cruzadas era sagrada que usou até meios enganosos para conseguir um maior número de voluntários. Aproveitando-se do costume de colocar sobre os homens da corte um manto luxuoso, chamado libré, São Luís mandou aplicar um adorno especial aos mantos da vigília de Natal: a cruz dos cruzados!

Ninguém percebeu a malandragem, pois o ambiente estava escuro. Quando chegaram a capela para orar, o adorno foi revelado sob a luz das tochas e velas. Após o susto inicial, os cavaleiros acabaram rindo do santo trambique do rei e assumiram corajosamente o compromisso de lutar pela libertação de Jerusalém.^[24]

A partida da expedição de São Luís

Após três anos de preparativos, São Luís marchou com suas tropas rumo à Terra Santa. Sua mãe, a rainha Branca, assumiu a regência.

Naquela ocasião, houve grandes demonstrações de bons sentimentos e de verdadeira conversão. Muitos senhores feudais que haviam infernizado o reino com suas guerras particulares, saqueando e tomando terras alheias, arrependeram-se antes de tomar a estrada. O conde de Marca, por exemplo, deixou um testamento em que ordenava a devolução dos bens das famílias que ele havia arruinado.^[25]

Toda essa aura de dignidade e religiosidade comoveu e arrastou mais pessoas para a guerra santa. Muitos camponeses orgulhosamente apresentaram seus filhos para se unirem às tropas cruzadas, colocando-os sob os cuidados dos barões.

Os judeus foram respeitados, tendo sido colocados sob a proteção do papa e de São Luís. Outro ponto positivo dessa cruzada foi a recusa em aceitar criminosos em suas tropas, o que ajudou a manter a disciplina.

Os genoveses e os venezianos cobraram um altíssimo preço para fornecerem navios, pois eram movidos pela ambição, e não pela devoção. Após a travessia, São Luís e os cruzados chegaram ao reino cristão de Chipre. Ali, decidiram travar seus primeiros combates contra o Egito em vez de irem diretamente à Palestina.

São Luís feito prisioneiro e o fim da sétima cruzada

Tudo começou muito bem no Egito, com a tomada de Damietta. Após essa vitória, os cruzados franceses receberam os reforços dos cavaleiros templários e hospitalários. Porém os barões logo começaram a brigar pela partilha dos despojos de guerra, insatisfeitos com o decepcionante resultado do saque à cidade. Os cidadãos de Damietta, em fuga, haviam conseguido levar consigo seus bens mais valiosos, e pouco havia sobrado para os cruzados.

A prostituição, o vício do jogo e a bebedeira cresciam no acampamento dos soldados de Cristo, que tinham saído da França como humildes penitentes. E cada vez respeitavam menos a autoridade de São Luís. Aquele estado de ânimo teria más consequências...

Ao avançar para o Cairo, os soldados foram detidos pelos muçulmanos em Mansura. A peste e a fome se alastraram no acampamento, e até mesmo o rei da França caiu doente. São Luís foi feito prisioneiro juntamente com milhares de cruzados que sobreviveram ao massacre.

A esposa de São Luís, a rainha Margarida da Provença, havia acompanhado seu marido ao Oriente. Um dia após receber a notícia sobre a prisão do rei, ela entrou em trabalho de parto e deu à luz um menino. Esse filho, que nasceu em Damietta, recebeu o nome de João Tristão, por ter nascido em meio à tristeza.

No cativeiro, o santo rei rezava todos os dias as orações do livro dos Salmos, o único bem que os muçulmanos haviam permitido que mantivesse consigo. Por fim, negociou com o sultão do Cairo, oferecendo determinada soma em dinheiro e a devolução de Damietta em troca de sua liberdade e da liberdade de seu exército.

Os cristãos cumpriram o tratado e evacuaram Damietta. Uma parte deles desistiu da aventura, abandonou o rei e voltou ao Ocidente. Os perseverantes seguiram para São João de Acre, domínio cristão na Palestina.

São Luís permaneceu por quatro anos no Oriente. Por seus atos e por sua altivez e sua bondade, sua fama de soberano justo e sábio crescia a cada dia. Ao ver que não conseguiria libertar o Santo Sepulcro, o rei da França decidiu voltar para seu país, que estava ameaçado pela Inglaterra.

O rei embarcou para a Europa em abril de 1254, nutrindo ainda o sonho de voltar à Terra Santa e terminar a obra que deixara inacabada. A maior parte dos barões que havia seguido São Luís ao Oriente morreu na Síria ou no Egito; os que restaram e conseguiram retornar a seu país encontraram seus campos desertos e seus castelos em ruínas. Em tese, seus bens estavam sob a proteção da Igreja, só que, na prática, a Igreja nem sempre tinha meios para conter a bandidagem.

Um dos principais oficiais do rei, que era senhor do castelo de Joinville, encontrou seu lar nessa situação e jurou aos seus vassallos que nunca mais abandonaria suas terras nem as deixaria desprotegidas. Com sua própria renda, São Luís prestou socorro às viúvas e aos órfãos dos cavaleiros que haviam perdido a vida na cruzada.

Gengis Khan

“Khan” era o título dado aos soberanos mongóis, equivalente a “rei”.

Gengis Khan foi um conquistador mongol que entrou para a história por sua genialidade na estratégia de guerra. Nem mesmo a Grande Muralha da China pôde deter seu exército, e ele conquistou aquele país, formando um grande império. Depois, os mongóis seguiram capturando diversos territórios muçulmanos, como a Pérsia, a Mesopotâmia e a Anatólia.

A oitava cruzada e a morte de São Luís

Formando uma dupla com seu irmão Carlos de Anjou, São Luís partiu para a oitava cruzada em julho de 1270. O fiasco dessa aventura seria estrondoso!

Na Tunísia, os cruzados foram abatidos pelo impiedoso calor do verão e pelas doenças. João Tristão, filho do rei, não resistiu e morreu. Fraco e cansado, o santo sabia que em breve acompanharia o pequeno ao túmulo. Em agosto de 1270, São Luís morreu.

Os mongóis, descendentes do lendário Gengis Khan, eram a maior ameaça ao islã naquele momento. Abaka, o khan da

Pérsia, enviou embaixadores à Europa, propondo que os reis e o papa se unissem a ele para abater os muçulmanos, mas essas negociações não deram em nada.

Alguns anos mais tarde, o sucessor de Abaka tentou novamente aliar-se aos católicos. Assim como uma pequena parcela dos mongóis, Abaka era cristão, seguidor da crença nestoriana. Mesmo não sendo católico, nutria a esperança de que os pontos de fé em comum pudessem favorecer aquela união. O problema era que as diferenças de objetivos entre mongóis e latinos eram enormes, e isso tornava quase impossível um entendimento.

Sem o apoio das forças mongóis, os cristãos perderam Trípoli para os turcos mamelucos. Agora São João de Acre era seu último pedaço de terra na Palestina. Seis semanas depois, não restaria nenhum.

A carnificina foi tremenda: “Dos Templários restaram dez; dos Hospitalários, sete; e dos Teutônicos, zero”.^[26] Em pânico, as monjas clarissas feriram seus próprios rostos e seus seios, na esperança de que, vendo-as deformadas, os invasores não ofendessem sua virgindade.^[27]

Esse foi o fim do sonho cruzado na Terra Santa. Jerusalém continuou sob o comando de governantes

muçulmanos até 1917, quando foi tomada pelo exército britânico. Nas décadas seguintes, em meio a muitas tensões, judeus e muçulmanos dividiram o controle da cidade, que foi partida em duas.

Em 1967, Israel ocupou a parte oriental de Jerusalém, que antes era dominada pelos muçulmanos, e lá permanece até os dias de hoje.

Conclusão

O tema das cruzadas desperta reações em basicamente dois grupos de pessoas: aquelas que cultivam a imagem dessas expedições como momentos de honra e glória e que chegam mesmo a sonhar com a convocação de uma nova cruzada e aquelas que veem as cruzadas como expressão de pura cobiça, intolerância e crueldade.

Aos dois grupos, fica uma dica: as cruzadas não se encaixam em classificações fáceis. Foram eventos complexos demais para permitirem uma leitura simplista, do tipo “as cruzadas foram uma calamidade” ou “as cruzadas foram fantásticas”. O fato é que, **naquela época, qualquer povo a consideraria uma guerra necessária e legítima, se fosse vítima das mesmas violências e ofensas religiosas a que os cristãos estavam sendo expostos na Palestina.**

Se considerarmos os mais respeitados pesquisadores do tema, chegaremos à conclusão de que os cruzados se lançaram naquelas guerras com integridade e disposição de sacrifício por um ideal. Ao longo da terrível marcha, muitos deles se desviaram de seu objetivo principal, a conversão e a penitência, mas isso não invalida seus sentimentos anteriores.

Santo Agostinho ensina que, para uma guerra ser justa, é preciso não só ter sido convocada por razões adequadas (e como medida extrema, após ser evitada a todo custo), mas também ser conduzida de forma justa, sem jamais expor o inimigo a maus-tratos motivados por puro ódio e desejo de vingança. Nesse ponto, os cruzados falharam muitas vezes, de forma grave e vergonhosa.

A par das expressões de selvageria, houve numerosos momentos de glória nas guerras travadas pelos cruzados, em que se demonstrou coragem, misericórdia, desprendimento, gratidão, generosidade, ternura, fidelidade, santidade... Tudo isso se manifestou em abundância em meio à guerra.

Quanto às metas estabelecidas pelos papas, as cruzadas falharam em relação à principal delas, que era a libertação e a restauração de Jerusalém como um reino cristão. É claro

que a primeira cruzada foi uma exceção, obtendo o controle da cidade santa por 88 anos. Nos 104 anos seguintes, o reino de Jerusalém ainda sobreviveu na Palestina, sempre esperando retomar a cidade que nunca mais seria sua.

No desejo de acabar com as guerras internas na Europa e unir todos os cristãos na perseguição de um mesmo objetivo, as cruzadas tiveram um sucesso frágil e breve. De início, a Europa realmente se mostrou um tanto mais pacificada, mas em pouco tempo as divergências políticas acabaram mergulhando de novo o Ocidente nos conflitos sangrentos entre famílias e monarcas.

Quanto ao desejo de unir novamente os gregos da Igreja Ortodoxa à Igreja do Ocidente... você já sabe o tamanho do fracasso. O que estava ruim ficou ainda pior!

Qual foi a responsabilidade da Igreja em relação aos aspectos trevosos das cruzadas? Bem, por mais que o papa fosse reconhecido como o líder máximo daquelas expedições, a verdade é que ele mandava tanto quanto a rainha da Inglaterra! Riley-Smith explica que, **uma vez que as tropas cruzadas iniciavam sua marcha, o papa tinha muito pouco controle sobre elas** (a exceção foi a quinta cruzada, em que Pelágio, o legado papal, mandou muito mais do que devia).^[1]

Uma prova dessa afirmação é que o papa foi solenemente ignorado nos episódios da invasão de Zara e do saque de Constantinopla, mesmo enviando maldições e ameaças de excomunhão.

Os interesses comerciais da Europa foram favorecidos durante algum tempo, em especial o comércio de especiarias vindas do Oriente, mas isso acabou quando os turcos conquistaram Constantinopla no fim da Idade Média. Talvez possamos dizer que as cruzadas tiveram sucesso relativo em proteger o Império Bizantino da ameaça muçulmana – ao menos retardaram um pouco o seu fim, dando-lhe uns duzentos anos de sobrevida.

Do ponto de vista religioso, a queda de Jerusalém causou uma decepção profunda na alma dos fiéis, com o efeito de diminuir sua confiança nas determinações papais. Os cristãos se sentiam desamparados. A figura do papa ficou muito mais fragilizada, pois era como se Deus não ouvisse seus apelos e não abençoasse os seus projetos. Nem todos sabiam distinguir que a falibilidade do papa em questões políticas não atinge sua infalibilidade no ensinamento de questões religiosas definitivas e universais. Naturalmente, movimentos heréticos começaram a brotar com mais

frequência e força, sementes do protestantismo que surgiria poucos séculos depois.

As cruzadas foram um duro golpe para a nobreza ocidental. Entre fortunas arruinadas e parentes mortos, famílias inteiras evaporaram do mapa. Os números dão uma dimensão mais precisa dos acontecimentos: no norte da França, em 1150, havia cem linhagens nobres; em 1300, só havia doze!^[2] Em algumas regiões, o efeito foi inverso, com a prosperidade das famílias que haviam alistado membros na cruzada, mas esses casos foram minoria.

No campo social, as cruzadas diminuíram a servidão. O servo não era escravo, mas era ligado à terra e não podia deixá-la sem a permissão do senhor feudal. Na ausência dos senhores que haviam partido para o Oriente, muitos servos fugiram. Outros tantos compraram a sua liberdade, pois o senhor precisava de dinheiro para financiar sua peregrinação à Terra Santa.^[3]

Independentemente das motivações, das responsabilidades e dos frutos das cruzadas, fica a certeza de que a guerra é sempre horrenda. No entanto, essa constatação não pode servir para afirmar que “nas Cruzadas a Igreja opressora matou milhares de pessoas em nome de

Deus”. Esse tipo de simplificação não ajuda em nada a compreender o que realmente aconteceu e só serve à causa da burrice.

Em 1516, São Tomás Morus escreveu a sua famosa obra *Utopia*. Ao descrever um lugar inexistente, ele apresentou uma sociedade ideal, mas impossível. Nem mesmo nesse lugar “perfeito” a guerra deixou de existir.

A seguir, deixamos você com um trecho da obra do santo mártir inglês; para nós, estas palavras foram muito úteis para entender a essência da alma dos nossos irmãos cruzados e também seus erros e acertos:

Os utopienses abominam a guerra e a consideram uma atividade adequada somente às bestas. Embora seja praticada mais pelo homem do que por qualquer outra criatura, diferentemente do que ocorre com quase todos os povos, consideram que nada é tão inglório quanto as conquistas conseguidas nos campos de batalha. Apesar disso, em certos dias determinados, homens e mulheres empenham-se em vigorosos treinamentos militares de tal sorte que, em caso de necessidade, possam estar preparados.

Os utopienses vão à guerra somente por boas razões. Entre essas razões estão a proteção de seu próprio país, a proteção de países amigos contra um

exército invasor e a libertação de um povo oprimido pela tirania e pela servidão.[4]

Referências bibliográficas

I. LIVROS

ANDREA, Alfred J.; HOLT, Andrew (eds.). *Seven Myths of the Crusades*. Indianápolis e Cambridge: Hackett Publishing Co., 2015.

ARBEX Jr., José. *Islã, um enigma de nossa época*. São Paulo: Moderna, 1996.

BARLETI, Marin. *The Siege of Shkodra: Albania's Courageous Stand Against Ottoman Conquest, 1478*. Tirana, Albânia: Onufri Publishing House, 2012.

BAYLE, Pierre. *Dictionnaire historique et critique*. Tomo VII. Paris: Desoer; Libraire, 1820.

BETHENCOURT, Francisco. *La Inquisición en la Epoca Moderna: España, Portugal e Italia, Siglos XV-XIX*. Madri: Akal, 1997.

BORROMEO, Agostino (ed.). *L'Inquisizione: Atti del Simposio Internazionale (Città del Vaticano, 29-31 Ottobre 1998)*. Vaticano: Biblioteca Apostólica Vaticana, 2003.

BURNETT, Amy Nelson (ed.). *John Calvin, Myth and Reality: Images and Impact of Geneva's Reformer*. Eugene, Oregon: Cascade Books, 2009.

DARNTON, Robert. "The Forbidden Books of Pre-revolutionary France", in Colin Lucas (ed.). *Rewriting the French Revolution*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

DIGBY, Kenelm-Henry. *Mores Catholici: Or Ages of Faith. Book XI*. Londres: Gilbert & Rivington, Printers, St. John's Square, 1842.

DURANT, Will. *The Story of Civilization*, v. 4. Nova York: Simon and Schuster, 1950.

ESCANDE, Renaud. *O livro negro da Revolução Francesa*. Lisboa: Alêtheia, 2010.

ENDO, Shusaku. *O silêncio*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

FABRE, Joseph. *Jeanne d'Arc: Libératrice de la France*. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1883.

FANTOLI, Annibale. *Galileu: Pelo copernicanismo e pela Igreja*. São Paulo: Loyola, 2008.

FERNANDEZ-MORERA, Darío. *The Myth of the Andalusian Paradise*. Wilmington, Delaware: Intercollegiate Studies Institute Books, 2015.

FIRPO, Luigi. *Il processo di Giordano Bruno*. Roma: Salerno Editrice, 1993.

FRALE, Barbara. *Os templários e o pergaminho de Chinon encontrado nos arquivos secretos do Vaticano*. São Paulo: Madras, 2005.

FRANCO Jr., Hilário. *As cruzadas*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- GIES, Frances. *Joana d'Arc: A lenda e a realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GIUSSANI, Luigi. *O senso religioso*. Brasília: Universa, 2009.
- GONZAGA, João Bernardino. *A Inquisição em seu mundo*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- GOUGUENHEIM, Sylvain. *Aristote au mont Saint-Michel: Les racines grecques de l'Europe chrétienne*. Paris: Seuil, 2008.
- HAMILTON, Michelle M. *Representing Others in Medieval Iberian Literature*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- HUIZINGA, Johan. *O outono da Idade Média*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- KAMEN, Henry. *A Inquisição na Espanha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- LEA, Henry Charles. *A History of the Inquisition of the Middle Ages*, v. 3. Nova York: Harper & Brothers, 1888.
- LLORENTE, Juan Antonio. *Histoire critique de l'inquisition d'Espagne*, v. 4. Paris: Treuttel et Würtz, 1818.
- MADDEN, Thomas F. *The Concise History of the Crusades*. 3ª ed. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2013.
- MANN, Horace K. *The Lives of the Popes in the Early Middle Ages*, v. 4. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner, & Co., Ltd, 1910.

McBRIEN, Richard P. *Os papas. Os pontífices: De São Pedro a João Paulo II*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MENOCAL, María Rosa. *The Ornament of the Word: How Muslims, Jews and Christians Created a Culture of Tolerance in Medieval Spain*. Nova York: Little, Brown, 2002.

MICHAUD, Joseph-François. *História das cruzadas*, v. 1. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

MORENO, Antonio Montero. *Historia de la persecución religiosa en España*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1936-1939.

MORUS, Thomas. *Utopia*. Brasília: Editora UnB, 2004.

MOURA, Couto. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

RILEY-SMITH, Jonathan. *What Were the Crusades?*. 4ª ed. São Francisco: Ignatius Press, 2009.

ROPS, Daniel. *A Igreja dos tempos bárbaros*. São Paulo: Quadrante, 1991.

_____. *A Igreja da Renascença e da Reforma: A Reforma Protestante*. São Paulo: Quadrante, 1996.

_____. *A Igreja da Renascença e da Reforma: A Reforma Católica*. São Paulo: Quadrante, 1999.

_____. *A Igreja das catedrais e das cruzadas*. São Paulo: Quadrante, 2011.

OSIANDER, Lucas. *Epitomes Historiae ecclesiasticae. Centuria sexta. Videbis, Pie Lector, in hac Sexta Centuria, quomodo Antichristus pedem in Ecclesiam Christi posuerit.* Tubinga, Alemanha: Gruppenbachius, 1598.

PERNOUD, Régine. *Joana d'Arc: A mulher forte.* São Paulo: Paulinas, 1996.

_____. *Idade Média: O que não nos ensinaram.* Rio de Janeiro: Agir, 1979.

ROTH, Cecil. *The Spanish Inquisition.* Nova York; Londres: W. W. Norton & Company, 1996.

SALVADÓ, Francisco J. *A Guerra Civil Espanhola.* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

SCHAFF, Philip. *History of the Christian Church*, v. 4. 3ª ed. revisada. Grand Rapids, Michigan: Christian Classics Ethereal Library, 2002.

SPIELVOGEL, Jackson J. *Western Civilization*, v. 2. 9ª ed. Stamford, Connecticut: Cengage Learning, 2015.

SPOTO, Donald. *Francisco de Assis: O santo relutante.* Edição de bolso. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

STEVENSON, Richard Taylor. *John Calvin: The Statesman.* Cincinnati, Ohio: Jennings and Graham, 1907.

SEEWALD, Peter. *Bento XVI: O último testamento.* São Paulo: Planeta, 2017.

TAINÉ, Hippolyte Adolphe. *The French revolution*, v. 2. 2ª ed. Nova York: H. Holt and Company, 1892.

TOURS, Gregório de. *Histoire des Francs*, livros VII-X. Paris: Alphonse Picard et Fils, Éditeurs, 1893.

TUCHMAN, Barbara. *La marcha de la locura: La sinrazón desde Troya hasta Vietnam*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

TURNER, Ralph. *Judges, Administrators & Common Law in Angevin England*. Londres; Rio Grande, Texas: The Hambledon Press, 1994.

VARELA, Alexandre; VARELA, Viviane. *As grandes mentiras sobre a Igreja Católica*. São Paulo: Planeta, 2016.

VAZ, Toninho. *Edwiges: A santa libertária*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

VOLTAIRE. *Oeuvres Complètes de Voltaire, avec des remarques et des notes historiques, scientifiques et littéraires*, t. 5. 2ª ed. Paris: Baudoin Frères, Éditeurs, 1827.

_____. *Oeuvres Complètes de Voltaire, avec des notes et une notice historique sur la vie de Voltaire*, t. 8. Paris: Chez Furne, Libraire-Éditeur, 1836.

_____. *Tratado sobre a tolerância*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WALSH, William Thomas. *Isabella of Spain*. Londres: Sheed & Ward, 1935.

YE'OR, Bat. *The Dhimmi: Jews and Christians Under Islam*. Nova Jersey: Associated University Press, 1985.

II. JORNAIS E REVISTAS

BAUMANN, Katharina. “Eiserne Jungfrau auf der Kyburg”. *Der Landbote*, Winterthur, 11 ago. 2008. Disponível em: <<https://www.winterthurglossar.ch/upload/documents/2008/08/29/130.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

HERRERO, José Sánchez. “Los orígenes de la Inquisición medieval”. *Clio & Clímen*, Durango, n. 2, 2005.

PATTISON, Mark. “Calvin at Geneva”. *The Westminster Review*, Londres, v. LXX, 1858.

III. SITES

BIGET, Jean-Louis. “L’inquisition en Languedoc: Une conférence de Jean-Louis Biget au centre Lacordaire”. *Dominicains de Montpellier*, 23 mai. 2015. Disponível em: <<http://dominicainsmontpellier.fr/linquisition-en-languedoc/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BOSTOM, Andrew G. “The Corrosive Hagiography of Muslim Spain”. *Center for Inquiry*, s/d. Disponível em: <http://www.centerforinquiry.net/secularislam/articles_and_books/the_corrosive_hagiography_of_muslim_spain/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CAMPOS, Marcos. “Annibale Fantoli, escritor: “Para Galileu, o choque entre fé e ciência estava longe de ser inevitável”. *Gazeta do Povo*, 22 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/tubo-de-ensaio/annibale-fantoli->

escritor-para-galileu-o-choque-entre-fe-e-ciencia-estava-longo-de-ser-inevitavel/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CASTRO, Gabriel de Arruda. “Por que é aceitável criticar o Cristianismo mas não o islã?”, diz ícone ateu após evento cancelado”. *Gazeta do Povo*, 25 jul. 2017. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/por-que-e-aceitavel-criticar-o-cristianismo-mas-nao-o-islã-diz-icone-ateu-apos-evento-cancelado-3p2004f081m6bpvcfjz2pvba6>>. Acesso em 31 jan. 2018.

CHESTERTON, G. K. “Why I Am A Catholic”. The American Chesterton Society, s/d. Disponível em: <<https://www.chesterton.org/why-i-am-a-catholic/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CULLEN, Simon; AL-ARAB, Mustafa; SMITH-SPARK, Laura. “UK woman arrested in Dubai after reporting rape, group says”. *CNN*, 20 nov. 2016. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2016/11/19/middleeast/dubai-british-tourist-rape-arrest-claim/index.html>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

DROIT, Roger-Pol. “Sylvain Gouguenheim: et si l’Europe ne devait pas ses savoirs à l’islam?”. *Le Monde*, 3 abr. 2008. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/livres/article/2008/04/03/sylvain-gouguenheim-et-si-l-europe-ne-devait-pas-ses-savoirs-a-lislam_1030415_3260.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Dubai sentences Norwegian woman who reported rape”. *BBC News*, 20 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east->

23381448>. Acesso em: 31 jan. 2018.

GRESH, Alain. “Escravidão à francesa”. Le Monde Diplomatique Brasil, 1º abr. 2008. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/escravidao-a-francesa/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

HARRISON, Frances. “Saudita estuprada por gangue é condenada a 200 chibatadas”. BBC News, 16 nov. 2007. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071116_mulhersaudita_np.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2018.

HORTA, Luiz Paulo. “O que é ser Papa?”. O Globo, 24 jul. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/o-que-ser-papa-9156391>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Inquisição: Mito e realidade histórica”. Entrevista com Roman Konik. Revista Catolicismo, set. 2006. Disponível em: <<http://catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=6113500D-3048-560B-1C9A57FBCEBD780D&mes=Setembro2006>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

KARLIKOWSKI, Tomasz. “Spanish Inquisition: number of victims”. Ereticopedia, s/d. Disponível em: <<http://www.ereticopedia.org/number-of-victims-spanish-inquisition>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

LOPES, Reinaldo José. “Islã medieval era superpotência científica, dizem especialistas”. G1, 31 ago. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/0,,MUL743056-9982,00->

ISLA+MEDIEVAL+ERA+SUPERPOTENCIA+CIENTIFICA+DIZEM+ESPECIALISTAS.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Medieval Imposter: the Iron Maiden”. San Diego Museum of Man, s/d. Disponível em: <<http://www.museumofman.org/medieval-imposter-iron-maiden/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

MURPHY, Verity. “Estudo do Vaticano diz que Inquisição torturou e matou menos do que se pensava”. BBC Brasil, 16 jun. 2004. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/story/2004/06/printable/040616_vaticanoms.shtml>. Acesso em: 31 jan. 2018.

O’NEILL, Tim. “Is the Vox in Rama authentic? What effects did it have?”. Quora, 4 mai. 2016. Disponível em: <<https://www.quora.com/Is-the-Vox-in-Rama-authentic-What-effects-did-it-have>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Pope John X”. New Advent, s/d Disponível em: <<http://www.newadvent.org/cathen/08425b.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Por que os países do Ocidente evitam criticar a Arábia Saudita?”. BBC Brasil, 6 jan. 2016. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106_arabia_ocidente_tg>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Suspendam a Arábia Saudita do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas”. Anistia Internacional Brasil, 29 jun. 2016. Disponível em:

<<https://anistia.org.br/noticias/suspendam-arabia-saudita-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“Transcript: President Obama Addresses Muslim World in Cairo”. Washington Post, 4 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/06/04/AR2009060401117.html>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

WARNER, Bill. “Jihad vs Crusades”. Political Islam, 17 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.politicalislam.com/jihad-vs-crusades/>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

“World Watch List”. OpenDoors, s/d. Disponível em: <<https://www.opendoorsusa.org/christian-persecution/world-watch-list/>>.

Acesso em: 31 jan. 2018.

IV. DOCUMENTOS DO VATICANO

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. “Memória e reconciliação: A Igreja e as culpas do passado”. S/d. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_con_cfaith_doc_20000307_memory-reconc-itc_po.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

JOÃO PAULO II, Papa. Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente*. 10 nov. 1994. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/john-paul->

ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19941110_tertio-millennio-adveniente.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

JOÃO PAULO II, Papa. Carta ao cardeal Roger Etchegaray na apresentação do livro que reúne as atas do Congresso Internacional sobre a Inquisição. 5 jun. 2004.

Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/letters/2004/documents/hf_jp-ii_let_20040615_simposio-inquisizione.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

JOÃO PAULO II, Papa. Discurso aos cientistas participantes no Simpósio sobre a “Inquisição”. 31 out. 1998. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1998/october/documents/hf_jp-ii_spe_19981031_simposio.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/1998/october/documents/hf_jp-ii_spe_19981031_simposio.html>. Acesso em: 31 jan. 2018.

SALA STAMPA DELLA SANTA SEDE. “Conferenza Stampa di presentazione del volume ‘L’Inquisizione’ – Atti del Simposio Internazionale (Città del Vaticano, 29-31 Ottobre 1998). 15 jun. 2004. Disponível em: <<http://press.vatican.va/content/salastampa/it/bollettino/pubblico/2004/06/15/0299/00967.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

Leia também:



Quantas vezes já ouvimos que a Igreja agiu de modo terrível na Idade Média, atrapalhou enormemente a ciência, matou milhares de inocentes durante a Inquisição e que é machista ou elitista? Quantas pessoas já questionaram a relevância dos santos, dos rituais e das relíquias do catolicismo sem saber exatamente o que eles significam ou representam? Para estes e outros questionamentos é que Alexandre Varela, o responsável pelo maior blog católico da atualidade, O Catequista, escreveu um verdadeiro manual para o católico

moderno. Divertido e com o característico humor ácido da página, *As grandes mentiras sobre a Igreja Católica* comprovará que a realidade por trás da Igreja Católica se revela completamente diferente das histórias que ouvimos nas escolas e na mídia.

1. Bethencourt, 1997, pp. 8-9.

1. Carta do papa João Paulo II ao cardeal Roger Etchegaray na apresentação do livro que reúne as atas do Congresso Internacional sobre a Inquisição, 2004.
2. Discurso do papa João Paulo II aos cientistas participantes do simpósio sobre a Inquisição, 1998.
3. Borromeo, 2003.
4. “Conferenza stampa di presentazione del volume *L’Inquisizione*”, 2004.
5. “Medieval Imposter: the Iron Maiden”, s/d.
6. Baumann, 2008.

1. Rops, 1991, p. 542.
2. Spoto, 2010, p. 268.
3. Rops, 1991, p. 544.
4. Rops, 1991, p. 545.
5. McBrien, 2004, p. 156.
6. McBrien, 2004, p. 155.
7. Mann, 1910, p. 122.
8. Mann, 1910, p. 140.
9. Rops, 1991, p. 546.
10. McBrien, 2004, p. 156.
11. "Pope John X", s/d.
12. Mann, 1910, p. 163.
13. "Pope John X", s/d.
14. Mann, 1910, p. 222.
15. Mann, 1910, p. 229.
16. Mann, 1910, p. 246.
17. Mann, 1910, p. 255.
18. Mann, 1910, pp. 257-8.
19. Mann, 1910, p. 259.
20. Mann, 1910, p. 262.

21. Mann, 1910, p. 287.
22. McBrien, 2004, p. 166.
23. “Lua de Cristal”, Michael Sullivan, Paulo Massadas; Som Livre, 1990.
24. Mann, 1910, pp. 385-7.
25. Mann, 1910, p. 393.
26. McBrien, 2004, p. 176.
27. Rops, 1991, p. 547.
28. Rops, 1991, p. 547.
29. Rops, 2011, tomo III, p. 250.
30. Rops, 1991, p. 553.
31. Spoto, 2010, p. 321.
32. Rops, 2011, p. 593.
33. Borromeo, 2003, pp. 80-1; 86.

1. Rops, 2011, p. 605.
2. Rops, 2011, p. 606.
3. Rops, 2011, pp. 605-6.
4. Ralph Turner, 1994, pp. 162-3.
5. Herrero, 2005, p. 21.
6. Rops, 2011, p. 577.
7. Rops, 2011, p. 581.
8. Digby, 1842, p. 290.
9. Herrero, 2005, p. 21.
10. Biget, 2015.
11. Biget, 2015.
12. Rops, 2011, p. 594.
13. Rops, 2011, pp. 594-5.
14. Rops, 2011, p. 595.
15. Rops, 2011, p. 601.
16. Borromeo, 2003, p. 55.
17. O papa fez isso por meio de uma carta publicada em 18 de maio de 1233. Ver Borromeo, 2003, p. 55.
18. Borromeo, 2003, p. 58.
19. Borromeo, 2003, p. 78.

20. Borromeo, 2003, p. 153.
21. Borromeo, 2003, p. 56.
22. Rops, 2011, p. 609.
23. Rops, 2011, p. 611.
24. Borromeo, 2003, p. 88.
25. Gonzaga, 1993. pp. 13-5.
26. Borromeo, 2003, p. 82.
27. Biget, 2015.
28. Borromeo, 2003, p. 56.
29. Borromeo, 2003, p. 53.
30. Borromeo, 2003, p. 74.
31. Gonzaga, 1993, pp. 13-4.
32. Borromeo, 2003, p. 74.
33. Gonzaga, 1993, p. 89.
34. Chesterton, s/d.
35. Giussani, 2009, p. 141.
36. “Carta Apostólica *Tertio Millennio Adveniente* do Sumo Pontífice João Paulo II”, 1994.
37. Gonzaga, 1993, pp. 87-8.
38. Biget, 2015.
39. Rops, 2011, p. 610.

40. "Inquisição: Mito e realidade histórica", 2006.
41. Borromeo, 2003, p. 568.
42. Borromeo, 2003, p. 575.
43. Huizinga, 2010, p. 403.
44. Huizinga, 2013, pp. 403-4.
45. Borromeo, 2003, p. 579.
46. Borromeo, 2003, p. 594.
47. O'Neill, 2016.
48. Pernoud, 1996, p. 121.
49. Pernoud, 1996, p. 157.
50. Fabre, 1883, p. 268.
51. Pernoud, 1996, p. 43.
52. Gies, 1982, p. 155.
53. Frale, 2005, p. 54.
54. Seewald, 2017, pp. 206-7.
55. Frale, 2005, p. 12.
56. Durant, 1950, p. 815.
57. Frale, 2005, pp. 188; 200.
58. Frale, 2005, p. 190.
59. Frale, 2005, p. 200.
60. Frale, 2005, p. 203.

61. Lea, 1888, p. 290.

62. Lea, 1888, pp. 325-6.

63. Frale, 2005, p. 202.

64. Andrea; Holt, 2015, p. 111.

65. Andrea; Holt, 2015, p. 112.

66. Frale, 2005, p. 208.

67. Borromeo, 2003, p. 82.

68. Borromeo, 2003, p. 83.

69. Borromeo, 2003, p. 84.

70. Huizinga, 2013, p. 33.

1. Kamen, 1966, p. 211.
2. “Transcript: President Obama Addresses Muslim World in Cairo”, 2009.
3. Madden, 2013, p. 3.
4. Andrea; Holt, 2015, p. 5
5. Menocal, 2002, p. 11.
6. “Imagine”, John Lennon, Yoko Ono; Capitol, 1971.
7. Lopes, 2008.
8. “World Watch List”, s/d.
9. “Suspendam a Arábia Saudita do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas”, 2016
10. “Por que os países do Ocidente evitam criticar a Arábia Saudita?”, 2016.
11. Harrison, 2007.
12. Cullen; Al-Arab; Smith-Spark, 2016.
13. “Dubai sentences Norwegian woman who reported rape”, 2013.
14. Fernandez-Morera, 2015, p. 140.
15. Fernandez-Morera, 2015, p. 157.
16. Fernandez-Morera, 2015, p. 159.
17. Hamilton, 2007. p 39.
18. Arbex Jr., 1996, p. 26.
19. Pernoud, 1979. p. 82.

20. De Tours, 1893, pp. 65-6.
21. Osiander, 1598, p. 285.
22. Bayle, 1820. p. 49.
23. Fernandez-Morera, 2015, p. 107.
24. Droit, 2008.
25. Fernandez-Morera, 2015, pp. 72-3.
26. Bostom, s/d.
27. Bostom, s/d.
28. Fernandez-Morera, 2015, p. 158.
29. Fernandez-Morera, 2015, p. 111.
30. Fernandez-Morera, 2015, p. 120.
31. Bostom, s/d.
32. Ye'or, 1985, p. 351.
33. Fernandez-Morera, 2015, p. 233.
34. Fernandez-Morera, 2015, p. 177.
35. *Graetz's History of the Jewish Encyclopedia, Encyclopedia of Jewish Knowledge e Vallentine's Jewish Encyclopedia.*
36. Kamen, 1966, pp. 21-2.
37. Kamen, 1966, p. 5.
38. Barleti, 2012, p. 3.
39. Borromeo, 2003, p. 162.

40. Kamen, 1966, p. 6.
41. Kamen, 1966, p. 43.
42. Kamen, 1966, p. 33.
43. Kamen, 1966, p. 10.
44. Kamen, 1966, p. 271.
45. Roth, 1996, p. 26.
46. Kamen, 1966, p. 211.
47. Kamen, 1966, p. 228.
48. Roth, 1996, p. 86.
49. Roth, 1996, p. 97.
50. Kamen, 1966, p. 242.
51. Bethencourt, 1997, p. 323.
52. Roth, 1996, pp. 116-7.
53. Bethencourt, 1997, p. 324.
54. Bethencourt, 1997, p. 307.
55. Kamen, 1966, p. 371.
56. Kamen, 1966, p. 216.
57. Roth, 1996, p. 106.
58. Roth, 1996, p. 98.
59. Roth, 1996, p. 104.
60. Roth, 1996, p. 127.

61. Kamen, 1966, p. 221.
62. Kamen, 1966, p. 213.
63. Kamen, 1966, p. 213.
64. Borromeo, 2003, p. 285.
65. Walsh, 1935, p. 347.
66. Roth, 1996, p. 41.
67. Walsh, 1935, p. 350.
68. Walsh, 1935, p. 351.
69. Walsh, 1935, p. 351.
70. Kamen, 1966, pp. 145-6.
71. Borromeo, 2003, p. 547.
72. Kamen, 1966, p. 253.
73. Kamen, 1966, p. 258.
74. Kamen, 1966, p. 262.
75. Borromeo, 2003, p. 588.
76. Kamen, 1966, p. 259.
77. Kamen, 1966, pp. 260-1.
78. Llorente, 1818, p. 92. Tradução livre do texto original em francês: *“Malgré les abus que je viens de faire remarquer, je ne crains pas de dire que les inquisiteurs des règnes de Charles III et de Charles IV ont été des hommes d’une extrême prudence et*

d'une modération singulière, si on les compare à ceux du temps de Philippe V, et surtout à ceux des règnes précédents."

79. Kamen, 1966, pp. 209–10.

80. Kamen, 1966, p. 162.

81. Kamen, 1966, p. 155.

82. Kamen, 1966, p. 208.

83. Borromeo, 2003, p. 196.

84. Kamen, 1966, p. 296.

85. Kamen, 1966, p. 76.

86. Kamen, 1966, p. 74.

87. Kamen, 1966, p. 83.

88. Kamen, 1966, p. 52.

89. Kamen, 1966, p. 70.

90. Kamen, 1966, p. 54.

91. Kamen, 1966, p. 80.

92. Kamen, 1966, p. 81.

93. Karlikowski, s/d.

94. Kamen, 1966, p. 236.

95. Borromeo, 2003, p. 287.

96. Roth, 1996, p. 129.

97. Bethencourt, 1997, p. 31.

98. Bethencourt, 1997, p. 402.
99. Roth, 1996, p. 232.
100. Borromeo, 2003, p. 711.
101. Borromeo, 2003, p. 724.
102. Walsh, 1935, p. 353.
103. Moreno, 1936-1939, p. 25.
104. Kamen, 1966, p. 377.
105. Idem.
106. Moreno, 1936-1939, p. 4.
107. Moreno, 1936-1939, p. 4.
108. Moreno, 1936-1939, p. 5.
109. Moreno, 1936-1939, p. 31.
110. Moreno, 1936-1939, p. 13.
111. Moreno, 1936-1939, p. 18.
112. Salvadó, 2008, p. 61.
113. Salvadó, 2008, pp. 149-50.
114. Kamen, 1966, p. 384.

1. Rops, 1999, p. 239.
2. Rops, 1999, p. 178.
3. Tuchman, 1989, p 52.
4. Tuchman, 1989, p. 59.
5. Rops, 1996, p. 136.
6. Tuchman, 1989, pp. 61-2.
7. Horta, 2013.
8. Borromeo, 2003, p. 301.
9. Bethencourt, 1997, p. 169.
10. Rops, 1999, p. 417.
11. Borromeo, 2003, p. 304.
12. Borromeo, 2003, pp. 307-8.
13. Borromeo, 2003, pp. 303-4.
14. Borromeo, 2003, p. 409.
15. Borromeo, 2003, p. 543.
16. Borromeo, 2003, p. 354.
17. Rops, 1999, p. 101.
18. Borromeo, 2003, p. 311.
19. Borromeo, 2003, p. 546.
20. Borromeo, 2003, pp. 371-2.

21. Borromeo, 2003, p. 375.
22. Borromeo, 2003, p. 583.
23. Borromeo, 2003, p. 584.
24. Kamen, 1966, p. 256.
25. Bethencourt, 1997, p. 321.
26. Fantoli, 2008, pp. 64-5.
27. Campos, 2009.
28. Gonzaga, 1993, p. 148.
29. Rops, 1999, p. 184.
30. Borromeo, 2003, p. 547.
31. Borromeo, 2003, pp. 542-3.
32. Borromeo, 2003, p. 454.
33. Borromeo, 2003, p. 548.
34. Borromeo, 2003, p. 421.
35. Borromeo, 2003, p. 548.

1. Schaff, 2002, pp. 415-6.
2. Spielvogel, 2015, p. 376.
3. Rops, 1999, p. 164.
4. Schaff, 2002, p. 418.
5. Burnett, 2009, p. 82.
6. Burnett, 2009, p. 83.
7. Burnett, 2009, p. 78.
8. Stevenson, 1907, pp. 134-5.
9. Pattison, 1858, p. 11.
10. Pattison, 1858, p 20.
11. Rops, 1999, p. 165.
12. Schaff, 2002, p. 304.
13. Rops, 1996, p. 405.
14. Voltaire, 1993, p. 87.
15. Moura, 2004, p. 398.
16. Gresh, 2008.
17. Voltaire, 1836, pp. 517-8.
18. Voltaire, 1827, pp. 333-4.
19. Escande, 2010, p. 364.
20. Darnton, 1991, pp. 31-2.

21. Escande, 2010, p. 22.
22. Escande, 2010, p. 47.
23. Escande, 2010, p. 9.
24. Escande, 2010, pp. 177-8.
25. Escande, 2010, p. 180.
26. Escande, 2010, p. 104.
27. Escande, 2010, p. 176.
28. Escande, 2010, p. 185.
29. Escande, 2010, p. 47.
30. Escande, 2010, p. 137.
31. Escande, 2010, p. 138.
32. Escande, 2010, p. 139.
33. Escande, 2010, p. 143.
34. Escande, 2010, p. 102.
35. Escande, 2010, p. 185.
36. Escande, 2010, pp. 190-1.
37. Escande, 2010, p. 193.
38. Escande, 2010, p. 196.
39. Taine, 1892, p. 230.
40. Escande, 2010, p. 629.

1. Murphy, 2004.

2. Castro, 2017.

1. Michaud, 1956, vol. I, p. 13.
2. Riley-Smith, 2009, p. 16.
3. Michaud, 1956, vol. V., p. 140.
4. Andrea; Holt, 2015, p. 77;
5. Michaud, 1956, vol. I, p. 23.
6. Michaud, 1956, vol. I, p. 38.
7. Andrea; Holt, 2015, p. 17.
8. Michaud, 1956, vol. I, pp. 64-5.
9. Warner, 2014.
10. Andrea; Holt, 2015, p. 28.
11. Michaud, 1956, vol. I, pp. 90-1.
12. Vaz, 2005, pp. 52-3.
13. Rops, 2011, p. 309.
14. Huizinga, 2013, p. 97.
15. Huizinga, 2013, p. 99.
16. Riley-Smith, 2009, p. XVI.
17. Madden, 2013, p. 200.
18. Madden, 2013, p. 11.
19. Madden, 2013, p. 12.
20. Riley-Smith, 2009, p. 73.

21. Madden, 2013, p. 12.
22. Madden, 2013, p. 11.
23. Riley-Smith, 2009, p. 58.
24. Riley-Smith, 2009, p. 65.
25. Madden, 2013, p. 10.
26. Huizinga, 2013, p. 221.
27. Idem.
28. Riley-Smith, 2009, p. 46.
29. Riley-Smith, 2009, p. 45.
30. Michaud, 1956, vol. I, p. 121.
31. Michaud, 1956, vol. I, p. 141.
32. Michaud, 1956, vol. I, p. 132.
33. Madden, 2013, p. 25.
34. Michaud, 1956, vol. I, p. 269.
35. Michaud, 1956, vol. I, p. 352.
36. Madden, 2013, p. 32.
37. Rops, 2011, p. 497.
38. Andrea; Holt, 2015, p. XXXIV.
39. Rops, 2011, p. 501.
40. Madden, 2013, p. 44.
41. Michaud, 1956, vol. II, pp. 123-4.

42. Frale, 2005, p. 91.

1. Michaud, 1956, vol. II, p. 217.
2. Michaud, 1956, vol. II, pp. 235-6.
3. Michaud, 1956, vol. II, p. 240.
4. Madden, 2013, p. 53.
5. Michaud, 1956, vol. II, p. 241.
6. Michaud, 1956, vol. II, p. 287.
7. Michaud, 1956, vol. II, p. 302.
8. Michaud, 1956, vol. II, p. 308.
9. Madden, 2013, p. 65.
10. Madden, 2013, p. 74.
11. Michaud, 1956, vol. II, p. 395.
12. Madden, 2013, p. 74.
13. Madden, 2013, p. 75.
14. Rops, 2011, p. 507.
15. Madden, 2013, p. 76.
16. Michaud, 1956, vol. II, p. 318.

1. Madden, 2013, p. 79.
2. Rops, 2011, p. 508.
3. Michaud, 1956, vol. III, p. 108.
4. Michaud, 1956, vol. III, p. 205.
5. Michaud, 1956, vol. III, p. 277.
6. Rops, 2011, p. 512.
7. Madden, 2013, pp. 100-1.
8. Michaud, 1956, vol. III, p. 301.
9. Madden, 2013, p. 107.
10. Madden, 2013, p. 112.
11. Madden, 2013, p. 113.
12. Rops, 2011, p. 518.
13. Andrea; Holt, 2015, p. 99.
14. Madden, 2013, p. 141.
15. Madden, 2013, p. 142.
16. Madden, 2013, p. 142.
17. Michaud, 1956, vol. IV, p. 164.
18. Madden, 2013, p. 145.
19. Michaud, 1956, vol. IV, p. 221.
20. Madden, 2013, p. 151.

21. “O portão”, Roberto Carlos, Erasmo Carlos; CBS, 1974.
22. Madden, 2013, p. 151.
23. Michaud, 1956, vol. IV, p. 307.
24. Michaud, 1956, vol. IV, p. 339.
25. Michaud, 1956, vol. IV, p. 361.
26. Rops, 2011, p. 531.
27. Michaud, 1956, vol. V, p. 340.

1. Riley-Smith, 2009, p. 51.
2. Franco Jr., 1989, p. 72.
3. Franco Jr., 1989, p. 73.
4. Morus, 2004, p. 101-2.

Falar mal das inquisições e das cruzadas sempre pega bem e se encaixa em quase qualquer discurso. E a cada nova citação, o monstro mais medonho da história da humanidade é pintado com mais um chifre, mais um rabo e mais um conjunto de garras afiadas.

O que queremos nesta obra, portanto, é:

- explicar de forma simples e descomplicada o que foram as inquisições e as cruzadas, fugindo das análises superficiais;
- proporcionar uma leitura divertida e agradável (quem não rir vai pra fogueira! Brincadeira...);
- ajudar os não católicos a lançarem um segundo olhar sobre as inquisições e as cruzadas, despindo-se de ideias preconcebidas;
- oferecer aos católicos um instrumento de defesa para a sua fé, ajudando-os também a reconhecer e refletir sobre os erros efetivamente cometidos pelos filhos da Igreja nas atividades das inquisições e das cruzadas.

Este não é um livro de catequese. Aqui, nós nos empenhamos sobretudo em expor os estudos mais recentes de historiadores renomados, que se dedicaram a uma honesta reconstrução científica.

Está pronto para uma viagem no tempo? Vem com a gente!

Alexandre e Viviane Varela

LEIA TAMBÉM



ALEXANDRE VARELA é Gerente de Projetos, formado em Informática e com MBA em Gestão Empresarial e Gerenciamento de Projetos. Atua como catequista de crisma há 15 anos e foi Coordenador do Centro de Imprensa da Jornada Mundial da Juventude Rio 2013. Atualmente escreve artigos para a Agência ZENIT e para o portal da Arquidiocese do Rio de Janeiro, apresenta o programa *Parlatório* da WebTV Redentor e colabora em programas na Rádio Canção Nova FM de Brasília, Rádio América FM de Vitória e Rádio Catedral do Rio de Janeiro. Tudo isso sem descuidar dos seus 4 filhos com Viviane e de seus 25 afilhados.

VIVIANE VARELA é formada em Comunicação e já publicou diversos livros religiosos voltados para o público adulto e infantil. Sua experiência como catequista se consolidou ao longo de 17 anos. Atualmente, escreve os textos de O Catequista e responde às dezenas de perguntas dos leitores que chegam todos os dias por e-mail ou pelas redes sociais.

Alexandre e Viviane Varela criaram, em 2011, o site O Catequista, que se destaca pelo conteúdo tradicional embalado em uma linguagem atual muito bem-humorada. Cinco anos depois, são seguidos por 450 mil pessoas e alcançam, por semana, a média de 1 milhão e meio de visualizações nas redes sociais. Contam ainda com um canal no YouTube onde fazem entrevistas e respondem às dúvidas dos espectadores no programa *Os Caçadores de Treta*. Em 2014, o site ganhou o Prêmio TopBlog como Melhor Blog de Religião do Brasil pelo voto popular.


AUTORES DE AS GRANDES MENTIRAS SOBRE A IGREJA CATÓLICA APRESENTAM NOVO OLHAR SOBRE TEMAS CRISTÃOS CONTROVERSOS


“A Igreja Católica matou milhões de pessoas nas inquisições e nas cruzadas, demonstrando extremo fanatismo e intolerância” – essa é uma ideia muito difundida. Talvez você pense assim também. Mas você já procurou saber o que os historiadores mais renomados dizem sobre isso?


Os papas bizarros do século X, a infalibilidade papal, a venda de indulgências, a caça às bruxas, a mensagem de Francisco de Assis em meio à ganância feudal, o perfil e o modo de atuação dos inquisidores, as verdadeiras motivações para o surgimento das cruzadas, a glória e a ruína dos cavaleiros templários. Viaje nessas histórias em *As verdades que nunca te contaram sobre a Igreja Católica*. Com um olhar diferente, divertido e descontraído, este livro vai à contramão do senso comum e apresenta pontos de vista diferentes dos que estamos acostumados a ouvir e reproduzir. Muitas surpresas e curiosidades serão reveladas neste verdadeiro guia da histórica cristã mundial.



 PlanetaLivrosBR

 planetadelivrosbrasil

 PlanetadeLivrosBrasil

 planetadelivros.com.br

ALEXANDRE VARELA e VIVIANE VARELA
COMO OS CAÇADORES DE TRETA

AS GRANDES MENTIRAS SOBRE A IGREJA CATÓLICA

DESVENDE OS MITOS SOBRE O CATOLICISMO

NO GRUPO DE
O CATEQUISTA



Planeta

As grandes mentiras sobre a Igreja Católica

, Alexandre Varela

9788542209112

201 páginas

[Compre agora e leia](#)

Conheça as respostas para as contestações mais comuns sobre a Igreja Católica. Quantas vezes já ouvimos que a Igreja agiu de modo terrível na Idade Média, atrapalhou enormemente a ciência, matou milhares de inocentes durante a Inquisição e que é machista ou elitista? Quantas pessoas já questionaram a relevância dos santos, dos rituais e das relíquias do catolicismo sem saber exatamente o que eles significam ou representam? Para estes e outros questionamento é que Alexandre

Varela, o responsável pelo maior blog católico da atualidade, O catequista, escreveu um verdadeiro manual para o católico moderno. Divertido e com o característico humor ácido da página, As grandes mentiras sobre a igreja católica comprovará que a realidade por trás da Igreja se revela completamente diferente das histórias que ouvimos nas escolas e na mídia.

[Compre agora e leia](#)

PAULA PICARELLI

SEITA

O DIA EM QUE ENTREI
PARA UM CULTO RELIGIOSO

 Planeta

ROMANCE

Seita

Picarelli, Paula

9788542212662

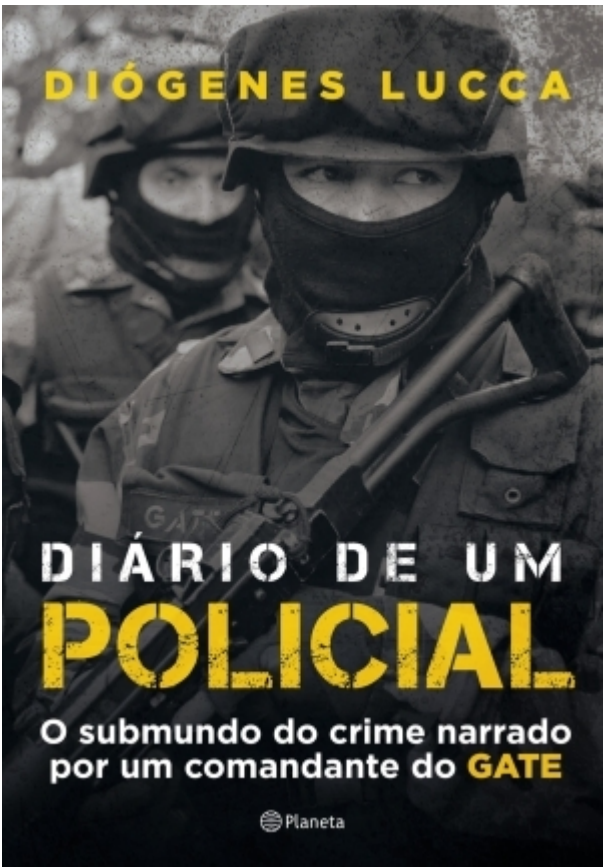
224 páginas

[Compre agora e leia](#)

Do idealismo libertário ao completo desencanto: uma história sobre mecanismos de manipulação e algumas doses de ayahuasca. Fui vítima de pelo menos duas ameaças de morte. Fico em dúvida do número exato, porque as ameaças eram disfarçadas de "lições e ensinamentos". Numa dessas vezes, me disseram que o trabalho que estávamos fazendo era muito parecido ao realizado lá atrás, na Grécia Antiga. Naquele tempo, quem participasse de algo assim e saísse, ou contasse a alguém sobre o que era feito e discutido ali, era morto. Morto

pelos deuses, pelas entidades enviadas por um deus... nesse caso, Dionísio. As pessoas acreditam em muitas ficções. Por que acreditam em umas e não em outras é uma coisa que me intriga muito. Mas de uma coisa eu tenho certeza: é mais fácil embarcar numa história mirabolante se você estiver sob o efeito de uma bebida alucinógena. Eu era uma atriz promissora. Paula. Outra Paula, Paulinha. Meu livro é um relato – ficcional – de como me envolvi em um novo culto religioso, o Portal da Divina Luz. Posso dizer que as pessoas entram numa seita por várias razões. Mas todas saem pelos mesmos motivos.

[Compre agora e leia](#)



DIÓGENES LUCCA

**DIÁRIO DE UM
POLICIAL**

O submundo do crime narrado
por um comandante do **GATE**

 Planeta

Diário de um policial

LUCCA, DIÓGENES

9788542207125

138 páginas

[Compre agora e leia](#)

Um "tropa de elite" de verdade Pouca gente no Brasil conhece a mente e o comportamento de um bandido tão bem quanto o tenente-coronel Diógenes Lucca, hoje na reserva. Em 30 anos na polícia militar, boa parte no comando do Gate, ele participou de mais de 100 negociações para soltura de reféns. Neste livro, Lucca conta os bastidores dessas negociações e revela, em detalhes, casos que marcaram a história policial do país: os sequestros do empresário Abílio Diniz e do apresentador Sílvio Santos, a invasão no Carandiru, o caso Marcola

e as rebeliões do PCC, entre outros. Muito mais do que um livro de memórias, Diário de um policial é um thriller de verdade, tão recheado de adrenalina que é impossível parar no meio.

[Compre agora e leia](#)

DOM JOÃO BAPTISTA BARBOSA, OSB
SANDRA MARINA WITKOWSKI

COZINHE COM OS MONGES

As tradicionais receitas de
entradas, pratos e sobremesas
do *Mosteiro de São Bento*



Planeta

Cozinhe com os monges

OSB, Dom João Baptista Barbosa Neto,

9788542211078

272 páginas

[Compre agora e leia](#)

Leve para sua casa as deliciosas e tradicionais receitas do mosteiro de São Bento Pães, bolos, doces e salgados. Aprenda a cozinhar e leve para a sua cozinha as milenares receitas monásticas. Ao longo de séculos, os monges beneditinos espalhados pelo mundo desenvolveram receitas, modos de preparo e refeições inteiras para alimentarem o grande número de moradores que há em cada mosteiro. Agora, em Cozinhe com os monges, você aprenderá as principais e mais tradicionais receitas desenvolvidas por eles. De maneira

prática e direta mas sem perder o requinte e os fantásticos modos de preparo, cada receita foi desenvolvida para ser reproduzida por qualquer pessoa. Independente de sua preferência gastronômica, este livro irá agradar a qualquer paladar. Com receitas doces, salgadas, para muitas ou poucas pessoas, a cada página será possível se surpreender com as maravilhas da cozinha do Mosteiro de São Bento. Nos mosteiros, procura-se fazer diariamente uma cozinha simples e caseira, na tentativa de procurar agradar a todos. O modo como se faz a comida, como é apresentada, a limpeza, o sabor; tudo contribui para que este momento em que se recebe o alimento seja uma oração e um agradecimento à vida.

[Compre agora e leia](#)

PJ PEREIRA

AMÃE,
A FILHA E
O ESPÍRITO
DA SANTA



Planeta

DO AUTOR DA
SÉRIE BEST-SELLER
DEUSES DE
DOIS MUNDOS

A Mãe, a Filha e o Espírito da Santa

Pereira, PJ

9788542210095

434 páginas

[Compre agora e leia](#)

Do mesmo autor da trilogia best-seller Deuses de dois mundos, o romance A mãe, a filha e o espírito da santa é uma fábula de fé e manipulação, e também um thriller sobre a desvairada religiosidade brasileira. O primeiro anjo deu a ela o poder da palavra. O segundo, o dom do milagre. E o terceiro, que sentiu pena da menina, ofereceu a escolha. Foi aí que danou-se tudo. Inspirado por casos reais de abuso religioso ao redor do mundo, o escritor PJ Pereira volta agora com uma história sombria, violenta e por vezes engraçada do

despertar de uma mulher que, conforme relatos, foi anunciada pelos anjos como a nova Messias. A história começa na cidade maranhense de Codó, onde nasce Pilar, filha de uma mãe de santo do terecô. De lá, segue rumo a Brasília, onde conhece o misticismo new age e as igrejas evangélicas, e chega a São Paulo para se tornar a líder espiritual mais poderosa do país.

[Compre agora e leia](#)